



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

ANTONIO EUSÉBIO DE SOUSA

**CONFLITO, LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE
FRENTE AOS PROJETOS MINERAÇÃO E TRANSNORDESTINA**

SÃO PAULO

2016

ANTONIO EUSÉBIO DE SOUSA

**CONFLITO, LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE
FRENTE AOS PROJETOS MINERAÇÃO E TRANSNORDESTINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente Sustentabilidade e Território”.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano.

SÃO PAULO

2016

Sousa, Antonio Eusébio de.
S725 Conflito, luta e resistência camponesa no semiárido piauiense frente
aos projetos Mineração e Transnordestina / Antonio Eusébio de Sousa. –
São Paulo, 2016.
202 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Carlos Alberto Feliciano.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações
Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2017.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Reforma agrária
– Brasil. 4. Comunidades agrícolas – Piauí. 5. Conflitos de terra. 6.
Comunidades Eclesiais de Base. 7. Comissão Pastoral da Terra. I. Título.

CDD 333.109812

ANTONIO EUSÉBIO DE SOUSA

**CONFLITO, LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE
FRENTE AOS PROJETOS MINERAÇÃO E TRANSNORDESTINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Território”.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”

Prof. Dr. Raul Borges Guimarães

Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

SÃO PAULO

2016

Às famílias camponesas do Semiárido, piauiense, especialmente dos municípios de Curral Novo, Simões e Paulistana/PI que sofrem a pressão das grandes empresas capitalistas, mas resistem em nome da fé.

“Firmes na luta sem temermos nem um risco, pois a fé é compromisso de libertação”

(Raimunda – Camponesa de São José do Piauí – 1990)

AGRADECIMENTOS

Á Deus, pelo dom da vida, pela força e coragem para lutar por um mundo melhor;

Aos meus familiares, em especial a minha mãe (Maria Teresa) meu pai (Eusébio) (*in memoriam*);

Meus irmãos, que muito contribuíram nas minhas realizações;

Ás minhas sobrinhas Joselane, pela contribuição durante a seleção e Thayslane durante o processo de realização;

Ao meu orientador professor Dr. Carlos Alberto Feliciano, **Cacá**, pela dedicação e apoio, considero mais que um orientador um companheiro nessa realização;

Ao companheiro Walmiran do MST, pelo apoio e contribuição durante a seleção, sem esse apoio não teria acontecido essa conquista;

A companheira Maria Kazé do MPA, pelo incentivo para o ingresso nesse processo e pelos exemplos de luta e coragem;

A Coordenação da CPT – PI em especial Ricardo, Lucinha, Gregório, Ir. Nair, Sebastião e Teresinha.

A CPT – Nacional em especial Isolete, Sula, Canuto, Cássia e Múria.

A Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF pelo acolhimento, a contribuição na minha formação militante, mesmo já dispondo de uma formação, os momentos de mística fortaleceu ainda mais o espírito militante,

A Coordenação Político - Pedagógica da ENFF, em especial Rosana Fernandes, que nos acompanhou durante todo o processo;

Aos companheiros de turma, em especial Iara Fraga, a quem chega o amor a toda a toda;

Aos colegas de turma, principalmente aqueles com quem convivia a maior parte do tempo, colegas de quartos em todas as etapas Gabriel Troilo, Raumi, Gerson e Pipoca. A partir das 5 horas o despertador. “quen digo que tudo está perdido, yo vego ofrecer mi corazon”;

Á professora Dra. Liege e a Professora Dra. Teresa Alencar, da UESPI, pelo incentivo à continuidade dos estudos;

Ao amigo Olímpio que sempre nos acompanhou, dando os apoios necessários;

A Natanael Araújo pela contribuição na construção dos mapas;

RESUMO

Vive-se no estado do Piauí a chegada de grandes projetos do capital, onde os direitos humanos e os conhecimentos tradicionais são violados em nome de um suposto interesse público, sendo que se opor a tal perspectiva é motivo de grande perplexidade por parte daqueles que creem nos benefícios de um progresso minado por falhas e contradições. Contrapondo a esse modelo, surge a luta e existência das comunidades tradicionais camponesas. A pesquisa realizada consiste em um estudo sobre as Lutas e Resistência de Comunidades Tradicionais do Semiárido Piauiense em frente os avanços dos grandes projetos do capital com destaque aos projetos de Mineração e Transnordestina, dando ênfase ao momento atual relacionando com suas histórias e avanços. Historicamente, o campo piauiense conviveu com problemas relacionados à questão agrária e disputa socioterritorial. Nenhuma política foi desenvolvida no sentido de mudar esse quadro dramático no campo, associado a essas questões intensificam a ação de outros fatores. As comunidades tradicionais que possuem uma relação histórico-cultural com o território piauiense tornam-se, na conjuntura atual, alvo do avanço de interesses privados e embasados pelo princípio da supremacia do interesse público: os grandes projetos do capital. Incluem-se, nesse processo, problemas socioterritoriais, que podem ser ocasionados a partir de tais práticas. Tomaram-se como base para esse estudo as comunidades camponesas do município de Curral Novo e Simões, locais de maiores incidência dos projetos do capital na atualidade. Em meio a essa problemática, existe a resistência das comunidades tradicionais e suas várias formas de organizações que, embora desafiadoras, têm sido viáveis para o enfrentamento da conjuntura do momento. Como referência histórica destaca-se essa resistência iniciada pelas CEBs, passando pela CPT e MST. Nessa perspectiva, é notória a necessidade de se opor a tal proposta de desenvolvimento, fortalecendo o envolvimento dessas comunidades como sujeitos desse processo, a partir dos conhecimentos e da vivência ao longo de sua história.

Palavras-chave: Conflitos. Impactos Socioterritoriais. Luta e Resistência. Campesinato. Saberes Tradicionais.

ABSTRACT

There is a developmental project in the state of Piauí, where human rights and traditional knowledges are violated in the name of an alleged public interest, and to oppose to such perspective it causes a great perplexity on the part of those who believe in the benefits of a progress undermined by failures and contradictions. Opposed to this model, there is the struggle and (re) existence of rural traditional communities. The research consists of a study of the struggles and (Re) Existence of Traditional Communities of the Semi-Arid from Piauí forward to the advances of major capital projects, emphasizing the current situation relating to their stories and advances. Historically, Piauí field lived with problems related to land and social and territorial issue. No policy has been developed in order to change this dramatic picture in the associated field, and these questions intensify the action of other factors. Traditional communities that have a historical and cultural relationship with the Piauí territory become, at this conjuncture, target advance private interests and grounded in the principle of supremacy of public interest: the large capital projects. In this process, the great social and territorial problems are included, which can be caused from such practices. The base for this study was rural communities of Curral Novo and Simões counties, greater local impact of capital projects nowadays. Amid this problem, there is the strength of traditional communities and their various forms of organizations that, although challenging, are as viable for the moment situation of confrontation. As a historical reference point out that resistance initiated by the CEB, through the CPT and MST. From this perspective, it is necessary to oppose this proposed development, strengthening the involvement of these communities as subjects of this process, from the knowledge and experience throughout its history.

Keywords: Conflict. Social and Territorial Impacts. Struggle and Resistance. Peasantry. Traditional knowledge.

RESUMEN

Vive - se en el estado de Piauí un proyecto de desarrollo, donde los derechos humanos y los conocimientos tradicionales son violados en nombre de un supuesto interés público, y oponerse a tal perspectiva es una cuestión de gran perplejidad por parte de aquellos que creen en los beneficios de un progreso socavado por las fallas y contradicciones. En oposición a este modelo, hay la lucha y la (re) existencia de comunidades rurales tradicionales. La investigación consiste en un estudio de las luchas y (Re) Existencia de las comunidades tradicionales de la Zona Semiárida Piauiense delante de los avances de los grandes proyectos de capital, destacando la situación actual relacionándola con sus historias y avances. Históricamente, el campo de Piauí vivió con problemas relacionados con el tema de la tierra y socio-territorial. Ninguna política ha sido desarrollada con el fin de cambiar esta imagen dramática en el campo asociado, y estas cuestiones intensifican la acción de otros factores. Las comunidades tradicionales que tienen una relación histórica y cultural con el territorio de Piauí se tornan, en la actual coyuntura, alvo del desarrollo de los intereses privados y embasados por el principio de la supremacía del interés público: los grandes proyectos de capital. Son incluidos, en este proceso, los grandes problemas socio-territoriales, que pueden ser causados por este tipo de prácticas. Hemos tenido como base para este estudio las comunidades campesinas de Curral Novo y Simões, donde hay la mayor presencia del impacto de los proyectos de capital en la actualidad. En medio a este problema, está la fuerza de las comunidades tradicionales y sus diversas formas de organizaciones que, aunque difíciles, son tan viables para la confrontación de la situación del momento. Como punto de referencia histórica, destacase la resistencia iniciada por las CEBs, pasando por la CPT y el MST. En esta perspectiva, se observa la necesidad de oponerse a esta propuesta de desarrollo mediante el fortalecimiento de la participación de estas comunidades como sujetos de este proceso, a partir del conocimiento y la experiencia a lo largo de su historia.

Palabras clave: Conflicto. Impactos socio-territoriales. La lucha y la resistencia. Campesinado. El conocimiento tradicional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias
ANTT	Agência Nacional dos Transporte Terrestre
APA	Área de Proteção Permanente
BEMISA	Brasil Extração Mineral S.A
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CDJP	Comissão Diocesana de Justiça e Paz
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CECOQUI	Coordenação das Comunidades Quilombola
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI	Comissão 'Parlamentar de Inquérito
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCJ	Departamento de Ciências Jurídicas
DIHUCI	Direitos Humanos e Cidadania
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EFPT	Escola de Formação Paulo de Tarso
EIA	Estudos de Impactos Ambientais
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
MEB	Movimento de Educação de Base
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não - Governamentais
PGC	Programa Grandes Carajás

PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
RIMA	Relatório de Impactos Ambientais
SEMAR	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDR	União Democrática Ruralista
UFPI	Universidade Federal do Piauí

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização Geográfica dos grandes Projetos instalados e em fase de pesquisa no estado do Piauí	56
Figura 2 –Estado do Piauí: Delimitação do Ambiente Semiárido	.91
Figura 3–Trecho da Ferrovia Transnordestina	100
Figura 4– Mesorregião Sudeste Piauiense destacando o município de Paulistana	105
Figura 5 – Município de Curral Novo	107
Figura 6 – Território em disputa: Área de relevância interesse mineral	114
Figura 7 – Recursos Minerais no Estado do Piauí.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categoria dos Conflitos	63
Quadro 2 – Luta e Resistência no ano de 1998	67
Quadro 3 – Luta e Resistência no ano de 2001.	69
Quadro 4 – Manifestações: conflitos pela Terra no ano de 2015	70
Quadro 5 – Distribuição dos imóveis rurais no Estado do Piauí em 2001	74
Quadro 6 – Romaria da Terra e da água. Estado do Piauí	79
Quadro 7– Demonstrativo das famílias atingidas diretamente	109
Quadro 8– Demonstrativo das famílias atingidas indiretamente	110
Quadro 9 – Dados Gerais	115
Quadro 10 - Recursos minerários no Estado do Piauí	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	21
1.1 História e concepção sobre reforma agrária e propriedade da terra no Brasil	21
1.2 A questão agrária no Brasil a partir das diversas formas de lutas e resistências camponesas	31
2 QUESTÃO AGRÁRIA NO PIAUÍ: POSSE, PROPRIEDADE, LUTA E RESISTÊNCIA PELA/NA TERRA.....	40
2.1 O contexto das lutas e questão agrária no Nordeste	40
2.2 O avanço do capital no espaço piauiense e os Impactos Socioterritoriais das Comunidades Tradicionais Atingidas: Uma Visão a Partir dos Grandes Projetos.....	49
2.3 Lutas e resistência das comunidades camponesas no Estado do Piauí.....	62
2.3.1 As Comunidades Eclesiais de Base - base de atuação e resistência Camponesas nos anos 1980	76
2.3.2 O surgimento da CPT e sua atuação junto as comunidades camponesas.....	80
2.3.3 A resistência a partir das ocupações e a atuação do MST no Estado do Piauí	85
3 CONFLITOS E DISPUTA TERRITORIAL NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE	90
3.1 Conflitos territoriais no Semiárido	90
3.2 Paulistana Porta de entrada do capital no Semiárido.....	104
3.3 Curral Novo centralização dos interesses do capital	106
3.4 Aliança Estado e capital nas tentativas da exploração mineral	112
4 CONFLITOS E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS FRENTE AO AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO PIAUIENSE	122
4.1 Comunidades tradicionais e direitos territoriais	122
4.2 Lutas e resistências das comunidades tradicionais: Baixio dos Belos Caititu, Manga Velha, Garapa e Riacho.....	130
4.3 Ações de apoio e mobilização das organizações e Movimentos Sociais do Campo na luta das comunidades tradicionais.....	146
4.4 Resistência territorial camponesa como elemento central da luta pela/ e na terra	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS	182
ANEXOS	189

INTRODUÇÃO

A questão da Reforma Agrária, dos conhecimentos tradicionais e questões socioambientais, são temas presentes nos vários espaços, nos meios de comunicação, igrejas, universidade, governo e outros. Os estudos ligados à temática da resistência ao agronegócio representado pelas grandes empresas, ganham corpo no conjunto da sociedade. É o foco de interesse de parte dos estudantes, pesquisadores, cientistas, ONGs, órgãos públicos, enfim, vários segmentos da sociedade. Porém o tema não é recente, várias áreas do conhecimento o abordam há muitos anos.

Fica evidente que estamos em meio a uma disputa representada por dois modelos de desenvolvimento, um daqueles que lutam pela garantia de seus direitos de permanência em suas propriedades e modo de vida e resistem e outro daqueles que chegam e procuram expropriar famílias, agredem os animais e, o meio ambiente representado pelas grandes empresas.

A concentração fundiária no Brasil teve início com a colonização (FERNANDES, 2014) e se intensificou ainda mais a partir de 1850 com a Lei da Terra (STÉDILE, 2005). É notório perceber que as várias formas de regularização fundiária sempre favoreceram a elite brasileira, desde a primeira divisão de terras por meio das capitanias hereditárias, passando pelas sesmarias e depois pela reforma agrária de mercado.

A questão agrária nos dias atuais vai para além do latifúndio e distribuição de terras. Segundo Oliveira (1991), as questões que envolvem o campo brasileiro são frutos do desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua fase monopolista.

No século XXI não é possível dissociar os problemas relacionados ao capitalismo agrário também a outros fatores socioterritoriais, tal modelo visa apenas ao desenvolvimento econômico desconsiderando todos os valores embutidos nesse processo.

O presente trabalho apresenta uma discussão para construção de formas de convivência no semiárido piauiense a partir das diversas experiências de resistência das comunidades tradicionais. Estas formas constituem elementos estratégicos das comunidades camponesas que têm com ênfase a sustentabilidade do/no campo. O objetivo desse estudo é analisar as diversas formas de luta e resistência das comunidades tradicionais Baixio dos Belos, Manga Velha, Caititu e Garapa no município de Curral Novo e Riacho no município de Simões, localizadas no semiárido piauiense em frente à chegada dos grandes projetos do capital com vistas à garantia de seus direitos territoriais.

Para a realização dessa proposta de estudo, tivemos que trilhar alguns caminhos, construindo e desconstruindo quando necessário, portanto a proposta se constitui num estudo relacionado questão agrária, território, Semiárido, questões socioambientais, capital e Estado, lutas e resistências através de um mapeamento dos projetos do capital no Semiárido por um lado, e por outro, as lutas e resistências das comunidades tradicionais quilombolas e camponesas.

As comunidades tradicionais têm suas formas de produção, cuidando da natureza e dos animais, forma de plantar e colher com melhores qualidades alimentares. Essas características e suas afirmações são elementos que definem as comunidades tradicionais, além de um conjunto de leis que vem reforçar essas afirmações, tendo por exemplo os artigos 5º, 215 e 216 da Constituição Federal, Medidas Provisórias, ADCT – Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias e vários outros dispositivos legais.

Portanto, as transformações históricas e as interferências foram alterando o modo de viver dessas pessoas, principalmente nos últimos anos com os grandes projetos.

O reconhecimento das comunidades tradicionais, quilombolas ou outras comunidades camponesas é urgente num cenário de disputa entre os conhecimentos e valores e a entrada do capital que busca ampliar sua área de atuação.

A realização desse trabalho permitiu a junção dos saberes tradicionais aos conhecimentos acadêmicos por meio de uma metodologia mais sistematizada. As experiências junto às comunidades, por meio da militância na CPT, nos fizeram sentir segurança na construção coletiva dos conhecimentos.

Dessa forma, pode-se afirmar que cabe ao pesquisador escrever, relacionar os fatos, ler, compreender, interpretar e sistematizar os conhecimentos por meio de um texto reflexivo.

O processo de coleta dos dados deu-se por meio de entrevista uma, com cinco (05) ACS Agentes Comunitários de Saúde, outubro de 2014, uma com 14 moradores em outubro 2014, sendo 03 homens e 11 mulheres e uma em fevereiro de 2016, com seis (06) moradoras, vale destacar nessa última todos os sujeitos eram do sexo feminino, conversa informal, relato de experiência, vivência, observação participante, durante as seis (06) visitas, participação em duas (02) audiências, seis (06) momentos de formação e mobilização, busca e análise de documentos. Para a realização desse trabalho tivemos o apoio da CPT – PI e do Projeto Residência Agrária na parceria INCRA/PRONERA.

A entrevista é um método flexível de obtenção de informações qualitativas sobre um dado fenômeno. Este método requer bom planejamento prévio e habilidade do entrevistador para seguir um roteiro, com possibilidades de introduzir variações que se fizerem necessárias

durante sua aplicação. Em geral, a aplicação de uma entrevista requer um tempo maior do que o de respostas a questionários. Em contrapartida, a entrevista pode fornecer uma quantidade de informações muito maior do que o questionário. Um dos requisitos para aplicação desta técnica é que o entrevistador possua as habilidades para conduzir o processo. Boas questões e um entrevistador sem habilidades pode não fazer uma boa entrevista.

Partindo desse pressuposto, tivemos total liberdade de realização das entrevistas e demais atividades de convívio com as comunidades.

Junto à convivência por meio das ações da CPT, aprendemos com o orientador que devemos partir do anseio do público, as respostas às questões e os desejos partem do sujeito envolvido no processo e não do pesquisador.

Segundo Cruz Neto (1994), “a aproximação do pesquisador das pessoas selecionadas para a pesquisa, poderá ser facilitada se o pesquisador já tiver um relacionamento anterior com elas ou se puder contar com a ajuda de outras pessoas para facilitar a aproximação”. Dessa forma o trabalho foi sendo desenvolvido a partir da vivência, dos momentos fortes de luta e resistência e da celebração da vida do povo, da alegria, da partilha e da ajuda mútua entre os sujeitos envolvidos.

O estudo do tema em curso nos conduz à necessidade urgente de intensificar o desenvolvimento de um trabalho voltado para a questão da organização e resistência tendo como foco o território.

Chegamos ao início do século XXI imersos em um quadro econômico com altos custos sociais, culturais e ambientais; progressos contínuos e infinitos nas comunicações de diversas áreas do conhecimento científico, sem que a miséria fosse amenizada. O discurso de um único modelo de desenvolvimento é visto hoje sem levar em consideração os conhecimentos tradicionais adquiridos ao longo da história e principalmente o direito de optar pelo tipo de desenvolvimento que desejamos.

Dessa forma um campo de disputa e insegurança para as famílias camponesas é criado. Como afirma Fernandes(2014), enquanto para o campesinato a terra é lugar de produção e moradia, para o agronegócio a terra é somente lugar de produção e extração de renda capitalizada.

Os estudos sobre a questão agrária, agronegócio, resistência, sustentabilidade e comunidades tradicionais se intensificaram nos últimos anos na tentativa de minimizar os impactos que ameaçam a qualidade de vida. Na região do Semiárido piauiense têm se intensificado os estudos a partir de grupos das universidades, bem como experiências por grupos de entidades e trabalhadores preocupados com essa discussão.

Acreditamos que questões como essas, tenham despertado a necessidade de desenvolver um estudo mais sistematizado junto às comunidades camponesas relacionadas às questões socioambientais enfrentadas pelas mesmas.

Pensamos que não houve a escolha de um tema específico para a pesquisa e sim um envolvimento com a mesma. Nesse mesmo espaço buscamos envolver alguns atores importantes.

Por meio da igreja católica, das CEBs,- Comunidades Eclesiais de Base, foi construída a formação histórica cristã e de militância, do pesquisador e as comunidades camponesas do projeto utilizam esse mesmo mecanismo para o enfrentamento, de suas lutas e resistências.

Os movimentos sociais do campo que desenvolvem lutas pela terra e permanência nela como CPT, MST, MPA e MOVIMENTO QUILOMBOLA, já dispõem de uma base de atuação da região, pela vivência junto às comunidades camponesas de Baixio dos Belos, Manga Velha, Riacho, Lagoa do Ovo, Caldeirãozinho e Palestina e as comunidades quilombolas Caititu e Garapa, por meio da militância junto à CPT.

E pela vivência acadêmica desenvolvida em parceria CPT/UFPI, através do DiHuCi – grupo de estudo Direitos Humanos e Cidadania, passamos a unir conhecimentos tradicionais partir das comunidades camponesas ao mundo acadêmico.

Com o ingresso na Pós-Graduação, no programa Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da UNESP, mestrado em Geografia, a junção dos motivos acima e a contribuição do orientador fizeram-nos optar pela realização dessa pesquisa.

Esse trabalho foi estruturado em quatro capítulos, partindo da contribuição de vários teóricos, que fazem um debate sobre questão agrária, propriedade da terra e as diversas formas de lutas e resistências. A proposta foi realizar um estudo da questão agrária brasileira para compreender o momento atual no Piauí, percebendo as diversas concepções de reforma agrária. A partir do entendimento de Stédile (2005, p. 15), que compreende “a questão agrária como o conjunto de interpretações e análise da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”, aproveitamos desse mesmo espaço para discutir e aprofundar o conhecimento sobre as diversas lutas e resistências, associando a questão agrária ao campo de disputa atual que se constitui na tentativa de afirmação de grandes projetos do capital no campo do semiárido piauiense.

Diante dessa realidade, surge a necessidade de intensificar o desenvolvimento de um trabalho junto às comunidades tradicionais voltado para a questão da resistência e do

enfrentamento aos problemas em torno dos projetos do capital que chegam para as comunidades sem que haja uma consulta sobre o tipo de desenvolvimento que almejam.

Como afirma Stédile (2005 p. 15) na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território.

A inserção do capital no campo se dá principalmente por meio das grandes empresas. Esse processo não é diferente no estado do Piauí, e no Semiárido piauiense historicamente as famílias tradicionais vivem momentos de tensões e, em frente a esses empreendimentos, resultando em grandes lutas e resistência das comunidades tradicionais. Com base nesse entendimento, foi construído o capítulo 2 com o título: Questão agrária no Piauí: posse, propriedade, luta e resistência na terra e pela terra.

Nos últimos anos, o discurso do desenvolvimento tem sido um assunto que tem ampliado seu debate nos vários espaços. Porém, preocupam as formas como o chamado desenvolvimento tem chegado até as comunidades. O Brasil viveu por muitos anos e ainda vive a luta pelo acesso à terra, porém o que é perceptível nas comunidades objeto da pesquisa, é a luta pela garantia da permanência na terra, daqueles que já são proprietários.

Buscamos no capítulo 2 trazer uma abordagem sobre as lutas e resistência das comunidades camponesas e os sujeitos que contribuíram nesse processo principalmente no Semiárido, entre os quais a CPT junto às comunidades camponesas, a resistência das comunidades por meio das ocupações e a atuação do MST, e a atuação das CEBs como espaço de atuação das lutas no campo.

Dedicamos ao capítulo 3 a questão do avanço do capital no espaço piauiense e os impactos socioterritoriais das comunidades tradicionais atingidas.

A racionalidade econômica dominante desconsidera processos que acontecem no meio ambiente, vendo-os apenas como meio de exploração. Ao ser criado um discurso de proteção ao meio ambiente ignora os processos sociais que ocorrem dentro do mesmo, limitando-o a fenômenos biológicos.

Essa postura é intrínseca a lógica capitalista, ignora os valores e saberes entre homem e meio ambiente, que não podem ser vistos isoladamente. O homem é um animal que integra o ambiente e dessa relação surgem saberes que Leff (2011) denomina de Saber Ambiental, que é um conhecimento harmônico entre o homem e a natureza, ou seja, comunidades tradicionais ainda convivem em harmonia com a natureza tendo a mesma como bem sagrado criação divina. E esse saber não é entendido amplamente pela cientificidade moderna, mas

nele há valores e identidade dessas comunidades tradicionais que só existem dentro dessa relação. Esse saber é desconsiderado pelo desenvolvimento capitalista, que é usado como supremo e tem como aliado a ideia de ambientalismo de grande visibilidade atualmente, que prega o ambiente saudável como aquele em que não há pessoas em contato com ele. Essa é uma faceta do modo de produção: criar uma ideologia desenvolvimentista como justificativa para implantação de grandes empreendimentos e violação dos direitos humanos. Como elaborou Wagner (2008), estimulam um discurso do desenvolvimento pleno como justificativa para menosprezar os atingidos pela implantação dos grandes projetos.

A gestão ambiental local parte do saber ambiental das comunidades, onde se funde a consciência de seu meio e saber sobre as propriedades e as formas de manejo sustentável de seus recursos, com suas formações simbólicas e o sentido de suas práticas sociais, onde se integram diversos processos no intercâmbio de saberes sobre o ambiente. (LEFF, 2011, p.153). Desse entendimento vão surgindo as diversas formas de luta e resistência tendo como foco a defesa dos direitos sociais, culturais e ambientais.

O capítulo 4 está centrado diretamente no espaço objeto da pesquisa “o Semiárido” tendo como foco a disputa territorial, o avanço do capital, a relação com o Estado e a resistência das comunidades tradicionais, enfocando os grandes projetos instalados em fase de pesquisa.

O Semiárido compreende um conjunto de unidades geoambientais, com ocorrência de diferentes tipos de vegetação e o predomínio do bioma Caatinga.

Para ter um entendimento mais claro relativo à pesquisa em foco, é necessário compreender o município onde a pesquisa está sendo desenvolvida. Inicialmente buscamos compreender os diversos elementos que constituem o Semiárido, as formas de convivência, os tipos de resistência e como esse espaço foi construído e concebido ao longo dos tempos.

O espaço de estudo desse trabalho foi o Semiárido e a área de pesquisa, as comunidades Baixio dos Belos, Manga Velha, Caititu e Garapa no município de Curral Novo do Piauí e a comunidade Riacho no município de Simões. A seleção das comunidades se justifica pelas diferentes formas de organização e resistência das mesmas em frente ao avanço do capital com a entrada de dois grandes empreendimentos: as pesquisas para extração de minério de ferro e a ferrovia transnordestina. Essas comunidades se diferenciam das demais atingidas pelos referidos projetos a partir de seu nível de empoderamento e enfrentamento, exigindo respeito a sua cultura e permanência na terra.

Os municípios de Curral Novo e Simões estão localizados na mesorregião sudeste piauiense, na microrregião do Alto Médio Canindé. O espaço da pesquisa foi constituído por

comunidades tradicionais. Caititu é formada por 29 famílias e Garapa por 14. São comunidades quilombolas já certificadas pela Fundação Palmares e as comunidades tradicionais camponesas: Baixio dos Belos, 27 famílias; Manga Velha, 08 famílias e Riacho com 15 famílias.

Fizemos memória de vários documentos e coletamos depoimentos dos camponeses sobre a história das conquistas, lutas e resistências na região, as conquistas, fazendo uma relação com os conflitos atuais e os vários movimentos e organizações envolvidas.

Por último, trazemos as considerações finais sobre o trabalho, os desafios a ser enfrentados, o desejo da continuidade e a necessidade de uma presença ativa dos sujeitos envolvidos no apoio e na busca de soluções concretas por um direito de permanecer no território.

1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

1.1 História e Concepção sobre Reforma Agrária e propriedade da terra no Brasil

Os estudos e reflexões sobre a questão agrária apresentam uma diversidade de interpretação, inserindo nesse processo um conjunto de correntes e fatos interpretativos. Para melhor compreender a realidade complexa das questões agrárias do Brasil, é necessário salientar algumas das características mais importantes.

Partindo do entendimento de Fernandes (2014, p. 65), o Brasil tem uma longa história de políticas agrárias e fundiárias assim como de permanência da concentração na estrutura fundiária. Desde o século XVI com as capitanias hereditárias e as sesmarias, no século XIX com a Lei de Terra de 1850 e no século XX com a Constituição de 1946, o Estatuto da Terra de 1964 e a Constituição de 1988, diversos governos tentaram criar normas de intervenção para tratar os problemas de concentração fundiária e as formas de uso da terra, sem nunca solucioná-los. Esses fatores associados aos elementos constitutivos de cada época foram ocasionando o conjunto de problemas que o Brasil enfrenta até os dias atuais no tocante a questão agrária.

É importante destacar nesse processo o conjunto de fatores e sujeitos envolvidos dentro os quais o Estado, como afirma Oliveira (2007, p. 67). Como o Estado não tem garantido o processo dentro da lógica capitalista, as políticas de reformas agrárias têm sido efetivadas em movimentos conjunturais para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração de terra. É notória a ausência estratégica do Estado no tocante a resolução dos problemas agrários, surgindo por outro lado a pressão dos movimentos sociais organizados.

No primeiro momento buscamos compreender a história a partir das várias concepções de Reforma Agrária relacionadas com a questão agrária no Brasil. Não é possível dissociar essa reflexão das questões mundiais, os fatores aqui decorrentes sofrem essa influência. Na concepção de Mendras (1978 p. 147), o desenvolvimento do capitalismo mercantil na Europa ocidental nos séculos XVII e XVIII e sua crescente influência sobre as outras partes do mundo no século XIX, supõem uma transformação profunda das relações entre sociedades camponesas e sociedades envolvidas. Ainda com base no entendimento de Mendras, é perceptível além dos fatores relacionados à política mundial, os vários atores que contribuem nesse processo.

As transformações do sistema econômico e do sistema jurídico foram utilizadas pelos camponeses ou contra eles no decorrer dessa luta. Historicamente, fala – se de reforma agrária quando a origem da transformação é uma decisão jurídica que, evidentemente, resulta do estado das forças sociais presentes, mas é a mudança do direito que obriga a reorganizar as relações sociais, e não o contrário. (MENDRAS 1978, p.149).

Mendras enfatiza que a Reforma Agrária responde tanto a uma necessidade do campesinato como a uma exigência do desenvolvimento econômico de uma sociedade no princípio da industrialização.

Buscando o entendimento do conceito de Reforma Agrária, Fernandes (2014, p. 36) defende que o Estatuto da Terra definiu Reforma Agrária como “o conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição da terra mediante modificação no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e do aumento da produtividade”.

No segundo momento procuramos relacionar os antecedentes históricos com as diversas formas de lutas e resistências e os modelos de desenvolvimento econômico introduzidos no campo brasileiro. Como afirma Oliveira (2007, p. 67), a Reforma Agrária aparece na história em geral, relacionada simultaneamente, as lutas, revoltas ou mesmo revoluções camponesas e as ações de governos, visando modificar a estrutura agrária de regiões ou países.

Seguindo essa lógica, a ideia central de Reforma Agrária está mais relacionada a ideia de revolução agrária, que de reforma propriamente dita.

Oliveira (2007, p.), no texto *Processo de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, afirma que “a luta camponesa tem demonstrado, como movimento social, mesmo em pequena escala, a forma dinâmica das estruturas sociais, em que sistemas de hierarquia e ordem são relativizados no momento do conflito”. Dessas lutas vão surgindo as várias conquistas na vida do campesinato brasileiro.

A Reforma Agrária brasileira tem sido resultado da correlação de forças entre movimentos socioterritoriais, Estado, latifúndios e agronegócio. Nesta correlação, ela é impulsionada pelas ocupações que são mais uma forma de acesso à terra (FERNANDES, 2000, p. 164)

O Brasil é o maior país da América Latina, tanto em termos geográficos como populacionais. É um país rico, com todos os recursos humanos e naturais, para criar um nível de vida adequada para todos os habitantes, porém, o modelo de desenvolvimento adotado levou a marginalização social, econômica e política à maioria dos brasileiros.

A situação agrária e os problemas da terra são componentes importantes, mas não únicos e exclusivo da realidade brasileira no seu processo de desenvolvimento. A análise da

realidade brasileira, como das propostas de correção as anomalias existentes, não pode esquecer os elementos que provocam uma transformação no campo além dos graves problemas agrários referentes à distribuição de terra, que nunca foram resolvidos ou amenizados no campo brasileiro, apenas surgem os vários modelos de projetos no campo, expropriando camponeses de suas terras e aumentando ainda mais os problemas agrários.

Os estudos sobre a questão agrária e a propriedade da terra estão presentes e se intensificaram nos últimos anos na tentativa de minimizar os impactos que ameaçam a qualidade de vida. Em primeiro lugar iniciamos os estudos a partir das várias concepções sobre Reforma Agrária. Para Oliveira (2007, p. 67), a reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver a questão advinda da concentração da terra. Desse entendimento fica evidente que desde o princípio a reforma agrária nasce dentro do discurso capitalista como meio de reprodução do mesmo e não de uma justa distribuição.

O entendimento sobre Reforma Agrária constitui em diversos estudos, que vão desde a visão do capitalismo até as questões de distribuição, vivência e reprodução do campesinato. Analisando a partir de Oliveira (2007), a Reforma Agrária é compreendida como um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos de estrutura agrária de uma região ou de um país, visando alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais.

A concentração crescente da propriedade corresponde à destruição crescente da economia camponesa, em que, embora de forma precária, o homem se mantivera por gerações ocupando e cultivando um pedaço de terra, de onde retira o mínimo indispensável para a subsistência familiar.

Buscando maior compreensão do conceito de Reforma Agrária, Medeiros, Paulino e Ramos Filho afirmam que:

A reforma agrária (RA) é uma política pública, de competência do Estado, expressa por meio de um plano que visa a desconcentração fundiária, tendo a obtenção de terra prioritariamente por meio da desapropriação, para a criação e/ou recriação do campesinato, garantindo o acesso a terra e a permanência nela. (MEDEIROS; PAULINHO; RAMOS FILHO, 2009, p. 253).

Nessa interpretação, a Reforma Agrária desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do povo brasileiro em especial dos camponeses. Esta Reforma Agrária deve começar com a distribuição justa das terras improdutivas, implica também a instalação de

infraestrutura e os serviços necessários que garantam a qualidade de vida. Dessa forma buscamos às várias compreensões desse processo.

Parte-se, portanto nesta interpretação, do estabelecimento de uma diferença conceitual entre reforma agrária e revolução agrária. A reforma agrária provoca alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção existente em diferentes sociedades. A revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade. (OLIVEIRA, 2007, p. 68)

Dessa forma, Oliveira contribuiu para o entendimento dos vários termos ou conceitos relacionados as questões agrárias.

Reforma Agrária – refere-se somente aos assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas. Regularização Fundiária: refere-se ao reconhecimento do direito das familiares (populações tradicionais extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros, etc.) já existentes nas áreas objeto da ação (flonas, resex, agroextrativistas, desenvolvimento social, fundo de pastos, etc.) Reordenação fundiária: refere-se aos casos de substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existente, e/ou para garantir seus acessos as políticas públicas. (OLIVEIRA, 2007, p. 168).

Conforme documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB (2014, p. 89) a questão agrária na concepção que aqui adotamos, está relacionada à estrutura de propriedade, posse e uso da terra e aos problemas sociais que provoca.

Ramos Filho (2009, p. 250), destaca que desde a década de 1960 até início dos anos 80, a reforma agrária foi uma expressão, de certa forma, proibida em muitos países devido a concepção ideológica socialista que inspirava. Nos anos 80, a crise dos regimes socialista, o fim da Guerra Fria e a crise das dívidas externas dos países pobres abriram caminho para influência dos organismos multilaterais junto aos países pobres.

É quase impossível iniciar uma discussão sobre a Questão Agrária sem adentrar na constituição do território brasileiro e distribuição de terras, passando basicamente por seis momentos distintos: capitânicas hereditárias, sesmarias, Lei de Terra (1850), Constituições brasileiras, reforma agrária de mercado e lutas e resistências.

A exploração das terras e a expropriação de camponeses inicia com a chegada dos portugueses em 1500. Porém, Portugal passou por um período de 30 anos após a chegada para iniciar o primeiro processo de distribuição de terras.

A primeira distribuição deu-se por meio das capitânicas hereditárias. Conforme Stédile (2005, p. 259), com a instituição das capitânicas hereditárias, a coroa portuguesa alcançava duplo objetivo: garantir a posse e a colonização das terras recém-descobertas e livrar-se das

despesas dessa mesma colonização, ao mesmo tempo em que lançava as bases de novas fontes de renda.

Logo após as capitanias hereditárias, surge a distribuição de terras por meio de sesmarias. Stédile (2005, p. 269) destaca que a carta de sesmarias mais antiga de que temos conhecimento e que se encontra copiada no livro de tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, de onde certamente Pereira da Costa a trasladou para os Anais, é a que foi dada a Vasco Fernandes, em 1540.

A coroa portuguesa sentiu a necessidade de distribuição das terras em lotes menores. Para Stédile:

Dar-se iam também de sesmarias as terras das ribeiras vizinhas a pessoas que tivessem posses para estabelecer engenhos de açúcar ou outras coisas dentro de um certo prazo que lhes seria assinado, sob condição de levantarem neles torres ou casas-fortes suficientes para defesa dos mesmos engenhos e povoação dos seus respectivos limites. (STÉDILE, 2005, p. 270)

O processo de sesmarias não atendeu aos objetivos, que era a distribuição em lotes menores e o povoamento das áreas. As partes que não foram divididas pelo processo de sesmarias deram origem às terras devolutas. Conforme Stédile (2005, p. 274), as terras não povoadas, em face de carta régia acima, passaram então a ser consideradas devolutas, e dadas novamente em sesmarias aqueles que denunciasses a sua existência e localização.

Conforme a Lei 601 de 1850, que dispunha sobre a questão das terras, no art. 12: o Governo reservará, das terras devolutas, as que julgar necessárias: 1º para a colonização indígena; 2º para a fundação de povoações, abertura de estradas e quaisquer outros servidões, e assento de estabelecimento públicos; 3º para a construção naval.

Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado.

A Constituição Federal no art. 20, II, afirma que devolutas eram as terras indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.

No tocante a grilagem de terra, Fernandes (2014, p. 32) afirma que a necessidade de documentação original de aquisição e utilização efetiva do interior do Brasil criou um novo protagonista no uso e posse da terra: o grileiro.

Outro marco forte na questão agrária brasileira construída a partir da Lei de Terras, lei de 1850 foi a metamorfose da terra em mercadoria. A partir dela a terra é transformada em

mercadoria. Mais uma vez os camponeses ficam desprovidos do direito a terra. Assim como os modelos anteriores foram construídos numa relação Estado e burguesia influente de cada época, a Lei de Terra vem para reproduzir a figura do latifúndio. Como afirma Stédile (2005), a Lei de Terra foi o batistério do latifúndio. A partir da citada Lei instala a propriedade privada no Brasil. Para Stédile (2005, p. 284) a Lei de Terra de 1850 entregou as terras como propriedade privada apenas para os fazendeiros para os capitalistas. Nascia, assim, o latifúndio excludente e injusto socialmente.

Fernandes (2014, p. 32) acrescenta que a aprovação e a regulamentação da Lei de Terra de 1850 criaram uma série de datas limites nos estados para evitar a necessidade de se adquirir um imóvel, demonstrando que o atual proprietário herdara de um beneficiário de sesmaria.

Entendemos então que a Lei de Terra surge semelhante a Lei da Libertação dos escravos, a qual torna os mesmos livres de direito, porém sem nenhuma condição de sobrevivência fora das fazendas. A Lei de Terra abriu a oportunidade para a compra, porém limita a quem possui condições para isso. Para Stédille (2005, p.283) “a Lei de Terras representou a introdução do sistema de propriedade privada das terras, foi à transformação das terras em mercadorias”. A partir de 1850, as terras podiam ser apenas compradas e vendidas.

Ao longo da história agrária, surgem os vários planos de governo, porém, os avanços e as mudanças na estrutura agrária têm pouco modificado. Oliveira (2007, p. 114) faz destaque para o governo João Goulart. A meta do governo era buscar aprovação da reforma agrária via emenda constitucional, através do pagamento das terras desapropriadas por títulos de dívida pública que tinham baixo valor de mercado. Reduzia-se o valor da propriedade desapropriada para fins de reforma agrária. Porém seu governo foi deposto e as metas não foram alcançadas.

Oliveira relata que houve retrocesso da Reforma Agrária no governo militar e acrescenta “A história dos 20 anos de governos militares mostrou que tudo não passou de uma farsa histórica, pois apenas na década de 1980, foi que o governo elaborou o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – instrumento definidor da política de implementação da reforma agraria.” Na verdade o plano nunca foi executado tendo como base a forma de sua elaboração, e no governo militar essa política não teve avanço, apesar das lutas e resistências. É notório que os mecanismos de lutas e resistências foram impedidos de atuarem, dificultando ainda mais sua realização.

Nas cartas constitucionais aparecem como um aparato forte na realização da reforma agrária, seja para reproduzir o modelo existente seja como mecanismo de lutas e efetivação dos direitos. Nesse aspecto, Oliveira acrescenta.

Com a derrota da reforma agrária da Constituição de 88 e com o fracasso do I PNRA, os nascentes movimentos socioterritoriais caminharam para se constituir nos novos personagens da cena política nacional. Seu único caminho foi a luta pela terra. A história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas quase sempre sangrenta desta classe social. (OLIVEIRA, 2007, p. 131)

Por conta da contradição e dubiedade, das leis os latifundiários sempre se apropriaram delas e as interpretaram conforme consideravam conveniente. Para Motta (2008, p. 87) ainda considera que de qualquer forma, nunca é demais repetir que as múltiplas formas como os fazendeiros operaram as leis e os discursos oficiais muito tem a nos dizer sobre o modo como se construiu e se consolidou, no Brasil, uma visão patrimonialista, em que o poder público não foi além da porteira.

Mesmo assim, o sentido da função social da propriedade está presente no artigo 186 da constituição Federal quando prevê.

(.....) a função social da propriedade é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos.

I – Aproveitamento adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente;

III – observância dos dispositivos que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988)

Considerando as leis existentes e o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), é importante lembrar alguns destaques da Reforma Agrária nos governos pós-ditadura militar. Todos os governos propuseram uma meta de realização de Reforma Agrária, porém nos governos pós – ditadura militar nenhum conseguiu realização de reforma agrária.

Conforme Fernandes (2014, p. 160) o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), na sua primeira gestão, pressionado pelas ocupações de terra, promoveu o segundo maior número de criação de assentamento, todavia, na segunda gestão, criou uma medida provisória para criminalizar as ocupações de terra. Fernandes destaca que no primeiro ano do segundo governo FHC ocorreu o maior número de ocupações de famílias da história do Brasil, porém com a medida provisória 2109-52 criminaliza pessoas que ocupassem terra. Essa medida provisória não foi revogada nos governos do Partido dos Trabalhadores, sendo usada quando de interesse da classe latifundiária.

Moreira (2006, p.90) acrescenta que o principal fator da mudança foi o papel desempenhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Quando FHC assumiu

o governo, o MST havia crescido e se organizado e já havia se tornado o mais significativo movimento social do Brasil, com grande apoio da população.

Foi durante o governo de FHC que ocorreu o maior número de assentamentos graças a pressão dos movimentos organizados, em especial o MST, Porém foi também nesse governo que ocorreram os maiores massacres: o de Corumbiara e o de Eldorado do Carajás, além da criação da medida provisória que criminaliza as famílias que ocuparem terra.

Mesmo com os projetos de reforma agrária desenvolvidos por diversos governos brasileiros, via pressão dos movimentos sociais a concentração de terra continua.

A dimensão da concentração da propriedade agrária no Brasil salta aos olhos: em 1980, os estabelecimentos agrários com menos de 10 há perfaziam 50,4% do total de estabelecimentos, mas ocupavam apenas a minúscula área de 2,4% de toda a terra cultivável. Em contrapartida, os latifúndios com mais de 1.000 há eram apenas 1,2% do total de estabelecimentos, mas detinham 45,8% da superfície cultivável. Ou seja: mais da metade das propriedades agrícolas ocupavam menos de 2,5% do solo, ao passo que 1,2% das grandes fazendas possuíam quase a metade da terra. (MOREIRA, 2006, p. 58)

Moreira (2006), através dos resultados do Censo Agropecuário de 1996 analisa que a concentração de terras aumentou ainda mais nesses últimos 20 anos.

No governo Lula foi elaborado o II PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) apresentado em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, em Brasília. O II PNRA na sua proposta inicial combina qualidade e quantidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos numa ação integrada de governo e sociedade porém, na sua implementação, temos conhecimentos é de que muitos pontos foram alterados no momento de sua efetivação, pois muitos interesses diferentes divergiram e, nem sempre o que os movimentos sociais, os técnicos e as propostas da classe camponesa desejavam, foi posto em prática.

Conforme Oliveira (2008), muitas alterações de natureza política interferiram nas ações do governo LULA e ele, não só não cumpriu estas metas como, no segundo mandato abandonou a política de reforma agrária. O autor faz algumas considerações sobre o PNRA,

Em primeiro lugar desde o início do governo LULA e do PT havia em disputa, duas concepções deferentes de reforma agrária. Em segundo lugar, deve destacar a pressão política para a formação da equipe de Plínio de Arruda Sampaio em 2003, quando foi elaborado o II PNRA. Na verdade, ocorreu uma derrota do Plano Plínio em sua plena elaboração. Em terceiro lugar, ocorreu a derrota da meta de um milhão de famílias assentadas proposta pelo Plano Plínio (estudo preparativo para o II PNRA). E quarto lugar também pesou o crescimento da grilagem de terra na Amazônia e a estratégia da compra de terra pelo INCRA no Sudeste e Sul do país, e, em quinto lugar estava o apoio integral do governo Lula ao agronegócio no auge das altas de preço da soja em 2003 e 2004. (OLIVEIRA, 2008. p. 02)

Mesmo com a aprovação II PNRA, o processo de Reforma Agrária não avançou. Vejamos os números dos governos Lula e Dilma: Lula no primeiro governo, 381.419 famílias; no segundo governo 232.669 famílias. Já no primeiro governo Dilma 107.354 famílias foram assentadas.

Segundo os vários teóricos que discutem a questão agrária, os camponeses sempre foram desprovidos do acesso à terra e aos usos dela. As leis sempre favoreceram o latifúndio e a grande propriedade. No governo FHC é intensificada no cenário agrário brasileiro a Reforma Agraria de Mercado ou contra Reforma Agrária, tendo por base experiências desenvolvidas em outros países.

Ela se inicia no Brasil a partir de experimentos que já vinham sendo estimulados em outros países por organismos multilaterais mundiais, como o Banco Mundial (Filipinas, Colômbia, África do Sul.), visando facilitar o acesso a terra através do mercado.

Após projeto piloto criado em 1996, no Ceará, com base em fundo rotativo de terras, em 1997, o governo federal implanta o programa a ser desenvolvido nos estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e no Ceará, combinado com outros projetos como a cédula da terra, empréstimo feito pelo Banco Mundial, destinado a obtenção de terras, instala-se uma proposta de reforma agrária feita sem burocracia, sem conflitos, sem necessidade de recorrer a justiça, porém via regras do mercado.

Os movimentos sociais reagem à proposta e tal projeto reforça a permanência do latifúndio e trazem altas dívidas aos camponeses sem terra.

Destacamos algumas críticas ao programa Crédito Fundiário, conforme entendimento da CPT – PI a partir do relatório de atividades de dezembro de 2002.

- ✓ O poder público está abrindo mão da condução da Reforma Agrária, deixando –a sob o controle dos proprietários de terra;
- ✓ Os proprietários de terra estão sendo premiados na medida em que recebem o valor da terra em dinheiro e a vista, transformando terras improdutivas em ativos financeiros.
- ✓ O funcionamento do programa tende a acarretar um aumento dos preços da terra;
- ✓ Os trabalhadores envolvidos teriam que pagar não só o financiamento bem como buscar recursos para a produção, inviabilizando sua reprodução;
- ✓ Muito dos trabalhadores não têm informações sobre as regras do programa e os compromissos que estão assumindo;

- ✓ Há risco de uso do programa pelas oligarquias locais para formação de currais eleitorais;
- ✓ O problema está na concentração da terra, o programa não mexe com o latifúndio.

Nesse contexto de avanços e contradições dentro da questão agrária, nos anos 1990 intensifica uma nova articulação nesse processo. Trata - se da questão do agronegócio. É uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista, a imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem atrasada do latifúndio, a imagem da agricultura capitalista para moderniza-la. e assim afastar a possibilidade de questionamento da função social da terra e o debate sobre improdutividade Fernandes (2014, p. 33) enfatiza que esta, de fato, tem sido a tendência das políticas fundiárias no Brasil, para garantir as terras dos latifúndios e/ou do agronegócio, expropriam-se os povos indígenas e as comunidades camponesas.

Diante do relato apresentado a partir do longo processo que foi constituindo a questão agraria brasileira a partir do entendimento da CPT apresentamos algumas proposições em torno de um modelo de Reforma Agrária a partir de alguns princípios.

- ✓ Garantia e promoção das diferenças e grupos sociais;
- ✓ Promoção da defesa e demarcação das terras indígenas e quilombolas;
- ✓ Concessão de terras públicas aos ribeirinhos e populações praieiras;
- ✓ Garantia de igualdade de oportunidades de direitos para mulheres e jovens no acesso a terra;
- ✓ Uma reforma agrária que vai além da distribuição de terras;
- ✓ Desenvolvimento e disseminação de novas técnicas agrícolas (respeito ao meio ambiente e a todas as formas de vida);
- ✓ Promoção e resgate da cultura e a redescoberta dos valores do campo;
- ✓ Entendimento da terra como lugar de manutenção e recriação de espaço de vida;
- ✓ Importância da produção, mas com respeito a vida do solo, do ar, da água e das pessoas.
- ✓ A propriedade tem que ser de um tamanho compatível com as necessidades das famílias;
- ✓ A propriedade deve estar subordinada a necessidade da sociedade e tem que exercer sua função social;

- ✓ Garantia do acesso a água e/ou desenvolver formas alternativas de captação de água para a agricultura;
- ✓ Proibição de pensar a terra simplesmente em função da agricultura
- ✓ A criação de animais como atividade principal em algumas áreas, como exemplo o semiárido;
- ✓ Prioridade, de comercialização nos assentamentos, estipulando a formas de cooperativas.
- ✓ A reforma agrária deverá possibilitar o espaço para a reconstituição do modo de vida, da cultura camponesa.

Retomando a discussão sobre Reforma Agraria Stedile apresenta alguns elementos importantes nesse processo.

A reforma agraria autentica deverá tornar a terra acessível a todos que nela queiram trabalhar, notadamente aos camponeses trabalhadores sem terra em primeiro lugar. A distribuição de terra deverá também atender aos lavradores que dispõe de pouca terra. A terra expropriada, ou devoluta, deverá ser distribuída aos camponeses gratuitamente. A distribuição de terras aos camponeses seria limitada ou afustada segundo a região, a zona, as condições favoráveis ou não climáticas e das culturais. A reforma agraria, a distribuição da terra, atenderia parceiros, agregados, arrendatários, lavradores em geral ou os que possuem insuficiente terra. Todas as garantias de direito deverão ser asseguradas aos camponeses contra qualquer ação, de despejo ou de grilagem, inclusive aos posseiros, independentemente do tempo que estejam ocupando a terra. O Estado ou as instituições próprias a reforma agraria, tomarão medidas para enfrentar e solucionar planificadamente as questões de habitação, higiene, saúde e instrução aos trabalhadores do campo. (STEDILLE, 2005, p. 154)

É importante nesse processo a participação do próprio camponês como construtor e conservador da natureza, conforme a CNBB.

Faz destaque para a importância dos agricultores familiares nesse processo ao destacar que os mesmos enquanto desempenhem importantes funções sociais; produtores de alimentos, guardiões do território, gestores de uma “oiko-nomos” rural, policultores de vocação agroecológica decorrência, guardiões da biodiversidade, situam-se em posição imensamente desfavorável na estrutura de produção agraria atualmente muito ligada a monocultivos vinculados a mercados mundiais organizados em função das commodities. (CNBB, 2014, p. 16)

Mudar a estrutura agrária, exige mobilização por parte dos camponeses e das instituições envolvidas nesse processo. Mendras (1978, p.150) alerta que se a revolta camponesa se une a um movimento revolucionário e se esse movimento triunfa, o poder revolucionário que nasceu daí pode proclamar a Reforma Agrária. Reforça que não se pode falar de reforma agraria sem produzir mudanças violentas nas relações sociais do campo.

Essas mudanças são acompanhadas de uma ruptura no regime jurídico de apropriação da terra.

Nesse contexto Stedile afirma que:

A reforma agrária que nossa época reclama deve responder as contradições assinaladas, com o objetivo de superá-las, e ir de encontro as necessidades de nosso povo, das massas trabalhadoras, da economia do país, da razão do desenvolvimento da unidade da própria nação. As contradições que reclamam solução são tanto de origem agrária quanto camponesa, embora nem todos assim o entendem. Daí acharmos útil acompanhar o raciocínio das tensões registradas, analisando e indicando soluções para os dois aspectos essenciais do problema: O caráter de reforma agrária e as forças sociais interessadas na respectiva reforma. (STEDILE, 2005, p. 151).

De todo o entendimento sobre a história da questão agrária brasileira, fica evidente que os modelos agrários sempre privilegiaram o latifúndio e os grupos empresariais do campo, mantendo uma relação direta desses grupos com o Estado e, as conquistas sempre estiveram associadas as lutas e resistência da classe camponesa. Dessa forma a questão agrária no Brasil vai além da luta pela terra, surgem nesse mesmo espaço as diversas formas de lutas e resistências camponesas como forma da garantia dos direitos e as mudanças na estrutura fundiária do país, enfim, é necessário que aconteça a Revolução Agrária ao invés da Reforma Agrária.

1.2 A questão agrária no Brasil a partir das diversas formas de lutas e resistências camponesas

Os estudos interpretativos sobre a história da questão agrária brasileira trazem um conjunto de interpretações em torno dessa problemática, porém nesse espaço interpretativo é notório perceber que as questões do Brasil têm uma associação com os acontecimentos mundiais. Cabe destacar alguns elementos que nos fazem questionar diversas especificidades que ocorrem no campo

Via de regra, no sentido clássico das reformas agrárias são distributivas. Isto é, visa principalmente à produção de uma agricultura camponesa através de distribuição de lotes a família de lavradores em áreas que antes eram concentradas.

Dentro das questões agrárias no tocante a questão da propriedade, vão surgindo várias classificações.

No Brasil, utiliza-se classificação em pequenas, médias e grandes propriedades, as ultimas por inferências, já que a lei agrária 8.629/1993 menciona expressivamente as duas primeiras. Ao não mencionar as grandes propriedades, a Lei Agrária quer

sugerir que elas não existem, embora sejam essas as que detém a maior fração da terra agrícola do país. (PAULINO, 2015, p. 14)

A concepção atual de propriedade como um direito assegurado a um indivíduo foi sendo engendrada concomitantemente ao mercantilismo, baseada na prática e na necessidade de autoafirmação e manutenção das classes sociais nascentes. (FELICIANO, 2015, p. 142)

A reforma agrária é vista de forma geral como um sistema que regula e promove divisão de terras de forma justa. Desse entendimento as questões vão se intensificando a partir do surgimento de três sujeitos nesse processo: o camponês, o latifúndio e o Estado. Para Veiga:

O conjunto das forças democráticas vem insistentemente reafirmando que a liquidação do domínio dos latifundiários é parte integrante e essencial da democratização da sociedade e surge como condição fundamental no caminho da libertação e emancipação dos operários agrícolas e dos pequenos agricultores. (VEIGA, 1981, p. 80).

Para Feliciano (2015, p. 146), com o desenvolvimento do capitalismo, a terra legitimada pelo direito de propriedade passou a ser uma mercadoria, deixando de ser exclusivamente uma provedora de alimentos para ser uma reprodutora de capital, auferindo renda e poder a seus detentores.

Historicamente o capitalismo sempre esteve presente no campo brasileiro, porém o avanço nos últimos anos intensifica ainda mais com o chamado modelo de desenvolvimento instalado no campo. Conforme Fernandes.

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, desde o latifúndio ao agronegócio, ocorre com a base do contínuo processo de expropriação e exploração de povos tradicionais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, babaqueiros, pantaneiros, caiçaras, jangadeiros, pescadores artesanais, sertanejos, camponeses, entre outros. (FERNANDES, 2014, p. 75)

A concentração fundiária nas mãos de poucas pessoas é um dos maiores problemas enfrentados pelo Brasil e já causou diversos conflitos sociais. Nessa disputa temos por um lado o latifúndio e seu objetivo é alcançar maior valorização das terras e obter vantagens pessoais a partir da oscilação dos preços; por outro, o camponês, que busca uma distribuição igualitária da terra onde todos possam usufruir de seus direitos. Paulino (2015, p. 18) acrescenta que, se para a produção capitalista o parâmetro é a viabilização do negócio, para a camponesa é a reprodução familiar, que supõe um quadro permanente de pessoas a ser

alimentadas, vestidas entre outras demandas, o que exige que sejam ocupadas em atividades produtoras tanto quanto possível.

Os problemas agrários vão dar origem aos conflitos, as lutas e resistências das famílias camponesas. Girardi e Fernandes (2009):

Os Conflitos e violência são conceitos distintos. O Estado e o capital utilizam-se da violência para tentar controlar o conflito. A violência é reação ao conflito e caracteriza-se pela destruição física ou moral exercida sobre as pessoas. Além da violência privada, também existe a violência praticada pelo Estado, por exemplo, contra camponeses, por suas ações diretas e indiretas, passivas ou ativas enquanto que a conflitualidade é compreendida como processo inerente de desigualdade do desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento capitalista gera a conflitualidade que o promove.

Os conflitos relacionados com a questão da terra começaram desde a chegada dos colonizadores. E, desde então, os poderosos começaram a perseguir os fracos. (CPT, 1985).

Para Andrade (2004, p. 80), desde a conquista, os indígenas lutaram denotadamente contra os colonizadores que os expropriavam e lhes tiravam a liberdade.

Quanto a luta e resistência Andrade (2004) faz referência a sequência das lutas que foram ocorrendo a sucessiva história de acontecimentos.

Logo após a luta dos indígenas surge a luta dos negros embora muito dessa história não são registradas. A luta dos negros também foi épica e se iniciou no século XVI, com a própria escravidão africana. Muitas dessas lutas não conseguiram entrar para a história, bloqueadas que foram pelos historiadores oficiais, sempre subservientes aos interesses das elites, e só hoje é que já se reúne farta documentação a respeito. (ANDRADE, 2004, p. 81)

Oliveira (1994, p. 15) também vem afirmar que as lutas e conflitos são históricos. Os conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nossos tempos. É isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país.

No ano de 1985, período em que foi publicado o primeiro caderno de conflitos no campo pela CPT, o mesmo registra que os maiores conflitos eram por terra, nesse mesmo período, 216 trabalhadores e agentes de pastorais foram assassinados, muitos perseguidos, ameaçados, presos, casas e plantações destruídas.

É importante destacar que antes desses registros da CPT, foram muitas as lutas que fizeram parte da resistência do povo.

Canudos, Contestado, Trobas e Formoso fazem parte da historia das lutas pela terra e pela liberdade no campo do país. São memórias da capacidade de resistência e da construção desses expropriados na busca pelo espaço livre onde possam ser proprietários coletivos de um tempo descompromissado com o relógio capitalistas.

São também memórias da capacidade destruidora do capital e dos capitalistas perante o temor de uma destruição inevitável. (OLIVEIRA, 1994, p.17)

Para Oliveira (2007, p. 104), o final da década de 40, os anos 50 e início de 60 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. No Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das Ligas Camponesas, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação.

As Ligas Camponesas constituem as primeiras práticas de organização em escala regional dos camponeses. Nesse sentido Bastos, (1984) destaca:

As ligas expandem-se regionalmente: primeiro em Pernambuco e, em seguida, por outros Estados do Nordeste. Esse alargamento do movimento, possível graças a condições sociais políticas propícia, tem como consequência uma alteração do projeto político de mobilização. Em meados da década de 50 criam –se políticas e organizações que propiciam a emergência dos conflitos, ampliando – se, graças as possibilidades abertas pela conjuntura política nacional, o espaço de atuação das forças políticas ligadas as classes populares. No Nordeste, alguns acontecimentos interferem diretamente nesse alargamento, constituindo – se o Congresso de Salvação do Nordeste e a estruturação da frente de Recife, nos mais expressivos. Em 1955, sob a influência da secção pernambucana da Liga de Emancipação Nacional, organiza-se o Congresso de Salvação do Nordeste, que se constitui em instrumento para a introdução, no Nordeste, das teses de desenvolvimentistas. Tendo sido preparado a partir de discussões em Sindicatos e Associações de Bairros, esse Congresso amplia os espaços dos movimentos populares. (BASTOS, 1984, p. 44)

Bastos ainda acrescenta que os principais líderes das Ligas nesse momento – José dos Prazeres e Francisco Julião – souberam aproveitar essas condições e estende a organização.

Para Oliveira (2007), as Ligas Camponesas tornaram-se, pois, o primeiro movimento social de luta pela reforma agrária que ensaiou uma organização de caráter nacional. Acrescenta:

O movimento das Ligas Camponesas tem, portanto, que ser entendido, não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiça a que estavam submetidos os camponeses e trabalhadores assalariados do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país. (OLIVEIRA, 2007, p.108)

O movimento das Ligas Camponesas inclui preferencialmente arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos proprietários – aquela parcela de trabalhadores rurais denominada campesinato – e encaminham sua luta, deixando de lado as reivindicações dos trabalhadores assalariados, que irão constituir-se na base social do movimento nascente pela sindicalização. Consideramos uma luta comum com os mesmos objetivos.

Os membros das Ligas Camponesas não compunham uma categoria imediatamente homogênea. As diferentes condições de trabalho e vida do arrendatário, parceiro, poceiro, morador e assalariado implicavam em reivindicações diversas. Ao longo dos anos, as lideranças e organizações de cunho político-partidário propunham palavras de ordem, programas de lutas, que implicavam em uma homogeneização exagerada das diferentes categorias de trabalhadores rurais e suas reivindicações. Nesse percurso, a medida que o movimento e as ligas caminham no âmbito local ou regional, e, em seguida, nacional ocorreu uma espécie de deslocamento entre movimento social e as condições sociais de trabalho e vida do arrendatário, poceiro, parceiro, morador e assalariado. (BASTOS, 1984,).

Dentro da organização das Ligas Camponesas, os líderes, bem como o conjunto de camponeses, utilizavam um conjunto de mecanismos que ajudavam na luta e na construção de estratégias de enfrentamento. Bastos (1984) relata que na divisão das Ligas e no trabalho de proselitismo, Julião afirma ter contado com três instrumentos: o Código Civil, a Poesia e a Bíblia. Ele acrescenta que o camponês tem um respeito quase reverente pela lei e descobrir que essa mesma lei serve para defendê-lo é quase uma revolução.

A partir das Ligas Camponesas e junto com elas, vários tipos de lutas e resistências foram sendo desenvolvidas em todo Brasil.

A luta pela terra é uma importante dimensão da questão agrária e da implantação de assentamentos rurais no Brasil. O assentamento é o ponto de chegada da luta camponesa à terra e, ao mesmo tempo, seu ponto de partida, em um processo contínuo de luta para a afirmação de sua sobrevivência e reprodução como classe social Oliveira (2006, p 58), pois os assentamentos podem ser entendidos como:

[...] a [criação de novas unidades de produção agrícola], por meio de políticas governamentais visando ao [reordenamento do uso da terra], em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como seu significado remete à criação [fixação do trabalhador na agricultura], envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária.

A partir da interpretação acima, entende-se que uma política pública voltada para a fixação do homem no campo só foi implantada em virtude das pressões e reivindicações das lutas dos camponeses ao longo da história. Oliveira (2007, p. 177) afirma que a reforma agrária no Brasil é uma conquista dos movimentos sociais e, só ocorre quando eles vão à luta.

Para Stédile (1997), o debate em torno da pertinência de transformações fundiárias tem sido recorrente na cena política brasileira, nos últimos 50 anos, estimulado pelas ações dos trabalhadores do campo organizados em torno da reivindicação do acesso à terra.

Os assentamentos rurais brasileiros são frutos de intensas lutas pela reforma agrária promovida pelos trabalhadores rurais. Desempenham um importante papel no espaço rural

brasileiro devido a contribuição social e econômica que podem gerar com a produção de emprego, a diminuição do êxodo rural, o aumento na oferta de alimentos, os incrementos na produção agropecuária e a elevação. Embora com número limitado e com uma grande população ainda demandante por terra, os assentamentos são espaços importantes das transformações da questão agrária brasileira desde os anos 60.

É por isso que a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil, é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX, um século por excelência da formação e consolidação do campesinato brasileiro como classe social. (OLIVEIRA, 2007, p. 135).

Os dados sobre conflitos fundiários e violência no campo no Brasil no ano de 2014 indicam a permanência de um padrão de conflitualidade que é constitutivo da nossa história, cujo cerne é, como diversos pesquisadores tem apontado, o acesso a terra. As disputas em torno desse bem revestiram – se de diversas formas ao longo do tempo, mas sua raiz está no processo de transformação da terra em equivalente de mercadoria e, portanto, na criação de condições para sua livre compra e venda no mercado e apropriação da renda fundiária. A mercantilização subjuga e tende a diluir outros significados dados a terra pelos que nela vivem. (CPT, 2014).

Os dados de 2014 mostram a continuidade de conflitos por terra, em patamares semelhantes aos dos anos anteriores com 1.018 ocorrências.

Depois de anos de luta, aprendizado e organização, o MST tornou-se também um importante mediador político no panorama das lutas antiglobalização. (MOREIRA, 2006, p. 91)

As lutas acontecem a partir da necessidade de cada grupo e de cada período, temos por base os anos 1990 em que a luta pela reforma agrária se coloca num ambiente distinto, o desemprego no meio urbano tende a diminuir o êxodo rural, fazendo com que a reforma agrária seja vista como uma possibilidade de criar empregos, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais rurais apostam na viabilização de assentamentos. Com isso há um forte investimento na capacitação dos trabalhadores e, conseqüentemente, na formação de cooperativas, associações, entre outros.

Para Oliveira (2007, p. 133) foi, portanto, na década de 90, que as lutas pela reforma agrária aprofundaram-se, e o Estado teve que responder com políticas públicas de assentamentos fundiários. Reforçamos mais uma vez que a Reforma Agraria no Brasil só acontece por meio da pressão popular.

Baseado no que foi dito por Oliveira, as lutas camponesas ocorreram em virtude de diversas razões sempre tendo as formas de organização como mecanismo de enfrentamento do momento.

É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes, uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e em outra frente, lutam para permanecerem na terra como produtores de alimentos fundamentais a sociedade brasileira. São, portanto uma classe em luta permanente pois diferentes governos não lhes tem considerado em suas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2007, p. 135)

Com a intensificação da luta pela reforma agrária através dos camponeses e dos movimentos sociais do campo, desde a década de 1960, há uma reação dos ruralistas (latifundiários) que criaram a UDR – União Democrática Ruralista contra a luta pela terra, aumentando os conflitos por terra, ameaças e assassinatos no campo.

Mesmo identificando algumas mudanças na conjuntura do campo brasileiro, as lutas e resistências continuam e, vários sujeitos vão surgindo nesse cenário.

As lutas camponesas não são recentes no Brasil. O campesinato confrontou-se muitas vezes com fazendeiros, latifundiários, grileiros, empresários e o Estado. No entanto, os registros dessas resistências são praticamente ignoradas pela história oficial. A questão da terra é não só uma questão econômica, do campo técnico produtivo, mas sobretudo uma questão de justiça social e de afirmação ou negação democrática. (CPT, 2014).

Nos dias atuais as lutas acontecem tanto no campo como nas capitais onde estão localizados os órgãos de governo, empresas e bancos.

Compreender a luta pela terra e especialmente pelos territórios no espaço brasileiro é ao mesmo tempo compreender a formação do território brasileiro constitui um estudo urgente e necessário. Cada época uma luta e uma história diferente tendo sempre como foco a luta pela conquista da terra.

São perceptíveis avanços por meio de assentamentos e experiências bem sucedidas, porém a figura do latifúndio aparece com muita intensidade. As políticas de reforma agrária desenvolvidas no Brasil não têm alterado significativamente a estrutura agrária brasileira. O que aparece são outros atores no cenário do campo, surgindo a necessidade de novos campos de lutas. Porém, quanto a questão agrária brasileira, compartilhamos com as afirmações de Oliveira (2007) quando afirma que, em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil.

A questão agrária brasileira e os conflitos territoriais, estão presentes em todas as regiões, com menor ou maior intensidade. Estudos relacionados a questão agraria mostram as regiões Norte e Nordeste como as que apresentam grandes conflitos territoriais.

Considerando que a região Nordeste foi a primeira a ser explorada com a chegada do capital, nos últimos anos, essa região se tornou alvo de disputa e conflitos territoriais devido ao avanço dos grandes projetos do capital.

2 QUESTÃO AGRÁRIA NO PIAUÍ: Posse e propriedade, conflito e resistência na luta pela/na terra

2.1 O contexto das lutas e questão agrária no Nordeste

O cenário de disputa territorial envolvendo os conflitos agrários sempre esteve presente no Nordeste brasileiro. A região se configura como a primeira a sofrer a interferência do modelo capitalista, algo que vem sendo reforçado até o momento. Para Andrade (1986, p. 65) a costa nordestina foi, inegavelmente, dentre a grande extensão litorânea brasileira, a primeira a ser explorada.

Para compreender os conflitos existentes no Nordeste, é necessário compreender suas especificidades. O clima é o elemento mais essencial na sua paisagem, o Nordeste está dividido geograficamente em Zona da Mata, Agreste e Sertão. A primeira é uma região quente e úmida, próxima do litoral, com altos índices pluviométricos, a vegetação natural seria a Mata Atlântica, contudo desde a época colonial, essa área se dedica a agro exportação de açúcar e algodão. O Sertão, área que forma a região do Semiárido, devido ao clima semiárido, é a zona mais extensa do Nordeste e ocupa 90% da área total. O clima do Sertão é quente e se constitui por duas estações definidas, uma mais comprida, seca, e outra mais curta no verão, chuvosa. A população se concentra mais nas áreas serranas devido à sua maior concentração de umidade.

Moraes (2002-2003) busca explicar os vários elementos que constituem o Sertão. Para ele, o Sertão não é portanto uma obra da natureza, o elemento humano é submetido as forças do mundo natural.

Moraes reforça que:

Na verdade, o sertão não é um lugar mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Uma realidade simbólica: uma simbologia geográfica. Construção de uma imagem, a qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente. (MORAES 2002-2003)

A diferença é assim, paisagística mas, sobretudo cultural.

Sertão também é definido como um lugar ocupado por povos diferentes. Tem – se o sertão como um qualitativo de lugares em torno da geografia colonial que reproduz um olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam – se do sertão que qualificam caatinga, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço. MORAES 2002-2003.

MORÃES (2000), na tese de doutorado, reforça o entendimento de sertão a partir da literatura. A autora destaca como ele é visto, bem como faz referências aos personagens e os elementos do Sertão. Entre eles, O sertão, de Capistrano de Abreu e Os sertões de Euclides da Cunha

Ao longo das três primeiras décadas do século XX, o sertão ganha cada vez mais visibilidade através de personagens como Padre Cicero do Juazeiro, Lampião, dos cantadores e da produção intelectual. Dos anos 30 aos anos 60, embora o sertão rebelde começasse a ser domesticado, aumentava ainda mais a sua imagem de realidade regional distinta e nacional, através da música de Luís Gonzaga, do cinema de Glauber Rocha da literatura de Adriano Suassuna, das econômicas de Celso Furtado, de instituições com SUDENE, etc. segundo Almeida (1982) APUD MORÃES 2000, houve um lobby do Sertão durante esses anos; o sertão era apresentado como região carente, mas rica de valores nacionais, demandando do Estado recursos materiais (obra contra a seca etc.)

Quanto ao Nordeste de forma geral, Manoel Correa de Andrade, foi um dos maiores conhecedores da realidade nordestina. Para Andrade (1986 p. 03), o clima é o elemento que mais marca a paisagem no Nordeste.

Mesmo tendo o clima como o elemento principal e o Sertão como a área que mais caracteriza o Nordeste, é preciso compreender as especificidades do próprio Sertão. Andrade (1986) destaca.

No Cariri e nas serras frescas há um contraste muito grande com as áreas sertanejas vizinhas. Os habitantes deste verdadeiro oásis de verdura no meio do deserto cinzento de caatingas, geralmente não gostam até de ser chamados sertanejos. Sentem que é maior a semelhança do seu vínculo com a Mata distante do que com o Sertão próximo. O contraste é determinado pela topografia, devido a presença de serras, pois o Cariri fica ao pé da Chapada do Araripe, na vertente cearense, e as serras úmidas, como ocorre com a de Triunfo; é determinado também pelos solos, em geral espessos e escuros, só aparecendo exposição das rochas subjacentes nos pontos mais acidentados; pela vegetação luxuriante onde a mata primitiva ainda não foi destruída e pelas espécies muito densas em solos que já foram lavrados; pela atividade agrícola que se constitui a pecuária típica do Sertão. Estas “manchas úmidas”, determinadas ora pelas condições climáticas, ora pela estrutura geológica, constituem verdadeiros oásis em meio do peneplano semiárido. Dentre elas destacam-se sua grande extensão o Cariri (7.649 km²) e a região de Triunfo (quase 500 km²). (ANDRADE, 1986, p. 220)

Os problemas no Nordeste são divulgados ou propagados nos meios de comunicação e até nos espaços públicos associados a fatores naturais, especialmente o clima. Porém, diante do exposto, fica evidente que os problemas estão diretamente ligados a forma que ocorreu a ocupação e exploração do espaço Nordestino. Historicamente a estrutura fundiária é baseada na grande propriedade e no latifúndio, que recebe apoio, subsídios e proteção do Estado. Os pequenos produtores não dispõem de uma política favorável à sua reprodução, daí vai surgindo a luta pela posse, propriedade e uso da terra.

Pretendemos focar a discussão para o Nordeste do Brasil, a partir de alguns argumentos. Suas especificidades dentro das grandes regiões, as lutas historicamente ocorrida nesse espaço e a questão da territorialidade.

Quanto a territorialidade, Almeida (1989, p. 39) afirma:

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mutua, informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes.

Tendo como base as afirmações de Almeida, percebemos que o Nordeste em meio a disputa territorial que se constituiu ao longo de sua história, o povo originário foi construindo sua territorialidade a partir do uso comum da terra e de suas identidades.

A noção corrente de terra comum é acionada como elemento de identidade indispensável do território ocupado e das regras de apropriação, que bem evidenciam, por meio de denominações específicas, a heterogeneidade das situações a que se acham referidas, a saber: terras de preto, terras de santo, terras de Irmandade, terras de parentes, terras de ausente, terras de herança, e ou terras de herdeiros e patrimônio. (ALMEIDA, 1989, p. 48)

Em termos gerais, entretanto, parece que o grau de solidariedade e coesão apresentado pelos camponeses nessas terras de uso comum tem sido forte o bastante para garantir a manutenção de seus domínios. (ALMEIDA, 1989)

Referindo –nos as especificidades regionais, podemos afirmar que o Nordeste é um espaço de contrastes entre um lado vulnerável e outro de grande potencial econômico. Conforme Andrade (1976, p. 61), o Nordeste é a um só tempo tudo isso, porque é uma região de contrastes, onde encontramos uma área de clima semiárido, sujeita a secas frequentes e calamitosas, os rios são temporários, tendo a leste uma área úmida onde cultiva cana – de – açúcar, região da mata da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas e o cacau – sul da Bahia.

A partir dessas contribuições de Andrade surgem as indagações para esses contrastes. Os problemas estão nos fenômenos naturais, na sua localização ou na vontade política de buscar soluções para os fatos? A região que dispõe de um potencial econômico tem desenvolvido os mesmos? E como acontece esse desenvolvimento? As respostas a essas indagações estão sendo estudadas por meio de investigações de realidades, porém, nosso estudo busca além das respostas a essas indagações, os fatos, investigando e buscando proposições.

Andrade por meio de um estudo sobre o planejamento regional e o problema agrário no Brasil faz algumas considerações sobre o Nordeste.

Esta diferença básica marca consideravelmente a agricultura nordestina, forçando a existência, na região, de um verdadeiro dualismo, do ponto de vista sociológico, de vez que enquanto os produtores de produtos valorizados, de exportação, tem alta renda e vivem em uma plena sociedade de consumo, os pequenos agricultores vivem com rendas baixíssimas e com níveis típicos das sociedades pré-industriais. O Nordeste dispõe de grandes áreas que podem ser conquistadas para a atividade agrícola, a conquista dessas áreas e a expansão da agricultura dependem de uma melhoria das condições técnicas em que ela é feita e de maior aplicação de capitais. A agricultura tem grande importância para a economia nordestina não só como fornecedora de alimentos a população e de divisas, como, sobretudo, fornecedora de trabalho a uma mão de obra numerosa e pouco qualificada. (ANDRADE, 1976, p. 66 e 67).

Diante do exposto, é notório que o Nordeste se apresenta como uma região de uma agricultura diversificada, apresenta problemas agrários, com a presença do coronelismo e da concentração de poder. Esses fatores dificultam o desenvolvimento da região. As questões naturais sempre aparecem dentro desse cenário de contraste, apresentando de forma positiva devido a riqueza que a região possui e negativa devido a vulnerabilidade desses recursos em algumas partes e da concentração da riqueza.

A região Nordeste historicamente foi marcada por contrastes sociais associados na maioria das vezes aos fatores naturais e econômicos. Desse entendimento Barcelar (2000) faz vários destaques dando ênfase aos modelos econômicos introduzidos na região e as mudanças que vêm ocorrendo na economia, na vida das pessoas e na configuração do próprio espaço nordestino. A autora também destaca como acontece a questão da produção no Nordeste principalmente relacionada a agricultura em grande escala, enfatizando que as mudanças ocorreram no perfil produtivo da agropecuária nordestina, estavam voltadas para a produção cujo beneficiamento se dará fora do Nordeste, em alguns casos, fora do país. Um exemplo é a expansão da monocultura da soja, expandindo do oeste da Bahia para o sul do Piauí e Maranhão. Toda a riqueza do Nordeste sempre esteve voltada para a exportação, outro exemplo é a extração mineral que também atende o mesmo objetivo, exportação.

ARAÚJO (2000) no mesmo texto ainda destaca a participação do Estado no incentivo ao crescimento aos grupos econômicos. Investindo, produzindo, incentivando, criando infraestrutura econômica e social, o Estado se faz presente com grande intensidade na promoção do crescimento da economia nordestina.

Na economia e infraestrutura econômica e social prevalecem as velhas oligarquias. A questão fundiária que permanece intocada, é dramática e vem se agravando. É perceptível que com os investimentos tem ocorrido um aumento do PIB, ou seja, um crescimento econômico

porém, não muda o quadro social, e em alguns casos tem aumentado os problemas a exemplo, no tocante as questões fundiárias.

A realidade social revela também um Nordeste heterogêneo e complexo, múltiplo, diferenciado, apesar de alguns traços comuns e marcantes. No Nordeste, esses movimentos criaram novas áreas de expansão que abrigam hoje, estruturas modernas e dinâmicas, as quais convivem com áreas e segmentos econômicos tradicionais, contribuindo, assim, para tornar a realidade regional muito mais diferenciada e complexa.

Para Fernandes (2014, p. 40) “é nessa região que a agricultura camponesa é mais representativa e tem enfrentado os latifundiários na busca de garantir seus territórios”.

Fernandes (2014, p. 43) ainda destaca que, “mesmo empobrecidos, com pouca ou nenhuma tecnologia, sem recursos e com pouca terra, o campesinato nordestino é responsável por grande parte da segurança alimentar do país”.

É possível considerar também que os diversos problemas existentes na região Nordeste têm uma relação direta com a formação de ocupação desse espaço ao longo da história, considerando que foi no Nordeste que iniciou a primeira exploração pela coroa portuguesa. No processo de formação histórico - regional, milhares de famílias que ficaram fora do processo de concentração monopólica da terra disputaram pequenas parcelas para fundar suas explorações de ostensiva insuficiência econômica. (FIQUEROA, 1977, p. 124).

É notório que o desenvolvimento do Nordeste em especial das comunidades camponesas, está comprimido por um modelo imposto desde a colonização e sendo reproduzido até os dias atuais, modelo desfavorável e excludente, por formas anacrônicas de organização econômica e social de sua agricultura, por uma política econômica nacional e internacional que beneficia pequenos grupos de interesses específicos.

O Nordeste não pode ser visto a partir de um ponto de vista apenas, os maiores biomas brasileiros têm parte de seu território dentro do Nordeste. Ou seja, o Nordeste não é só caatinga com a predominância do clima semiárido ou região semiárida. O Nordeste é também cerrado, mata atlântica, área de transição e vegetação litorânea. Porém não podemos negar que na região da caatinga além de dispor de uma grande área atingindo basicamente todos os estados exceto o Maranhão, esse é um dos biomas mais vulneráveis, fora que as políticas públicas destinadas para essa área específica nunca foram pensadas ou desenvolvidas como deveriam. Dessa forma, conforme Fiqueroa:

De todas as regiões do Nordeste rural, a zona semiárida constitui a principal zona – problema, pela periódica ocorrência de fortes períodos de seca, que reduzem significativamente os volumes de produtos e incidem drasticamente sobre uma

ampla população sem terras e de recursos financeiros. Do ponto de vista físico, a principal característica dessa região diz respeito as limitações de seus recursos naturais e a sensível irregularidade de suas precipitações. (FIQUEROA, 1977, p. 12).

Dentro da especificidade do Nordeste, destacamos a região do Semiárido, por compor a maior área no espaço nordestino. O Semiárido compreende um conjunto de unidades geoambientais, com ocorrência de diferentes tipos de vegetação com o predomínio do bioma Caatinga. Dessa forma podemos afirmar que o problema do Semiárido é mais político que natural, uma vez que a região, mesmo convivendo com um índice pluviométrico reduzido e mal distribuído no tempo e no espaço, existem outros recursos e, sobretudo nos últimos anos têm sido desenvolvidas as experiências de convivência.

Dentre as experiências desenvolvidas no Semiárido destacamos as cisternas de placas construídas ao lado da residência para captar e armazenar água da chuva para o consumo humano, cisterna calçadão que capta água da chuva por meio do escoamento próximo a residência e é aproveitada para a produção de pequenas hortas no quintal da residência, tanque de pedra construído nas proximidade de escoamento vindo de vários espaços da região transformando –se em um pequeno açude, barragem subterrânea que se constitui em um espaço de fertilidade do solo.

Foi no Nordeste brasileiro que se desenvolveram as principais lutas e movimentos de resistência a exemplo da Balaiada, Sabinada, Guerra de Canudos, o movimento das Ligas Camponesas e muitos outros. Nessas e outras lutas temos destaques de pessoas que lideraram diversos movimentos como Antônio Conselheiro, Zumbi dos Palmares, Margarida Alves, Pedro Teixeira, Elisabete Teixeira e vários outros que estão na memória e na luta de muitos que seguem seus exemplos.

Para Oliveira (1994, p. 20), o fim da escravidão no século passado não foi suficiente para remover as injustiças sociais, e o Nordeste latifundiário viu nascer no sertão a luta sangrenta de Canudos. Camponeses e exército lutaram violentamente por mais de um ano.

O documento *Pela Vida No Nordeste, CPT Goiânia – GO* (1984, p. 27) destaca que a luta dos trabalhadores, a luta popular do Nordeste recusa qualquer análise simplista, linear. Nenhum método mecanicista será capaz de desvendar os complexos liames deste conflito agravado ciclicamente durante os períodos de estiagem.

O mesmo documento afirma que é possível identificar diferentes níveis de organização nas lutas populares no Nordeste. Essas lutas vão desde a explosão “espontânea” que resulta nos saques a armazéns da COBAL, as feiras livres dos povoados do interior, das casas de

comércio particulares, os supermercados, passando pelas ações coordenadas pelo Movimento Sindical, até as lutas para permanecer ou reocupar terras de onde famílias foram expulsas.

As lutas populares no Nordeste desencadeiam, conforme a conjuntura no momento iniciada pela invasão dos colonizadores, passando pelos indígenas, seguido pelos negros depois contra o monopólio da terra, com destaque a luta e resistência das Ligas Camponesas e nos dias atuais com a chegada dos grandes projetos do capital.

Oliveira faz destaque para as lutas no século XX.

O século XX tem sido rico em exemplos de luta pela terra e dois processos tem atuado no sentido de soldar o movimento camponês no Brasil. De um lado a tentativa de resgate de condição de camponês autônomo frente a expropriação, representada pelos posseiros e sua luta contra fazendeiros grileiros. De outro lado, o movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados. (OLIVEIRA, 1994, p. 22)

Diante do exposto fica evidente que as lutas no Nordeste se constituem numa luta secular, desde a invasão dos colonizadores até os dias atuais com a invasão praticada pelas grandes empresas do capital. Vale destacar que assim como nas demais regiões do Nordeste, no Piauí não é diferente, nos últimos anos, o avanço do capital nas comunidades rurais do estado do Piauí tem constituído preocupações e gerado grandes conflitos entre as grandes empresas do capital e as comunidades tradicionais atingidas.

No Estado do Piauí, configura a mesma estrutura agrária nordestina e brasileira, fruto do modelo de colonização. Adad e Lima destacam que o estado do Piauí foi colonizado sob a égide de uma violenta luta armada pela posse da terra.

A Balaiada representou a luta pela liberdade e posse da terra, na qual participavam escravos, camponeses sem terra e pequenos proprietários. No Piauí, esta luta se configurou num levante deste seguimento da sociedade contra os poderes locais que se consolidaram, principalmente a oligarquia política de Manuel de Sousa Martins. (ADAD; LIMA, 1987 p. 83)

De acordo com o estudo realizado do Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí – 2003/2010, os problemas agrários são resultado da forma de ocupação ao longo da história. Contexto de colonização do Piauí se processa de modo espontâneo e desordenado. A posse deu-se antes mesmo da demarcação da propriedade, que veio na distribuição das sesmarias.

A exemplo do ocorrido no Brasil, o Piauí herda do período colonial um legado de exclusão social no qual o extermínio da população nativa e a escravidão são raízes mais fortes. (PIAÚÍ, 2005, p. 10)

Da mesma forma, Andrade e Viana (2006) afirmam que no Piauí, a problemática

fundiária e a luta pela terra tem suas raízes no processo de colonização. A estrutura fundiária piauiense marcada pela concentração de terras, resultou do processo de intensas disputas entre populações nativas e colonizador. Os primeiros posseiros exerceram o domínio de extensas áreas de terras visando a implementação dos currais de gado e cavalos. O passo seguinte, consistiu na solicitação de concessões e confirmações de sesmarias visando a legalização das posses e passando consequentemente da condição de posseiros e de sesmeiros. Assim como asseveram Nunes e Abreu (1995), os latifúndios piauienses tem origem no processo de concessão de terras solicitadas a Coroa Portuguesa e que eram concedidas a partir de uma relação de bases autoritárias onde o prestígio social e as relações que o fazendeiro estabelecia com a administração da colônia era o que determinava tal concessão. (ANDRADE E VIANA 2006).

Da mesma forma da questão agrária ocorre a questão da economia do estado. Alencar e Rodrigues afirmam.

A economia piauiense e sua organização espacial desenvolveram – se a partir da pecuária extensiva, implantada pela colonização portuguesa na segunda metade do século XVII. As fazendas piauienses eram unidades produtivas auto - suficientes, localizadas em extensos latifúndios, em que era praticada, ao lado da pecuária, uma agricultura de subsistência destinada ao auto – consumo de suas extensas populações. Dessa forma, o processo de formação do espaço piauiense ocorreu da espacialização das fazendas de gado caracterizando o espaço geográfico piauiense. (ALENCAR; RODRIGUES, 2010).

Durante muito tempo, a economia agrária do Piauí teve como atividade dominante a pecuária; seguindo sua história, a atividade seguinte foi o algodão, depois extrativismo vegetal e agricultura de subsistência. (ROCHA, 1983, p. 05)

Os problemas agrários no Piauí iniciam a partir do seu processo de colonização e intensificam com a grilagem de terra. As grilagens de terras são “ocorridas pelas interferências diretas e indiretas de grupos políticos e grupos empresariais, locais e originários de outros Estados da federação.

O Piauí apresenta estrutura fundiária e distribuição de renda no campo das mais concentradas do Nordeste. Adad e Lima (1987 p. 84) confirmam que entre 1960/80, o crescimento da concentração fundiária no Piauí foi a mais intensa que no total da região. O índice de Gini, calculado com base nos dados do IBGE, mostra a concentração do acesso ao uso da terra.

O processo específico de estruturação fundiária recente do Piauí teve, portanto, como característica marcante um duplo aspecto: por um lado, a consolidação definitiva da grande propriedade e, por outro lado, o acentuado fracionamento das pequenas unidades agrícolas.

(ROCHA, 1983 p. 14).

O Estado do Piauí, convive com diversos problemas de disputa socioterritorial, fato que sempre manteve uma relação direta com os acontecimentos na escala macrorregional do Nordeste. Conforme dados da CPT (2014, p. 70) nos últimos 30 anos o Brasil protagonizou 28.805 conflitos no campo. A região Nordeste, entre as regiões brasileiras foi a que mais registrou conflitos. A seca (período de estiagem prolongas) e o acesso à água sempre foram questões presentes nos conflitos nordestinos. Outro problema que ainda permanece gerando graves conflitos no espaço piauiense é a grilagem de terras.

O conflito por grilagem se dá geralmente em terras devolutas, mas efetivamente ocupadas. A inexistência de uma justiça agrária, o fato de o Estado não ter um conhecimento exato de suas terras e, consequentemente, não haver uma demarcação destas áreas contribuíram sensivelmente para o avanço deste tipo de questão. (ADAD; LIMA, 1987 p. 86).

A partir de 1970, as terras piauienses tornaram-se alvo de políticas fundiárias desenvolvidas pelo governo estadual, pois segundo Mendes (2003 apud Araújo, 2016), em 1971 foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), com a finalidade de administrar o patrimônio fundiário estadual.

Mesmo com a criação dos órgãos responsável pela questão fundiária no Piauí, Adad e Lima (1987, p. 99) confirmam que os órgãos governamentais responsáveis pela “reforma agrária” no Piauí tem se distanciado bastante dos objetivos que se propuseram, pelo menos daqueles contidos em suas propostas de trabalho.

Após um conjunto de luta e pressão popular, o Piauí elaborou o Plano Estadual de Reforma Agrária.

Após um processo de construção coletiva iniciado em 2003, foi elaborado pelos órgãos gestores da reforma agraria no estado (INCRA, INTERPI e Crédito Fundiário), o primeiro Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí (PRRA), com o objetivo de estabelecer diretrizes estratégicas e operacionais, metas e aparato institucional para o período de 2003 a 2010, visando a implementação da reforma agraria no estado. (PIAÚÍ, 2005)

Diante do exposto fica evidente que os problemas agrários no Piauí têm sua origem no processo de colonização, que se intensifica com a grilagem de terras. Poucas foram as políticas ou ações desenvolvidas pelo Estado para resolver os problemas agrários, foram criados órgãos responsáveis por essa causa. O Plano Estadual de Reforma Agrária, quase nada alterou na estrutura fundiária, o que perceptível é o aumento dos conflitos nos últimos anos com a regularização da grilagem de terras e a abertura e instalação de grandes empresas do

capital no campo.

2.2 O avanço do capital no espaço piauiense e os problemas socioterritoriais das comunidades tradicionais atingidas: uma visão a partir dos grandes projetos

Os prejuízos causados no processo de instalação dos grandes empreendimentos, no Piauí ou em outras regiões são justificáveis para o Estado e para o conjunto da sociedade perante o bem que trazem à população como um todo, denominado de desenvolvimento. No entanto, desenvolvimento, como diria Lins (1992), é um termo que pode ser facilmente apropriado por diferentes grupos que visam a diversos fins com o uso do termo, como mascarar práticas desumanas. Ou seja, por meio do discurso enganoso de que o desenvolvimento nos padrões euro-ocidentais é o ponto máximo a que podem chegar as empresas, em conluio com governos, direitos fundamentais e constitucionais de populações são desrespeitados.

Quanto ao Piauí, Sousa destaca:

A realidade piauiense carrega uma série de violações de direitos humanos na implantação de projetos de desenvolvimento do Estado por grandes empreendimentos atraídos pelos recursos naturais da Estado e promessas nas políticas de governo, seja pelos próprios empreendimentos privados, seja nos empreendimentos da Estado na geração de infraestrutura para os mesmos. (SOUSA, 2015, p 31)

Inicialmente é necessária uma discussão do termo desenvolvimento. Para Sousa, existem vários entendimentos desse termo.

A categoria desenvolvimento faz parte de uma racionalidade que a tem como algo dado, inquestionável na sua natureza e semântica, sendo objeto discursivo apenas o estágio de desenvolvimento em que um povo, uma cultura se encontra, como problema a falta de desenvolvimento e soluções, políticas para alcançar o desenvolvimento. No entanto, a semitização da categoria desenvolvimento como bem e o bom que se encontra na ponta da seta dois projetos de vida e de felicidade, significando o projeto comum da humanidade é construção sócio histórica, datada, territorializada na aventura política de produção da hegemonia europeia. (SOUSA, 2015, p. 15)

O grupo de estudo DiHuCi¹ faz um conjunto de indagações sobre o termo desenvolvimento, uma vez que está diretamente relacionado a fatores econômicos, deixando

¹ Direitos Humanos e Cidadania do DCJ/UFPI, coordenado pela professora Maria Sueli Rodrigues de Sousa e um grupo de acadêmico do curso de Direito, foi desenvolvido um debate em torno do termo desenvolvimento, do qual surgiu a obra intitulada: *Desenvolvimento, Conhecimentos Tradicionais e Direitos Humanos: comunidades tradicionais e quilombolas do Estado do Piauí e a defesa do meio socioambiental*.

de lado o desenvolvimento do conjunto da sociedade e, principalmente o tipo de desenvolvimento que as pessoas preferem.

A ideia de progresso e história única está espalhada no projeto também único de desenvolvimento da humanidade em que caminham todas as pessoas rumo ao mesmo futuro. Outra vez, é possível afirmar que as críticas ao projeto foram consideradas no método, mas não na natureza do que seja desenvolvimento.

Portanto, a discursividade do desenvolvimento surge aqui em torno de um aumento da economia, o que na empiria trabalhada figura como violação de direitos das populações locais. Se o impacto ambiental se torna um grande problema, os impactos culturais se constituem no fortalecimento do mesmo.

Para Sousa (2015, p. 17) a substituição da categoria progresso por desenvolvimento resulta dessa crítica metodológica ao projeto: o crescimento econômico não produz a melhoria da sociedade.

Conforme documentos do II Congresso Nacional da CPT, fidelidade ao Deus dos pobres a serviço dos pobres da terra, na cidade de Goiás– GO 2005 faz um aprofundamento e reflexão do termo desenvolvimento. Podemos abordar a questão em dois níveis. Um estritamente teórico- conceitual, construindo o conceito. Essa diligência não é sem sentido, pois orienta as práticas e evita mal entendido, outro é uma abordagem prática prestando atenção ao processo real daquilo que chamamos desenvolvimento no seu sentido mais usual.

Conforme discussões desenvolvidas no espaço do congresso, esse desenvolvimento tão propagado na mídia e na sociedade não tem atingidos todas as camadas sociais. Analisando criticamente, porém, as causas reais da pobreza e da degradação, vê-se que resultam exatamente do tipo de desenvolvimento praticado. É ele que produz degradação, pois dilapida a natureza em seus recursos e explora a força de trabalho, pagando baixos salários e gerando assim pobreza e exclusão social.

Na linguagem política das empresas e dos governos, desenvolvimento é entendido como o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), crescimento econômico, modernização industrial progresso tecnológico, acumulação crescente de bens e serviços, aumento da renda das empresas e das pessoas.

Então unir esse conceito de sustentabilidade com o de desenvolvimento configura uma contradição nos próprios termos. Eles têm lógicas que se autonegam; uma privilegia o indivíduo, a outra, o coletivo; uma enfatiza a competição, a outra, a cooperação; uma evolução de todos e interrelacionados.

Dizemos ainda que desenvolvimento sustentável, dentro do modo de produção capitalista, representa um equívoco. Sim, pois se alega como causa aquilo que é efeito. Diz-se que a pobreza é a causa da degradação ecológica. Portanto quanto menos pobreza e mais desenvolvimento, menos degradação.

Logo, a biodiversidade é também uma questão econômica, social e política. Destruir a biodiversidade para “promover o progresso” pode ser pouca inteligência econômica. Mais uma vez o Brasil surge de forma privilegiada pela natureza. Esse é um dos países com maior biodiversidade do planeta.

Por essa razão a luta dos camponeses pela conquista da terra e pela Reforma Agrária enfrenta dois obstáculos fundamentais integrados entre si, de natureza político ideológica; superar o domínio político das elites e de natureza econômica, quebrando essa estrutura econômica que produz para exportação, que incorpora alta tecnologia em maquinário, adubação e sementes. O desafio é gerar um desenvolvimento que se volte para a economia local, com recuperação de culturas locais e com sustentabilidade.

São várias as reflexões do conceito de desenvolvimento, como forma de questionar esse modelo que foi implementado ao longo da história e propor formas diferentes. Para Sousa (2015, p. 28), o profetismo de desenvolvimento integrante do mesmo marco civilizacional da sociedade industrial passa a ser questionado em nome da crise ambiental e no ensejo do questionamento, a voz das plantações rurais atingidas ganhou novo eco em meio aos riscos inerentes.

Sousa ainda acrescenta:

É preciso afirmar, então, que o desenvolvimento é necessário, ainda mais num estado onde a pobreza o reconhece diante do restante do país. Porém, o mesmo precisa estar associado a responsabilidade de estudo concreto da área e ao respeito aos direitos humanos, atendendo –se aos prejuízos a população e ao meio ambiente mitigados. Não se deve privilegiar apenas uma esfera. O desenvolvimento, embora importante, não justifica a superioridade para sobressair-se diante dos demais setores sociais. O Estado e o judiciário, diante da fiscalização e da aplicação justa das normas existentes, são os responsáveis por essa atuação. (SOUSA, 2015, p 86)

Para Ribeiro (1992):

O termo desenvolvimento vai além de uma multiplicidade de fenômenos econômicos e políticos, sendo, também, algo que se situa no campo das ideias e desta forma atinge o funcionamento do direito como instrumento de pacificação social. A construção de um significado deste termo consiste em um processo de disputa política e ideológica.

Segundo Sousa (2015, p. 33) seja na tessitura do Estado-nação, sejam nas dinâmicas internas de cada país, desenvolvimento está sempre associado a produção de riquezas e

serviços.

Após uma discussão do termo desenvolvimento, associado sobretudo as questões do problema do Nordeste, é necessário retomar as reflexões do Nordeste como forma de entender o problema existente.

Nesse processo, onde predomina a lógica do capitalismo e do crescimento econômico, é introduzido um conjunto de ideologias. Conforme Oliveira:

A ideologia capitalista procura mostrar que o produto criado é produto do capital e não produto do trabalho, e que para o trabalhador garantir a sua sobrevivência, ele precisa, depende, do capital. É o capital que cria trabalho, permitindo, assim, a sobrevivência do trabalhador, afirmam os ideólogos do capitalismo. (OLIVEIRA, 2007, p. 37.)

Há ainda o emprego do antônimo de desenvolvimento, o subdesenvolvimento, empregado com a finalidade de marginalizar tudo aquilo que não se encaixa nos padrões atuais de “evolução”. Com essa ideologia, ocorre a deturpação do valor original dos conhecimentos e modos de vida tradicionais que não se enquadram no modelo estabelecido de progresso. Dupas (2006) afirma:

A era moderna emergiu com ideias, planos e propostas futuristas e com intolerância em relação aos credos da Renascença- sobretudo o culto aos antigos -, que passaram a ser rotulados como antiquados, ao passo que a palavra moderno adquiriu conotação de elogio. (DUPAS, 2006,)

Analisando e entendendo o que foi refletido por Dupas, percebemos a negação de tudo aquilo que se associe ao passado ou à antiguidade, desse modo, as comunidades tradicionais, com seu modo de vida pouco variável ao longo do tempo, são compreendidas como inferiores, merecedoras de modificações e por consequência de extinção.

Um dos meios de alienação, no que concerne ao convencimento das massas de que o desenvolvimento será benéfico, é o uso do termo como instrumento de hierarquização, ou seja, de dominação silenciosa daqueles ditos subdesenvolvidos. Desdobrando em outras palavras, os ditos desenvolvidos se colocam na posição de privilegiados e muitas vezes de redentores dos “subdesenvolvidos”, ou seja, os que proporcionarão o desenvolvimento daqueles que se encontram na base da pirâmide, sem se importarem com os meios utilizados. (LINS, 1992)

Um dos principais motivos que levam ao distanciamento as populações tradicionais do Piauí de questões complexas como a dos grandes empreendimentos é o teor técnico, o conteúdo que não é acessível à população. Além do não sentimento de pertencimento a causas

que excedem o convívio direto da população é ignorado tudo aquilo que não é palpável ou que não é sentido de imediato. Associado a esses fatores, ainda existe o processo de alienação da população, que fica a cargo dos meios de comunicação, que divulgam a ideologia enganadora elaborada pelo pequeno grupo dominante.

Porém, o poder das empresas e governos, quanto à imposição de medidas duras de desenvolvimento é embasado no consentimento ativo ou passivo da maioria da população, por impor para as mesmas um discurso da geração de emprego e renda e do desenvolvimento para a região. Em outros termos queremos dizer que, por meio do desconhecimento da questão da implantação de grandes empreendimentos, ou no caso de haver ciência dos fatos, a persistência na passividade permite que o pequeno grupo formado pelos empresários e governantes atue de forma desrespeitosa com os direitos de determinados grupos.

É intrigante que exista uma associação tão estreita entre fatores tão importantes, tais como política, economia e publicidade, podendo parecer impossível qualquer tipo de resistência contra tal organização. Seria inoportuno tratar a referida estrutura como algo simples de combater. Os métodos para se oferecer são a organização civil, e o movimento social. A principal finalidade de tais métodos é a propagação de informações verídicas quanto aos fatos que ocorrem na sociedade e acabam sendo deturpados em razão da abordagem de apenas um ponto de vista. Com isso pretende-se a mobilização social e a intensificação da pressão popular sobre aqueles que fazem a administração pública e empresarial .

O Estado do Piauí passa pela implantação de grandes empreendimentos e atividades empresariais em seu território. Junto a isso, no interior do Estado vivem-se intensos conflitos relacionados à sobreposição de terras constitucionalmente protegidas, interferência de outros sistemas no direito, proporcionando uma relativização do processo administrativo e judiciário necessário em qualquer licenciamento de obra ou atividade empresarial e gigantescas contradições encontradas em um falso progresso que gera desigualdades e problemas sociais.

Chegamos ao início do século XXI imersos em um quadro econômico com altos custos sociais, culturais e ambientais; progressos contínuos e infinitos na comunicação de diversas áreas do conhecimento científico, sem que a miséria fosse amenizada. A questão progresso é vista hoje sem levar em consideração os conhecimentos adquiridos ao longo da história e principalmente o direito de optar pelo tipo de progresso que as pessoas preferem.

Dessa forma, vai-se criando um campo de disputa e insegurança para as famílias camponesas.

Nos últimos anos, vivemos um acelerado processo de desenvolvimento do capitalismo. Essa temática tem sido um assunto que tem ampliado seu debate nos vários espaços. Porém, o

que nos preocupa são as formas como esses projetos chegam as comunidades. O Brasil viveu por muitos anos e ainda vive a luta pela conquista da terra, mas o que é perceptível é a luta pela permanência na terra dos que já são proprietários.

O desenvolvimento tal como é compreendido, um conjunto de fenômenos econômicos, no entendimento daqueles que o veem por meio da produção em grande escala, finalmente chegou ao Estado do Piauí. No entanto, vivemos um momento de ressignificação do termo no campo das ideias, surgindo um novo conceito ideológico/utópico devido à enorme visibilidade da questão ambiental, social e cultural.

O agronegócio se constitui como um poder hegemônico na sociedade atual, o qual está representado pelas grandes empresas do capital e o que se torna desafiador é esse modelo do capital privado ter um grande incentivo do Estado.

Diante do quadro dessa realidade, surge a necessidade urgente de intensificar o desenvolvimento de um trabalho junto às comunidades tradicionais voltado para a questão da resistência e do enfrentamento aos problemas onde a vida humana seja o centro. E como garantia é necessária uma intervenção qualificada em torno dos projetos do capital que chegam às comunidades sem que haja uma consulta sobre o modelo de desenvolvimento que a população prefere, causando sérios impactos socioambientais.

O clamor emitido pela própria natureza e uma nova leitura científica do nosso planeta mostram que a Terra tem suas próprias leis, que precisa de determinada cobertura vegetal para seu próprio metabolismo, e que o regime das águas depende da vegetação. Enfim, há uma intrincada rede de conexões entre seres vivos e não vivos necessários para a existência de todas as formas de vida. A substituição desta cobertura vegetal natural pelos monocultivos intensivos e extensivos está provocando a degradação dos mananciais de água, sua poluição acelerada e já se faz sentir na exaustão de rios e aquíferos e na impossibilidade de uso da água para fins de abastecimento humano. (CNBB, 2014, p 30)

No trabalho e no estudo que vêm sendo realizados pelo DiHuCi que têm entre outros resultados a publicação da obra Desenvolvimento, Conhecimentos Tradicionais e Direitos Humanos: Comunidades tradicionais e Quilombolas do Estado do Piauí a defesa do meio socioambiental vem afirmar que o Piauí, historicamente tido como um dos estados mais pobres da federação como justificativa deste quadro oriundo dos processos de colonização, está a inexistência de um projeto próprio de desenvolvimento ou a não inclusão no dito projeto de desenvolvimento nacional como afirmam os grupos que pregam o termo desenvolvimento.

Para Sousa:

O projeto de desenvolvimento levado a cabo pelo governo do Estado apoiou-se

na demanda de políticas de Estado para fomentar e garantir o desenvolvimento econômico. As políticas se estruturaram em dois vieses: infraestrutura para escoamento da produção (rodovias e ferrovias) e de energia elétrica (barragens), além de água para garantir a produção e política de incentivos fiscais ambientais para a iniciativa privada. (SOUSA, 2015, p. 21)

Sousa disse que o modelo de desenvolvimento para aqueles que pregam esse modelo, que se instalou no Piauí com apoio do Estado atende apenas a classe empresarial, principalmente o setor privado, sem considerar a existência de seres humanos.

Sousa (2015, p. 23) acrescenta que a atuação do Estado do Piauí no seu projeto de desenvolvimento não considerou o lastro de impactos sociais, culturais e ambientais provocados por seus empreendimentos de infraestrutura e pelos projetos incentivados fiscal e ambientalmente.

Sousa faz referência as especificidades de cada projeto e a forma como os mesmos se relacionam com os grupos existentes.

Os empreendimentos privados são mineradoras, produtoras de celulose através do eucalipto, produtoras de soja, de cana de açúcar, extensas carvoarias, que embora tragam promessas de muitos empregos, desenvolvimento social. Qualidade de vida da população e progresso econômico atuam descumprindo o prometido e efetivando deslocamento compulsório, apropriando –se das terras mais férteis, ocupando os espaços necessários para a reprodução digna da agricultura familiar tradicional. (SOUSA, 2015, p. 23)

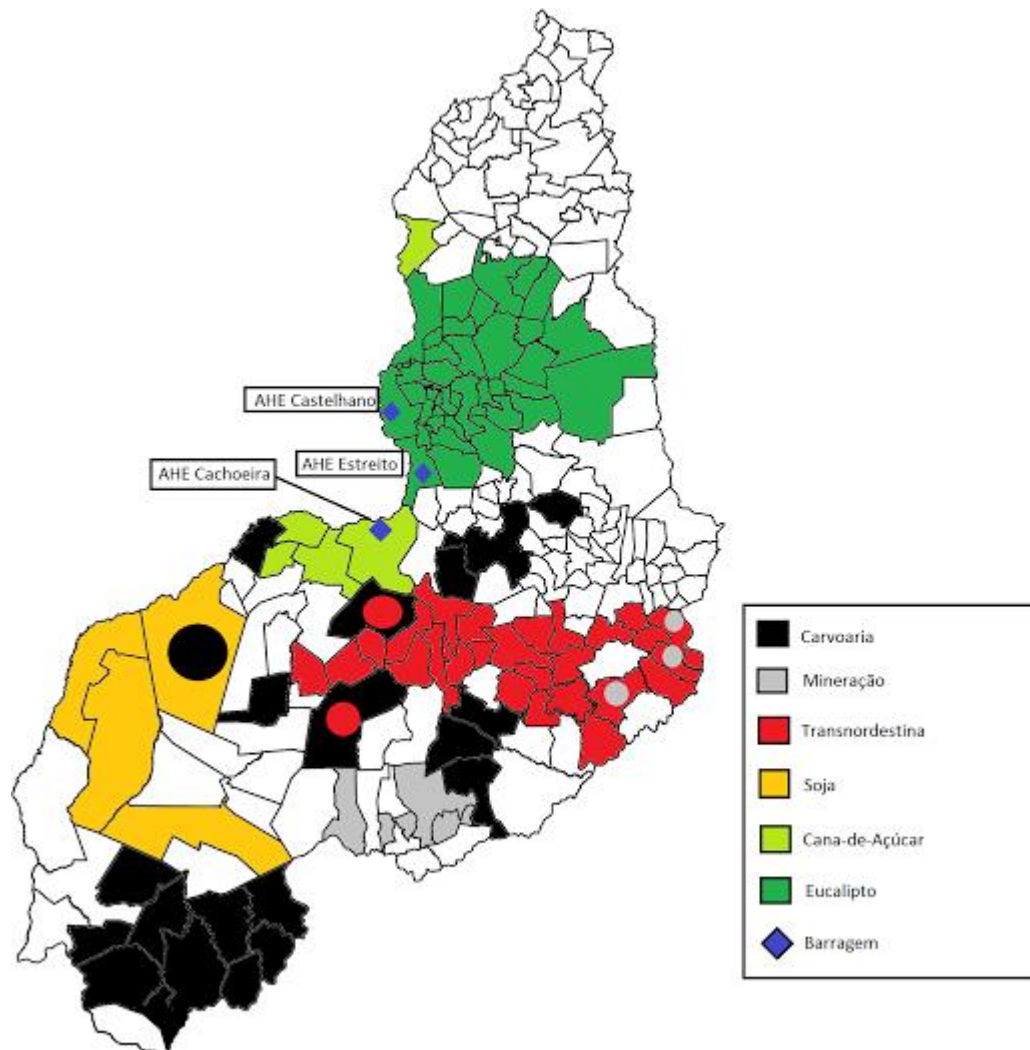
Uma leitura especializada do cenário que o Piauí apresenta, já revela que o Estado tem minério na seguinte escala: em maior volume os não metálicos (areia, amianto, ardósia e quartzo, argila, calcário, diabásio, fósforo, gipsita, granito, mármore, talco e vermiculita); os intermediários (cobre, níquel e titânio) e em menor escala ainda as gemas (opala e diamante). Esse trabalho realizado pela CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais resultou ainda em levantamento dos impactos para a exploração mineral.

Nos últimos tempos, são vários empreendimentos que não só buscam completar o conhecimento da realidade existente, mas também orientar a construção de outra organização social que não seria a projeção para o futuro das tecnologias atuais.

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante e por aqueles de área lindeiras sob a acepção corrente de terra comum. (ALMEIDA, 2008, p. 133-134).

Vejamos a localização dos grandes projetos instalados ou em fase de estudo no estado do Piauí. (Mapa 01).

Figura 1: Localização geográfica dos grandes projetos instalados e em fase de estudo no Piauí.



Fonte: DIAS; MARTINS (2014)

Dentre os vários empreendimentos instalados ou em fase de estudo para eventual instalação no estado do Piauí, destacamos os citados no mapa 1:

1. Projeto de Carvoarias, concentra-se no extremo sul do estado com destaque para os municípios de Curimatá, Avelino Lopes, Parnaíba, Corrente, Barreira do Piauí e Gilbués. Estende-se também no sentido do centro-sul até o centro-norte.
2. Mineração, concentra-se no sul e centro-sul do estado, especialmente nas divisas do estado do Piauí com Pernambuco, Ceará e Bahia. O foco maior de pesquisa está nos municípios de Curral Novo, Simões, Paulistana, Queimada Nova, Capitão Gervásio Oliveira, São Raimundo Nonato, São Braz, João Costa, Caracol, São Lourenço,

Fartura, Várzea Branca entre outros.

3. Ferrovia Transnordestina, adentra o território piauiense pelo município de Paulistana, passando por Campinas do Piauí, Canto do Buriti, Caridade do Piauí, Conceição do Canindé, Isaías Coelho, Massapê do Piauí, Paes Landim, Pajeú do Piauí, Patos do Piauí, Pavussu, Ribeira do Piauí, Simões, Simplício Mendes e Socorro do Piauí, indo até o município de Eliseu Martins.
4. Monocultivo da soja, concentra-se no cerrado piauiense no sul e extremo sul do estado abrangendo vários municípios como Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Antônio Almeida, Bom Jesus e outros. Onde foram instalados os maiores empreendimentos de benefício da soja para escoamento do Estado.
5. Monocultivo da cana, de açúcar atinge vários municípios com destaque para União. É uma das práticas do agronegócio mais antigas do Piauí.
6. Monocultivo de eucalipto, abrange os municípios da grande Teresina, território Entre Rios, porém se estende a outras regiões como os municípios de: Nazária, Palmeirais, Teresina, Monsenhor Gil, Demerval Lobão, Elesbão Veloso, Amarante, São Pedro, Regeneração, Angical, Passagem Franca, São Miguel do Tapuio, Agricolândia, Água Branca, Alto Longá, Altos, Barro Duro, Beneditinos, Campo Maior, Castelo do Piauí, Coivaras, Curratinhos, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, Jatobá do Piauí, Lagoa do Piauí, Lagoinha do Piauí, Miguel Leão, Novo Santo Antônio, Olho d'Água do Piauí, Passagem Franca do Piauí, Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, Santo Antônio dos Milagres, São Félix do Piauí, São Gonçalo do Piauí, São João da Serra, São Miguel da Baixa Grande e Sigefredo Pacheco.
7. Projeto de barragens sobre o rio Parnaíba para a construção de cinco AHEs. (Hidrelétrica).

O estado do Piauí já dispõe de uma AHE, a de Boa Esperança, construída no rio Parnaíba, no município de Guadalupe, que garante o sistema energético dos estados do Piauí e Maranhão. As cinco que estão sendo propostas atingem os seguintes municípios:

AHE – CACHOEIRA - abarca os municípios de Barão de Grajaú (MA), Floriano (PI), Jerumenha (PI), Guadalupe (PI) e São João dos Patos (MA),

AHE – RIBEIRO GONÇALVES - Ribeiro Gonçalves (PI), Santa Filomena (PI), Loreto (MA), Sambaíba (MA) e Tasso Fragoso (MA).

AHE – ESTREITO - Amarante (PI), Floriano (PI), São Francisco do Maranhão (MA) e Barão do Grajaú (MA).

AHE – CASTELHANO - Amarante (PI), Palmeirais (PI), Formosa (MA), São Francisco do

Maranhão (MA)

AHE – URUÇUI – Uruçuí (PI)

O governo do Piauí abriu espaço para a chegada dos grandes empreendimentos e lhes possibilitou diversos incentivos, tais como isenção fiscal, doação de terras e apoio político e financeiro. São percebidas nos meios de comunicação referências constantes e positivas acerca da instalação de projetos. E o ponto de partida principal do marketing desses projetos é desenvolvimento, progresso e, se relacionados ao meio ambiente, desenvolvimento sustentável. Contudo, esses empreendimentos, cujas qualidades e benefícios para a população e para meio ambiente são tão destacados, provam no decorrer do tempo suas falhas e ilicitudes.

Inicialmente, fizemos referência a sete (07) empreendimentos do estado do Piauí, a saber: 1 - Monocultivo da cana de açúcar, considerada, a prática do agronegócio mais antiga no Estado, onde foram intensos os conflitos envolvendo o empreendimento e as famílias camponesas. 2 – Monocultivo da soja, um projeto cuja prática vem sendo desenvolvida há vários anos. Além do monocultivo e da devastação ambiental fora instalada a sede da empresa Bunge Alimentos foi instalado na região. Além dos problemas, agrários, ambientais e sociais, as famílias convivem com graves problemas de saúde devido ao alto uso de agrotóxicos. 3 – Carvoarias, projetos cujo desenvolvimento está avançado em algumas áreas e em fase de instalação em outras, porém os impactos são notados em todo o território de abrangência. 4 – Cinco barragens para a construção de cinco AHE.

Optamos por não detalhar os projetos das barragens nesse trabalho por tratar de um empreendimento que no momento encontra-se suspenso conforme leituras anteriores, trata-se de um empreendimento sem muita viabilidade. Os projetos planalto Piauí que tem como meta a instalação de projeto de mineração e o projeto da Ferrovia Transnordestina serão tratados no terceiro capítulo, os mesmos são os principais projetos em fase de instalação no semiárido. Nesse espaço daremos ênfase ao projeto da SUZANO PAPEL E CELULOSE como forma de entender o modo como o Estado e os empreendimentos se instalam e a forma como chegam nas comunidades, apesar desse projeto se encontrar parado desde o início do ano de 2013, porém a matéria prima que se constitui no monocultivo do eucalipto fora plantado e, provavelmente será transportado para as fábricas quando no tempo da colheita.

A origem da história da Suzano Papel e Celulose no Piauí se deve, principalmente, a uma articulação envolvendo o Governo do Estado e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que difundiram largamente o potencial florestal do Estado, através do Programa de Desenvolvimento Florestal do Vale do Parnaíba

no Piauí.

A proposição foi apresentada como busca por uma nova “vocação econômica” do Estado. O governo oferecia como contrapartida infraestrutura e incentivos fiscais. Então, em 2008, a Suzano lançou o plano de expansão contendo a construção de duas plantas industriais no Maranhão e Piauí, além da ampliação da unidade de Muruci, ao sul da Bahia.

O empreendimento abrange o plantio comercial de eucalipto visando constituir uma base florestal que atenda a demanda por madeira na produção de celulose. A proposta do projeto abrange um raio de 120 km a partir do município de Nazária (a 30 km de Teresina). As justificativas para a implantação do projeto são: o surgimento de novos negócios e empregos (estimativa de 2420 empregos diretos e 9680 indiretos,); atração de pessoas e empresas; dinamização da economia estadual; a melhoria da qualidade do solo; a preservação e conservação das florestas nativas; e melhoria do microclima regional entre outras, segundo o Relatório de Impactos Ambientais - RIMA.

O empreendimento conta com opiniões diversificadas: de apoio, considerando os impactos positivos no desenvolvimento do Estado e de crítica, considerando os impactos negativos, em especial, o desflorestamento da mata nativa marcada pela diversidade e substituição por monocultura de eucalipto, com argumentos de que a monocultura de eucalipto causa danos irremediáveis ao meio ambiente, provocando destruição de biomas, desaparecimento de grande contingente de espécies da fauna local e um considerável desequilíbrio biológico; danos ao patrimônio cultural da região (serão 38 municípios afetados pelas florestas de eucalipto) em troca de empregos de baixa qualificação, o que pouco mudaria o quadro social do Estado.

Diante de estudos realizados pelo DiHuCi, através do relatório de atividades da CPT – PI de dezembro de 2012, é possível perceber que a empresa Suzano utilizou como uma das justificativas para implantação deste projeto o excedente de energia existente no estado. Este fato é questionável, posto que o Piauí apresenta frequente queda de tensão da energia fornecida à população, sendo, portanto, impossível nas condições atuais a instalação de uma empresa do porte da Suzano. Com isso, a justificativa do excedente de energia só se explica pela construção de cinco novas hidrelétricas no rio Parnaíba, ampliando assim os impactos ambientais. Cabe salientar que tais hidrelétricas agridem o meio ambiente em proporções desmedidas e deslocam compulsoriamente populações tradicionais, que atuam no *bio-equilíbrio* natural, violando garantias constitucionais desses povos, constituindo uma imprudência a aprovação do projeto florestal com base em um incerto excedente de energia.

O projeto pretende abranger áreas bem próximas às unidades de conservação, como a

Floretas Nacional dos Palmares e a APA da Serra da Ibiapaba. Esta proximidade poderá comprometer a preservação das Florestas Nativas devido à intensa utilização de agrotóxicos na monocultura de eucaliptos, além da contaminação do solo, córregos e rios, afetando a produção de pequenos produtores rurais vizinhos e a captação de água potável pela população à jusante do empreendimento. Em relação a essa temática, o RIMA trata superficialmente quanto à disposição das UCs e omite o fato de uma possível contaminação.

Considerando-se que o licenciamento ambiental já fora concedido ao empreendimento, entende – se a desconsideração por parte do poder público do que prevê a Constituição, Legislação Internacional e a Legislação Ambiental. Isso porque quando se atesta no RIMA o impacto de perda total ou parcial da identidade cultural e as medidas paliativas apontam para programas de educação ambiental, cultural e comunicação social, além de compensação em unidades de conservação; e quando isso é ratificado pelo Estado temos a nítida violação do que dispõe nos Art. 215 e 216, que protegem as identidades culturais e as desconsiderações da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinada pelo Brasil, que prevê uma consulta prévia às populações tradicionais afetadas direta ou indiretamente. De fato, isso não foi verificado, porquanto o que se deu foi uma “consulta” que não transpôs o corriqueiro teatro das audiências públicas.

Em relação ao cumprimento da legislação ambiental, o que há é um Relatório de Impactos contraditório, porque se por um lado propõe a criação de Unidades de Conservação como medida mitigadora; por outro, desconsidera a legislação referente às UCs, quando aloca o seu projeto tão próximo às unidades já existentes, comprometendo sua proteção, devido ao alto risco de contaminação (omitido do Relatório, inclusive).

Com a desconsideração do próprio ordenamento jurídico, podemos julgar a ação do Estado, não só ilegal, como também ilegítima, isso porque além de violar o princípio constitucional da legalidade da administração pública, em que o Estado só pode agir em consonância com as determinações legais, observando o ordenamento jurídico como um todo; ele também age ilegitimamente. No entanto, é nítida a atuação não dialógica do Estado com a esfera pública. Diante do “teatro” em que se tornaram as audiências públicas, da ausência de consulta pública, da declaração de violação de proteções constituições e do deferimento das licenças ambientais, consideramos a atuação do Estado, sob a competência da SEMAR-PI, ilícita e ilegítima nesse procedimento administrativo.

Diante de um conjunto de ilegalidade e fatores não favoráveis a empresa e, sobretudo o empoderamento de parte das famílias tradicionais, o empreendimento iniciou com a instalação e a plantação de eucalipto, porém a fábrica que seria instalada no município de

Nazária – PI foi transferida para o Estado do Maranhão, também não houve continuidade na plantação de eucalipto, os poucos trabalhadores que foram contratados já foram demitidos e, segundo relato de trabalhadores que visitamos, eles não receberam nenhuma indenização trabalhista.

Ficam evidentes a partir do projeto da SUZANO PAPEL E CELULOSE, os altos investimentos por parte do Estado, o insucesso do empreendimento e os prejuízos as familiares residentes na região, conforme relatam moradores:

“O povo da SUZANO, chegaram aqui prometendo tudo, emprego, indenização das casas, valor alto das propriedades, e nada disso aconteceu, compraram as terras de algumas pessoas que pensavam que iriam ficar ricos, e o que restou foi retirada de nossas plantas, tantas frutas boas, e o pior, tirava nosso sossego exigindo comprar nossas. Na localidade Santa Cruz onde foi plantado muito eucalipto até um olho d água que tinha secou, os trabalhadores que foram contratados foram mandados embora e nem receberam os direitos, é uma tristeza só existem os pé de eucalipto e mais nada”. (Dona Aldenoura Barros, moradora da comunidade Nova Esperança em: 10/11/2012).

“O pior foi até o acesso ao rio Parnaíba, a maior riqueza da região fomos impedidos de ter acesso, para pescar, pegar água, para o lazer, por passar dentro das propriedades da SUZANO, mais não se calamos, abrimos a cerca e estamos passando.” (Alberlilia Barros em: 10/11/2012)

O que é de notar em todos os empreendimentos na fase de sua instalação é o desrespeito aos direitos constitucionais e aos valores culturais adquiridos ao longo da vida.

Depoimentos dos camponeses mostram o descaso com relação aos direitos humanos e fundamentais dos atingidos, além da degradação imposta ao meio ambiente. Isso se explica pela atuação dessas companhias que se focam na produção em larga escala, visando a boa margem de lucros e poucos prejuízos, sem considerar quem e o processo. A principal justificativa para a retirada dessas pessoas de suas terras se centra na supremacia do interesse público sobre o interesse particular. Contudo, não se podem tratar direitos fundamentais, direitos humanos como interesse particular, pois se referem à vida das pessoas. Não se pode chegar em um local e expulsar os habitantes em nome do interesse público, argumento que na verdade apenas mascara o interesse privado das empresas envolvidas.

Diante da forma como os empreendimentos chegam ao Estado do Piauí, setores da sociedade e principalmente as próprias comunidades onde o empreendimento está sendo instalado, criaram um espírito de revolta e passam a lutar e denunciar essa realidade. Conforme pesquisa junto ao setor de documentação da CPT-PI, algumas matérias fatos relacionados aos grandes projetos do capital foram noticiados nos meios de comunicações jornais. Como a que segue

A FETAG – PI realiza Grito da Terra e é contra a Suzano no Piauí. Os trabalhadores rurais piauienses são contra a instalação da empresa produtora de papel e celulose e a FETAG PI afirma que os agricultores dos 38 municípios onde o eucalipto será plantado estão sendo aliciados a venderem suas terras. Segundo Evandro Luz presidente da FETAG – PI, a chegada da Suzano trará imensos problemas para o Piauí de início exige que os agricultores vendam suas terras. (GRITO DA TERRA, 2009)

2.3 Lutas e resistências das comunidades camponesas no Estado do Piauí

Na história da luta pela terra no Piauí, os conflitos e a constituição da realidade agrária foram se constituindo de vários momentos. Os conflitos e luta pela terra no Piauí é uma história secular. Para Dias (2014 p. 201) a memória histórica dos movimentos sociais do século XIX, sobretudo os de caráter popular, foi adulterada e praticamente apagada. E quando esses movimentos apareciam, eram mostrados como obra de bandidos ou assassinos, para não deixar traços, conotação social ou força política, a exemplo do que ocorreu com a Balaiada.

Ainda a partir do entendimento de Dias:

O recrutamento acentuava mais a insatisfação da população, que tomava consciência ou começava a perceber a situação de injustiça em que vivia, mobilizando-se contra o governo do barão da Parnaíba, no Piauí e no Maranhão. A Balaiada no Piauí é um acontecimento que escapou durante muito tempo a maioria dos historiadores brasileiros. (DIAS, 2014, p 201).

Fica evidente que a Balaiada foi uma forma de resistência que envolveu um conjunto significativo da população do Piauí e Maranhão e, na maioria das vezes a história não tem mostrado o que esse movimento representou na história desses dois Estados. No Piauí, o Baixo Gurgueia, as margens do rio Parnaíba, os vales dos principais rios por tudo quanto era biboca ou vereda foram tomados pelo movimento, que se estendeu também para fora da província, alcançando as fronteiras da Bahia, Ceará, Pernambuco e Goiás, bacia do São Francisco, vãos das serras e veredas. (DIAS, 2014, p. 204)

Desse entendimento, para maior compreensão dos conflitos da atualidade, enfatizamos os acontecimentos do período da independência. Porém, é necessário fazer uma leitura crítica dessa história para evitar a reprodução da história dos heróis que muitos historiadores e pesquisadores destacam nos relatos ao longo da História e, na maioria das vezes são divulgados e estudados a partir de um ponto de vista, ou seja, heróis construtores da pátria.

Segundo a tradição dominante e nossa história, as classes populares são incapazes de conduzir seus próprios interesses, de realizar mudanças, por serem ignorantes e alienadas. Aqueles que ousam levantar contra a ordem são considerados bandidos, subversivos, terroristas. Os movimentos sociais do período da independência do Brasil mobilizaram intensamente a população em várias partes do País. (DIAS, 2014, p. 214)

São vários os conflitos envolvendo a questão da terra, da água e dos direitos no Estado do Piauí. Com base nos registros realizados pela CPT – PI, por meio do Jornal O Lavrador que busca informação junto aos conflitos e de matérias de jornais de circulação estadual, do jornal do Movimento dos Sem Terra e de outros meios de acesso a informação, buscamos catalogar alguns acontecimentos entre vários ocorridos no estado do Piauí. Esses registros mostram que em cada período da história os camponeses estiveram envolvidos em algum tipo de conflitos e, os resultados e conquistas também estão associados com essas lutas.

Os jornais de maior circulação nacional e estadual bem como os internos dos movimentos e organizações sociais entre eles o J. T SEM TERRA do MST e o O LAVRADOR da CPT destacam várias lutas e acontecimentos desde mobilizações, a ocupação no INCRA por várias vezes.

Os registros estão agrupados por categorias de conflitos. Terra, território, água, questões ambientais e conflitos trabalhistas.

Quadro 1: Categoria dos conflitos

Terra	Território	Água	Ambientais	Trabalhistas
- Posseiros; - Ocupações de Áreas e fazendas; - Ameaças; - Despejos; - Assassinato; - Destruição das roças, plantações e casas; - Grandes Manifestações;	- Dizimação dos Indígenas - Conflitos com as Comunidades Quilombolas; - Conflitos em áreas atingidas por construção de barragens; - Comunidades atingidas por grandes projetos:	- Privatização de áreas de rios; - Construção de grandes reservatórios de Água dentro das fazendas particulares; - politicagem com os carros pipas; - Má distribuição de	- Substituição da vegetação nativa pela monocultura - soja; - Cana de açúcar; - Eucalipto; - Retirada de mananciais e Zonas Consteiras.	- Conflitos com empresa agroindustrial COMVAP; - BUNGE ALIMENTOS, - Pedreiras e Carvoarias; - Saída de Trabalhadores para o trabalho Escravo.

- Ocupações a órgãos públicos: INCRA, INTERPI e BNB;	Mineração, Transnordestina, Porque Nacional Serra da Capivara, Carvoarias.	agua no período de estiagem prolongadas.		
--	--	--	--	--

Fonte: Setor de Documentação – CPT – PI

Iniciaremos destacando os conflitos por território das comunidades tradicionais com ênfase as comunidades remanescentes de quilombo. O Jornal Meio Norte, de 19 de dezembro de 1979, na página 02 destaca um conflito envolvendo as comunidades tradicionais que residem na comunidade Tapera na zona rural de Oeiras e o tenente Vagner Torres. Destaca Matilde Brito Martins: *“Quando ouvi foi a gritaria do capitão, lembrei da minha bisavó Filipa, que sofreu bastante na época da escravidão. Nós não somos escravos e queremos que nosso direito seja respeitado”*. Segundo ela, o tenente da polícia militar, Vagner Torres, tem ameaçado de morte 22 famílias de agricultores que ocupam a área de 740 hectares na comunidade Tapera, que fica na microrregião de Oeiras, especificamente no município de São João da Varjota. Ele quer expulsá-los de lá a força, sem nenhum mandato judicial. Nossos bisavós já estavam na terra há muito tempo. *“O mais velho de nossos irmãos tem 70 anos e mora lá desde que nasceu”*, diz Matilda.

As famílias estão dispostas a lutar até o fim pelo direito de tirar o sustento da terra conquistada há anos pelos seus antepassados, a exemplo da negra Filipa, que fugiu da escravidão para viver em liberdade com outros ex-escravos, com os quais construiu a comunidade Tapera.

Esse é um caso para mostrar que no Estado do Piauí a luta por território envolveu muitos anos de luta e resistência, sem esquecer que, conforme a História oficial do Piauí, 100% dos indígenas foram dizimados no território piauiense.

Os casos envolvendo comunidade remanescente de quilombo continua. Um exemplo é a comunidade quilombola Sumidouro, no município de Queimada Nova envolvendo as familiares que lutam pelo título da terra e uma empresa de exploração de Pedras. A firma Castell descobriu a existência de minério através de helicóptero por meio de pesquisa realizada no ano de 1995, com ferramentas próprias para catalisar. As famílias identificaram a existência de helicóptero sobrevoando a região e dias depois os mesmos foram informados que se tratava da busca de localização de minérios.

A primeira pessoa que foi fazer uma sondagem na área entrou sem se identificar. Para se precaver de maiores danos, as famílias residentes na área proibem a passagem de qualquer pessoa ou entidade que não se identifique. Atualmente a área está em processo de titulação da terra, está na terceira etapa da elaboração e divulgação do relatório técnico.

Os conflitos por terra no Piauí duram mais três décadas. Um dos casos mais antigos encontrados foi um registro do jornal Folha de São Paulo, de 01/07/1977, p. 23, que dá conta de que diz o Juiz de São Raimundo Nonato, Raimundo Torres de Oliveira, pediu a secretaria de Segurança do Piauí reforços policiais para evitar um conflito armado entre 100 homens no povoado Poço Alegre na divisa com a Bahia, em consequência de problemas de terra. De um lado o político da área, José Mariano Nunes, de outra a organização denominada Fundação ruralista, que tem como líder o Padre Lira Parente, que presta apoio e acompanhamento aos trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesse período nos conflitos foram feridos três trabalhadores.

No Piauí, a luta pela Reforma Agrária ampla, irrestrita e consequente tem um histórico permeado de gestos corajosos e sacrifícios de muitas vidas.

Um dos casos que chocou a sociedade piauiense foi o assassinato da cidadã Antônia Maria da Conceição, conhecida por Antônia Flor, uma referência simbólica desta luta. Trabalhadora rural de 84 anos, residente no lugarejo Gameleira no município de Piripiri – PI, Antônia Flor, que era posseira há 50 anos na gleba de terra onde trabalhava, resistiu corajosamente as muitas tentativas de despejo e foi assassinada por jagunços em sua residência, no dia 1º de dezembro de 1984. É necessário reverenciar a sua memória para que a luta camponesa piauiense pela execução de Reforma Agrária ampla, irrestrita e consequente, seja reconhecida na história contemporânea do Piauí. Por isso, foi instituído o Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária (1º de dezembro), que viabiliza o reconhecimento da cidadã Antônia Maria da Conceição como personagem da história da luta pela terra no Piauí.

A luta continua por parte de vários grupos. As famílias resistem a despejos e exigem Reforma Agrária. Mais de 800 trabalhadores sem terra realizaram uma manifestação, no dia 2 de setembro de 1986, em frente ao Palácio Karnak, sede do governo do Piauí, em Teresina. Vindos dos municípios de Esperantina, Matias Olímpio, Porto e da zona rural da capital, os manifestantes entregaram ao governador do estado, José Raimundo Bona Medeiros, uma pauta de reivindicações. (SEM TERRA, 1986, p. 7)

Esses são apenas fragmentos entre muitos da luta pela terra, porém, os mais marcantes. Os conflitos agrários no Piauí têm aumentado constantemente. O relatório de 1994 da Comissão Pastoral da Terra, no primeiro capítulo, apresenta a violência a cada dia: no Brasil, 485 conflitos indicam infelizmente, que a tensão no campo não diminuiu. Houve no Brasil 47

assassinatos e cresce o número de ameaças de morte, da destruição de casas e roças. Aumenta também o número de famílias que ocupam terras e pressionam o Governo pela Reforma Agrária e qualidade de vida no campo.

As ameaças envolvendo líder religioso da igreja católica se intensificam, vários jornais, entre eles Jornal do Brasil (09/01/1989, p. 05), jornal O Dia (25/01/1989), Correio brasiliense. Durante o ano de 1989 o bispo da cidade de Picos Dom Augusto Alves da Rocha, um dos 31 bispos marcados para morrer, segundo a Comissão Pastoral da Terra, é um dos bispos mais atuantes em defesa da Reforma Agrária. Ele organizou a primeira romaria dos sem terra, que reuniu 15 mil camponeses na cidade de Oeiras - PI.

Conforme matéria do Jornal Meio Norte, de 04/10/1989, p. A/04, cerca de 80 lavradores, representando as 280 famílias da fazenda Lisboa e Marrecas em São João do Piauí, ocupam a sede do INCRA na cidade de Teresina. Trata -se da primeira ocupação no estado do Piauí, organizada pelo MST.

O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra organiza sua luta junto com os trabalhadores utilizando diversos mecanismos de enfrentamento entre os quais a jornada de Luta. Na Jornada do ano de 1993, alguns destaques conforme o jornal do MST, J. T. SEM TERRA nº 127, p. 11, 07/1993.

- Tumulto entre trabalhadores rurais e policiais no Banco do Nordeste
- Assentados e pequenos produtores ocupam órgãos governamentais, INCRA e BNB.
- Sede do INCRA é ocupada por agricultores que reivindicam desapropriação e créditos.

Outro destaque é Marcha pela Reforma Agrária.

Diário do Povo, 11/09/1997 Osmar Araújo acusa Hugo de compra irregular de terras;

- Assembleia cria CPI dos conflitos agrários
- Sem Terra só negocia com representante do INCRA;
- Sem Terra estão ocupando sede regional do INCRA;
- Karnak é transformado em um acampamento;
- Sem Terra farão ato público na Praça Pedro II.

Historicamente ocupar a sede do INCRA foi um mecanismo de luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Piauí como forma de reivindicar a desapropriação, regularização fundiária, créditos, infraestrutura e condições dignas nos assentamentos.

Além do INCRA, outros órgão como o INTERPI são ocupados pelos trabalhadores rurais sem terra, conforme suas necessidades de reivindicações.

Conforme o Jornal MEIO NORTE do dia 03/01/1998 Teresina teve o maior conflito de terra - Serra do Gavião o líder de 1,2 mil sem terra, Francisco Germano temeu um derramamento de sangue e pediu socorro as autoridades para evitar tragédia.

Dentro do recorte temporal e espacial, dando ênfase aos acontecimentos mais marcantes, após relatos de partes de acontecimentos em alguns anos da história, nesse espaço trazemos o ano de 1998 para mostrar que, após vários anos de lutas e resistências e a existência de várias leis, ainda convivemos com vários problemas no campo.

Vejam os quadros das lutas e resistências no ano de 1998.

Quadro 2 – Luta e Resistência no ano de 1998

DATA	LOCALIDADE	MUNICÍPIO	Há	Nº DE FAMÍLIAS	PROPRIETÁRIO	FATO OCORRIDO
30/01	Ave Verde	Teresina		10		Briga/ Queima de casas
17/03		10 municípios		200		Ocupação do INCRA, INTERPI e audiência
17/03	DNOCS	Luzilândia	6.300	600	DNOCS	Ameaças de destruição de roças, despejo e ameaça de morte.
20/02	Fazenda Canaã	União	182	180	Dep. Júlio César	Ocupação da fazenda
21/02	Fazenda Canaã	União	182	180	Dep. Júlio César	Despejo Judicial
06/02	Franco Brasileiro	Currais e Bom Jesus	16.000	105	Jó Pereira dos Santos. (Estado)	Ameaça e Expulsão.
27/01	São João	Olho D'água	70	12	OlanDoon de Sousa	Despejo Judicial
06/02	Lagoa do Piripiri	J. de Freitas	300	120	Antonio Wall Ferraz	Ameaça de expulsão negociação com o proprietário
	Lembrança	União	900	29	Milton Borges	Pedido de desapropriação pelo INCRA
12/03	Engenho Novo	Alto Longá	1.100		Banco do Brasil	Plano de ocupação da

						área por sem terra
06/04	Salobro	Teresina	430	43	Cicero Ferraz	Porcesso de encaminhamento de compra pela prefeitura
Fev/98	Tab. Litorâneo	Parnaíba	13.000	80	DNOCS	Destruição de roças e ameaça de despejo
14/04		07 municípios		200		Marcha pela reforma agrária
15/04				300		Negociação com o INCRA
16-17//04				300		Caminhada e Audiência com INTERPI e gov. do Estado
26/05	S. Domingo	J. de Freitas	940	64	Fausto Gaioso Castelo Branco	Ocupação de área/ características de quilombo

Fonte: Organização - Setor de Documentação CPT – PI – 1998.

O ano de 1999 foi marcado de lutas e pressões, como o 01 de maio, quando estudantes e trabalhadores rurais protestaram em ato organizado pela CUT.

Outro mecanismo de luta pela Reforma Agrária e melhoria para as famílias camponesas, organizado pela FETAG –PI, é o Grito da Terra Brasil. O Grito da Terra Piauí é uma manifestação local dos trabalhadores rurais que faz parte do movimento grito da terra Brasil, que tornou um marco referencial para as organizações sociais voltada para o meio rural. O primeiro Grito aconteceu em 1995, com várias reivindicações para os trabalhadores rurais. Passou a ser pauta de reivindicação todos os anos.

Os conflitos por terra envolvem vários atores da sociedade tanto do lado dos trabalhadores Sem Terra como dos latifúndios atacando –os ou defendendo-os. Conforme matéria divulgada no Jornal DIÁRIO DO POVO, do dia 04/06/2000, p. 04, o desejo de várias famílias do povoado Palmeira da Inácia, zona rural de Teresina, culminou em vários conflitos do lado dos trabalhadores sem terra com a presença da igreja representada pelo Padre Humberto Pietro Grande e do outro o escrivão da polícia federal Francisco Soares que se diz

proprietário do terreno. Desse conflito ocasionou a tentativa de homicídio e perseguição ao Padre. Soares depois negou as acusações.

Nessa mesma década os conflitos se estendem para outras regiões do Estado. É o caso da região do Semiárido. Um dos maiores conflitos agrários do Semiárido aconteceu no município de Pio IX, o conflito na fazenda São Luís, registrada com o nome de Zabulândia do Piauí S/A. Localizada na BR 020 quilômetro 56, no município de Pio IX, despejo, ameaças de morte, expulsão, pressão foram os sofrimentos que os trabalhadores sem terra passaram, os trabalhadores contaram com o apoio da CDJP, do MST e da CPT e da Diocese de Picos.

As lutas e manifestações continuam por várias partes do Estado e, vários atores vão se envolvendo nesse processo, principalmente em 2010. Informações do setor de documentação da CPT – PI, destacam:

- Quebradeiras de coco fazem manifestação em Miguel Alves e Esperantina,
- Semana da água – Limpeza das Lagoas do Norte é defendida através de mobilização
- Grito da Terra Brasil mobilizado pela FETAG – PI mobiliza trabalhadores de diversas partes do Estado.
- Marcha do MST para Teresina, Assentamento 17 de abril
- MST ocupa sede do INCRA.
- MST protesta contra agronegócio.
- Dia do trabalhador é marcado por protesto em Teresina e Esperantina.

Vejamos o quadro demonstrativo das lutas e resistência do ano de 2011.
(MANIFESTAÇÃO)

Quadro 3–Manifestações, Lutas e Resistências no ano de 2011

Município	Nome	Data	Pessoas	Organizações	Tipo de Reivindicação	Caráter da Manifestação
Teresina	Dia Nacional de combate ao T. E.	28/01	400	Fórum Estadual de Combate ao T. E. PI	Políticas Públicas	Audiência Pública e panfletagem
Esperantina	Caminhada Dia Inter. Da Mulher	08/03	300	CPT/STR	Contra a injustiça e a violência Política Públicas	Direitos Humanos
M. Alves	Ato Público/Dia Internacional	07/03	500	CPT	Contra a injustiça e a violência	Direitos Humanos

	da mulher				políticas públicas	
Teresina	Marcha das Margaridas	22/06	5.000	FETAG	Mobilizações na rua	
Teresina	Grito dos Excluídos	07/09	2.000	Fórum das Pastorais Sociais e Movimentos Sociais	Protesto e denúncia	
Teresina	Ocupação da BR 316	21/11	300	Fórum de convivência com Semiárido	Manifestação contra os grandes projetos em defesa da terra e das águas	
Teresina	Ocupação do INTERPI e SEMAR	21/11	300	MST e MOVIMENTO QUILOMBOL A	Manifestação contra os grandes projetos	
Teresina	Dia Estadual de Luta pela Reforma Agrária	30/11	110	CPT	Reivindicações de políticas públicas para o campo	
Q. Nova	Ocupação de Prefeitura	16/12	200	MPA	P. Públicas para a agricultura familiar	

Fonte: Setor de Documentação CPT – PI (março de 2012)

Mesmo nos governos ditos populares que vêm assumindo o Estado do Piauí, foram poucos os avanços e conquistas na questão agrária; dessa forma, aumentam as lutas e conflitos por terra e território. Vejamos o quadro das lutas e conflitos por terra no ano de 2015.

Quadro 4–Manifestações – Conflitos por Terra no ano de 2015

Município	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Buriti dos Lopes	Ilha do Patiaca	13/01/2015	80	Pequenos proprietários
Caldeirão Grande do Piauí	Serra dos Pereiros /empresa Casa dos Ventos/Energia eólica	31/08/2015		Pequenos proprietários
Curral Novo	Ariti/Mineradora Bemisa	19/08/2015	08	Pequenos proprietários

Curral Novo	Cachoeirinha/Mineradora Bemisa	19/08/2015	11	Pequenos proprietários
Curral Novo	Campo Limpo Mineradora Bemisa	17/08/2015	16	Pequenos proprietários
Curral Novo	Casa Nova/Mineradora Bemisa	19/08/2015	08	Pequenos proprietários
Curral Novo	Alvação/ Mineradora Bemisa	19/08/2015	10	Pequenos proprietários
Curral Novo	Baixio dos Belos/ Mineradora Bemisa	31/08/2015	24	Pequenos proprietários
Curral Novo	Borrvalho/ Mineradora Bemisa	19/08/2015	06	Pequenos proprietários
Curral Novo	Curitiba/ Mineradora Bemisa	19/08/2015	18	Pequenos proprietários
Curral Novo	Exú/ Mineradora Bemisa	17/08/2015	11	Pequenos proprietários
Curral Novo	Juá/ Mineradora Bemisa	19/08/2015	03	Pequenos proprietários
Curral Novo	Lagoa do Ovo/ Mineradora Bemisa	17/08/2015	08	Pequenos proprietários
Curral Novo	Manga Velha/ Mineradora Bemisa	16/09/2015	06	Pequenos proprietários
Curral Novo	Paredão e Palestina/ Mineradora Bemisa	17/08/2015	08	Pequenos Proprietários
Curral Novo	Quilombola Caititu/ Mineradora Bemisa	17/08/2015	27	Quilombolas
Curral Novo	Quilombola Garapa/ Mineradora Bemisa	17/08/2015	09	Quilombolas
Madeiro	Povoado Vassoural	09/09/2015	28	Posseiros
Parnaíba	Com. Pedra do Sal	11/04/2015		Pescadores
Paulistana	Com. Abelha Branca	31/08/2015	70	Pequenos proprietários
Paulistana	Com. Barro Vermelho	17/08/2015	21	Pequenos proprietários
Paulistana	Com. Caldeirãozinho	19/08/2015	14	Pequenos proprietários
Paulistana	Com. Contente	19/08/2015	32	Pequenos proprietários
Simões	Monte Santo/ Mineradora Bemisa	16/08/2015	70	Pequenos proprietários
Simões	Riacho/ Mineradora Bemisa	17/08/2015	15	Pequenos Proprietários
União	Fazenda Santa Rita III	26/01/2015	60	Posseiros
Subtotal		26	563	
Total de Conflitos por Terra no PI		26	563	

Fonte: Conflitos no Campo Brasil CPT – 2015

O Estado do Piauí, ao longo de sua história, foi marcado por conflitos por terra, vários sujeitos estão inseridos nesse processo. O Estado pelo seu poder constituído também por

políticos que representam esse mesmo poder governador, prefeito ou secretários também fazem parte desse processo conflituoso. Porém, os outros dois poderes direta ou indiretamente fizeram parte dessa história o legislativo e o judiciário não pelo seu poder constituído mais sim por pessoas que o representam. Setores da igreja católica mesmo reconhecendo a luta dos camponeses também representaram a constituição do latifúndio no Estado do Piauí.

Historicamente se constituíram no espaço piauiense as chamadas terras de santo ou terras da igreja. São terras que a igreja adquiria ao longo da história e colocava o santo padroeiro como proprietário. Entre os vários problemas no estado do Piauí merece destaque uma matéria vinculada no jornal O Estado de São Paulo, de 28 de junho de 1980 que dá conta que a diocese de Campo Maior, no Piauí, se comprometeu a vender a fazenda Boqueirão, com 14 mil hectares a um latifúndio da região. Mas logo depois foi obrigada a suspender o negócio, diante das críticas de cerca de mil moradores da fazenda, políticos e, inclusive dos próprios fiéis. Na mesma região, a igreja tem outras fazendas, a Macambira, onde crianças chegaram a passar fome, ficando muitos dias sem alimentar, vivendo apenas de um pouco de farinha e água.

Em meio as lutas e resistências, surgem também várias conquistas. Os assentamentos Marrecas e Lisboa no município de São João do Piauí, são os mais antigos organizados pelos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Segundo dados do MST, a área foi ocupada na noite do dia 09 de junho de 1984. Hoje são assentamentos com destaques que servem como base para a continuidade das lutas.

Várias conquistas ocorreram ao longo das histórias, as quais serão destacadas ao longo desse trabalho.

No Piauí, a concentração de terra se dá em quase todo o território, gerando conflitos agrários que perduram desde a criação das sesmarias. Essa concentração exclui aproximadamente 200 mil famílias de camponeses do acesso a terra. Além dos grandes imóveis rurais regularizados, há uma forte grilagem de terras “ocorridas pelas interferências diretas e indiretas de grupos políticos e grupos empresariais locais e de originários de outros Estados da federação”. O Estado, mesmo tendo leis que garantem os direitos de todos, na maioria das vezes põe-se do lado dos opressores, ou omite as injustiças cometidas no campo.

Conforme Alves 2006, a concentração da estrutura fundiária consiste não apenas na herança mais perversa do modelo econômico e da dominação que as atuais gerações herdaram do passado, mas, sobretudo, representa o reconhecimento de que as instituições não mudaram na medida em que o ambiente institucional continua favorecendo os interesses de quem detém o poder, diante dos históricos problemas fundiários do estado do Piauí. O autor dá destaque a

projetos agropecuários e a expansão do agronegócio no cerrado. Tal prática inicia nos anos 1970, mas se consolida somente em meados dos anos 1990 com a ampliação do deslocamento de migrantes sulistas e de empresas do agronegócio para aquela área. Resultou dessa ocupação a apropriação privada de amplas parcelas de terras devolutas dos platôs planos onde havia uso comunitário pela população local, as quais são transformadas em mercadorias valorizadas no mercado imobiliário.

O relatório da CPI dos conflitos agrários no Piauí, de 17 de fevereiro de 1998 aponta uma série de irregularidades do Estado em relação a política fundiária estadual. Ao invés de abrir processos discriminatórios das terras públicas devolutas para fins de assentamentos das famílias sem terra, o Estado propõe uma contra reforma agrária, pois através de suas atuações realizam vendas de terras públicas estaduais a pessoas físicas e jurídicas de direito privado, que resultam no surgimento de novos latifúndios.

Diante das irregularidades descritas neste texto e muitas outras citadas no relatório conclusivo da CPI dos conflitos agrários faz várias recomendações. São feitas entre elas está a de que a Assembleia Legislativa abra expedição de decreto legislativo anulando os títulos de terras irregulares.

No entanto, com todo um trabalho bem fundamentado pela CPI dos conflitos agrários, que constata irregularidades das mais absurdas possíveis, a Assembleia Legislativa não encaminhou as proposições postas pelo relatório e o pior instituiu a lei que regulariza as terras griladas e o executivo sancionou a pedido dos proprietários grileiros de terras uma lei estadual de regularização fundiária dos cerrados piauiense, em resumo a legalização da grilagem de terra. Lei 6.054/2011. É importante destacar o art. 8º: “As partes interessadas na regularização fundiária, nos termos desta Lei, deverão formular as suas pretensões em petições dirigidas ao Diretor Geral do INTERPI, no prazo máximo de 01 (um) ano e 6 (seis) meses, após a publicação desta Lei”.

Práticas como essa colocam o Piauí como um dos grandes concentradores de terra do Brasil. Veja quadro a seguir.

Quadro 5 - Distribuição dos imóveis rurais no Estado do Piauí.

Classes da área por hectares	Imóveis cadastrados	Áreas cadastradas (hectares)
Mais de 0 a menos de 1 (ha)	1.155	615,77
1 a menos de 2 (ha)	2.358	3.036,67
2 a menos de 5 (ha)	8.457	28.266,79
5 a menos de 10 (ha)	12.318	91.006,37
10 a menos de 25 (ha)	27.180	457.551,76
25 a menos de 50 (ha)	27.920	978.544,13
50 a menos de 100 (ha)	22.128	1.492.689,75
100 a menos de 200 (ha)	13.538	1.777.243,37
200 a menos de 500 (ha)	8.659	2.602.630,05
500 a menos de 1000 (ha)	2.988	2.034.426,07
1000 a menos de 2.000 (ha)	1.302	1.726.977,10
2.000 a menos de 2.500 (ha)	336	715.392,05
2.500 a menos de 5.000 (ha)	602	2.149.197,58
5.000 a menos de 10.000 (ha)	241	1.724.587,04
10.000 a menos de 20.000 (ha)	54	687.361,57
20.000 a menos de 50.000 (ha)	25	761.497,36
50.000 a menos de 100.000 (ha)	6	519.915,91
100.000 e mais (ha)	3	429.962,20
TOTAL DO ESTADO DO PIAUÍ	129.271	18.180.901,54

Fonte: INCRA, 2011.

Os dados da tabela acima são de 2011, no terceiro capítulo que vamos adentrar de forma detalhada no espaço piauiense, podemos perceber que esse quadro é basicamente o mesmo, a Reforma Agrária não teve avanços no estado do Piauí nos últimos anos.

No Piauí, as pequenas e médias propriedades abaixo de 1.000 hectares somam 126.741 propriedades, que representam 52,1 % da área em hectares cadastrada no INCRA. No entanto, 98,03 % destes imóveis estão distribuídos entre os pequenos e médios proprietários, ou seja, apenas 1,97 % representa os latifundiários concentra 47,9 % dos imóveis cadastrados.

Quando comparamos os dados do Estado com os do município de Bom Jesus, a concentração tem um aumento muito maior. Cerca de 84,3% da área territorial cadastrada se concentra nas mãos dos latifundiários que representam apenas 12,4% dos imóveis cadastrados. Isso retrata a concentração de terra no Piauí. No município de Bom Jesus, dois imóveis somam 322.302,02 hectares. (INCRA, 2011).

Com isso podemos afirmar que a Reforma Agrária nunca foi uma política pública prioritária em toda a história do Brasil, especialmente do Piauí, embora esse tema esteja presente há bastante tempo nas discussões sobre os problemas mais graves que afetam o país.

Para refletir e analisar um pouco mais sobre a luta pela terra e as questões agrárias de forma geral é necessário colocar algumas questões em debate.

No processo de expansão do capitalismo adotado no Brasil e na América Latina, a Reforma Agrária não foi incorporada como instrumento necessário para garantir a acumulação de capital. Pelo contrário, esse processo poderia atrapalhar a concentração da propriedade que por sua vez garante o domínio político e econômico. Associada a concentração da terra, vem a concentração da produção de alimentos, no Brasil, a mesma sempre foi garantida pela produção marginal e na maioria das vezes foi da relação de produção capitalista. Por isso as elites brasileiras nunca sentiram a necessidade de fazer Reforma Agrária.

Assim como foi mostrado na tabela dos dados sobre a concentração de terras no Piauí, conforme dados do INCRA, o Brasil continua sendo o país com um dos maiores índices de concentração de terra. No Piauí estão concentrados os maiores latifundiários, as 27 propriedades de maior extensão se somadas atingem uma superfície igual ao Estado de São Paulo. A soma das 300 maiores propriedades forma a superfície dos estados de São Paulo e Paraná. Enquanto 2,4 milhões de imóveis que representam 57,6% das propriedades ocupam apenas 6% da área, correspondente a 26,7 milhões de hectares. Na outra ponta os 70 mil imóveis que representam 1,7 % das propriedades ocupam uma área de 183 milhões de hectares, ou seja, 43,8% da área. (INCRA, 2011)

Por essa, razão a luta dos camponeses pela conquista da terra e pela Reforma Agrária enfrenta dois obstáculos, de natureza político-ideológica. O desafio é gerar um novo desenvolvimento que se volte para a economia local, com recuperação de culturas locais e com sustentabilidade.

Em meio à conjunta agrária que o Brasil apresenta, muitas famílias vivem em conflitos agrários e estão organizadas e acompanhadas por movimentos e organizações sociais. O movimento que aparece com força a partir dos anos 1980, com maior destaque é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que teve também uma grande influência da igreja católica, através das CEBs, como trataremos adiante.

Por último destacamos o conjunto de atores que intensificam no campo brasileiro nos últimos anos. Por um lado a agricultura familiar camponesa, os meios de convivência com a terra por parte das famílias tradicionais, desenvolvem o importante papel no cenário do campo

brasileiro, mesmo com os problemas de regularização fundiária, em contraposição, as elites brasileiras apresentam o agronegócio.

2.3.1 As Comunidades Eclesiais de Base CEBs, base de atuação e resistência camponesas na região de Picos - PI nos anos 1980

Historicamente foi marcada pela luta e resistência de comunidades camponesas a mesorregião sudoeste do Estado do Piauí, formada pela microrregião de Picos e microrregião do Alto Médio Canindé, que está dentro do território do Vale do Guaribas, que historicamente foi denominada de grande região de Picos, por ter a cidade de Picos como o polo de desenvolvimento da região.

A luta e resistência dessas comunidades têm início a partir das CEBs Comunidades Eclesiais de Base, e, para Boff (1986, p. 68), é povo oprimido que se organiza para a libertação. Foi a partir desse entendimento que o povo da grande região de Picos passou a se organizar.

Segundo Boff (1986, p. 72), as CEBs não se tratam de um movimento dentro da igreja, com as comunidades se trata de algo fundamental da própria igreja na base do povo. E, ainda acrescenta as CEBs significam o modo próprio de ser igreja no meio do povo, que o Espírito suscitou nos últimos 30 anos na América Latina, particularmente no Brasil.

Frei Betto afirma no documento intitulado Rumo a nova sociedade do 5º encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base – Canindé, julho de 1983, que as CEBs, são o novo modo de ser igreja, dizem os bispos. Não são outra igreja ou nova igreja.

Vejamos a seguir os passos para a organização das CEBs. Inicialmente predominava a cúpula da igreja em 1975, em Vitória (ES) que reuniu para estudo do documento vindo das próprias bases onde oficialmente se criam as CEBs. O II Encontro com a participação de representação da base aconteceu também em Vitória em 1976 com o tema Igreja povo que caminha. O III Encontro aconteceu em João Pessoa, com o tema Igreja povo que liberta com grande representante da base. O IV Encontro Intereclesial de Itaici consagrou a força de participação das Bases. Como em João Pessoa aqui também foram as bases que coordenaram todo o encontro.

Para Boff:

A comunidade eclesial de Base é constituída de um grupo de 15 a 20 famílias, ou mais, que se reúnem em torno da palavra de Deus para expressar e alimentar sua fé, discutir a luz desta palavra seus problemas, e ajudar-se mutuamente. Os participantes, em sua absoluta maioria, pertencem a base, da sociedade como operários, empregados, subempregados, donas de casa, camponeses, pequenos

proprietários, numa palavra, as camadas populares pobres. O método habitual nos encontros é o já consagrado na prática e na reflexão latino-americana: ver-julgar-agir. (BOFF, 1986, p. 94)

Buscando maior aprofundamento sobre a forma de organização através das CEBs, houve uma conversa com algumas pessoas que fizeram parte da construção dessa forma de organização desde o início e continuam atuando até os dias atuais. Entre eles, João Batista, da comunidade Boa Vista, no município de Itainópolis; Maria Francisca, da comunidade Quilombola Tigre, município de Paulistana e Osvaldina, da comunidade Quilombola Tapuio, em Queimada Nova. Conforme os mesmos, as CEBs iniciaram sua organização na região no ano de 1981. Contou com o apoio do Bispo Diocesano Dom Augusto Alves da Rocha então bispo de Picos na época. Nesse período surgiram as assembleias diocese das CEBs como forma de organizar todas as comunidades camponesas da região. Dessa iniciativa e com apoio do mesmo bispo surgiu o MEB, pois os representantes das comunidades camponesas não eram alfabetizados. Então foi utilizada a metodologia que consistia em: aqueles com maior escolaridade seria o professor dos demais, tendo com o base, além da aquisição da leitura e escrita, uma alfabetização libertadora.

Os mesmos afirmam que as comunidades Eclesiais de Base surgiram a partir da necessidade do povo, especialmente das comunidades camponesas de se organizarem tendo por base a teologia da libertação a partir da palavra de Deus. Os primeiros encontros tiveram como fundamento o livro de Isaías a partir da leitura desejo de se libertar e do Ato dos Apóstolos 2. 42- 47. Os primeiros que se motivaram na região foram as Irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria, Ir. Nilci, Ir. Noemia e Ir. Hildegarde, o Bispo da Diocese de Picos, Dom Augusto Alves da Rocha, os Pe. Otta, o Pe. Dionísio, e vários camponeses engajados na luta, entre os quais, Pedro Severo, da comunidade Jacú; Jonas Mata e José Andreilino – comunidade quilombola Chupeiro, Engraço Deolindo – comunidade quilombola Tigre; Eusébio Raimundo – comunidade Izidio, Marcimiano, Marilva e Julia de Paulistana e Osvaldina – comunidade quilombola Tapuio, Joaquim Pedro de Francisco Santos, Luís Balbino de Boa Vista – Itainópolis, França Alagadiço Itainópolis, Oneide Rocha de Picos Joaquim Braz de Francisco Santos, Cidoca de Simões e Titio de Pio IX.

Os municípios que iniciaram foram: Itainópolis, Simões, Francisco Santos, Paulistana, Jaicós e Pio IX.

É notório na região que nos município de Paulistana e Queimada Nova as organizações ocorreram na sua maioria nas mesmas comunidades que hoje são reconhecidas como quilombola.

Os espaços de formação aconteciam através da celebração da palavra a partir da vida do povo, encontros de formação e assembleias, tendo como principais fundamentos, o documento de Puebla e Medellín e a Doutrina Social da Igreja.

João Batista de Oliveira, da comunidade Boa Vista destaca os acontecimentos marcantes, os momentos fortes e as conquistas com o trabalho das CEBs.

“Acontecimentos fortes: Surgimento dos grupos de organização das CEBs, encontro das CEBs entre as próprias comunidades e diocesanos, luta contra a violência, missão da Terra, Romaria da seca, Momentos marcantes foram as ameaças as lideranças tanto direto como a partir de ideológicos, utilizando a palavra comunismo sinônimo de destruição, devoradores, terroristas.” (Entrevista concedida em: 30/08/2015)

Conquistas junto às comunidades camponesas: organização sindical, associativismo, cooperativismo, projetos produtivos, feiras comunitárias organização política. Para Boff (1986, p. 84), as CEBs se inscrevem dentro da igreja-comunhão-comunidade. Sua característica mais visível reside no fato de ser e de existir.

A CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil colocaram a questão da terra no centro da Campanha da Fraternidade de 1980 “Terra de Deus, terra dos irmãos” Um documento sobre a terra foi produzido para subsidiar a discussão nas CEBs- Comunidades Eclesiais de Base.

A CNBB (p. 92) afirma que era esta a situação quando a CNBB, em 1980, no documento “Igreja e problemas da Terra” declarava apoiar “Os esforços do homem do campo por caminhada da Igreja no Piauí. Já são 19 anos de caminhada do povo de Deus, rumo a terra e água prometida.

Segundo Boff:

Podemos já delinear alguns traços sociais e políticos das comunidades eclesiais de base: As comunidades, lugar onde a massa se faz povo, as comunidades como instrumento de conscientização, as comunidades como lugar de uma prática libertadora, as comunidades, lugar de ensaio de uma democracia participativa. (BOFF, 1986 p. 98)

A partir das CEBs, foram surgindo outras organizações em defesa dos direitos das comunidades camponesas. Oliveira afirma:

Em defesa dos índios nasceu o CIMI – Conselho Indígena Missionário e em defesa dos posseiros e colonos nasceu a CPT - Comissão Pastoral da Terra. A violência que voltava indistintamente contra os posseiros, colonos e índios passou a atingir também seus defensores padres, agentes de pastorais, advogados e lideranças sindicais ou não. (OLIVEIRA, 2007, p. 137)

Um das formas das CEBs se organizarem junto com todos os trabalhadores deu-se por meio da Romaria da Terra que anos depois impulsionados pelo tema da CF, passou a ser a Romaria da Terra e da Água. É uma ação da CNBB mais assumida pelas CEBs, CPT e demais pastorais sociais.

A Romaria da Terra e da Água faz parte da história e as Romarias da Terra e da Água do Piauí passaram a ser contadas a partir de 1988. Antes elas aconteciam como atividades diocesanas. No quadro 04 podemos visualizar as treze romarias já realizadas no Piauí, com seus respectivos temas e locais onde aconteceram:

Quadro 6: Romaria da Terra e da Água. Estado do Piauí.

Sequencia	Ano	Local	Tema
Primeira	1988	Oeiras	“Terra, água, justiça, clamor dos pobres”
Segunda	1989	Teresina	“Terra para plantar, terra para morar”
Terceira	1991	S. Raimundo Nonato	“Terra, água, trabalho, dons de Deus, direitos de todos”
Quarta	1993	Barras	: “Repartir a terra é partilhar a vida”.
Quinta	1995	Bom Jesus	“Conquistar a terra é construir a cidadania”.
Sexta	1997	Esperantina	“Terra concentrada, Vida encarcerada”.
Sétima	1999	Picos	Terra repartida, Canteiro de vida”,
Oitava	2002	União	“Terra e Água; Nossa Morada, Nossa Vida”,
Nona	2004	S. Raimundo Nonato	“Terra e Água, Fontes de Vida”,
Décima	2007	Uruçuí	“Terra é Fonte de Vida”“Eu ouvi o clamor do meu povo” no Cerrado
Décima Primeira	2009	Corrente	“Migração forçada e trabalho escravo.
Décima Segunda	2011	Campo Maior	“Salvar a Terra e a Água é salvar a vida”
Décima Terceira	2015	Oeiras	“Terra e água direitos dos povos, garantia de vida e paz”

Fonte: CNBB Regional NE 4 abril 2016

Durante esse período as Romarias da Terra e da Água se constituíram como um espaço de unir a fé com a vida, principalmente daqueles que seguem na luta pela fé cristã. Porém é

perceptível que esse espaço na conjuntura atual esteja perdendo forças, embora ainda seja um dos espaços da igreja que discute a questão da terra e das lutas e resistência camponesa no Estado do Piauí.

2.3.2 O surgimento da CPT e sua atuação junto às comunidades camponesas

A CPT é uma pastoral social ligada a CNBB, cuja ação tem como objetivo ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e efetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e da água, para estimular e reforçar seu protagonismo em suas lutas pela Reforma Agrária e agrícola e sempre na vontade de ser “Fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos povos da terra”.

Oliveira destaca:

No seio dessa realidade injusta, cruel e sanguinária é que foi gestada a CPT – Comissão Pastoral da Terra – ligada a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A ideia nasceu da Assembleia Geral da CNBB em novembro de 1974 e se tornou realidade com o Encontro Pastoral da Amazônia Legal em junho de 1975. Entre os autores da ideia encontrava-se Dom Pedro Casaldàliga, bispo da prelazia de São Felix do Araguaia que vinha forjando no seu trabalho pastoral a igreja da caminhada do Araguaia. Para isto, estava em luta ao lado dos posseiros contra o latifúndio e os governos militares que protegiam esses latifúndios. (OLIVEIRA, 1994, p. 65)

Conforme documento da CPT (1987), para entender a origem e a atividade da CPT - Comissão Pastoral da Terra: Seu compromisso eclesial e político, devemos lembrar rapidamente a situação dos trabalhadores rurais no Brasil e os problemas que pesam sobre esta classe: a concentração fundiária: 90% das terras nas mãos do latifúndio; os grandes projetos governamentais no campo; a expulsão do lavrador da sua terra; total desrespeito a legislação trabalhista; o trabalho escravo nas fazendas; a violação e a reprodução; as péssimas condições de vida das famílias no meio rural (escola, saúde, etc.); a freguesa da organização do movimento dos trabalhadores rurais; a total falta de rumos da Reforma Agrária.

O mesmo documento afirma que a CPT, que nasceu dessa situação social e eclesial, descobriu nela o sentido da sua atuação e de sua própria existência: é o serviço na defesa e construção da vida, a partir da luta pela terra.

Desde a sua criação, a CPT tem encontrado a questão da justiça no campo, não apenas como uma gestão legal, mas sob o aspecto bíblico, que é muito mais rico e amplo. Pode-se julgar uma sociedade pela existência em seu meio de oprimidos e espoliados e pela maneira como essa sociedade os trata.

O trabalho da CPT é um trabalho de base que busca priorizar a convivência fraterna com o povo, a formação integral dos trabalhadores e trabalhadoras e agentes e a memória dos mártires da terra.

A CPT nasceu na época da ditadura militar no Brasil. Foi um dos organismos criados para defender as pessoas da ditadura e abrir novos caminhos. Em nível nacional surgiu em 1975 em Goiânia e no Piauí em 1979.

Para Oliveira (1994, p. 65), com a CPT, o confronto entre a igreja, sobretudo aquela da caminhada e os grandes latifundiários e grileiros passou a crescer. O assassinato frio e calculado de padres e agentes pastorais passou a ser constante. Os padres João Burnier, Rodolfo, Ramin e Josimo, a partir de 1984, passaram a fazer parte das estatísticas dos assassinatos no campo.

Nessa época o governo deu um forte apoio a agricultura de exportação. Empresas e latifundiários foram convidados a produzir com facilidade e eles compraram novas terras na Amazônia e no Nordeste

Esta ocupação de terras por parte de latifundiários e empresas teve como consequência a expulsão dos antigos moradores das terras. Eles que nasceram e cresceram lá, não tinham documentos e muitos foram ameaçados e expulsos. Fortes conflitos de terra surgiram devido a resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras. Esses trabalhadores pediram o apoio da Igreja e a CPT foi criada.

A CPT é presença animadora no meio dos lavradores e das lavradoras que estão lutando pela posse e pela sobrevivência na terra.

Para ter uma compreensão mais clara da trajetória da CPT –PI, podemos distinguir vários períodos, cada um dos quais apresenta marcas específicas.

No primeiro período (1978 a 1984), primeiros passos para a estruturação inicial. Este período estava marcado pelo surgimento de muitos conflitos relacionados a problemática da terra. Trabalhadores, sobretudo na região norte do Estado, sofreram ameaças de toda natureza e clamavam por justiça.

Sensibilizados com a situação, seguidores da Igreja, especialmente na região de Pimenteiras e Esperantina, despertaram e tomaram à iniciativa de abraçar a luta em favor dos lavradores, iniciando assim, o processo de organização com vista a criação de um instrumento de defesa, de apoio destes resistentes lutadores pela terra e pela vida. Padres, religiosos e religiosas, leigos, leigas foram se envolvendo nesta caminhada, tornando possível a concretização dos anseios destes companheiros e companheiras.

Foi assim que a CPT – PI deu seus primeiros passos em 1978, como uma comissão provisória, inicialmente constituída por Pe. Sandro, Ir. Rosa, Suzana na região de Pimenteiras; Ir. Nair de Campo Maior; Pe. Ladislau, de Esperantina, Pe. Nery de Valença; Josino Petronilio lavrador de Picos; João Batista lavrador de Barras.

A Comissão Providência Solidária aos Bispos do estado foi um reconhecimento ao trabalho desenvolvido como pastoral da Igreja para ter um efeito multiplicador em todas as Dioceses do estado.

A CPT não nasceu como movimento, mas como serviço: um grupo de agentes para servir e lutar em favor de uma classe específica do povo, isto é, os pobres da terra.

Coerentemente com esta linha pastoral, as assembleias anuais de lavradores, a partir de 1980, determinaram temas específicos da vida do campo: estrutura fundiária do país, concentração de terra e conflitos agrários, sindicalismo e Reforma Agrária.

O segundo período de 1985 a 1994 foi marcado pelo surgimento de novos sujeitos no campo. Com a ajuda da CPT nasceu o MST e o MMTR e foram surgindo e se multiplicando cooperativas e associações, foi criado também a EFPT.

Foi também nesse período que foi aprovada a nova Constituição brasileira, houve mais uma seca no Nordeste e houve graves consequências do Plano Collor para os trabalhadores rurais. Afinal, novos desafios estavam postos para a ação da CPT.

Foram feitas várias denúncias, destacando-se aquela sobre os maus tratos aos trabalhadores da fazenda COMVAP (cana de açúcar) e aquela sobre o trabalho escravo na fazenda Bambu (grupo João Santos).

Foi dado também apoio a grupos de oposição sindical, que neste período se multiplicaram.

Para fortalecer a luta sindical no campo, foram realizadas missões sindicais, das quais resultou a criação da CUT regional em Picos, apoiada pela CPT, várias oposições sindicais e iniciativas de formação por parte da Escola Sindical Paulo de Tarso, hoje Escola de Formação Paulo de Tarso. É importante destacar que esse movimento tanto das missões sindicais e oposições sindicais aparece com maior intensidade na região de Picos, região objeto dessa pesquisa.

Foi a partir dessa década que a Romaria da Terra passa a fazer parte da agenda da igreja do Piauí, particularmente da CPT. A mesma tem sido espaço de animação e vivência da fé, de anúncio e denúncia de toda realidade de injustiça sobretudo no campo. A primeira foi realizada em outubro de 1988, em Oeiras – PI, com o tema Terra, Água, Justiça: clamor dos pobres.

A partir do ano de 1985, a CPT passou a publicar anualmente o livro de conflitos no campo, segue essa dinâmica até os dias atuais.

O terceiro período de 1994 a 1999 foi marcado pelo fortalecimento da agricultura familiar, ou seja, este período foi marcante, pela emergência do novo modelo de agricultura no estado e por grande número de ocupações de terras. Novas romarias da terra foram realizadas neste período.

Deu-se continuidade as ações de apoio a luta pela terra, em frente aos numerosos conflitos do campo. Merece destaque a ocupação da fazenda Araras em Amarante, Pedra Negra em Campo Maior e Lagoa do Piauí, em Luzilândia.

Entre as atividades da CPT, neste período, devemos destacar o acompanhamento as ocupações de terras, a participação no grito dos excluídos.

Em 1997 aconteceu o fato de grande importância para o tema água. O fórum da seca no Estado do Piauí, em que estabeleceu um novo olhar para o Semiárido, incorporando a perspectiva da convivência e criou uma nova denominação: Fórum Piauiense de Convivência com o Semiárido.

Em síntese podemos afirmar que as prioridades da CPT neste período, foram: a luta pela terra, e as condições de desenvolve –a, a preocupação com a formação de jovens e mulheres para trabalharem também suas questões mais específicas, a espiritualidade dos agentes e lavradores e a organização da CPT.

O quarto período que corresponde do ano 2000 até os dias atuais, é marcado por alguns desafios, permanência da concentração fundiária, criação da Lei que regulamenta a Grilagem de Terra e a entrada de grandes empresas do capital no campo, mas também por novos impulsos, esperanças e desejos.

Neste período a CPT – PI retomou como mais força novas demandas: a questão da água, e reativação da ação de preservação e combate ao trabalho escravo, além dar continuidade a luta pela terra e na terra. Neste processo intensificam as denúncias ao trabalho escravo, é realizado um diagnóstico no Estado, e as campanha de prevenção e combate ao trabalho escravo no Estado.

Na questão agrária, as lutas, e ocupações se intensificam, sobretudo nos momentos mais fortes, também nesse período que foi instituído no Piauí o dia 01 de dezembro como o dia de Luta pela Reforma Agrária: 01 de dezembro data que marca o assassinato de Antônia Flor, camponesa, lutadora de 84 anos fato destacado nesse trabalho na parte dos conflitos.

Foram também desenvolvidos projetos de alternativas de permanência na terra a partir das iniciativas de projetos de produção e as iniciativas de práticas e projetos de convivência com o semiárido.

Nos projetos de produção, destacam –se as hortas comunitárias, as cooperativas de produção a partir do potencial da região como por exemplo, o aproveitamento das plantas da região, a criação de caprinos, ovinos e aves e a apicultura. Nas iniciativas de práticas de convivência com o Semiárido, são destacadas a cisterna para a produção, com a construção de pequenas hortas, as casas de sementes, a barragem subterrânea, o açude trincheira e o banco de pedra.

Nos últimos anos as maiores ações da CPT estão voltadas para o combate e enfrentamento aos projetos do agronegócio que aparecem com grande força no campo. Entre os vários projetos nesse período tem destaque a monocultura da soja no Cerrado, com o maior empreendimento a BUNGE ALIMENTOS, o monocultivo do eucalipto e a implantação do projeto SUZANO PAPEL E CELULOSE. Surge ainda o monocultivo da mamona para o fabrico do biodiesel (Projeto não deu certo), as carvoarias, as pesquisa de mineração, a Ferrovia Transnordestina projetos de energia eólica, entre outros.

Nesse espaço, ampliamos esta história a partir de depoimentos de trabalhadores e agentes que construíram o trabalho da CPT durante toda a trajetória até os dias atuais. Esses foram registrados em setembro de 2009 durante o período de comemoração dos 30 anos da CPT – PI.

“A CPT é uma luz que surgiu para a defesa do homem e da mulher do campo. O trabalho da CPT sempre foi a mística e o direito de todos e todas a uma vida digna, sendo suas prioridades o trabalhador e a trabalhadora rural.

A CPT tem participado da criação de sindicatos e cooperativas, ajudando aos pequenos do campo, organizando associações, grupos comunitários e movimentos de CEBs. Para nós contar com a CPT na região de São Raimundo Nonato é uma benção. Obrigado”

(Felix Neri dos Santos (camponês residente na comunidade Pebá, no município de São Raimundo Nonato, 84 anos, agente da CPT desde o começo dos anos 80)

“A CPT surgiu num período histórico marcado pela ditadura militar e pelos grandes projetos de desenvolvimento, começando um novo calvário e perseguição contra os lavradores e as lavradoras. Ao longo desta história consolidou sua missão através da reflexão, formação e acompanhamento aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, nos momentos de expulsão, conflito, assentamento dos trabalhadores na terra. Sempre esteve presente como força de resistência aos projetos de desenvolvimento que marginalizam e excluem aos lavradores e lavradoras, substituindo – os pelos projetos de plantio de cana de açúcar, soja, mamona e outros, que surgem no Estado do Piauí. Nesse momento nos resta agradecer as pessoas que idealizam a CPT, como voluntaria desde 1982, agradeço a formação, de reflexão e incentivo para prosseguir na luta incorporada pela CPT em defesa e luta pela terra e na terra, garantia dos direitos da classe trabalhadora. A CPT faz – se respeitada porque ela é, e vive testemunho de fé e vida. Seu projeto do Reino que começa aqui na terra. Pois a terra é dom de Deus, casa de todos os

viventes”. (Ir. Maria do Carmo – Agente da CPT desde 1982)

“Falar da CPT é afirmar que a mesma, no exercício de sua missão pastoral, tem dado grande contribuição na luta por terra, água e direito. Quero destacar várias formas de luta e enfrentamento, como é no embate contra o latifúndio, que de forma injusta tira o direito de milhares de famílias que sofrem a ação de expulsão de suas posses; nas lutas sindicais, criando grupos de oposições, como forma de fortalecer a luta pelos direitos; na iniciativa de enfrentar a discussão sobre gênero, destacando a organização das trabalhadoras rurais; na participação efetiva em mobilizações locais, regionais e nacionais; além da participação em fórum da Reforma Agrária, de prevenção e de combate ao trabalho escravo, entre outros. Não quero terminar sem lembrar a organização e participação nas romarias, assim como a formação de agentes e lideranças, entre eles os jovens rurais”.

É importante ressaltar o seu compromisso pastoral, fundamentando na palavra de Deus: “Eu vi e ouvi o clamor de meu povo, e desci para libertá-lo” (Ex. 3. 7-10)” (Expedita Araújo, agente e articuladora da CPT desde o início dos anos 1980)

“A contribuição da Comissão Pastoral da Terra no Piauí ao longo desses anos na luta pela terra, foi inegavelmente imensa e marcante em vários aspectos. Esta contribuição vem se dando sobretudo através do testemunho e serviço profético dos agentes junto aos trabalhadores e trabalhadoras oprimidos pelo poder do latifúndio.

O testemunho e serviço profético da CPT tem acontecido na vivência solidária com os pobres do campo, na realização de encontros de formação de base, visitas, manifestações, ocupações de órgãos públicos, audiências, pressão junto ao INCRA e o governo do Estado, divulgação dos fatos junto a mídia, articulações nacionais e internacionais, realização de congressos, etc.

A essência do compromisso da CPT vem se dando através de uma fina sintonia entre a mística e compromisso social. O engajamento da CPT no trabalho de combate e prevenção ao trabalho escravo é um exemplo disso. Também merece destaque a missão da água que aconteceu no semiárido piauiense, pois em síntese entre o crucial problema da água e a experiência religiosa dos pobres.

A CPT nesta caminhada histórica tem estimulado e vivenciado a mística do Êxodo, onde se percebe um Deus que vê a miséria, que ouve o clamor e desce para libertar esse povo das garras dos opressores.”

(Pe. Ladislau João da Silva, agente da CPT desde o final dos anos 1970)

Diante dos relatos e dos históricos de atuação da CPT, fica evidente o quanto esse organismo contribui com a organização e resistência das famílias camponesas do estado do Piauí. A atuação da CPT acontece de forma direta a partir da ação junto com as famílias camponesas, bem como do apoio a outros movimentos camponeses.

2.3.3 A resistência das famílias camponesas a partir das ocupações e a atuação do MST no Estado do Piauí

Como foi mencionado nos itens anteriores, foi na grande região de Picos que inicia a luta camponesa pela conquista e direito a terra. Como vimos essas formas de luta e resistência passa por um conjunto de organizações, porém para maiores enfrentamentos era necessária a criação de um movimento que tivesse como campo de luta a questão da conquista da terra.

Antes de adentrar as questões específicas do Brasil é preciso compreender que em todo o país estava a necessidade do povo se organizar. Para Morissawa

Podemos dizer que a luta pela terra no Brasil nasce naquele mesmo instante em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas, onde encontravam tudo muito disponível. Os habitantes do local, então, diante de armas e intensões nunca imaginadas, teriam muito que lutar contra verdadeiro caso de invasores. (MORISSAWA; 2001, p. 57)

A necessidade de organizar as diversas formas de lutas e resistência ganha visibilidade nos diversos espaços. Conforme Morissawa 2001, p. 153), no ano de 1995, o MST ganhou maior reconhecimento da sociedade. Suas diversas ações fizeram a Reforma Agrária ser assunto diário nas discussões da sociedade e nos meios de comunicação.

Para Oliveira (1994 p. 80), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra representa no campo brasileiro um avanço em nível de organização nacional e de descoberta as mais formas de luta pela reconquista da terra.

Dessa forma, fica evidente que a luta do MST não é apenas por terra, para Morissawa (2001) a proposta de Reforma Agrária do MST implica, por si mesma, a realização de parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária e socialista. Para o MST algumas medidas necessárias: o sistema econômico, emocratização da terra e dos meios de produção, a organização da produção, uma nova política agrícola, a industrialização do interior do país, o desenvolvimento do Semiárido, um modelo tecnológico, e o desenvolvimento social.

Essa luta ganha visibilidade e surge a necessidade de assumir postura política com palavras de ordem e ações concretas. Oliveira traz alguns destaques nessa forma de resistência e organização.

Um caminho para entendê-lo é aquela palavra de ordem. Terra para quem nela trabalha, terra não se ganha, terra se conquista, sem reforma agrária não democracia, reforma agraria já, ocupação é a única solução, enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra, reforma agraria na lei ou na marra, ocupar, resistir produzir, reforma agraria essa luta é nossa, MST agora é pra valar, reforma agraria: uma luta de todos, reforma agraria: por um Brasil sem latifúndio. (OLIVEIRA, 2007, p. 140)

Essa forma de organização que o MST desenvolve tem origem em outras organizações e, isso aparece muito forte no Nordeste, especialmente no estado do Piauí. Morissawa afirma:

Podemos dizer que a história das ligas tem sua continuidade no MST. Por que? Essencialmente porque elas, tal como o MST, constituíram um movimento independente, nascido no própria interior das lutas que se atravessam pela terra. Mas principalmente porque defendiam uma reforma agraria, para acabar com o monopólio da terra pela classe. (MORISSAWA, 2001, p. 120)

Quanto a atuação do MST no Nordeste, Morissawa e destaca.

O Nordeste é o tradicional cenário de lutas e trabalhadores rurais. Essas lutas se caracterizam, nas décadas de 1940 e 1950, como ações pela permanência na terra. A luta inicia em Pernambuco com as ligas camponesas. O MST tinha, desde seu nascimento, como um de seus objetivos centrais organizar ramificações e estender suas lutas nessa região. A partir do 1º Congresso Nacional, em que participaram vários representantes do Nordeste, o Movimento iniciou seu trabalho de articulação na região. (MORISSAWA, 2001, p. 181)

No estado do Piauí o início da organização do MST começa a partir de dois municípios. Em Teresina com a organização das lideranças e São João do Piauí com as primeiras ocupações.

O MST surgiu oficialmente no Piauí no ano de 1987, porém em anos anteriores já havia a articulação no Estado. Como afirma Morissawa (2001, p. 136) a partir de 1981, a CPT começou a promover debates e encontros entre as diversas lideranças da luta pela terra no país. Os princípios do período, ligados a formação do MST, foram o Encontro Regional do Sul e o seminário de Goiânia, que constituíram as bases da realização do 1º Encontro Nacional dos Sem – Terra.

Uniram-se várias lideranças em Teresina e com apoio da CPT, do PT e da igreja católica e com lideranças nacionais entre elas, Jaime Amorim e Fátima, é criado o MST no Piauí. Como afirma Morissawa (2001, p.123), o espaço aberto para esse processo foi a CPT, sem a qual, em anos de ditadura, o Movimento não teria nascido ou talvez demoraria ainda muito tempo para surgir.

No dia 09 de junho de 1987 aconteceu a primeira ocupação de terra no estado do Piauí, que foi a fazenda Marrecas no município de São João do Piauí com 500 famílias de diversas regiões do Estado, Pio IX, Paulistana, Picos, Oeiras e São João do Piauí. Um ano depois em 1988 ocorreu a segunda ocupação que foi a fazenda Lisboa no mesmo município com 270 famílias.

Nos anos seguintes o trabalho foi expandindo para outras regiões do estado principalmente para Teresina e Norte do estado, sendo a cidade de Luzilândia com o maior número de ocupações.

Durante a luta e resistência do MST no estado do Piauí, aconteceram vários fatos que marcam sua história. Dentro é destes, destacado o despejo da fazenda Pedra Negra no município de Campo Maior, onde os trabalhadores foram tirados não por decisão judicial e sim por jagunços. Ocorreram vários disparos e por sorte não morreram muitos trabalhadores. O segundo registro forte dessa história aconteceu na fazenda que hoje é o assentamento

Palmares, no município de Luzilândia que culminou com uma ação da polícia federal para tirar trabalhadores e lideranças, que saíram escoltados pela polícia para não serem mortos pelos jagunços e fazendeiros.

Para Oliveira (2007, p. 145), a história da questão agrária no Brasil tem revelado que na atualidade o MST é a face moderna da Brasil, é a parte deste país que está em luta. É o movimento por mais estranho que muitos possam achar, pois se trata de um movimento da cidade para o campo.

O que marca a ação do MST, são as formas práticas de agir, as quais de forma geral acontecem em duas frentes, uma a partir da ocupação dos órgãos públicos e outra o enfrentamento direto ao próprio latifúndio, por meio das ocupações das terras improdutivas para fins de Reforma Agrária.

Morissawa (2001 p. 199) faz referência ao surgimento das diversas formas de organização do MST, ao longo da história com destaque para as ocupações que gera um fato político, como a marcha pelas rodovias, jejum e greve de fome, ocupação de prédios públicos, acampamento nas capitais, acampamento diante de bancos, vigílias, manifestações nas grandes cidades.

Em meio aos conflitos e ameaças, porém com a resistência e as diversas formas de organização, no Piauí foram várias as conquistas junto as famílias camponesas entre elas destacamos: desapropriação das áreas ocupadas, infraestrutura para os assentamentos, condição de produção para os assentados, identificação com a luta, consciência própria, elevação do nível de consciência política e pertencimento a organização. Na educação pode se destacar a conquistas de escola de Ensino Médio nos assentamentos, cursos profissionalizantes e curso superior nas universidades públicas para assentados pelo PRONERA.

Morissawae mencionam esse avanço na educação.

O MST aparece com destaque nos livros didáticos como movimento social que faz história. Na base desse crescimento existe uma estrutura organizativa que foi sendo criada a partir das experiências vividas pelo movimento. Organização do movimento: frente de massa, setor de formação, setor de educação, setor de produção, sistema cooperativista dos assentados entre outros setores específicos. (MORISSAWA; 2001, p. 204)

Outro destaque importante é a consolidação da luta e organização nas três regiões: Sul, Norte e Centro e a conquista dos territórios do Piauí.

Fica evidente a partir das falas de João Luís que foi a partir da luta e resistência das famílias camponesas e da organização do MST que ocorreram conquistas os grandes desafios, perseguição e vidas postas em risco, porém foram superados vários desafios.

Para reforçar o desejo da luta e resistência, as várias conquistas não apenas no estado do Piauí mas em todo Brasil, conforme registro do Caderno de Formação do MST nº 10, A LUTA CONTINUA, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra já tem um grande número de vitórias. Desde as primeiras ocupações que aconteceram no ano de 1979, na fazenda Macali (RS), em 1980, na fazenda Primavera (SP), na fazenda Bruno Branco (SC) e sobretudo a partir de 1984, muitas áreas foram conquistadas pela organização e luta dos trabalhadores rurais sem terra.

Nas regiões de atuação, praticamente 90% das terras foram conquistadas foram pela atuação direta do MST. Até hoje ninguém conseguiu terra ficando em casa, esperando promessas do governo, de pelegos ou de políticos.

A preocupação do Movimento é de que os companheiros continua vinculados ao Movimento, como uma forma de permanecer organizados nos assentamentos, de fazer avançar a consciência política e continuar na luta por uma Reforma Agrária mais ampla e pela construção de uma sociedade justa.

Na atualidade o estado do Piauí vive a expansão dos grandes projetos do capital. Nesse aspecto o MST tem lutado pela organização das terras para as famílias camponesas, impedindo que sejam regularizadas para as grandes empresas, vem sendo desenvolvido um trabalho de formação para qualificar a capacidade de intervenção.

Estamos denunciando a grilagem de terras e intensificando a luta pela garantia dos direitos das terras já existentes. Em resumo, a luta é pela regularização das terras para as famílias camponesas como garantia de conquistas principalmente para os que já vivem na terra para permanência na mesma.

Diante do exposto fica evidente que as questões agrárias no espaço piauiense se constituem em um problema secular, a partir dessa realidade surgem a luta pela posse e propriedade, os conflitos e resistências na/pela terra, essas questões se intensificam nos últimos anos em todo o estado, sendo o Semiárido piauiense alvo dessa disputa territorial, porém junto a essa realidade se intensificam as lutas e resistências camponesa.

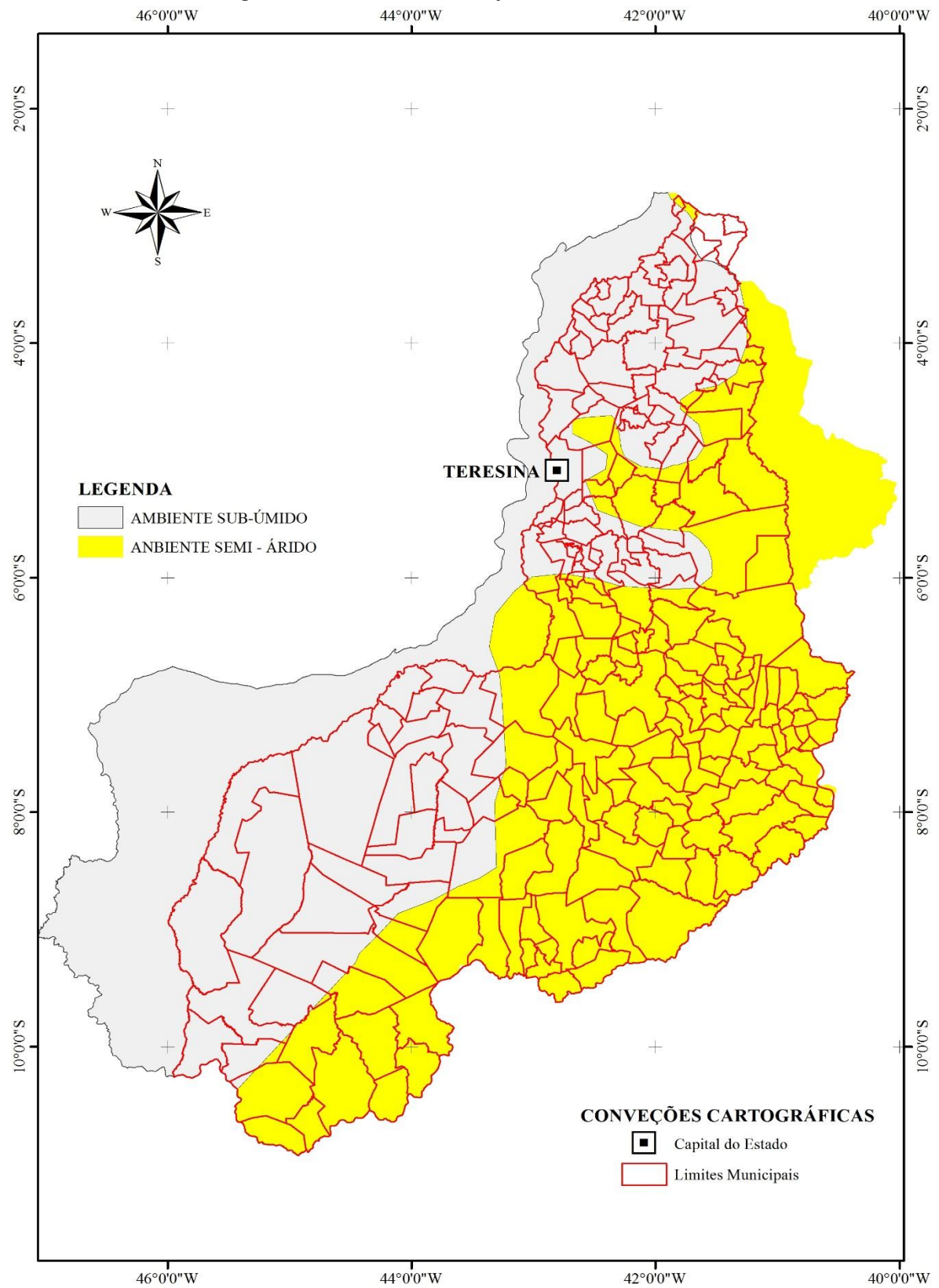
3 DISPUTA TERRITORIAL NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

3.1 Conflitos territoriais no Semiárido

A região do Semiárido piauiense passa por uma intensa etapa de estudos e implantação de grandes projetos e atividades empresariais em seu território, junto a isso intensos conflitos são vividos; de um lado as empresas em conluio com Estado, defendendo a todo custo a implantação desses empreendimentos em nome de um suposto desenvolvimento e de outro, as comunidades camponesas que com suas terras constitucionalmente protegidas e seus valores e culturas sendo ameaçados a qualquer custo, lutam pela permanência de suas terras e territórios.

Desse entendimento buscamos explicação dessa realidade a partir de dois elementos que estão inseridos no mesmo espaço: a questão do território do Semiárido e os projetos em fase de estudo e/ou instalação

Figura 2: Estado Piauí: Delimitação do Ambiente Semiárido



Fonte: Livro Didático – Semi- árido Piauiense Vamos Conhecer. Organização: ARAÚJO. (2016)

**MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O AMBIENTE
SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE***

01. Acauã	51. Domingos Mourão (**)	101. Picos
02. Alagoinha do Piauí	52. Elesbão Veloso	102. Pimenteiras
03. Alegrete do Piauí	53. Eliseu Martins	103. Pio IX
04. Alto Longá	54. Fartura do Piauí	104. Piracuruca
05. Alvorada do Gurguéia	55. Flores do Piauí	105. Piripiri
06. Anísio de Abreu	56. Floresta do Piauí	106. Prata do Piauí
07. Aroazes	57. Francinópolis	107. Queimada Nova
08. Arraial	58. Francisco Ayres	108. Redenção do Gurguéia
09. Assunção do Piauí	59. Francisco Macedo	109. Ribeira do Piauí
10. Avelino Lopes	60. Francisco Santos	110. Rio Grande do Piauí
11. Barra D'Alcântara	61. Fronteiras	111. Santa Cruz do Piauí
12. Batalha	62. Geminiano	112. Santa Cruz dos Milagres
13. Bela Vista do Piauí	63. Guaribas	113. Santa Luz
14. Belém do Piauí	64. Inhumas	114. Santa Rosa do Piauí
15. Beneditinos	65. Ipiranga do Piauí	115. Santana do Piauí
16. Betânia do Piauí	66. Isaías Coelho	116. Santo Antônio de Lisboa
17. Boa Hora	67. Itainópolis	117. Santo Inácio do Piauí
18. Bocaina	68. Itauera	118. Sebastião Barros
19. Bonfim do Piauí	69. Júlio Borges	119. Sigefredo Pacheco
20. Boqueirão do Piauí	70. Jacobina do Piauí	120. Simões
21. Brasileira	71. Jaicós	121. Simplício Mendes
22. Brejo do Piauí	72. Jatobá do Piauí	122. Socorro do Piauí
23. Buriti dos Montes	73. João Costa	123. São Braz do Piauí
24. Cabeceiras do Piauí	74. Juazeiro do Piauí	124. São Francisco de Assis
25. Cajazeiras do Piauí	75. Jurema	125. São Francisco do Piauí
26. Caldeirão Grande do Piauí	76. Lagoa do São Francisco	126. São Félix do Piauí
27. Campinas do Piauí	77. Lagoa do Barro do Piauí	127. São João da Canabrava
28. Campo Alegre do Fidalgo	78. Lagoa do Sítio	128. São João da Fronteira
29. Campo Grande do Piauí	79. Marcolândia	129. São João da Serra
30. Campo Maior	80. Massapê do Piauí	130. São João da Varjota
31. Canto do Buriti	81. Milton Brandão	131. São João do Piauí
32. Capitão de Campos	82. Monsenhor Hipólito	132. São José do Divino
33. Capitão Gervásio de Oliveira	83. Morro Cabeça no Tempo	133. São José do Peixe
34. Caracol	84. Nazaré do Piauí	134. São José do Piauí
35. Caridade do Piauí	85. Nossa Senhora de Nazaré	135. São Julião
36. Castelo do Piauí	86. Nova Santa Rita	136. São Lourenço do Piauí
37. Cocal de Telha	87. Novo Oriente do Piauí	137. São Luís do Piauí
38. Cocal dos Alves	88. Novo Santo Antônio	138. São Miguel da Baixa Grande
39. Coivaras	89. Oeiras	139. São Miguel do Fidalgo
40. Colônia do Gurguéia	90. Padre Marcos	140. São Miguel do Tapuio
41. Colônia do Piauí	91. Paes Landim	141. São Raimundo Nonato
42. Conceição do Canindé	92. Pajeú do Piauí	142. Sussuapara
43. Coronel José Dias	93. Paquetá	143. Tamboril do Piauí
44. Cristalândia do Piauí	94. Parnaguá	144. Tanque do Piauí
45. Cristino Castro	95. Passagem Franca do Piauí	145. Valença do Piauí
46. Curimatá	96. Patos do Piauí	146. Vera Mendes
47. Curral Novo do Piauí	97. Paulistana	147. Vila Nova do Piauí
48. Dirceu Arcoverde	98. Pavussu	148. Várzea Branca
49. Dom Expedito Lopes	99. Pedro II (**)	149. Várzea Grande
50. Dom Inocêncio	100. Pedro Laurentino	150. Wall Ferraz

(*) O município de Aroeiras do Itaim está incluído no município de Picos.

(**) Municípios incluídos pelo Decreto Estadual N° 11.292, de 19 de janeiro de 2004, para fins de políticas públicas.

Fonte: Livro Didático – Semi- árido Piauiense Vamos Conhecer, 2006.

Vamos compreender as diferentes formas como é visto cada território a partir de suas especificidades. No entendimento de Andrade (2004, p. 20), ao refletir o problema do território no Brasil, é bom levar em conta as relações existentes entre o espaço delimitado geográfica e administrativamente pelas fronteiras, e o território verdadeiramente ocupado.

Da mesma forma, a CNBB (2015, p.102) vem afirmar que um território próprio evidencia territorialidades como consequências históricas de construção social política e simbólica. As territorialidades vão muito além da geografia,

Sousa afirma a questão do território, espaço dessa pesquisa:

O território, enquanto parte essencial na produção cultural, social, histórica e econômica do Semiárido Brasileiro contribui para o processo de subjetivação, do qual deve ser compreendido além dos limites espaciais, no que compete a capacidade de produzir significados aqueles que de suas riquezas alimentam a vida. Não o reduzindo apenas a sua condição física, mas o expandindo a sua representação simbólica da produção peculiar que pertence a cada contexto, traduzido em suas narrativas. (SOUSA, 2015, p. 81)

O “Sertão das Muié séria e do homem traidor” (GONZAGA, 1984) por muito tempo esteve marcado pelo estereótipo de sertanejo miserável, caracterizado pelo matuto, que fala errado, se veste mal e habita um território nacionalmente conhecido pela problemática da seca, imagens utilizadas por uma política egocêntrica e negligente que apenas buscava o ganho de votos, maquiando as reais necessidades de investir na Educação, na saúde, nas produções culturais e no pequeno agricultor, permitindo assim, uma vida digna.

A ressignificação desse território, como um espaço rico de possibilidades pressupõe adentrar na sua simbologia cultural de representações, sentidos e definições que fazem do Semiárido Brasileiro uma circunscrição geográfica de singular traçado ao ser traduzido pelo bioma caatinga, sua vegetação predominante, com plantas de formações biológicas que dialogam entre “o tempo verde e o seco” e mantêm-se vivas, mesmo que na aparência não estejam coloridas, o cerne de sua gênese continuamente pulsa.

Dessa forma, o Semiárido compreende um conjunto de unidades geoambientais, com ocorrência de diferentes tipos de vegetação com o predomínio do bioma caatinga. O Semiárido brasileiro tem sido no decorrer dos anos, na opinião dos dirigentes do País, da mesma forma também, os habitantes das demais regiões, como uma “região problema” em virtude das secas. Por essa e outras razões, a região tem sido histórica e socialmente marcada pelas contradições e injustiças sociais.

A delimitação do território que compõe o Semiárido foi estudado e delimitado geograficamente a partir de suas características geográficas mas principalmente naturais, como afirma Carvalho:

O Semiárido atual pode ser definido a partir do Fundo Constitucional de financiamento do Nordeste – FNE. Corresponde à área oficial de ocorrência de secas no nordeste, que em 2000, abrangia uma superfície de 895.254,40 km² e integrada por 1.031 municípios dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais. (CARVALHO, 2014 p. 61).

O Semiárido brasileiro, conforme Silva (2007, p. 22), abrange uma área de 969.589,4km², engloba 1.133 municípios, corresponde a quase 90% da região Nordeste, tem uma população estimada de 21 milhões de pessoas, o que representa 11% da população brasileira.

É perceptível que existe uma diferença numérica entre os dados informados por Carvalho e por Silva. Isso acontece por haver uma divergência entre a delimitação da área do Semiárido pelos órgãos que desenvolvem o estudo, pelos órgãos que definem as políticas públicas e pelas entidades não governamentais que desenvolvem estudos e executam projetos no Semiárido.

Carvalho (2014, p. 61) destaca que a noção de região semiárida brasileira foi criada oficialmente pela Lei Federal nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, em substituição a noção polígono das secas.

Quanto ao Semiárido piauiense, Lima (2007, p. 19), com base no Decreto Estadual nº 11.292 de 19 de janeiro de 2004 definiu, para fins de políticas públicas, os 150 municípios que atualmente constituem o Semiárido piauiense. Esses municípios ocupam uma área atualmente de 150. 842 km², que corresponde a mais da metade do território piauiense.

Vale lembrar que o Semiárido brasileiro pode ser visto por outros elementos marcantes como descreve ainda Carvalho (2014, p.18):

O Semiárido Brasileiro apresenta uma diferenciação ecológica marcante, que na verdade é mais uma colcha de retalhos” do que um espaço homogêneo e olhado apenas a partir das condições climáticas, leia-se semiárida, e tal aspecto foi desconsiderado na perspectiva dos processos econômicos.

A região do Semiárido foi vista, produzida e inventada em condições de exclusão social, associada a questão das secas prolongadas e outros problemas relacionados a fatores naturais.

Carvalho acrescenta:

A presença da seca tem gerado a conotação de natureza hostil, comunicadas e representadas de forma estereotipada, negativa e pejorativa de dizer e de apresentar o território, a natureza e as gentes do Sertão Semiárido. Entretanto, uma relação interativa e de convivência com regimes de signos, códigos e alternâncias entre a natureza semiárida e o sertanejo, cujas condições de viver e sobreviver neste vasto território configurado pela irregularidade de chuvas é aprendido desde quando este é pequeno. Água e território faz-se uma relação de territorialidade e de contradições. (CARVALHO, 2014, p. 46).

Porém, o Semiárido não é apenas seca, pobreza e miséria, existe nesse mesmo espaço uma diversidade ético-cultural dos povos do Semiárido é construído por uma diversidade de valores que compõem as diferentes paisagens, revelando nelas suas territorialidades conforme a própria trama diversa que marca esse território, em suas chapadas, vales e planaltos, serras, dunas e brejos. Além de sua cultura, que é marcada por seus costumes e valores.

Para Malvezzi (2007, p. 75) o Semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só.

É um espaço onde a insurgência de iniciativas, tem conduzido a interessantes processos de construção coletiva de buscas e soluções, construção de conhecimentos, objeto dessas ações embora seja ainda necessário ser, transformadas em ações concretas.

Carvalho chama a atenção para o conjunto de valores que compõem o Semiárido

A desconstrução ideológica de um território tido como inimigo abre espaço para a diversidade personalíssima do mesmo, por ser possuidor de um povo que não se resume ao cangaço de Lampião e Maria Bonita, de homem e mulher valente, mas de um território que revela, outros tantos formadores do pertencimento simbólico de uma terra onde a vida acontece na interação e resignificação de suas peculiaridades sob o olhar da alteridade na convivência diária. (CARVALHO, 2014 p. 85).

Conforme Lima (2011, p. 255), apesar de ser mais conhecido em razão de seu alto índice de pobreza, o Semiárido tem grandes potencialidades, tanto na área turística quanto na área da produção de alimentos, tais como a apicultura, o caju, a caprinocultura, e tantas outras atividades que se adaptam às características geoambientais da região.

Das potencialidades existentes no Semiárido, bem como a partir do modo de vida do seu povo, várias alternativas foram sendo desenvolvidas. Na maioria dos casos damos o nome de projetos de convivência com o Semiárido.

Carvalho destaca convivência com o Semiárido a partir de diversos aspectos.

A convivência com o Semiárido surge no contexto brasileiro dentro dessa transição paradigmática de superação de uma racionalidade técnico-científica (visa a dominação da natureza), A convivência também é motivada pelo movimento global de reivindicação e valorização do território disponíveis, como exemplo, o uso da

biodiversidade, da água, dos minerais etc. Diferentes práticas e programas que surgem nas comunidades rurais do Semiárido, desenvolvendo projetos sócios produtivos e ambientais calcados nos saberes acumulados pelas gerações, na cultura alimentar dos sertanejos, nos conhecimentos e saberes popular/tradicional da flora e fauna são expressões dessas novas formas de reapropriar os recursos naturais e culturais do Semiárido. (CARVALHO, 2014, p. 51).

A proposta de convivência com o Semiárido trabalha o sentido das coisas a partir da vida cotidiana, os modos como homem e natureza se relacionam. Esses aspectos são visíveis na cultura do povo do Semiárido especialmente das famílias camponesas.

Nos últimos anos essa cultura da relação do ser humano com a natureza tem sido alterada consideravelmente. Tal aspecto traz grandes preocupações principalmente quando trata dos grandes projetos do capital, pois além da forma de relação com a natureza, são incorporadas outras culturas, impostas de fora para dentro.

O Semiárido piauiense nos últimos anos tem vivenciado a chegada de um modelo intitulado pelo Estado e pelo capital de desenvolvimento, que vem, destrói a cultura existentes inclusive os bens considerados como sagrados pelas comunidades camponesas e, que segundo as mesmas devem ser preservados. Entre os vários exemplos de destruição do patrimônio cultural podemos citar a área do corredor ecológico e a pedra na região de São Victor no município de São Raimundo Nonato; Morro do Massapê e morro da cruz, no município de Curral Novo. Espaços onde estão sendo desenvolvidos estudos para a implantação de projetos de extração de minérios.

São apenas alguns exemplos, queremos destacar que os conflitos no Semiárido vão muito além dos ambientais. Os impactos sociais e culturais, sobretudo para as pessoas mais idosas são inúmeros. Principalmente ao tratar de Semiárido, região construída historicamente de costumes e tradições próprias.

Nessa perspectiva, o governo brasileiro elaborou o que foi chamado de Plano Nacional de Mineração e, no estado do Piauí, vem através do macro projeto denominado projeto Planalto Piauí.

O governo sustenta que o desenvolvimento do Estado depende, em boa parte da exploração mineral. No estado do Piauí, este macroprojeto está quase que exclusivamente no Semiárido.

Com a chegada dos grandes projetos, muitas famílias entram em conflitos. A região sudeste piauiense, onde está localizada a microrregião de Picos, cuja principal cidade é Picos e a microrregião do Alto Médio Canindé onde Paulistana é principal cidade da região, é uma das mais atingidas. Ligada a essa região, a outra que o projeto envolve é mesorregião sudoeste

Piauiense sendo a microrregião de São Raimundo Nonato toda mapeada para a implantação do projeto minerário.

A luta em defesa das comunidades em frente à afirmação do atual modelo de desenvolvimento é também luta contra o poder imposto e pela garantia dos direitos e preservação do patrimônio local.

Nesses momentos destacamos a luta das famílias do Semiárido, numa construção de solidariedade e de compromisso. Sabemos que é uma região vulnerável devido a escassez de água o que pode ocasionar mais conflitos para a população.

Na luta das famílias atingidas do Semiárido somam-se esforços a CPT – PI e a Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato. Conforme a CNBB (2015, p.3):

O debate sobre a presença e atuação das igrejas nas regiões de mineração é sem dúvida um indicativo de que mais do que a discussão e a troca de experiências, o que está subjacente é a definição de estratégias que levem a profundas mudanças na nossa sociedade, em especial, do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal e neocolonial.

É intrigante a contradição existente entre as políticas de conservação que foram criadas para a conservação da biodiversidade, e a autorização de pesquisa para exploração de minérios dentro dessas mesmas áreas. Trata – se de pesquisa para a exploração de minérios dentro do corredor ecológico localizado entre o Parque Nacional Serra da Capivara e o Parque Nacional da Serra das Confusões. Tais feitos, tanto o primeiro quanto o segundo, têm o apoio e incentivo do Estado.

Em 11 de março de 2005, o ministério do Meio Ambiente, através da Portaria nº 76, publicada no Diário Oficial, de 14 de março do mesmo ano, institui um mosaico de Unidade de Conservação, abrangendo os Parques Nacionais da Serra da Capivara e da Serra das Confusões e cria área de corredor ecológico entre os dois Parques, importante preservação ambiental.

O corredor ecológico engloba terras dos municípios de Caracol, Jurema, Guaribas, Anísio de Abreu, Bom Fim, São Raimundo Nonato, São Braz do Piauí, Tamboril do Piauí, Canto do Buriti e Brejo do Piauí,

Durante muito tempo essa região foi alvo de conflitos com famílias pela proteção do parque, sob alegação de que as mesmas poderiam estar prejudicando a conservação da biodiversidade da região, porém as famílias seguem as normas ambientais e convivem de forma harmoniosa com a natureza naquela região. Hoje a situação se inverte, as famílias resistem à entrada de empresa mineradora, pois a área deve ser preservada, e é desconhecida

no Brasil exploração mineral que não seja sinônimo de degradação ambiental e impactos sociais.

A região Sudeste piauiense, principalmente a cidade de Paulistana – PI, está sendo considerada como a nova fronteira mineral do estado. O grande potencial mineral e a propaganda do governo do estado, atraíram empresas para desenvolver projeto de pesquisa na região. Desde 2008, a empresa Brasil Exploração Mineral S. A. (BEMISA) vem desenvolvendo pesquisas exploratórias na área.

Além de pesquisa a empresa intensifica outros trabalhos na região, como processo de licenciamento e aquisição de propriedades para implantação do projeto. Dessa forma as famílias camponesas reagem a tal projeto. Os conflitos são ambientais e culturais. Pelos aspectos ambientais, uma das maiores preocupações estão relacionadas aos recursos hídricos. Sabemos que o índice pluviométrico é muito baixo e a região dispõe de poucos reservatórios.

Considerando as preocupações com relação aos recursos hídricos, a CNBB destaca:

Uma das mais serias ameaças, já comprovada em alguns lugares, é sobre os mananciais de água (“um território fértil é também aquífero”), um comprometimento cujas consequências já se podem imaginar, pela atual crise hídrica que assola o país, por si só, as mudanças climáticas, evidentes nas alterações hidrológicas em curso, bastariam para exigir mais cuidado em bulir no corpo vivo da terra. (CNBB, 2015, p. 52)

Em meio a esse contexto de conflitos, principalmente nos dois últimos anos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), por meio de ações desenvolvidas junto ao projeto Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, vem desenvolvendo ações de apoio às famílias ameaçadas com as pesquisas de mineração.

Setores da igreja fazem opção por essa luta, tomando por base os próprios documentos, por exemplo, a CNBB destaca:

A opção clara pela vida dos pobres e da Terra é o filtro pelo qual avaliamos todo projeto, sobretudo quando nos é vendido como “crescimento” e “progresso”. Nós sabemos que tudo isso é ilegítimo, é ilusório, é perverso, quando provoca a concentração da riqueza, a devastação ambiental e a violência contra a pessoa. Deus não quer isso, não. (CNBB 2015 p. 93).

Os impactos ambientais e sociais da extração de minérios, são bem conhecidos e em especial podemos destacar;

- Poluição do ar e da água trazendo sérios problemas a saúde das famílias.
- Impactos ambientais aos recursos naturais da região.
- Deslocamento compulsório das famílias trazendo sérios impactos culturais.

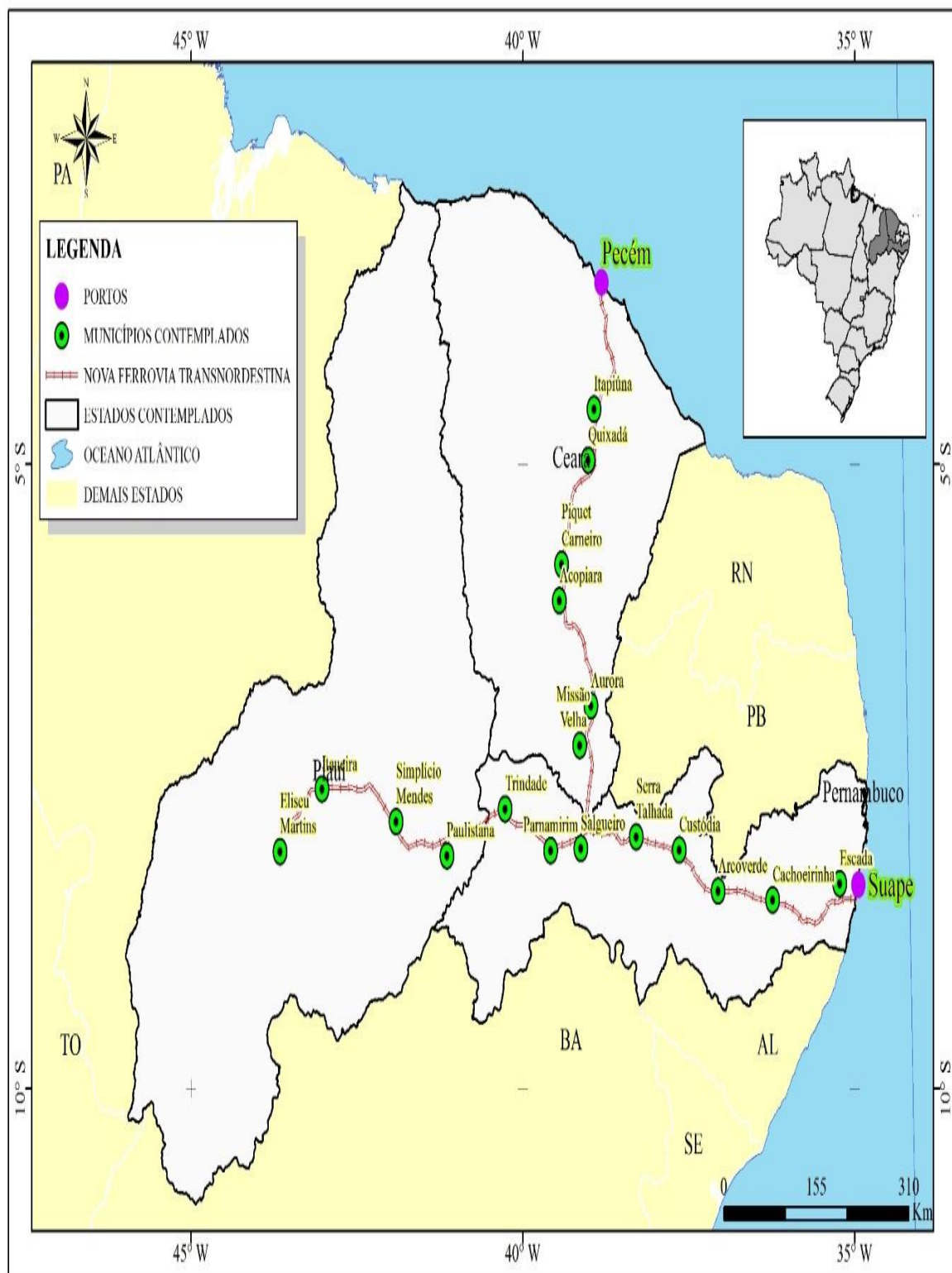
Na fase de operação, a qualidade do ar poderá ser impactada pela geração de particulado de minérios no processo de estocagem em pilhas a céu aberto e pelos processos de movimentação deste minério (carregamento e descargo de navios e trens, bem como o transporte por sistema de carreias.)

A queda ou perda de carga de minérios de ferro transportados ao longo da ferrovia, ocasionada principalmente pela trepidação das composições, possibilita o acúmulo deste material sobre o solo. Este material particulado é arrastado pelas chuvas, chegando aos rios e canais através da drenagem pluvial e/ou penetram diretamente no solo.

Associada ao projeto de mineração, a Ferrovia Transnordestina, tem por objetivo o escoamento do minério de ferro ligando o Piauí ao porto de Suape em Recife e Percém em Fortaleza. Fica evidente que um projeto depende de outro. A ferrovia Transnordestina no seu trecho no Piauí compreende toda área de extração de minério da região do Sudeste e parte da região Sudoeste. São muitos os conflitos e resistências das famílias no trecho que passa pela cidade de Paulistana envolvendo as famílias do Semiárido que compõem a região Sudeste do Estado.

A Transnordestina é uma obra ferroviária desenvolvida pelo Governo Federal para ligar o Porto de Percém, no Ceará, ao Porto de Suape, em Pernambuco, além do Cerrado do Piauí, no município de Eliseu Martins, totalizando 1.728 km de estrada de ferro

Figura 3: Grandes Obras - Trecho da ferrovia Transnordestina no estado do Piauí.



Fonte: IBGE ORG. ARAÚJO (2016)

O projeto objetiva elevar a competitividade da produção agrícola e mineral da região com uma logística que une uma ferrovia de alto desempenho e portos que podem receber navios de grande porte.

No Piauí, a Transnordestina passa pelos municípios de Campinas do Piauí, Canto do Buriti, Caridade do Piauí, Conceição do Canindé, Eliseu Martins, Isaías Coelho, Massapê do Piauí, Paes Landim, Pajeú do Piauí, Patos do Piauí, Pavussu, Ribeira do Piauí, Simões, Simplício Mendes e Socorro do Piauí.

As famílias da comunidade Barro Vermelho, no município de Paulistana, conforme trabalho de campo realizado fevereiro de 2015, estão sendo impactadas pelo empreendimento, o mesmo não está cumprindo as etapas do processo conforme dispõe a lei. A região é formada por comunidades tradicionais, entre elas estão as comunidades quilombolas que dispõem de leis específicas

Destacamos entre várias leis o art. 205 da Constituição Federal que determina “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” O art. 216 parágrafo 5º do inciso V determina: “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscência histórica dos antigos quilombos”. O art. 216 declara serem patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais, tomados de forma individual ou coletiva, que reportem de alguma forma aos grupos formadores de sociedade brasileira. art. 68 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias consagra que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos”. Pelo Projeto de Lei nº 129/95 Art. 1º É assegurado as comunidades remanescentes dos quilombos o direito a propriedade das terras por essas ocupadas. O art. 14 do projeto lei 129/95, dispõe sobre a demarcação das terras. Diante de todo o aparato jurídico fica evidente que as referidas leis não foram cumpridas, por o empreendimento está sendo executado sem o consentimento de todos os moradores, principalmente no tocante a terra, quando para essa população que tem direito de propriedade resta apenas o direito de discutir indenizações. Temos ainda a convenção 169 da OIT que determina o direito de consulta prévia a população atingida por se tratar de comunidades tradicionais, algo que também não ocorreu no momento de início do empreendimento.

O que podemos constatar nesse processo especialmente no município de Paulistana onde está localizado o maior canteiro de obra do empreendimento e que não foi realizado um acompanhamento sistematizado às comunidades. Fica evidente que:

- As obras se iniciaram sem nenhuma consulta ou conversa com a comunidade

- Existem casas que precisam ser desapropriadas com urgência devido à proximidade com a ferrovia.
- A ferrovia passa dentro do quilombo e separa a área onde se concentra a maioria das casas, das roças e do açude (Projeto Barraginhas).
- A movimentação de terras para viabilizar a implantação da ferrovia alterou a acumulação de água no açude, as roças foram alagadas.
- A perda do pasto é evidente.
- O uso de explosivos na região rachou as paredes das casas mais próximas das obras, a empresa fez os reparos de forma insatisfatória.
- A empresa Odebrecht fez escavações fora da área da ferrovia, todos acreditam que seja à procura de minérios.
- A comunidade reclama da alta velocidade com que os veículos da empresa responsável pela obra transitam na região, e confirmam que, em diversas situações, por pouco não houve acidentes.
- Várias tentativas de conversa com os engenheiros dentre outras pessoas que se diziam responsáveis, nenhum destes aceitou dar esclarecimentos para a comunidade.
- As indenizações oferecidas (somente individuais) são irrisórias.
- Muita poeira: crianças e idosos têm ficado doente com frequência.
- Falta respeito a questão cultural, um dos aspectos fortes foi a destruição de cemitérios e covas de crianças.
- As pressões junto as famílias por parte de funcionários tem ocasionado problemas de depressão e até óbito.

Esses são apenas alguns destaques dos principais impactos enfrentados pelas famílias do Semiárido frente ao projeto da ferrovia Transnordestina.

As comunidades tradicionais da região de Paulistana que são impactadas pelo projeto da ferrovia Transnordestina, dispõem de um conjunto de conhecimentos e costumes próprios entre os quais a crença nos santos de devoção e na cura a partir das rezas e das plantas medicinais, o jeito de produzir, de conviver entre os mesmos, destacando o respeito aos mais velhos. As comunidades hoje reforçam esses conhecimentos fortalecendo a fé a partir da organização da comunidade e dos grupos de associação ligados a coordenação estadual das comunidades quilombolas do Piauí e do grupo de base do MPA.

A concretização do projeto afeta diretamente esses costumes devido a interferência de pessoas de outras regiões do país vindo a conviver na comunidade, a retirada da vegetação

nativa e, até mesmo a saída para morar em outros lugares diferentes dos seus costumes, como foi destacado em outra parte desse estudo algumas residências foram demolidas e roças separadas das residências ou até mesmo destruídas e, que as indenizações financeiras resolvem o menor problema no nosso ponto de vista, que são os bens materiais, os valores culturais e sociais nunca serão indenizados.

O Semiárido é uma região de grande potencial de recursos naturais, principalmente no subsolo por sua grande diversidade geológica e extensão territorial, fato que leva ao grande interesse dos grupos empresariais para a exploração desses recursos visando a concentração do capital em nome de um suposto desenvolvimento. Mas é importante ressaltar que a atividade, da forma como está sendo desenvolvida, pode gerar sérios impactos ambientais e sociais.

Os grandes projetos para o setor, de imediato preveem a geração de milhares de postos de emprego, crescimento econômico e social para a região, que diz respeito à infraestrutura, como a criação de escolas, empresas, hotelaria, aeroporto, e mais avanços dos meios de comunicação e de tecnologia empregada em todo o comércio local e industrial. Porém, as contradições acontecem logo no momento de sua instalação quando os melhores empregos são exercidos por pessoas de outras regiões, além da localização dos mesmos.

Mas em contrapartida acaba gerando um acréscimo populacional desenfreado e uma diversidade cultural em virtude da grande quantidade de pessoas vindas de outras regiões, e a expulsão da população local devido a exigência cada vez maior de mão de obra qualificada que as mesmas não dispõem, outra suas propriedades cederam lugar as grandes empresas.

Outro grave problema visível é o desmatamento das florestas nativas, a exploração do solo e uso abusivo das águas existentes que são em quantidade reduzida.

Os impactos ambientais e sociais mais significativos causados pela atividade sejam das mineradoras seja da construção da ferrovia Transnordestina, são resultados de políticas ambientais incoerentes adotadas pelas grandes empresas com o apoio dos governos sem levar em consideração a fragilidade do ecossistema, as comunidades locais, cuidados complementares, como preservação e uso racional do meio ambiente.

Aqui cabe questionar a legitimidade desses projetos e a quem serve esse desenvolvimento, pois não inclui nem beneficia a população, degrada os recursos naturais, prejudica a biodiversidade e o pior de tudo: muitas vezes sequer fornecem informações aos indivíduos afetados ou realizam consultas com eles.

As populações humanas que habitam as regiões onde os projetos estão em fase de estudos (mineração) e fase de execução (Ferrovia Transnordestina) são famílias de

agricultores, posseiros, quilombolas, que perdem áreas utilizadas para caça e pesca. Deve-se reassentar essas populações em outras regiões, sem alterar muito suas condições originais de vida ou mesmo melhorá-las, o que raramente ocorre, a partir de relatos e trabalhos realizados nessas regiões, essas populações não foram indenizadas como deveriam. Portanto se percebe que, além dos impactos ambientais, econômicos e sociais, os impactos culturais, também muito fortes.

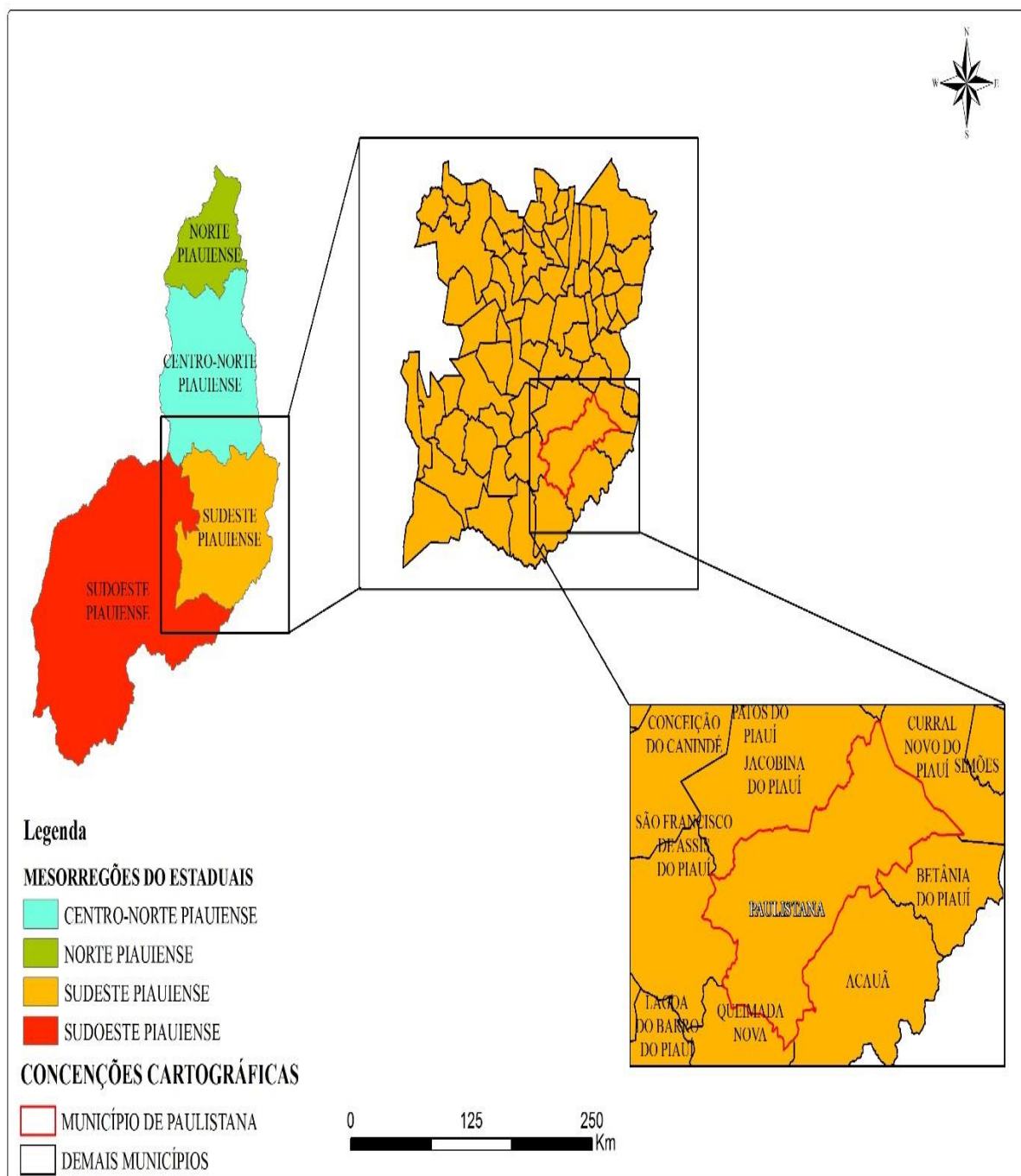
A partir de muitas lutas, as famílias tiveram acesso as indenizações, nas quais ocorreram valores irrisórios, porém, o que se torna mais forte na vida das pessoas são os impactos sociais e culturais, a exemplo de destruição de sepulturas de crianças e divisão de cemitério na comunidade Caldeirãozinho e a interferência de outras culturas, fora a vida em outros lugares no caso dos que terão que sair da propriedade.

Fica evidente que a promessa do desenvolvimento não envolve as comunidades rurais do Semiárido, o argumento da supremacia do interesse público é apenas uma desculpa para mascarar o interesse privado, o conhecimento tradicional não é reconhecido nem valorizado. Daí infere-se principalmente que esses empreendimentos são ilícitos e ilegítimos, pois não respeitam a perspectiva dos atingidos, infringem a lei e prejudicam as pessoas e o meio ambiente.

3.2 Paulistana: nova porta de entrada do capital no Semiárido

O município de Paulistana – PI fica no Sudeste piauiense, com latitude 08°08'27" e longitude 41°08'59", possui uma área de 1.751 km², limitando-se ao Norte com o município de Jacobina; ao Sul com Queimada Nova; a Leste com Betanha do Piauí e Acauã e a Oeste com São Francisco de Assis. É a 30ª maior cidade do estado, a 4ª maior cidade da mesorregião e a 2ª maior da microrregião. O município mais próximo é Acauã a 12 km da cidade. Localizado na mesorregião Sudeste piauiense, microrregião do Alto Médio Canindé tem uma área de 1.967,907 km², com uma população de 16.785 habitantes, distância da capital em 450 km e de Picos 146 km. Paulistana fica as margens da BR 407, uma rodovia federal, o que facilita o acesso a cidade. (Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/MQJ>. Acessado em: 26/03/2016).

Figura 4: Mesorregião Sudeste Piauiense destacando o município de Paulistana



Fonte: IBGE Organização: ARAÚJO (2016)

Devido a sua localização geográfica e por ser o maior centro urbano da região, a cidade de Paulistana concentra os principais serviços vinculados ao projeto de mineração, embora sua maior extração fique localizada na cidade de Curral Novo.

Na cidade de Paulistana está o escritório da BEMISA – empresa responsável pelo projeto de extração de minério de ferro, os transportes e os hotéis onde ficam os

representantes da empresa quando vêm ao Piauí uma vez que a sede da mesma fica no Estado do Rio de Janeiro. É também nesse espaço urbano que fica o canteiro de obra da empresa responsável pela construção da ferrovia Transnordestina. Toda parte de processos fundiários que envolvem proprietários e empresas também estão no Fórum de Paulistana, exceto os da mineração que estão em Simões.

Essa realidade mostra como as comunidades camponesas mais afetadas, quase 100% no município de Curral Novo, vêm sendo tratadas dentro desse projeto. A contradição existe logo na sua implantação uma vez que a maior justificativa é a geração de emprego e renda para o município e os que surgiram atualmente estão em Paulistana e não em Curral Novo município mais afetado. Outro contratempo é a dificuldade das famílias chegarem até o escritório da empresa para encaminhar eventuais problemas, um exemplo é a comunidade Manga Velha que concentra a maior quantidade de minério fica a 120 km do escritório sem acesso de transporte.

Segundo dados do IBGE, a história da cidade de Paulistana se confunde com a própria história do Estado do Piauí, a origem do município está relacionada com uma fazenda de gado fundada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, por volta do ano de 1663. Foi elevada a categoria de cidade no ano de 1938.

A região de Paulistana está sendo considerada como a nova fronteira mineral do Estado, é a porta de entrada do capital no Estado uma vez que fica localizada a 20 km da divisa com o estado de Pernambuco e, os primeiros empreendimentos em fase de estudo e execução no Semiárido estão na região Sudeste do Estado do Piauí.

3.3 Curral Novo centralização dos interesses do capital

O município de Curral Novo localizado na região sudeste do Estado do Piauí, na região do Alto Médio Canindé, tem como coordenadas geográficas: Latitude: 7° 49' 30" Sul Longitude: 40° 53' 41" Oeste. Estende-se por 752,3 km² e contava com 4 870 habitantes no último IBGE (2010). A densidade demográfica é de 6,5 habitantes por km² no território do município. Limitando-se ao Norte com os municípios de Simões e Caridade do Piauí; ao Sul com o município de Betanha do Piauí; a Leste com Simões e o estado de Pernambuco; e a Oeste com Betanha do Piauí e Caridade do Piauí. O clima tropical semiárido quente e a vegetação é a caatinga.

capturados quando vinham beber água em uma cacimba existente a mais ou menos 800 m do referido curral que era denominado Curral do Angico. Conta-se que este Curral foi deteriorando-se com o passar do tempo, e que um Senhor chamado José Rodrigues que passava ali com frequência com retiradas de gado, resolveu construir um novo curral denominando-o de Curral Novo, prosseguindo assim até o dia 26 de maio de 1957, data em que foi fundado o povoado de Curral Novo. Tem sede no atual distrito de Curral Novo do Piauí ex-povoado de Curral Novo, constituído do distrito sede, instalado em 01 de janeiro de 1997. Em divisão territorial datada de 15 de julho de 1997, o município é construído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

No município de Curral Novo do Piauí está localizada a maior reserva de minério de ferro do Piauí, o que tem atraído interesses de empresas mineradoras para a região. Desde 2008, a empresa Brasil Exploração Mineral S. A. (BEMISA) vem desenvolvendo pesquisas exploratórias na área. Já foi licenciado e está em fase de implantação o Projeto Planalto Piauí, que prevê a implantação de uma indústria para exploração de minério de ferro, com sede em Paulistana e ações também nos municípios de Curral Novo do Piauí e Simões. Dentro do projeto Planalto Piauí existe o projeto denominado Massapê Manga Velha, por ser no espaço compreendido entre o Morro do Massapê ao Morro da Cruz em Manga Velha a maior concentração de minério de ferro, inclusive aparece na própria superfície como mostram as figuras.



Figura 1: Jazidas de ferro na superfície - comunidade Manga Velha.
Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, fevereiro 2016

O município de Curral Novo tem tradição agrícola e abriga diversas comunidades camponesas, que estão tendo suas terras ameaçadas pelo avanço da mineradora. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), enquanto o governo estadual comemora o fato do potencial produtivo de minério de ferro da região, “vários povoados se preocuparam com os inestimáveis danos socioterritoriais que a extração mineral pode gerar como já acontece com obras da ferrovia Transnordestina que passam pela região”.

Tentando compreender a realidade das famílias atingidas, com o objetivo de melhor qualificar a pesquisa buscamos junto as agentes comunitárias de saúde da região o número de famílias de cada comunidade. Os dados foram ordenados em dois quadros. O primeiro com o agrupamento de comunidades que conforme pesquisa de sondagem serão atingidas diretamente pela mineração, ou seja, serão extraídos minérios na própria comunidade e, no segundo quadro são as comunidades e famílias que serão atingidas indiretamente, ou seja, não foram realizadas sondagens dentro de suas comunidades até o momento, porém localizam próximas as demais e servem de acesso para que serão minérios sejam extraído.

Quadro 7: Demonstrativo das Famílias Atingidas Diretamente

COMUNIDADE	Nº Famílias	Nº de Habitantes
1 – BAIXIO DOS BELOS	24	84
2 – MONTE SANTO	70	248
3 – MANGA VELHA	06	19
4 – LAGOA DO OVO	08	29
5 – PAREDÃO/PALESTINA	08	26
6 – JUÁ	03	09
7- CALDEIRÃOZINHO	14	43
8- RIACHO	15	48

TOTAL DE FAMÍLIAS ATIGIDAS DIRETAMENTE	140
TOTAL DE HABITANTES ATINGIDOS DIRETAMENTE	506

Fonte: Pesquisa de campo, fev., 2016.

Quadro 8: Comunidades consideradas atingidas indiretamente

COMUNIDADE	Nº DE FAMILIAS	Nº DE HABITANTES
1 – ARITI	08	43
2 –CACHOEIRINHA	11	43
3 – BORRALHO	06	12
4 - CASA NOVA	08	30
5 - TERRA NOVA	10	34
6 - CAMPO LIMPO	16	85
7- EXU	11	41
8- ALVAÇÃO	10	32
9- CAITITU	27	127
10- GARAPA	09	41

TOTAL DE FAMÍLIAS ATINGIDAS INDIRETAMENTE	116
TOTAL DE HABITANTES ATINGIDOS INDIRETAMENTE	488

Fonte: Pesquisa de campo, fev., 2016

Quadro 9: Dados Gerais

NÚMERO DE COMUNIDADES	18
NÚMERO DA FAMILIAS ATINGIDAS	256
NÚMERO DE PESSOAS	994

Fonte: Pesquisa de campo, fev., 2016

O que caracteriza o município de Curral Novo, não é só minério. Podemos ver que é um município que dispõe de muitas riquezas naturais, sociais e culturais.

Na questão agrária, existem diversas situações. É região típica de pequenos e médios proprietários, não existem latifúndios. Parte são proprietários, mas a maioria são herdeiros, existem os arrendatários e o caso de alguns posseiros, mas com título provisório vive a mais de 50 anos em terras consideradas devolutas, portanto necessitam de uma regularização pelo Estado para terem o mínimo de segurança jurídica.

Quanto à economia local, Curral Novo é um município tipicamente agrícola dos 4.869 habitantes, 3.498 vivem na zona rural e apenas 1.371 na zona urbana, tendo como renda principal a agricultura e a criação de animais de pequeno porte. A criação de caprinos e ovinos na região é muito forte, considera que é a principal renda em parte da região. Outras rendas provêm dos programas federais, como bolsa família e no caso dos últimos anos, o

bolsa estiagem, existem também os salários do funcionalismo público e aposentadoria rural. A região já dispõe de pequenos comércios na cidade e povoados mais habitados.

Mesmo estando localizado na região do Semiárido com diversos problemas de ordem climática, o município tem solos férteis, regiões baixas onde corre água durante o período de chuva que podem ser aproveitadas em pequenos reservatórios, que permitem o aumento da produção. Dispõe de um potencial produtivo do cultivo de milho, feijão, mandioca. Produz mel, grande potencial da região em algumas partes do município.

Além da produção, outra riqueza são as plantas medicinais destacando aquelas que são plantadas nos quintais pelas famílias com destaque o trabalho da mulher, mas existe também aquelas medicinais que são tiradas das próprias plantas nativas.

A cultura popular se constitui numa grande riqueza, pois é um mecanismo que vem facilitando a vida do povo.

O município é tipicamente rural e a questão da religiosidade é muito forte; como as comunidades têm origem nas CEBs, ainda se preservam várias datas comemorativas e festivas, como a festa do padroeiro em todas as comunidades, as novenas, dias santos, roda de São Gonçalo e reisado. O município tem como padroeiro São Francisco ao qual a população católica tem grande devoção. Talvez seja um dos exemplos que levam a população das comunidades camponesas a ter a natureza como bem sagrado. No município, além da festa do padroeiro, é realizada também a festa do aniversário da cidade.

Conforme dados junto ao STTR Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, essas organizações são todas rurais, com destaque o STTR, vinculado a nível de Estado a FETAG – PI, com abrangência em todo o município, grupo de base do MPA em algumas comunidades e forte articulação na região, a organização das comunidades quilombolas, com articulação junto a CECOQUI – Coordenação das Comunidades Quilombolas do Piauí e a CPT – Comissão Pastoral da Terra.

O município de Curral Novo concentra a maior disputa territorial no Semiárido piauiense, a partir de três situações distintas: concentra a maior jazida de ferro do estado, despertando o interesse do grande capital, é um município predominantemente rural e, existe forte atuação dos movimentos sociais do campo com destaque STTR, MPA, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E CPT.

3.4 Aliança territorial: Estado e capital nas tentativas da exploração mineral

O governo brasileiro elaborou o que foi chamado de Plano Nacional de Mineração (PNM – 2010-2030) com o objetivo de nortear as políticas de médio e longo prazos que possam contribuir para o setor mineral ser um alicerce para o desenvolvimento do país nos próximos 20 anos.

O governo sustenta o desenvolvimento, que depende, em boa parte da exploração mineral. Com o plano, o governo quer garantir o acesso aos obstáculos e às limitações que a atual legislação impõe.

Conforme documento da CNBB (2015, p. 105), a história da mineração, no Brasil, é uma história de apropriação de terras, exploração do trabalho e deslocamento de pessoas pertencentes aos setores mais pobres da sociedade. Dessa forma, fica evidente que a preocupação do governo não é o impacto ambiental e social, mas o modo como vai expandir ainda mais a exploração mineral. O governo avalia que é necessário diversificar as exportações, porque, atualmente, as exportações estão concentradas num único minério, o ferro.

Por outro lado, a sociedade aponta um contraponto a essa ideia de desenvolvimento. Para Malerba (2014, p. 14), ao mesmo tempo, o caráter de prioridade concedido as atividades minerais também se sustenta em uma leitura, com tradição no pensamento de parte da esquerda brasileira, que reivindica que os minérios são bens estratégicos para o estabelecimento de um projeto de desenvolvimento soberano.

A história da exploração mineral no Brasil começa praticamente junto com a chegada dos colonizadores. Os portugueses estavam interessados especialmente no ouro. A cobiça dos colonizadores foi intensa e insaciável. Pela busca de riquezas eles devastavam o que encontravam pela frente e ao mesmo tempo escravizavam e exterminavam os povos indígenas. Não havia limites para exploração.

Dessa forma, Malerba, a partir de um trabalho que resultou no documento diferentes formas de dizer não, afirma que:

Já existem muitas evidências – no Brasil e em vários países da região como Peru e Argentina, para citarmos apenas dois – de que a mineração em larga escala gera contaminação, devastação e pobreza, e que seus impactos impossibilitam o desenvolvimento de outras atividades econômicas, além de comprometer as bases materiais necessárias para as gerações futuras. (MALERBA, 2014, p. 14).

Nessa linha de pensamento o documento acrescenta:

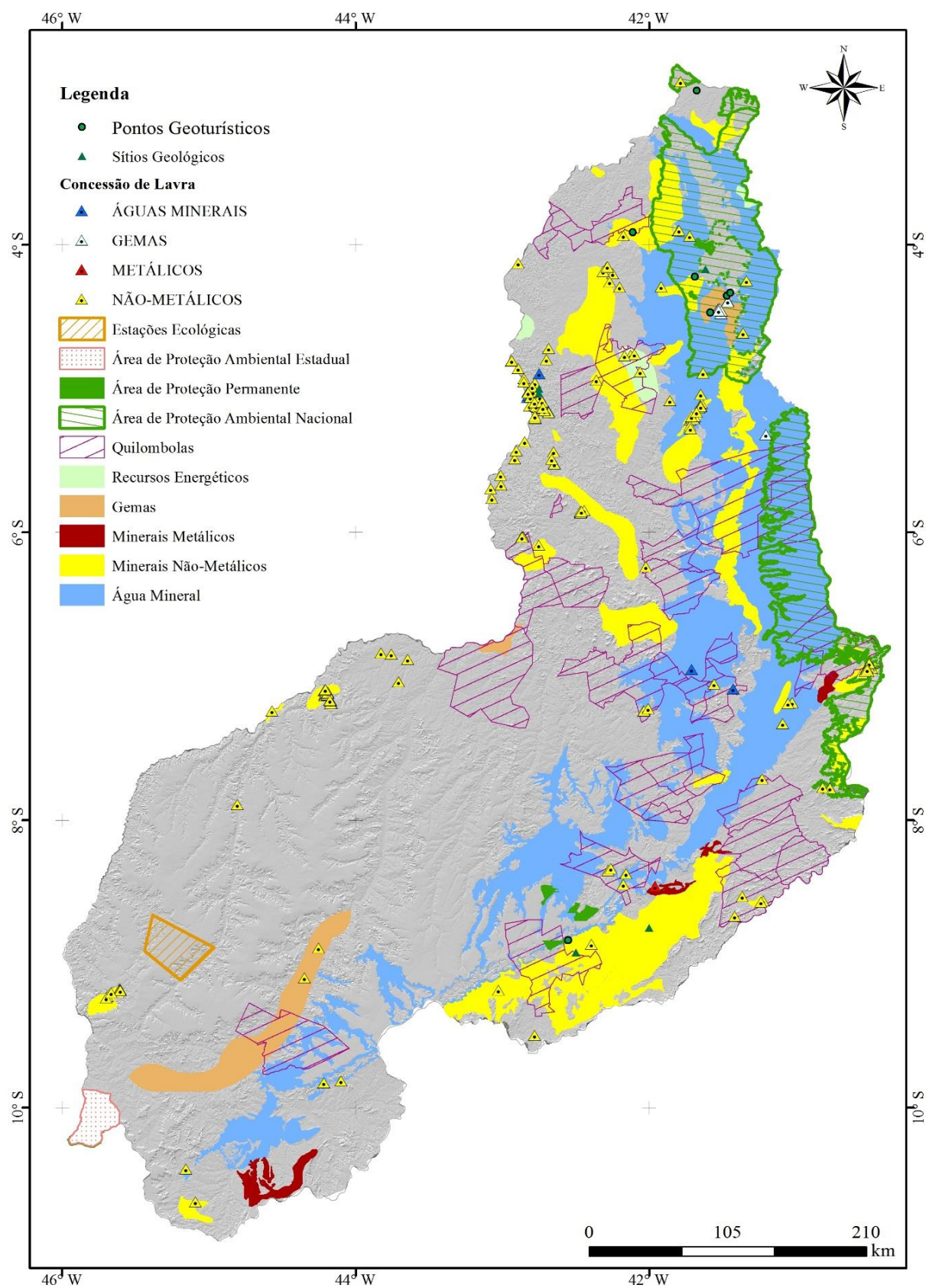
Portanto, diante das ameaças de retrocesso a direitos adquiridos e de expansão acelerada da mineração sobre novas fronteiras, está posto aos movimentos e organizações críticas o desafio de acumular subsídios que contribuam para disputar o sentido da prioridade dada pelos governos as atividades minerais em relação a outros usos econômicos e culturais dos territórios. (MALERBA, 2014, p. 17).

Dentro do mesmo trabalho Malerba traz o exemplo do Equador que para nós serve como base para o enfrentamento as práticas postas no Brasil na atualidade.

Já o Equador por sua vez, é extremamente dependente da indústria petrolífera, que responde por cerca de 25% do PIB e a 60 % das exportações. Entretanto, a pressão social por mudanças levou a uma composição política que reconheceu os direitos da natureza e o princípio do bem viver como eixos constitucionais, assim como o tornou um Estado plurinacional. Tais conceitos nascem de uma história de crítica ao colonialismo que os movimentos no Equador vem acumulando. (MALERMA, 2014, p. 23).

No estado do Piauí, configura-se a mesma proposta do Governo Federal. O Plano se intensifica a partir do projeto Planalto Piauí e, ao analisar o mapeamento realizado, verificamos que as regiões mais atingidas no projeto são os municípios de São Raimundo Nonato e Paulistana e os municípios de Curral Novo e Várzea Branca.

Figura 6: Território em Disputa: Área de relevante interesse mineral



Fonte: DNPM Organização: ARAÚJO (2016)

Os agricultores das comunidades rurais de Curral Novo, dentre elas Baixio dos Belos, Caititus, Lagoa do Ovo, Sítio do Juá, Garapa, Manga Velha, Paredão, Palestina, Cachoeirinha e outras, denunciam que vêm sendo abordados agressivamente por funcionários da empresa mineradora e que as propostas de indenização pela desapropriação de suas propriedades estão muito abaixo dos valores de mercado e das benfeitorias nelas instaladas. As famílias encontram-se sob ameaça de perda de suas terras, o bem que garante sua sobrevivência. Nesse contexto as mesmas vêm recebendo apoio da CPT e da Diocese de Picos.

A igreja a partir da publicação “Igreja e Mineração” faz algumas reflexões sobre as questões da implantação de projetos de mineração, abordando sobretudo a questão social das famílias impactadas relacionando com aspectos econômicos.

Dessa forma, o cenário que coloca é desafiador. Os impactos, bem como os conflitos, são múltiplos e dispersos. As análises incorporam perspectivas econômicas, sociais e ambientais. Os níveis de discussão e de diálogo perpassam o local, o regional e o nacional. Nesse contexto, somente o trabalho conjunto, a confiança e a solidariedade parecem ser capazes de criar um movimento que repare os obstáculos postos na construção da tradição para um novo modelo de desenvolvimento. Diante de tamanho desafio o envolvimento e engajamento das igrejas traz força, motivação e esperança para as pessoas que lutam e resistem aos efeitos negativos da mineração. (CNBB, 2015, p. 124)

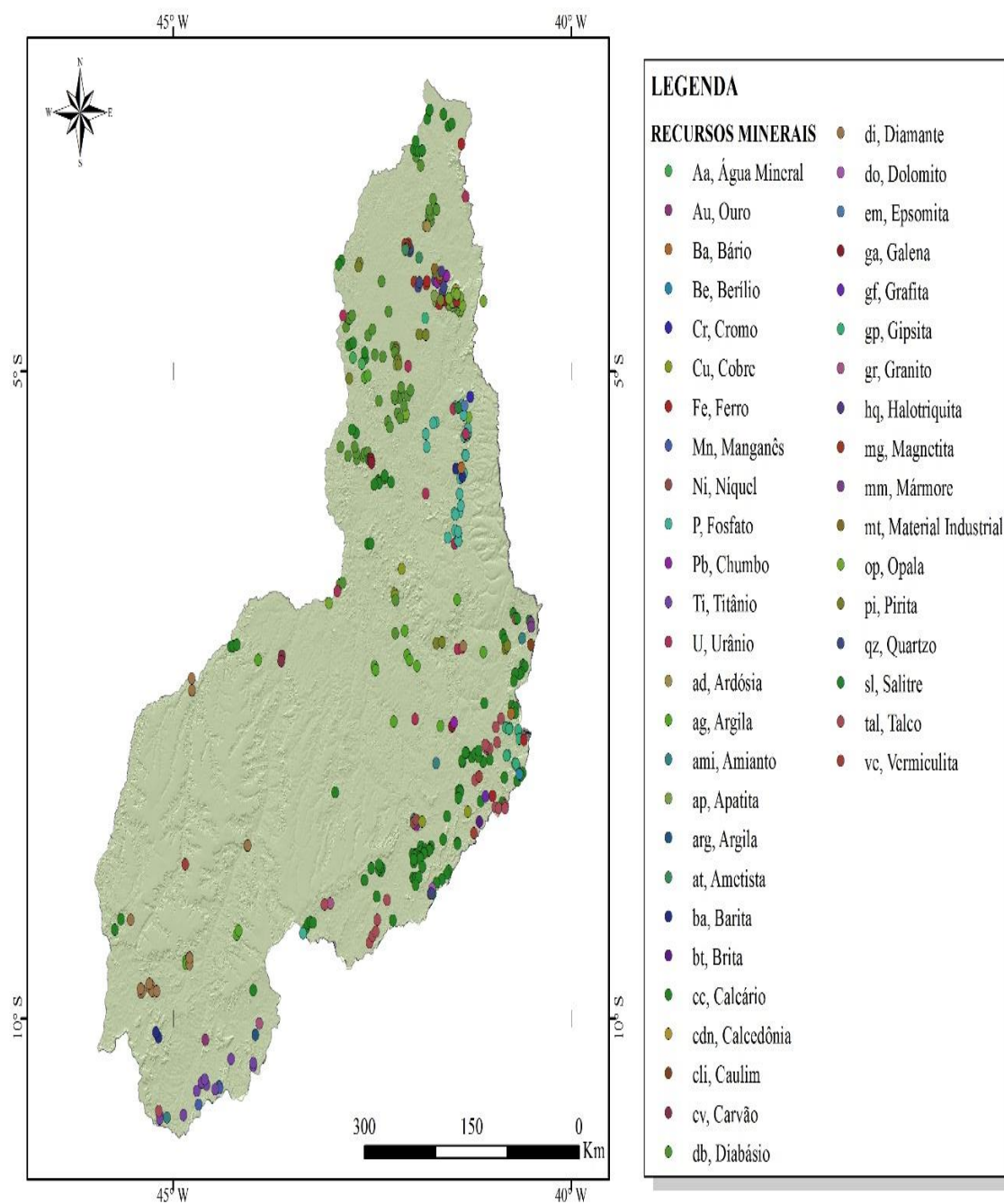
O documento da CNBB acrescenta ainda:

No caso da mineração vê-se um histórico de violações no tocante a saúde dos trabalhadores e membros comunidades atingidas, as relações de trabalho e a exploração das riquezas dos povos tradicionais e comunidades indígenas. Não é aceitável que o ser humano fique em segundo plano em nome do lucro. O serviço a vida, princípio estruturante da missão evangelizadora, começa pelo respeito a dignidade da pessoa humana, exigindo que ela seja tratada como fim e não como meio. (CNBB, 2015, p. 130)

Maior que o desenvolvimento econômico está a vida humana. Para a CNBB (2015), a defesa da dignidade humana compreende também a defesa da casa onde vive o ser humano, uma tarefa para a qual a teologia está convidada a participar.

O Estado do Piauí tem sido considerado uma nova fronteira para a mineração devido à considerável variedade de minérios nele encontrados, como minério de ferro, diamantes, fósforo, níquel, mármore, calcário e argila. A região de Curral Novo do Piauí, de que tratamos aqui, detém uma das maiores reservas de minério de ferro do Nordeste e a maior do estado.

Figura 7: Recursos Minerais do Estado do Piauí



Fonte: DNPM, Organização: ARAÚJO (2016)

Quadro 10: Recursos Minerais do Estado do Piauí

Recursos Minerais do Estado do Piauí					
		Substância Mineral	Usos e Aplicações	Impactos Ambientais	Contexto Geológico
	Minerais Metálicos	Cobre	- Construção - Eletrônica - Metalurgia	Impacto sobre a vegetação, fauna aquática, drenagem, lençol freático, solo, paisagem e relevo.	Sedimentos vulcanossedimentares da Fm, Angico Torto.
		Níquel	- Metalurgia		Metaultramáficas, Fm. ferrífera bandada do Complexo Brejo Seco
		Titânio	- Indústria aeronáutica e espacial - Pigmentos		Xistos do Grupo Rio Preto e coberturas detrito-lateríticas ferruginosas.
	Minerais Não-Metálicos	Areia	- Construção - Moldes de jurisdição - Filtrantes	Alteração da drenagem, turbidez, destruição das matas ciliares, impacto sobre a paisagem.	Sedimentos acumulados em planícies aluviais.
		Amianto	- Indústria aeronáutica e espacial - Pigmentos	Impacto sobre a vegetação, solo, paisagem e emissão de particulados.	Encaixantes metaultramáficas do Complexo Brejo Seco
		Ardósia e Quartzito	- Construção - Moldes de junção		Sedimentos silicificados da Fm. Cabeças
		Argila	- Filtrantes - Construção; - Cerâmica; - Cimento; - Indústria do papel.	Contaminação dos lençóis freáticos, destruição das matas ciliares, emissão de particulados.	Planícies e terraços aluvionares. Camadas argilosas da Fm. Longa, Pedra de Fogo e Pimenteiras.
		Calcário	- Insumos para agricultura; - Insumos para agricultura; - Cimento e cal; - Refratários; - Indústria Química; - Indústria química; - Fundos metalúrgicos; - Cimento.	Impacto sobre a vegetação, paisagem, patrimônio espeleológico.	Calcários das Fm. Piauí, Pedra de Fogo e Patos Bons.
		Diabásio	- Revestimento; - Revestimento; - Construção civil.	Impacto restrito ao entorno dos afloramentos, causando poluição sonora e afetando a paisagem.	Diabásios da Fm. Sardinha
		Fosfato	- Agricultura; - Indústria química; - Vidros.	Impacto sobre a vegetação, fauna aquática, drenagem, lençol freático, solo, relevo.	Níveis políticos das formações Longa e Pimenteiras. Carbonatitos
		Gipsita	- Construção civil; - Insumos para agricultura; - Cerâmica.	Impacto sobre a vegetação, paisagem, patrimônio espeleológico.	Sedimentos da Fm. Pedra de Fogo.
		Granito	- Revestimento; - Construção.	Impacto restrito ao encontro dos afloramentos, causando poluição sonora e afetando a paisagem.	Diabásios da Fm. Sardinha
		Mármore	- Obra de arte; - Construção do acabamento fino; - Revestimento.		Números de sequência sedimentar dobrada da Formação Barra Bonita
		Talco	- Refratários; - Tintas; - Cerâmicas; - Fabricação de porcelana estética.	Impacto sobre a vegetação, fauna aquática, drenagem, lençol freático, solo relevo.	Metaultramáficas do Complexo Cristalândia do Piauí
		Vermiculita	- Isoladamento térmico e acústico; - Condicionador de solo; - Tintas; - Agregado para gesso e concreto.		Rochas básicas e ultrabásicas da Suite intuitiva Massapé
	Gemas e Pedras Preciosas	Opala	- Jóias; - Decoração.	Impactos restritos às cavas com contaminação das águas superficiais, solo e paisagem.	Arenitos da Fm. Cabeças relacionados a soleiras de diabásio.
		Diamante			Sedimento aluvionar
	Águas Minerais	Água Mineral	- Dessedentação; - Consumo doméstico.	Impacto reduzido que prevê conservação ambiental	Arenitos do Grupo Serra Grande e Fm. Cabeças
	Minerais Energéticos	Urânio	- Geração de energia; - Conservação de alimentos; - Fabricação de artefatos nucleares.	Impacto sobre a vegetação, fauna aquática, drenagem, lençol freático, solo, paisagem, relevo.	Anomalias nos sedimentos das Fm. Pimenteiras

Fonte: DNPM

Neste cenário, o caso de conflito que aqui se apresenta está relacionado com a implantação do Projeto Planalto Piauí, de responsabilidade da Brasil Exploração Mineral S.A. (BEMISA), empresa integrante do Grupo MT4 Participações e Empreendimentos S/A. O empreendimento, com custos de cerca de 3,4 bilhões de reais, prevê a instalação de uma indústria de exploração de mineração de ferro com sede no município de Paulistana e ações e impactos também nos vizinhos municípios de Curral Novo do Piauí e Simões.

Segundo reportagem do Governo do Estado do Piauí, o projeto engloba uma área onde se situam cavas, instalações e beneficiamento do minério extraído, barragem de rejeitos, estrutura de apoio, escritórios, laboratórios, dentre outros. Como já foi mencionado, esta área abrange os limites administrativos dos três municípios, e concentra uma reserva de mais de 800 milhões de toneladas de minério de ferro. Quando em operação, prevista para se iniciar em 2017, o projeto terá produção anual de 15 milhões de toneladas de *Pellet Feed Fine* (minério de ferro de granulometria especial), qualidade Premium. Para esta produção, o empreendimento já obteve outorga de captação de 15 milhões de metros cúbicos de água da Barragem de poço do Marruá, no município de Patos, da Agência Nacional de Águas (ANA). Este montante de água corresponde a 5% da capacidade total da barragem.

Esse caso se constitui em grande contradição, o Semiárido seco, vive buscando várias alternativas, o governo diz que o poço do Marruá justifica o abastecimento de água dos municípios da região. Hoje isso se encontra ameaçado, pois a água, em uma eventual concretização do projeto, passará a ser utilizada em benefício dele, consequentemente as famílias não terão mais acesso a ela.

Este Projeto se vincula à instalação da Ferrovia Transnordestina, cujo conflito envolvendo o trecho que passa pela cidade de Paulistana já foi visualizado neste trabalho. O empreendimento da BEMISA, localizado a seis quilômetros da Ferrovia, fará uso da estrada de ferro para escoar sua produção para os portos de Suape, em Recife e de Pecém, em Fortaleza, que têm capacidade de receber navios de grande porte. Já foram assinados termos de entendimento entre a BEMISA e a Transnordestina, além de já estar cadastrada a BEMISA como usuária-dependente da ferrovia junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

De acordo com reportagem da revista Minérios &Minerales, os trabalhos exploratórios de pesquisa vêm sendo realizados desde 2008, e seu relatório final foi aprovado no início de 2012. Para proceder à instalação do empreendimento, muitas famílias terão de ser removidas de suas casas; para tanto, está prevista a indenização, bem como a realocação das pessoas.

Neste ponto começam os conflitos com as famílias, que temem a subavaliação de suas casas pelo governo e pela mineradora. A maior concentração de comunidades rurais atingidas se dá em Curral Novo do Piauí: destacam-se Baixio dos Belos, Caititus, Sítio do Juá e Lagoa do Ovo, que juntas somam mais de 100 famílias.

Dando início às atividades públicas do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, em 18 de abril de 2012 foi realizada, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), uma audiência pública no município de Paulistana, conforme prevê a legislação brasileira. A audiência pública tem como objetivo apresentar o projeto do empreendimento e abrir espaço para debate e esclarecimento de dúvidas por parte da população diretamente afetada. Nesta audiência, além de ter sido apresentado e discutido o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), para as atividades de lavra a céu aberto nos três municípios, também foi apresentado o relatório com o resultado das pesquisas de exploração. Nesta apresentação, o então Secretário Estadual de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis, Luiz Gonzaga Paes Landim, afirmou que a continuidade das pesquisas é essencial para o estado, podendo resultar “na configuração da maior província ferrífera do país, ficando atrás apenas da Serra dos Carajás”, que será impulsionada após a conclusão da ferrovia Transnordestina. Com base neste relatório, a BEMISA obteve aprovação de carta-consulta pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para financiar até 55% do investimento total. Cabe destacar que Luiz Gonzaga Paes Landim tomou posse como superintendente da Sudene em junho deste ano, e foi o responsável pela negociação do órgão junto à BEMISA no que tange ao financiamento.

A Licença de Instalação (LI) do empreendimento foi concedida, segundo Augusto Lopes, diretor-presidente da BEMISA, em novembro de 2012. A SEMAR é o órgão responsável pelo licenciamento; no entanto, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento e seu respectivo relatório (RIMA) não estão disponíveis para consulta no site do órgão. Tendo em vista o avanço do licenciamento do empreendimento e as poucas informações e assistência oferecidas à população, a comunidade passou a se mobilizar em torno da questão, convocando reuniões e vários outros momentos de articulações, questionando inclusive a não participação na audiência para a Licença de instalação, a qual ocorreu em Paulistana, em que os mesmos não tiveram direito nem a voz no momento da audiência.

As comunidades rurais da região seguem se organizando para estabelecer suas estratégias de enfrentamento ao avanço das mineradoras sobre suas terras. Esse nível de

organização e enfrentamento ocorre em diversas regiões que discutem a implantação de projeto de mineração conforme Malerba:

Nesse sentido, no caso do brasileiro o trabalho da Comissão Pastoral da Terra CPT e do Movimento Nacional pela Soberania Popular frente a Mineração (MAM), assim como as atividades do próprio Comitê Nacional em Defesa dos Território sem frente a mineração (CNDTM) tem sido fundamentais para dar visibilidade e unificar essas várias expressões de resistência em uma coalizão antimineral nacional. (MALERBA, 2014, p. 24)

Malerba destaca a questão das disputas entre os interesses distintos.

O mecanismo das Áreas Livre de Mineração representa para o resultado dessas disputas uma ferramenta de contestação bastante importante ao dar visibilidade as desigualdades que também perpassam os embates pela apropriação do meio ambiente e a desigual proteção aos riscos ambientalista que estão submetidos determinados grupos sociais historicamente vulnerabilizados. (MALERMA, 2014, p. 25)

É importante destacar que o processo da BEMISA não segue os trâmites legais, a começar pela primeira audiência pública destinada a tratar das questões ambientais e da Licença de Instalação (LI), que aconteceu em Paulistana, mas a maioria das famílias atingidas residem em Curral Novo, por isso a participação da minoria. Outro fato marcante conforme depoimento de moradores que participaram da audiência, foi que eles não tiveram acesso a voz, sempre eram impedidos de falar, ficando apenas ouvindo as propostas sem direito a devida defesa.

Desde 2007, a empresa mineradora BEMISA chegou à região de Curral Novo com o propósito de implantar o “Projeto Planalto Piauí”, para exploração de minério de ferro, impondo aos moradores uma única alternativa: vender ou desocupar as terras para executar a extração de ferro, cuja operacionalização está prevista para o ano de 2016. As famílias que moram na área de mineração reclamam que estão sendo pressionadas por pessoas que se apresentam como representantes da BEMISA, insistindo para que vendam suas terras.

A relação Estado e capital aparece com muita evidência nos processos de instalação da maioria dos grandes projetos no estado do Piauí. A questão dos projetos de extração mineral vai além de uma relação para uma construção conjunta. Essa relação é perceptível além de muitos outros espaços na construção de estrutura de suporte tanto para a instalação do projeto quanto para sua execução. No caso específico de Curral Novo, o apoio dos órgãos governamentais e ambientais, facilitando a abertura do processo de instalação, depois a outorga para o uso da água da barragem poço do Marruá, que a princípio seria para abastecer os municípios do semiárido e por último a construção da ferrovia transnordestina para o

escoamento do minério.

Fica evidente a partir da análise da realidade do Semiárido, a existência de uma disputa territorial nesse espaço, algo justificado pelas empresas que defendem o modelo de desenvolvimento posto na atualidade com justificativa do atraso dessa região, dessa forma surgem os vários conflitos entre empresas e comunidades camponesas. Vale destacar a existência nessa região além dos grandes projetos do capital com e fase maior o projeto de mineração, os projetos de infraestrutura como ação de apoio do Estado, com destaque para a ferrovia transnordestina. Diante dessa realidade surge a resistência das comunidades tradicionais em frente ao avanço do capital, tendo por base a luta pelos direitos territoriais e a resistência como elemento central da luta pela terra e na terra.

4 RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES CAMPONESAS TRADICIONAIS FRENTE AO AVANÇO DO CAPITAL

4.1 Comunidades camponesas tradicionais e direitos territoriais

A racionalidade econômica dominante desconsidera todos os processos que acontecem no meio ambiente, vendo-os apenas como meios de exploração. E ao falar em proteção ao meio ambiente, ignora os processos sociais que ocorrem dentro do mesmo. São ignorados limitados a fenômenos biológicos, uma vez que os elementos principais nesse espaço são as pessoas com seus valores e costumes.

Isso é fruto de uma alienação ambiental causada pelo sistema econômico hegemônico vertical que se orienta apenas pelo lucro, esquecendo-se do fator humano-social. Essa postura capitalista ignora todos os valores e saberes entre homem e meio ambiente, que não podem ser vistos isoladamente, o homem é um animal que integra o meio ambiente e dessa relação surgem saberes, que Leff (2001) chama de saber ambiental, que é um conhecimento harmônico entre o homem e a natureza. Esse saber não é entendido pela cientificidade moderna, mas nele há valores e a identidade dessas comunidades tradicionais só existe dentro dessa relação. Esse saber é desconsiderado pelo desenvolvimento, que é usado como supremo e tem como aliado a ideia de ambientalismo de grande visibilidade atualmente, que prega o ambiente saudável como aquele em que não há pessoas em contato com ele. Essa é uma faceta do sistema: criar uma ideologia desenvolvimentista como justificativa para implantação de grandes empreendimentos e violação dos direitos humanos. Como diz Almeida (2008), invocam o desenvolvimento como justificativa para menosprezar os atingidos pela implantação dos grandes projetos.

Sousa (2015, p. 94) afirma que comunidades consideradas tradicionais se relacionam com seu território e algumas de suas especificidades. Para tanto é válido considerar algumas das características de Diegues:

- a) Dependência a até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constitui um modo de vida. b) conhecimentos aprofundados da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo de recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns de seus membros individuais possam ter –se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência [.....] g) importância dada a unidade familiar, doméstica ou

comunal e as relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais, h) importância das simbologias, mitos e rituais associados a caça, a pesca e atividades extrativistas j) fraco poder político, que em geral reside com grupos de poder dos centros urbanos; l) auto identificação ou identificação pelos outros de pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2000, p. 87)

Das considerações feitas por Diegues, percebemos que as comunidades tradicionais podem ser identificadas a partir desses valores. Não necessitando de leis ou critérios postos por grupos externos.

No contexto de implantação de grandes empreendimentos nas comunidades tradicionais, os povos constituidores das mesmas são vistos como os verdadeiros empecilhos para a realização dos mesmos e degradadores do meio ambiente.

Não enxergamos as comunidades e seus modos de vida tradicionais como perigosos ao meio ambiente, na verdade entendemos que o papel dessas populações é fundamental para a preservação da biodiversidade e conservação ambiental, pois a cultura delas provém dessa relação amistosa e, a partir dessa realidade, devemos refletir sobre a transposição de modelos ambientais de outros países, porque a realidade brasileira é outra e a forma como nossas comunidades tradicionais manejam a natureza é singular, também é inviável comparar o modo de vida e visão urbanas de tais comunidades.

Para Sousa (2015, p. 55), o reconhecimento de conhecimentos tradicionais implica nova estratégia de luta e defesa das condições ambientais e sociais por parte das comunidades.

Para melhor compreensão dos estudos sobre comunidades tradicionais, mesmo considerando de fundamental importância o pensamento construído por Diegues, buscamos unir um conjunto de elementos que reforcem e identifiquem as comunidades tradicionais

A partir da vivência junto às comunidades tradicionais passamos a refletir sobre a dimensão adquirida pelos impactos socioterritoriais nesses grupamentos humanos. Como foi citado, o conhecimento e a identidade das comunidades tradicionais são necessariamente vinculados ao meio circundante, desse modo, quando se atinge o meio ambiente de algum modo se afetam na mesma proporção as populações, uma vez que o ambiente é base material para a cultura, identidade e conhecimentos das comunidades, ou seja, as comunidades tradicionais se identificam a partir desses elementos.

Sousa, menciona os aspectos relacionadas a comunidades tradicionais no Brasil.

No Brasil, a luta em defesa dos conhecimentos tradicionais evidenciou-se em diversas partes do país, imiscuídas em processos de lutas em defesa dos territórios e de processos de territorialização, como no caso lutas por convivência com o semiárido no enfrentamento a indústria da seca; as lutas pela reforma agrária com o

adendo da demanda por conhecimento de saberes sobre a terra que se materializou nas propostas de educação do campo; nas lutas por reconhecimento das territorialidades dos remanescentes dos nativos da América, especialmente na Amazônia e constituiu em demanda por reconhecimento da diversidade cultural que compõe o Estado brasileiro. (SOUSA, 2015, p. 19)

Os grupos humanos desenvolvem uma cultura específica de preservação e de conservação dos recursos de seu território. Ele denomina de cultura ecológica, pois o que define essa relação é o sentido de gerar o equilíbrio do uso com as condições ecológicas existentes. Com base nessa ideia, podemos dizer que, essa cultura ecológica tem sido elaborada a partir da convivência, pois uma vez manifestada na expressão de valorização da identidade, do enraizamento e do valor da caatinga com o suporte de vida e de cultura para os povos que habitam os sertões Semiáridos, é dela que se estabelece uma relação de complexidade com seus contextos ecossistêmicos. (SOUSA, 2015, apud LEFF, 2005).

Para Sousa, comunidades tradicionais são formadas por um conjunto de atores assim denominados,

Meeiros, posseiros, jagunços, barraqueiros, vaqueiros, coronéis, cangaceiros, indígenas, negros, portugueses, ribeirinhos, caboclos, mestiços, lavadeiras, feirantes, rezadeiras, romeiros, penitentes, caboculos, mucamas, judeus, curandeiros, escravos, fundo de pasto, vazanteiros, pescadores, mateiros, cordelistas, violeiros, repentistas, missionários, latifundiários. Esta diversidade étnico-cultural lembra a plasticidade das gentes que compuseram as diferentes paisagens do Sertão. (SOUSA, 2015, p. 72)

É importante dentro desses grupos inicialmente compreender o conceito de camponês no qual estão inseridos as várias categorias.

Segundo Andrade (2004, p. 67) a expressão camponês, em sua acepção geral, é largamente usada como pessoa ou grupo de pessoas que vivem em áreas rurais, exercendo profissionalmente atividades ligadas ao campo, estando pouco ligadas a vida urbana.

O termo camponês só passou a ser usado com mais frequência nos meados do século XX quando agricultores de Pernambuco organizaram uma associação – as chamadas Ligas Camponesas e se auto identificaram camponeses. A partir daí, até recentemente, a de camponesinos. (ANDRADE, 2004, p. 68)

Para Mendras (1978, p. 86), cada sociedade camponesa organiza suas coletividades locais segundo modelos particulares que constituem a característica intrínseca de sua civilização, e um dos principais objetos para uma sociologia do campesinato é a análise desses modelos.

As comunidades tradicionais tinham suas formas de produção, cuidado com a natureza e com os animais, tinham sua forma de plantar e colher e de melhor aproveitamento de suas qualidades alimentares. Portanto, as transformações históricas e as interferências foram alterando o seu modo de viver, porém isso de modo geral ainda permanece como forma de identidade e até mesmo de melhor viver no seu espaço. Essa forma foi vista como rudimentar. Portanto, Mendras (1978, p. 87) destaca que a comunidade camponesa é uma criação histórica antes que uma sobrevivência de um sistema primitivo.

Tendo em vista as particularidades inerentes as populações tradicionais, com a luta e resistência das próprias comunidades na busca da garantia definitiva de seus direitos de comunidades tradicionais, foram criadas as normas que protegem e garantem a reprodução dos conhecimentos e modo de vida tradicionais, a que podemos denominar de ordenamento jurídico. A partir das afirmações de Diegues e outros, o que identifica as comunidades tradicionais são seus costumes e tradições. No Brasil onde nem sempre as afirmações são válidas em todos os casos pela disputa de poder, foram-se criando leis de proteção a essas comunidades e outros casos leis que tiram os direitos conquistados, dessa forma criou-se uma disputa e o que prevalece são os níveis de organização da própria comunidade. Como afirma Sousa (2015), dessa forma, é perceptível a colisão de princípios entre dois grupos: os povos tradicionais e sua garantia a terra e a reprodução de seu modo de vida e o Estado e o grupo empresarial interessados na implantação do empreendimento.

As comunidades tradicionais camponesas dispõem de um conjunto de instrumentos legais, necessitando o seu cumprimento.

É importante iniciar a discussão sobre os termos legais a partir das considerações de Sundfeld ao afirmar:

A preocupação constitucional como o tema também é percebida na análise do art. 216 da Constituição Federal, que declarou serem patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais, tomados de forma individual ou coletiva, que reportem de alguma forma aos grupos formadores de sociedade brasileira. Constituem o referido patrimônio as formas de expressão (inciso I), os modos de criar, fazer e viver (inciso II), as criações científicas, artísticas e tecnológicas (inciso III), os espaços destinados as manifestações artístico-culturais (inciso IV) e localidades com diversas formas de valor, entre eles o cultural (inciso V). Para a proteção de tal valor, o § 1º do referido artigo prevê diversas formas de acautelamento e preservação de que disporá o poder público na tarefa que lhe foi incumbida. (SUNDFELD, 2002, p. 82)

Vejamos os dispositivos legais:

O art. 215 determina: “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo

civilizatório nacional”

O art. 216 parágrafo 5º do inciso V determina: “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscência histórica dos antigos quilombos”.

Art. 68 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias consagra que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Projeto Lei nº 129/95:

Art. 1º É assegurado as comunidades remanescentes dos quilombos o direito a propriedade das terras por essas ocupadas nos termos do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias da Constituição Federal, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos de propriedade na forma Lei.

Parágrafo único: São terras ocupadas pelas comunidades remanescentes dos quilombos:

I -os territórios onde habitam, devidamente reconhecidos por seus usos, costumes e tradições;

II – as terras ocupadas pelas comunidades remanescentes dos quilombos, nos termos do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – as áreas detentoras de recursos ambientais necessários a conservação dos usos, costumes e tradições das comunidades remanescentes de quilombos, contíguas as áreas de que trata o inciso I,

Caberá a comunidade disciplinar o uso da terra demarcada, respeitadas as normas de proteção ao meio ambiente estabelecidas em lei e as práticas tradicionais do grupo, visando sempre a manutenção da identidade cultural deste grupo.

É importante perceber que as leis são bem elaboradas, porém, no momento de sua efetivação práticas passam a surgir contradições. Um exemplo são as competências para as áreas quilombolas.

O INCRA criou uma Portaria n.307 voltada especificamente a disciplinar a demarcação e titulação das terras dos remanescentes das comunidades quilombolas.

Quanto a demarcação das terras de comunidades quilombolas, a Medida Provisória nº 1.911 de outubro de 1999, incorporou essa competência ao rol de atribuições do Ministério da Cultura.

Para Sundfeld (2002), o que importa destacar, desde título pioneiramente concedido a uma comunidade de remanescentes de quilombo, é o seu fundamento na legislação federal atinente ao Direito Agrário, a Reforma Agrária e as atividades agropecuárias. De fato, consta do corpo do título que o reconhecimento de domínio, por ele veiculado, fundamenta –se no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias e no art. 6º da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.

Sobre os quilombos Sundfeld considera:

Os quilombos são citados na historiografia, desde a primeira metade do século

XVIII como parte da história militar dos portugueses na colônia, abordagem mantida até o século XIX. Mas vale ressaltar que imensa maioria dos estados teve como objeto o famoso quilombo dos Palmares, sem dúvida o maior e mais longo do período colonial. Parece não haver dúvida da força de Palmares na definição do termo quilombo, desde o século XVIII, como “toda habitação de negros fugidos em parte desprovida. O famoso dicionarista Moraes e Silva (1789) definiu quilombo como “casa sita no mato ou ermo, onde vivem os calhambolas ou escravos fugidos”. A mudança qualitativa do termo guarda relação direta com o número cada vez maior de componentes que as autoridades passaram a vez menor de componentes que as autoridades passaram a ver como ameaça de sublevação: em 1757, eram considerados quilombos os grupos acima de seis escravos que estivessem arranchados e fortificados com o animo de se defenderem. (SUNDFELD, 2002, p. 75)

Independente do órgão, a União e os Estados tem a obrigação de construir políticas públicas e formas de reconhecimento das comunidades quilombolas, bem como para a delimitação, demarcação e titulação das terras, como forma de garantir os direitos territoriais dessas populações.

A referida MP, em seu art. 7º incisos II e III,

Define conhecimento tradicional associado como: informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético e a comunidade local como: grupo humano, incluindo remanescentes de comunidades quilombolas, distintos por condições naturais, que se organiza, tradicionalmente, por gerações sucessivas e costumes próprios, e que conserva suas instituições sociais e econômicas.

A MP nº 2.186/16 define conhecimentos tradicionais como:

Todo conhecimento, inovação ou prática, individual ou coletiva, das comunidades indígenas, quilombolas ou tradicionais, associado às propriedades, usos e características da diversidade biológica, dentro de contextos culturais que possam ser identificados como dessas comunidades, ainda que disponibilizado fora desses contextos, tais como em bancos de dados, inventários culturais, publicações e no comércio (BRASIL, 2001)

MP art. 7º

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que compõem e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2001)

O ADCT 68 da Constituição Federal reconhece a propriedade definitiva das terras que são historicamente ocupadas por comunidades remanescentes dos quilombos, devendo o Estado lhes emitir os títulos conforme uma burocracia específica.

É importante notar que em seu artigo 6º, a Convenção 169 dispõe que:

1. Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão:

- a) Consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados, e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
- b) Criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetam;
- c) Estabelecer meios adequados para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas próprias desses povos e, quando necessário, disponibilizar os recursos necessários para esse fim.

2.As consultas realizadas em conformidade com o previsto na presente Convenção deverão ser conduzidas de boa fé uma maneira adequada as circunstancias, no sentido de que um acordo ou conhecimento em torno das medidas propostas possa ser alcançado.

A Convenção 169, em seu artigo 16, dá outras orientações quanto a terra dos povos tradicionais:

- 1.Sujeitos do disposto nos próximos parágrafos do presente artigo, os povos interessados não deverão ser retirados das terras que ocupam.
- 2.Quando a retirada e o reassentamento desses povos forem considerados necessários como uma medida excepcional, eles só serão realizados com seu livre consentimento e conhecimento. Não sendo possível obter seu consentimento, essa transferência só será realizada após a conclusão dos procedimentos adequados previstos na lei nacional, inclusive após consulta públicas, conforme o caso, nas quais os povos interessados tenham oportunidades de ser efetivamente representados.

A relação simbólica entre populações tradicionais e o meio ambiente, assim como os conhecimentos tradicionais, têm sua importância reconhecida pela Carta Magma de 1988. O modo de vida tradicional é visto como um importante instrumento na preservação da biodiversidade. Como foi exposto, diversos são os dispositivos e princípios que garantem o acionamento da jurisdição para garantir a preservação do seu saber tradicional.

Além do ordenamento jurídico, foram sendo construídos conceitos que definem o que são comunidades quilombolas por exemplo. Embora o conceito principal no ponto visto é construído pela própria comunidade.

A definição de quilombo adotada pela Associação Brasileira de Antropologia diverge do conceito adotado no período colonial. Segundo essa entidade, quilombo é “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado. (SUNDFELD, 2002, p. 77)

O reconhecimento das comunidades tradicionais seja quilombola ou outras comunidades camponesas, é urgente e necessária num cenário de disputa entre os conhecimentos e valores e a entrada do capital nessas comunidades.

No acompanhamento sistêmico as comunidades quilombolas Caititu e Garapa no município de Curral Novo, é perceptível o não cumprimento do que determina, por exemplo, a convenção 169 da OIT, que determina consulta prévia a população tradicional antes de qualquer intervenção em seus territórios, para proteger a autonomia destes povos que estruturaram seus modos de vida de maneira diferenciada da racionalidade moderna, visando reduzir riscos de ampliar situações de vulnerabilidade social ou pelo menos sem risco provado pelo Estado. Uma vez que essas comunidades estão situadas em meio aos espaços onde foram realizadas pesquisas para a extração de minérios de ferro.

Da mesma forma, acontece com as demais comunidades, Riacho no município de Simões e Manga Velha e Baixio dos Belos no município de Curral Novo, onde a CF 1988, arts. 5ª 215 e 216, e a Medida Provisória 2186/16 dos conhecimentos tradicionais, que dispõem sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado a biodiversidade, a repartição de benefícios e o acesso a tecnologia para sua conservação e utilização.

Quanto a titulação Sundfeld faz o destaque importante e que devemos intensificar a luta por esse direito.

A emissão do título de propriedade de forma coletiva torna possível a preservação de tais valores constitucionalmente protegido e consagrados, uma vez que a propriedade será considerada como pertencente ao próprio grupo, a coletividade, e não apenas aos chefes das famílias que a integram. Ficariam mais visível a importância da união das comunidades e das formas organizativas e de intervenção do grupo no meio natural, que o caracterizam. (SUNDFELD, 2002, p. 82)

O pensamento de Mendras, vem reforçar esse sentimento de pertencimento o qual culmina com as lutas e resistências das comunidades tradicionais.

O amor a terra, motivo por uma racionalidade econômica ou por uma exigência de liberdade, pode evidentemente assumir formas sentimentais de ligação a tal ou qual terra particular, geralmente a dos ancestrais, que é cultivada de geração em geração e simboliza a continuidade familiar, um outro fator fundamental, já que grupo doméstico e a linguagem são duas instruções- chave de uma sociedade camponesa. (MENDRAS, 1978 p.191.

Dessa forma, é perceptível a existência de comunidades quilombolas que já dispõem de leis específicas porém como afirmam os dispositivos já mencionados, as demais comunidades tradicionais reconhecidas a partir de seus costumes e tradições também podem ter seus direitos reconhecidos.

Diante do estudo desenvolvido sobre comunidades tradicionais, incluindo os conceitos, história e ordenamento jurídico é notório o avanço no aprofundamento da temática,

sobretudo nos últimos anos, existem muitas leis que garantem os direitos das famílias tradicionais, porém não existe um detalhamento explícito das leis inclusive quando se refere a questão da demarcação das terras, porém as afirmações por parte das famílias permitem a garantia dos referidos direitos.

4.2 Lutas e resistências das comunidades tradicionais: Baixio dos Belos, Caititu, Manga Velha, Garapa e Riacho.

Descrever a história de uma comunidade é resgatar sua memória, ocupação humana, potencialidade, avanços, desafios, limites e possibilidades.

Nossa inserção nas comunidades inicia em julho de 2013, a partir de um trabalho que a CPT – Comissão Pastoral da Terra, vem desenvolvendo junto as famílias na luta, resistência e enfrentamento aos grandes projetos no caso específico das Comunidades dessa pesquisa o projeto de mineração (minério de ferro). A partir desse espaço verificou-se acompanhando de forma sistematizada esse problema na região, pesquisa que vai contribuir muito para a qualificação desse trabalho.

Percebemos que as comunidades dispõem de muitas potencialidades tanto naturais quanto humanas. Nos aspectos naturais, embora sabendo que a comunidade está localizada em uma região com sérios problemas hídricos, isso não reduz o potencial em outras características com destaque à vegetação apropriada para a região que na sua dinâmica armazenam água para continuar viva, tem as plantas medicinais, a diversidade de animais e solo fértil para o plantio em uma parte da comunidade. Nos elementos humanos ou sociais, destacamos os conhecimentos tradicionais, a forma de conviver com a natureza, os costumes, sua cultura e forma de convivência, suas formas de lutas e organizações.

Diante do exposto, percebemos a necessidade do nosso envolvimento junto as comunidades. Antes de chegar à comunidade, fica evidente, a partir de seus depoimentos que as mesmas dispõem de um vasto conhecimento com um nível de organização significativo com alguns destaques importantes, entre os quais mencionamos: todas as comunidades pertencem ao conjunto das comunidades Eclesiais de Base – CEBs; as famílias conservam seus conhecimentos tradicionais dentre esses o cuidado com a natureza e a utilização da medicina alternativa, e conservação dos potenciais naturais da região, o cuidado com a terra e a luta por políticas públicas para a comunidade. Destacamos ainda o nível de empoderamento das famílias em frente aos grandes projetos e à luta por seus direitos e as decisões coletivas da comunidade.

Após a nossa chegada às comunidades, consideramos dois destaques importantes: o envolvimento das mesmas nas ações realizadas e o aumento do nível de empoderamento das famílias.

A partir do acompanhamento sistemático às comunidades, foi possível diagnosticar a realidade e o nível de impacto que as famílias enfrentam. Dessa forma é possível considerar que duas comunidades: Baixio dos Belos (Curral Novo) e Monte Santo (Simões) são os dois maiores aglomerados populacionais. Não serão extraídos minérios no meio das residências, porém o levantamento realizado mostra que esses dois aglomerados são atingidos diretamente pelo projeto de extração de minérios devido à extração se localizar a menos de 2 km das resistências e o acesso dos transportes passa dentro desses aglomerados populacionais.

Dentre as várias comunidades atingidas, faremos um levantamento a partir das comunidades Baixio dos Belos, Caititu, Manga Velha, Garapa e Riacho.

A metodologia utilizada constituiu de visita de campo, 03 (três) entrevistas sendo 01(uma) com 05 Agentes Comunitários de Saúde em outubro de 2014, 01(uma) em outubro de 2014 com 14 lideranças comunitárias e 01 (uma) com 05 lideranças em fevereiro de 2016. E 06 reuniões. Nesse espaço fizemos alguns registros a partir da fala de lideranças de todas as comunidades citadas, tendo por base alguns aspectos da realidade. As entrevistas, foram realizadas a partir de algumas perguntas norteadoras. Entre as questões abordadas existiam alguns pontos que são comuns entre todas as comunidades.

Questionadas sobre o tempo em que as famílias passaram a morar na comunidade, as entrevistadas foram unânimes em afirmar que todos têm suas origens na própria região, seus antepassados sempre moraram na região. São raros os casos de pessoas vieram de outras cidades ou estados por motivo de casamento.

Na questão fundiária, existem três situações distintas. A maioria são proprietários, outros são herdeiros e, no caso de Manga Velha parte das famílias são posseiras, as terras pertencem supostamente a um grupo empresarial porém, as famílias ganharam o direito de posse por estar habitando há mais de 50 anos e os supostos proprietários não realizaram nenhum benefício na área.

Apesar das comunidades serem localizadas em região com problemas de ordem climática, as mesmas dispõem de um enorme potencial produtivo destacamos o cultivo de milho, feijão, mandioca. Existe ainda a questão do mel grande potencial da região. Na produção animal destaque para a criação de animais de pequenos portes como caprinos e ovinos. Em pequena quantidade destaque para o bovino, com a produção de leite e queijo.



Figura 2 – Criação de caprinos.

Fonte :SOUSA, Pesquisa de campo, agosto, 2015.



Figura 3 – Açude poluído após a construção da ferrovia Transnordestina – localidade Serra Vermelha.

Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, agosto 2015.

Além da produção, outra riqueza são as plantas medicinais, destacando a erva cidreira, capim santo, malva do reino, hortelã, romã, coronha entre outras. E existem aquelas que são retiradas de plantas nativas que são medicinais: aroeira, umburana de cheiro e outras.

A cultura popular se constitui numa grande riqueza, pois são esses mecanismos que vêm facilitando a vida do povo. Esses hábitos estão diminuídos devido a outros meios, porém no passado era a forma que as famílias recorriam. Entre esses mestres destacam as parteiras

(ainda vivem na comunidade porem dificilmente recorrem a elas atualmente), curandeiras e rezadeiras, sendo essa última um valor ainda muito importante nas comunidades.

Como as comunidades têm origem nas CEBs, ainda se preservam várias datas comemorativas e festivas como a festa do padroeiro em todas as comunidades, novena, respeito aos dias santos, roda de São Gonçalo e reisado.

Quanto à religiosidade ainda permanece apenas o catolicismo, todas as comunidades têm capela ou espaço para celebrar, os evangélicos são em pequena quantidade não dispendo de templo em nenhuma comunidade.

Diante da riqueza existente e, sabendo da provável vinda do projeto de extração mineral para a região, passamos a questionar sobre os aspectos relacionados a essa situação a partir de três questões. Quais as principais dificuldades que as famílias enfrentavam no passado e quais as dificuldades do momento? Quais as preocupações ou nível de satisfação com a chegada dos projetos Ferrovia Transnordestina e Projeto Mineral? O que pode ocorrer com as famílias da comunidade caso seja instalado o projeto de mineração?

Por coincidência todas as entrevistadas são mulheres. Buscamos agrupar as respostas por questões. Iniciamos questionando sobre as dificuldades que as famílias enfrentavam no passado. Como todas as entrevistadas são mulheres camponesas, registramos as falas a partir dos códigos de identificação MC. (Mulher Camponesa)

“No passado não existia nenhum tipo de políticas públicas na região, a vida era difícil, porém recorria às alternativas da própria comunidade, apesar das dificuldades havia união, fartura e tranquilidade. No momento existe o acesso as políticas públicas em vários setores, porem na questão da água ainda se constitui um problema, pois não foi desenvolvido politicas permanente principalmente para a produção, falta assistência técnica, acompanhamento, porem o maior problema do momento são a chegada do projeto de extração de minério que ameaça nossos direitos de propriedade MC1 – professora e líder comunitária. (Entrevista concedida em: 06/02/2016)

“Antes a gente não tinha nada, era pobre, mais tinha sossego e hoje o que tem são esse povo das empresas ameaçando a gente para vender nossas terras, nossa sorte foi a igreja na pessoa de Dom Plinio e a CPT que ajudou e não tem mais ameaça, se não fosse nem sei o que seria de nós” MC2 – dirigente da comunidade. (Entrevista concedida em 06/02/2016)

“Conforme conversa com minha vó, umas das primeiras moradoras da comunidade, aqui faltava tudo, mais era possível viver com os recursos da própria comunidade, daqui tirava o sustento para sobreviver, e tinha os conhecimentos da sabedoria popular que ajudava e muito em resolver os problemas relacionados a saúde quando ocorriam. Hoje temos nossa comunidade reconhecida como comunidade Quilombola, temos muitos direitos garantidos, as políticas públicas também, nossa garantia de permanência na terra, porém, temos grande preocupações, quanto ao projeto de mineração, pois sabemos que é uma pratica que prejudica toda região. A BEMISA afirma que não vamos ser afetos porem toda a comunidade tem certeza

que vai, e ainda com um maior problema nossas terras não serão indenizadas pois não será extraindo minério nas mesmas” MC5 – presidente da Associação da comunidade Quilombola Caititu. (Entrevista concedida em 05/02/2016)

Diante das falas das moradoras, uma de cada comunidade, fica evidente que a maior preocupação delas são os projetos que estão em fase de pesquisa para possível instalação na comunidade. É notório que as comunidades viveram e vivem problemas sérios relacionados à falta de políticas públicas, porém isso não aparece como principal. Essas falas representam o conjunto de preocupações que aparecem em outros momentos de reuniões as quais não foram registradas.

Quanto as preocupações ou nível de satisfação com a chegada dos grandes projetos, as entrevistadas destacam:

“São muitas as preocupações entre elas os impactos ambientais. Nunca mais vamos ver nossas paisagens como elas são. Existem momentos que olho para o Morro da Cruz e penso será que meus filhos quando adultos terão a oportunidade de ainda ver essa beleza e várias outras belezas naturais como a vegetação, os pequenos açudes e barreiros que poderão ser destruídos a exemplo dos que foram afetados pela transnordestina?. Mas a maior preocupação é com os impactos sociais e culturais a partir de duas situações postas a acontecer. A primeira é se sair para morar em outro local, viver outra realidade, as indenizações são suficientes? Vamos morar no mesmo local? ou cada um vai pra lugar diferente? Enfim são preocupações que só Deus para nos livre, e o segundo é se ficar morando aqui como conviver com tantos problemas como poeira, a insegurança, as doenças, a violência, a influencia de pessoas estranhas. Apesar de com o trabalho da CPT as pressões terem diminuído ou quase não existir para a vendo forçada das terras ainda continuamos inseguras. Minha maior preocupação também é saber que em meio a todo esse problema temos famílias que estão gostando e torcendo para que o projeto seja executado na prática. Parte dessas pessoas não vivem mais aqui, apenas possuem terras e venderam para a BEMISA e moram em Araripina – PE, esses são errado mais tudo bem estão fora porém existem aqueles que moram aqui e ainda acredita nesse projeto, fico triste com isso, porém não são a maioria e sim a minoria que pensa assim” (MC1 entrevista concedida em 06/02/2016)

“Falar em preocupação pra mim o que preocupa é todo, não gosto de falar nisso, prefiro rezar e pedir ao Espirito Santo que nos livre desse mal. Não posso falar nisso que me irrita sinto vontade de chorar só de pensar nesse demônio que está entrando nas nossas comunidades para destruir nossas vidas.” (MC2 entrevista concedida em 06/02/2016).

“A preocupação é grande, eu já foi prejudicada pela transnordestina, com muita luta conseguimos as indenizações, mais os que ficaram parados não conseguiram foi nada, foi um ano de sofrimento e pressão mais vencemos estamos viva, e a mineração essa vai ser pior mil vezes.” (MC3, entrevista concedida em 05/02/2016)

“As preocupações está baseado no que falei antes, primeiro os impactos culturais, saber que podemos ir viver em outro local e nossos filhos se envolver com outra cultura, não me preocupo com os maiores, já tem sua decisão formada porem os menores, outra é perder tudo. Gente, tenho minha vida muito tranquila aqui, eu e meu espesso trabalhamos, temos nossas coisas, nossas animais, como vai ser? As preocupações são grandes. Se ficar é pior agente não consegui sobreviver dentro da poluição, dos desastres, sei que pode aparecer estrada asfaltada, emprego para algumas pessoas, mais esses benefícios não cobre os desastres.” (MC4, entrevista concedida em 07/02/2016)

“As preocupações é conviver com a poluição, a destruição, doenças, influencia de pessoas estranhas, se vier acontecer como a comunidade quilombola vai ser pior pois não será extraído minério não temos indenização para sair, será obrigado a conviver com tudo isso e ter que ficar”. (MC5, entrevista concedida em 05/02/2016)

Quanto ao grau de satisfação, elas foram unânimes em afirmar que não encontram nenhum nível de satisfação, buscam pontos positivos nesse projeto e não encontram. E ainda ficam questionando o que leva alguns moradores acreditar nesse projeto.

É perceptível o protagonismo das mulheres e seu empoderamento na luta e enfrentamento aos grandes projetos na região. Alguns pontos de destaque, a partir das ações que estão sendo desenvolvidas foi criada uma comissão com 15 representantes das comunidades. Desse número 12 são mulheres. As falas nas audiências e nos momentos de formação e mobilização aparecem com maior intensidade. Inclusive nas fiscalizações, as ações desenvolvidas pela empresa responsável pela construção do trecho da ferrovia Transnordestina.

As fotos abaixo são resultado da destruição do projeto da Ferrovia Transnordestina, fato que leva as entrevistadas e demais moradores das comunidades a acreditar que o mesmo pode ocorrer com a instalação do projeto de mineração pois são ações concretas existente dentro da própria comunidade.

“No passado era tudo difícil mais tinha muita fartura, hoje com a Transnordestina até nossa água acabou, os barreiros foram todos embutidos pela ferrovia e nunca fizeram outros, até o açude da comunidade Serra Vermelha que era grande acabou” MC3 moradora da comunidade. (Entrevista concedida em 05/02/2016)



Figura 4 – Trecho da ferrovia Transnordestina – localidade Caldeirãozinho.
 Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, agosto, 2015.

Com a construção da ferrovia Transnordestina, as propriedades foram divididas, as famílias dispõem de acesso apenas a parte da propriedade que fica localizada do mesmo lado de sua residência. O trecho fica a mais 3 metros de altura, de difícil acesso e as passagens que foram prometida pela empresa distam mais de 4 km.

Questionadas quanto ao que pode ocorrer com as famílias da comunidade, caso seja instalado o projeto de mineração, percebemos um nível de preocupação e de revolta ainda maior.

“Muitos terão que sair (abandonar suas terras), os que ficarem serão atingidos com a poluição, provocando muitas doenças. Não é possível conviver gente e extração de minério no mesmo local. Outra é a dificuldade de adaptação em outro local. E os danos ambientais são enormes”. MC1, (Entrevista concedida em 06/02/2016)

“Vai ser pior que os problemas que vivemos com a transnordestina, porque lá tivemos como sair da casa mais ir para um lugar vizinho e no caso da mineração tem que ir morar para outro lugar e para acostumar não sei, vamos sofrer muito”. MC2, (Entrevista concedida em 06/02/2016 se emocionou e não conseguiu responder).

“Só em pensar sinto vontade de chorar, vou tentar responder mais não gosto de falar sobre isso, porque vem na mente o que pode acontecer e, prefiro acreditar que o projeto não acontecer. Caso aconteça vai ser destruição total do local, as pessoas terão que morar em outro local, só Deus saber onde, e as indenizações nem sempre será suficiente para construir tudo de novo. Enfim paro por aqui, desculpe mais não quero pensar nisso”. MC4 (Entrevista concedida em 07/02/2016)

“Se acontecer o projeto vai acontecer duas coisas, ou as pessoas vão morar em outro lugar ou conviver com a destruição e adquirir varias doenças.” MC5 (Entrevista concedida em 05/02/2016).

Dessas falas fica o grande desafio à luta e resistência para que o projeto não venha se efetivar na prática. Essa luta vem acontecendo em vários momentos como mostra o registro através das fotos, porém é necessário maior intensificação das ações concretas, conforme as falas são os passos a ser seguidos.

Após a visita e o registro das comunidades e, tendo como base os relatos das entrevistadas e relatórios de reuniões e observação da realidade, fizemos os registros da realidade de cada comunidade.

BAIXIO DOS BELOS

Baixio dos Belos localizada a 36 km da sede do município de Curral Novo, é uma comunidade em que os habitantes se reconhecem como comunidade tradicional camponesa

por seus costumes e tradições. São 24 famílias, com um total de 84 habitantes. É o maior aglomerado populacional da região, com característica urbana. Possuem escola, igreja, posto de saúde, quadra, comércio e salão comunitário. Mesmo com o número reduzido de famílias, as residências foram construídas unidas umas às outras o que constitui aspecto de urbanização. Todas trabalham e cultivam a terra, suas propriedades ficam próximas, sendo que a maioria são herdeiros, as propriedades passaram de pai para filho sem nenhuma documentação e outros são proprietários.

Conforme depoimento das moradoras MC6 e MC7 (Entrevista concedida em 05/08/2015), a visita realizada durante a Romaria da Solidariedade, do povoado onde serão localizadas as residências, não será extraído minério, porém os mesmos possuem propriedades ligadas ao povoado onde ocorrerá a prática da extração, além das localidades vizinhas.

“Nos preocupa com a exploração de minérios porque as pessoas da BEMISA – chegam nas nossas casas e enganam as pessoas dizendo que eles são obrigado a vender as terras a qualquer custo. Não quero vender as terras onde nasci mi criei é aqui que existe todos os nossos benefícios destaque para alguns benefícios como: casa, roça, açudes e barreiros”. (MC6)

“Me preocupo com o conjunto de problemas que podem ocasionar mesmo sabendo que vai acontecer coisas boas como estrada asfaltada, emprego principalmente aqui no povoado Baixio dos Belos porém junto vem as consequências. Em hipótese alguma quero sair pois o que eles sabem fazer são os serviços que existem na comunidade”. (MC7)

Outras famílias têm propriedades na comunidade Quilombola Garapa, onde não vai ter exploração, porém elas se preocupam com a poluição, poeira, barulho das bombas e máquinas pesadas, caso venha a concretização do projeto de mineração nas comunidades vizinhas.

Baixio dos Belos é uma comunidade de tradição religiosa muito forte, o nível de organização iniciou com o trabalho das CEBs, Comunidades Eclesiais de Base e, permanece até os dias atuais. Além da organização religiosa, a comunidade dispõe de associação, onde sempre acontece reunião para discussão e encaminhamentos coletivos. Na comunidade existem aqueles que não participam da vida coletiva prejudicando o encaminhamento de suas demandas.

Outros se preocupam com o conjunto de problemas que podem surgir mesmo sabendo que vão acontecer coisas boas como estrada asfaltada, emprego principalmente no povoado Baixio dos Belos, porém junto vêm as consequências. Os mesmos ainda não tem certeza de que tais benefícios possam chegar à comunidade, pois a própria energia que é do programa federal Luz para Todos, nunca chegou a comunidade. Eles acreditam que o governo pode não investir em local que seja afetado pelo projeto, havendo possibilidade de remoção

das famílias. Outros afirmam que em hipótese alguma querem sair, pois o que eles sabem fazer são os serviços que existem na comunidade.

Sei que com a extração do minério pode gerar muitos empregos, mas nossas comunidades não estão preparadas. Por outro lado os proprietários de terras não estão sendo valorizados, porque o valor que eles querem comprar é muito baixo. 1.500 R\$, o hectare, já incluído tudo o que tiver de construído (casa, cisterna, açudes, cerca e etc...). Nós vivemos da agricultura e da pecuária aí se vendermos nossas terras e nossos animais por uma mincharia (pequeno valor) nós vamos viver de quê? Pontua a moradora da comunidade Lagoa do Ovo, Arlete Modesto Macedo Fenardes. (Entrevista concedida em 06/02/2016)

“Eu poderia até vender ou arrendar as minhas terras, mas minha preocupação maior é com meus vizinhos. Eu sei as consequências que eles podem sofrer. Nós queremos gritar por justiça, porque isso tudo só está acontecendo por causa dos nossos governantes, que não têm compromisso com o povo. É muito humilhante viver nessa situação”, conta dona Luzinete. (Entrevista concedida em 06/02/2016)

Para Fabiana Araújo, uma das dificuldades encontradas até agora são as pressões feitas a partir de visitas constantes dos funcionários da empresa para a venda das terras.

“A maneira como eles estão conduzindo essas negociações tem deixado a desejar. Eles não estão valorizando o que levamos anos para construir, como nossas casas, criatórios, cercas, pastos, poços e barreiros. Já foi feito apelo por uma audiência pública. Porém, até agora, não encontramos nenhuma resposta para esse nosso sofrimento, essa angústia. Alguém tem que nos ouvir”. (Entrevista concedida em 06/02/2016)

Os depoimentos, evidenciam as preocupações das mesmas com o destino da vida na própria comunidade bem como o desejo de permanência na mesma, por se tratar de uma comunidade camponesa com história de vida e costumes próprios.

CAITITU

Caititu é uma comunidade quilombola que ao longo de sua história convive com sérios problemas, como falta de água, titulação de terras, infraestrutura para o trabalho, o seu nível de organização e o seu reconhecimento como comunidade quilombola permitiu o acesso a diversas políticas públicas, porém em meio a essas conquistas nos dias atuais a comunidade vive em conflito devido a ameaça da chegada de projeto de extração de minérios na região.

Caititu tem esse nome por ser o mesmo nome de um animal da região que há anos atrás existiam muitos, porem atualmente está quase extinto. É uma comunidade quilombola localizada a 24 km da sede do município de Curral Novo situado na região Sudeste do estado do Piauí.

Ao longo de sua história se auto identificaram como quilombolas por reconhecer suas origens a partir da história que vem sendo repassada desde os antepassados. Somente com o nível de empoderamento das famílias e do acompanhamento pela coordenação das comunidades quilombolas do estado do Piauí, no ano de 2010, foi certificada pela Fundação Palmares como comunidade quilombola.

A organização e a luta das famílias pela conquista de seus direitos e o título definitivo da terra, pois sabemos que historicamente o Brasil sempre conviveu com essas dificuldades de limitação fundiária. Conforme Stédille (2005), a questão agrária como um conjunto de interpretação e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse a propriedade, o uso e a utilização da terra brasileira se torna para nós um desafio, portanto, foi a partir desse nível de conhecimento que a história dessa população muda, sai de uma comunidade esquecida para um espaço de conquistas e direitos.

Atualmente a comunidade faz parte das comunidades quilombolas do estado do Piauí certificada pela Fundação Palmares e em processo de titulação pelo INCRA. A comunidade dispõe de políticas públicas que atende parte das necessidades básicas tais como energia elétrica para todas as famílias, pequeno açude, barragem, cisternas para armazenar água de chuva para o consumo humano em todas as residências e cisternas para a produção em parte das mesmas. Devido a fatores de ordem natural, como período de estiagem prolongada, variando no tempo e no espaço em parte do ano, as famílias ainda são abastecidas por carro pipa embora existindo o projeto da transposição da água da barragem poço do Marruá que o poder público nunca o concluiu.

As famílias preservam seus conhecimentos tradicionais a partir do cuidado com a natureza como bem sagrado, ou seja, criação de Deus e todos devem cuidar, plantação e criação de animais apropriados para a região do Semiárido e cuidado a preservação de seus conhecimentos a partir da medicina alternativa por meio das plantas medicinais.

A comunidade é formada por um aglomerado de 27 famílias, todas vivem em suas terras, porém a titulação ainda está em nome das primeiras famílias e seus filhos e netos são donos como herdeiros.

A conquista de seu território deu-se a partir de seu nível de luta e organização, ou seja, são unidas e lutam pelo mesmo objetivo, pois sabemos que sem isso as comunidades dificilmente teriam a conquista de seus direitos em meio às leis agrárias brasileiras. No caso da comunidade Caititu com destaque a participação da mulher nas várias lutas e organização a exemplo da Associação dos 39 sócios, 30 são mulheres. Além da organização local, que vão a partir da organização da produção, luta por políticas públicas, encaminhamento coletivo das

demandas da comunidade, bem como o enfrentamento aos grandes projetos do capital, os mesmos tem participado ativamente das lutas em nível de estado pela garantia por políticas públicas, direitos sociais, culturais e ambientais.

As lutas mais recentes deram-se contra a implantação de grandes projetos do capital que estão chegando na região com destaque para projeto de pesquisa para extração de minérios (ferro), rodovia Transnordestina e energia eólica.

A conquista da terra permitiu o acesso a projetos como PRONAF e AGROAMIGO, pelas mulheres.

Associado aos fatores naturais, alternativas vem sendo desenvolvidas para reduzir esses problemas. Trata se dos projetos de convivência com o Semiárido, com destaque para as cisternas para captação de água de chuva, tanto para o consumo humano quanto para a produção. Nesse mesmo aspecto da convivência, as famílias têm desenvolvido técnicas sustentáveis com a criação de animais e plantas apropriadas ao clima da região. Já existem iniciativas de hortas orgânicas de forma individual nos quintais das famílias totalizando em média 2 hectares. Tais práticas servirão de experiência para os demais.

No tocante às ameaças da chegada dos grandes projetos do capital três pontos são necessários. Primeiro: a vigilância por parte das próprias famílias, não permitindo a entrada da empresa para a realização das pesquisas dentro da comunidade; segundo é o encaminhamento de processo via INCRA impedindo a pesquisa dentro da comunidade por se tratar de comunidades tradicionais e o inquérito da audiência realizada em 14 de abril de 2014, afirma a não extração de minérios dentro das duas comunidades quilombolas: Caititu e Garapa (Documento anexo). Terceiro: constitui na luta junto com as demais comunidades atingidas no seu entorno pelo fato de as mesmas também fazerem parte da categoria comunidades tradicionais, além dos direitos que elas têm, sabemos que a extração de minérios prejudica comunidades vizinhas, dessa forma Caititu e Garapa seriam também atingidas. Nesse aspecto destaca a participação ativa da comunidade junto às audiências e processo em andamento.

COMUNIDADE QUILOMBOLA GARAPA

Garapa é uma comunidade formada por 09 famílias em um total de 41 habitantes, sendo 07 crianças, 16 jovens, 14 adultos e 04 idosos. É uma comunidade quilombola certificada pela Fundação Palmares em processo de titulação pelo INCRA. Parte das famílias são proprietárias da terra e outros são herdeiros. Na comunidade há escola, cemitério, energia

elétrica em parte da comunidade, poços, cisternas e parte ainda dependendo do abastecimento de água feito por carro pipa no período de estiagem.

Garapa é uma comunidade que se reúne e participa de movimentos e organizações já a bastantes anos, iniciaram com organização a partir das CEBs e em seguida criaram uma associação na própria comunidade, participam de movimentos na luta por melhoria de suas vidas e da comunidade. Participam da luta junto com o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores. A comunidade sempre está presente na luta em nível de município e de estado.

Outro destaque, a partir dos conhecimentos os mesmos buscam desenvolver seu potencial e geram renda para a própria comunidade.

Conforme afirmações da empresa BEMISA (empresa que está desenvolvendo o trabalho de pesquisa para extração mineral na região) nessa comunidade não será explorado minérios, porém a mesma fica ligada as propriedades onde está havendo pesquisa para a exploração de minérios, entre elas, Baixio dos Belos e Lagoa do Ovo. Tal afirmativa por parte da empresa tem preocupado os trabalhos que vem sendo desenvolvidos na comunidade, uma vez que alguns acreditam que não serão atingidos e que o projeto pode trazer melhoria para a comunidade. Essa divisão de opinião prejudica a luta por tratar de um grande projeto.

O fato animador é que a comunidade tem uma historia de luta e resistência e, está ligada diretamente a duas organizações camponesas com perfil de luta e enfrentamento muito forte a exemplo do MPA e CECOQUI – Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Piauí.

COMUNIDADE MANGA VELHA

Possui 08 famílias, 25 habitantes, sendo 05 crianças, 04 idosos e 16 adultos. Das 08 famílias, 05 são proprietários ou herdeiros e 03 estão em terras pertencentes ao Estado. Em anos anteriores chegaram supostos proprietários, porém o tempo na comunidade e os benefícios existentes obrigou o Estado expedir documento que garante a posse da terra. Na comunidade há uma ausência total de políticas públicas. Foram fortes os depoimentos das famílias, uma vez que todas estão sendo atingidas pelos projetos de mineração. A resistência por parte dos idosos é muito forte. As sondagens² aconteceram entre as residências, inclusive encontramos pedras que são ferro na própria superfície, vejamos a realidade a partir das fotos abaixo.

² Fazer furo no solo para fornecer informações sobre o perfil do solo e as rochas em superfície.



Figura 5: Sondagem (identificação de minérios) comunidade Manga Velha.
Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, fev., 2016.

A empresa BEMISA considera Manga Velha o coração do minério, pois lá estão localizadas as maiores jazidas de ferro do Nordeste. De forma que o nome do projeto para essa região é Massapê/Manga Velha dentro do macroprojeto Planalto Piauí.

Segundo o Senhor Miguel, um dos moradores mais velho da região, a maioria das famílias sempre moraram na comunidade ou na comunidade vizinha Palestina. O mesmo afirma na sua fala durante a reunião realizada dia 12 de fevereiro de 2016 que:

“Algumas razões temos para não sair daqui, primeiro o tempo e não temos para onde ir, temos o criatório de animais, as terras para produzir, sem contar que temos a vegetação nativa com plantas medicinais e que nos fornece alimento, enfim em meio a toda riqueza natural, os benefícios que temos, a água, enfim tudo que temos em minha propriedade é minha casa e de três filhos e os benefícios que todos têm, a empresa ofereceu 260,000,00. O que não dar para estabelecer em outro local. E o certo é como vocês estão vendo os minérios serão extraídos debaixo de nossas casas e aí o que fazer? Lutar para o projeto não acontecer, não resta outra saída. O valor não dá pra viver em outro lugar e ficar não tem como.”(Entrevista concedida em 12/02/2016)



Figura 6: identificação de minérios no meio as residências – comunidade Manga Velha.

Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, fev., 2016.

A comunidade está ligada diretamente a comunidade Palestina com a qual tem muito em comum, a exemplo a participação na igreja, que é um patrimônio histórico, construída no ano de 1913 pelas próprias famílias da época.

O símbolo da comunidade é o Morro da Cruz, que hoje começa a ser intitulado de Morro do Ferro, o que simboliza a fé, o cuidado com a natureza que Deus criou. Nesse espaço são realizadas celebrações e romarias na própria comunidade, onde com o projeto de mineração, o morro será demolido, trazendo dois grandes impactos, Por um lado o impacto, cultural pois trata de uma religiosidade muito forte e por outro socioambiental, pois tudo será arrastado para o meio das familiares que moram no entorno do morro.



Figura 7: Morro da Cruz – comunidade Manga Velha.
 Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, agosto, 2014.



Figura 8: Igreja construída em 1913 – Comunidade Palestina
 Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, fev., 2016.

Na mesma reunião de 12 de fevereiro de 2016 passamos a questionar o que poderia ocorrer com as famílias da comunidade caso seja instalado o projeto de mineração na Manga Velha. Importante destacar que todas as famílias de Manga Velha estavam presentes e as 03 da comunidade de Palestina e a resposta foram.

“As famílias não tem como ficar na região, primeiro algumas casas serão demolidas logo no início pois serão extraído ferro dentro do próprio espaço da residência, além das explosivo, poluição, ou seja, vão perder tudo que adquiriam há muitos anos com sacrifício, as plantas nativas, as águas, vai ser uma destruição total. Todos terão que sair perdendo tudo sem destino para onde irão.”

Conforme as observações a partir dos pontos de sondagem, da análise de depoimentos e de documentos sobre o projeto de mineração, Manga Velha é a comunidade mais atingida, é perceptível que em eventual concretização do projeto, toda a comunidade será destruída, iniciando pela destruição do Morro da Cruz espalhando sedimentos por toda a região.

COMUNIDADE RIACHO

Na comunidade Riacho município de Simões, há 15 famílias, em um total de 56 habitantes. A comunidade foi crescendo a partir da vinda das comunidades vizinhas, unindo

as já existente. Não existe igreja nem associação atuante, o nível de participação e organização dá -se junto a comunidades vizinhas como, por exemplo, Lagoa do Ovo, no município de Curral Novo. As ações de mobilização, luta e resistência sempre acontece juntas e o acesso a políticas publica sempre a partir da comunidade Monte Santo. A comunidade não dispõe de políticas públicas, os jovens e crianças estudam no povoado Monte Santo. Das 15 famílias, 06 são proprietárias de suas terras e 09 são herdeiras. Conforme depoimentos, as famílias se sentem indignadas com a forma como o projeto está chegando. Uma professora da rede municipal e líder comunitária, compara a chegada da empresa com a chegada dos portugueses ao Brasil, que não respeitaram as culturas existentes culminou com o extermínio dos povos nativos. A mesma afirma que, se não houver uma luta e uma união, pode ocorrer o mesmo com eles.

“A falta de políticas públicas era o principal problema no passado, mas vivia nos ajudando, dormindo tranquila, e planejando melhor a vida para o futuro, porém hoje, a vida melhorou temos nossas casas, emprego, salário, educação para os filhos, energia, transporte próprio, telefone, internet, terra, enfim temos hoje uma vida digna, porém temos uma grande preocupação é a ameaça do projeto de mineração, pois não podemos nem investir, uma vida digna que pode ser retirada a qualquer momento. Comparo a chegada da empresa com a chegada dos portugueses no Brasil, impõe uma única condição sair ou desocupar, pois o que interessa é a exploração da riqueza e se não tivermos cuidado vai acontecer o mesmo conosco. Quero fazer uma reforma em minha casa, mas com o projeto nem sei se vou continuar morando aqui. A educação de meus filhos é principal ameaça, não vejo como tirar meus filhos da Escola da comunidade vizinha que funciona até o Ensino Médio para ir estudar fora ainda adolescente correndo o risco de sofrer influência de outras culturas. Ele só deve sair quando adulto para o universidade. É um conjunto de preocupação que nos deixar triste e nos faz chorar só em pensar MC4 moradora da comunidade Riacho e professora na comunidade Monte Santo. (Entrevista concedida em 07/02/2016)

O outro destaque importante é a resistência e os depoimentos das familiares destacando que foram beneficiadas com projeto do Estado como por exemplo das cisternas de placa para o consumo humano e que as mesmas estão sendo retiradas para dar lugar ao empreendimento.

Toda a situação causada nessas comunidades acontece em nome de um desenvolvimento que não envolve as comunidades, resta a insegurança, ameaças, e, em alguns casos a divisão da própria comunidade, pelas formas como vem sendo passadas as informações sobre o projeto acontecem de forma deturpada. O conhecimento tradicional não é reconhecido nem valorizado. Daí infere-se principalmente que esses empreendimentos são ilícitos e ilegítimos, pois não respeitam a perspectiva dos atingidos, infringem a lei e prejudica as pessoas e o meio ambiente

No contraponto a essa situação surge o empoderamento das comunidades associado ao

nível de organização ao longo da história e a busca por mais conhecimento e, sobretudo, a união entre as mesmas.

Conforme Dona Julia³ em entrevista realizada dia 12 de fevereiro de 2016. A mesma é onde na sua fala faz destaque a esse potencial.

“A comunidade dispõe de uma vasta riqueza natural, todas as plantas tem sua utilidade com destaque a almeixa, aroreira, umburana, angico, capim santo, erva cidreira, hortelã, arruda, favela, juá, jurema preta, ou seja, 90% da medicina da região é tirada das plantas medicinais e da cultura popular através da reza tanto em criança como em adultos. Porque as políticas públicas da comunidade tudo depende do povoado Monte Santo tanto saúde como educação, o que temos é a cisterna para o consumo e estamos aguardando para a produção. E agora com a chegada da energia elétrica, mais riqueza que nos garante a permanência na comunidade”.
Julia - moradora da comunidade Riacho (Entrevista concedida em 12/02/2016)

Após relato construído das cinco comunidades, são perceptíveis as mudanças ocorridas na vida das famílias, considerando o início de minha inserção nas comunidades em julho de 2013 até os dias atuais.

Alguns destaques importantes: o nível de empoderamento das comunidades para o enfrentamento, a suspensão não sabemos se temporária da empresa na região, o certo é que hoje existem apenas dois vigias para fiscalizar as terras, pressão para a venda das terras não existem mais e, a chegada de políticas públicas cuja justificativa era o não investimento para benefícios famílias sendo que as mesmas poderiam ser removida da região.

No relato da comunidade Baixio dos Belos aparece como uma das políticas inexistentes a energia elétrica e hoje já tem, além de outras comunidades como Riacho e Lagoa do Ovo.

Enfim algumas alterações aconteceram durante esse período a partir da luta e organização e que nos orientam a continuar a luta e a nos preparar para os novos desafios.

4. 3 Ações de apoio e mobilização das organizações e Movimentos Sociais do campo na luta das comunidades tradicionais.

A região de Baixio dos Belos e Manga Velha em Curral Novo do Piauí, detém uma das maiores reservas de minério de ferro do Nordeste. Por causa dessa imensa riqueza existente no subsolo, está sendo construído na região um ramal da Ferrovia Transnordestina e as companhias mineradoras já realizaram o trabalho de identificação (sondagem) das jazidas

³ Mestre da cultura popular como resadeira e utiliza muito a medicina alternativa na prevenção da saúde.

de minério de ferro, para a extração. A empresa responsável pela sondagem é a BEMISA – Brasil Extração Mineral S.A.

São essas companhias mineradoras que vão retirar e exportar os milhões e milhões de toneladas do minério de ferro, existentes na região. Centenas dessas jazidas já estão devidamente localizadas, identificadas e catalogadas para que o material seja extraído.

Os moradores da região e proprietários das terras, de onde o minério de ferro será retirado, revelam preocupação pela forma como estão sendo abordados por pessoas que se apresentam como representantes das companhias mineradoras, e por outros que se identificam como advogados, como vimos nas entrevistas.

Para a moradora Fabiana Araújo Nunes perder o que levou anos para ser construído é o seu maior medo.

“Meu medo é perder tudo, nossa terra, nossa casa tudo que construímos com tanto suor e de repente tudo se desmoronar. Para eles a casa da gente não tem nenhum valor, mas por mais humilde que seja sabemos que ela é o nosso lugar de abrigo. Ali não se trata apenas de um pedaço de terra, se trata de histórias de vida, de pessoas simples, humildes, mas que têm sentimentos. A minha mãe tem quase 60 anos e ela nasceu, cresceu e construiu nossa família ali e hoje vivemos com medo de ficar sem nossa terra e ter que recomeçar tudo de novo. Se vai ser bom para o estado, para nossa cidade como eles dizem, por que só os pobres serão prejudicados?”, conclui. (Entrevista concedida em 05/08/2014)

Além da empresa de mineração, outro problema na região que já se constitui como fato concreto é a construção do trecho da ferrovia Transnordestina, o qual atingiu propriedades, açudes, residências e animais. Fora o meio ambiente e elementos culturais da região.

Outro fator preocupante mencionado pelos moradores é o açude do povoado Serra Vermelha que terá o seu Boje⁴ soterrado por ficar mesmo no local onde passa a ferrovia.

“A nossa preocupação maior é ficarmos sem água. Porque o açude abastece o nosso povoado e as comunidades aqui da região, se não fizerem essa parte que será soterrada podemos ficar sem água até para bebermos”, afirma a moradora do povoado” Maria Adjove Macêdo Cipriano. Em 05/08/2014

“Um dos problemas que a Transnordestina vem trazendo pra nós é a questão das explosões, não avisa quando vai acontecer, como antes eles mandavam um documento informando a hora que vai acontecer, hoje procuro a eles para que eu mesma possa avisar aos demais e eles não informam, derrepente acontece a explosão com pessoas e animais próximos, ocasionando sérios riscos. Muitos animais chegaram a desaparecer nos dias das explosões.” Maria do Socorro Feitosa em 05/08/2014.

⁴ Parte central do açude onde acumula o maior volume d'água.

Tais preocupações se manifestam em virtude de dois fatores; primeiro pela complexidade de que se constitui o projeto e os grandes prejuízos que trará para os mesmos; e segundo, essa região é composta por famílias que historicamente tem participado das lutas e organizações sociais, vinculadas as CEBs ou a outras organizações e movimentos sociais do campo.

Tendo conhecimento da realidade, várias organizações camponesas tem juntado forças a essas comunidades buscando alternativas de luta e enfrentamento a essa realidade.

Nesse espaço destacamos as ações desenvolvidas pela igreja católica, CPT, MPA e a organização das Comunidades Quilombolas.

A atuação das Comunidades Quilombolas está acontecendo a partir das comunidades Quilombolas Caititu e Garapa. *“Nossa luta iniciou pelas duas comunidades quilombolas, mas essa luta acontece em conjunto com as demais, pois o problema é de todas as comunidades e as conquistas também devem ser conjunta”* Osvaldina dos Santos uma das representantes das comunidades quilombolas em entrevista em outubro de 2014.

Conforme arquivos encontrados junto ao inquérito civil público, várias ações e pedidos foram encontrados em nome da CECOQUI e FUNDAÇÃO PALMARES, na tentativa de impedir que o projeto seja instalado na região. Os resultados são satisfatórios nas duas comunidades quilombolas, afirmando que não serão extraídos minérios nas mesmas (documento anexo), porém, como afirma Osvaldina a luta é conjunta com as demais, pois a extração em comunidades vizinhas prejudica diretamente a todas.

Os demais momentos de atuação das organizações das comunidades quilombolas na região se dão em conjunto com a CPT nas ações desenvolvidas na região. Foi a partir das mesmas que a CPT iniciou o trabalho de enfrentamento na região em julho de 2013.

A atuação da CPT e da Igreja católica deram em conjunto vários momentos e outros se deram separadas conforme sua agenda de trabalho. Destacamos várias atividades de enfrentamento na região com início no ano de 2013 até os dias atuais numa luta e apoio as comunidades camponesas atingidas. Segue um relato em ordem cronológica de algumas ações.

Conforme busca em arquivos da diocese de Picos, o primeiro momento mais formal que a igreja participou junto às famílias aconteceu através de uma reunião com moradores da comunidade Baixio dos Belos e de várias comunidades do município de Curral Novo em 15 de maio de 2013, com mais de cinquenta pessoas. O encontro teve, também, a participação do Bispo de Picos, Dom Plínio José Luz da Silva e de outros representantes do clero diocesano.



Figura 9: Reunião com a Diocese e comunidades atingidas.
Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, maio, 2014.

Os sacerdotes compareceram ao povoado Baixio dos Belos, em Curral Novo, que fica a mais de 250 quilômetros de Picos, atendendo aos apelos dos moradores das comunidades. Eles pediram que a Igreja Católica os acompanhasse no processo das terras em negociação com representantes da Ferrovia Transnordestina e das companhias mineradoras.

De acordo com os relatos feitos pelos moradores na reunião, há um clima generalizado de dúvida e perplexidade em todos. Um dos motivos é a aparição dessas pessoas que se apresentam como advogados, fazendo propostas de compra das terras, sem terem sido procurados.

“Eles chegam e dizem que só existe uma alternativa vender ou vender a terra, e que nós não somos donos, eu pergunto como não somos donos se trabalhamos na terra, moramos nela e pagamos os impostos todos os anos. Em minha casa ele disse que se eu não vendesse a polícia vinha e tirava nós a força, só que daqui eu não saio”
Marlene – Moradora da comunidade Palestina em reunião no dia 18/06/2016.

Conforme os moradores da região, esses advogados fazem propostas de valores a ser pagos pelas mineradoras, apresentando, também, os valores dos seus honorários advocatícios, sem terem sido procurados por eles (moradores) para realizarem essa mediação.

Socorro, uma das integrantes do grupo de moradores, disse que outras pessoas abordam os proprietários de terra na região, como representantes diretos das companhias mineradoras. “Os valores oferecidos ficam sempre abaixo do que se considera uma justa quantia de indenização”, explica.

Os moradores reclamam ainda do tom com que são feitas as abordagens pelos que dizem representar as mineradoras. Conforme os moradores, muitos deles são procurados com insistência e não raramente pressionados, a ponto de se sentirem sufocados e até amedrontados.

O Bispo Diocesano de Picos, Dom Plínio José Luz da Silva, disse após a reunião, que a presença da Igreja Católica, pelos seus sacerdotes, teve o objetivo de ouvir as preocupações dos moradores. *“Fomos chamados a uma ação solidária e vimos ver a situação e ouvir as aflições do povo”*, disse.

Em relatos o bispo Dom Plínio disse que a Igreja vai procurar as autoridades constituídas a quem cabe a responsabilidade de oferecer resposta adequada para a situação, bem como se informar sobre os encaminhamentos a ser adotados. O Bispo garante que a Igreja será solidária, atendendo ao apelo feito pelo povo.

Após a reunião o Bispo de Picos Dom Plínio José procurou a mim como membro da coordenação da CPT para que a mesma passasse a atuar junto àquela situação, pois percebeu no perfil de luta daquele povo uma identidade muito forte e que em anos anteriores a CPT já atuou naquela região principalmente em anos de seca na luta pela terra e pela água.

O primeiro momento da CPT nesse processo aconteceu a partir do contato com a coordenação das comunidades quilombolas para uma atuação conjunta a essas comunidades e seguido de visita a várias comunidades da região. É importante destacar que foram nossos primeiros contatos com as famílias.

As primeiras visitas aconteceram no mês de julho de 2013 envolvendo o conjunto de comunidades. As visitas se constituíram em conversa com as famílias e as lideranças da região, que culminaram com a ideia de realização do primeiro seminário de formação envolvendo todas as famílias atingidas da região.

Foram realizados encontro e reunião nas comunidades para preparação do seminário e adicionar mais informações da realidade.

Aconteceu nos dias 22 e 23 de agosto de 2013 o primeiro seminário de formação com as famílias atingidas pelos projetos de mineração. No seminário foram inicialmente ouvidos os depoimentos e as preocupações das famílias em seguida foram trabalhados temas sobre os impactos dos projetos de mineração para as comunidades, utilizando fotos, vídeos, materiais relatos e depoimentos de pessoas de região da Bahia onde os projetos de mineração já acontecem. O seminário aconteceu na comunidade quilombola Caititu com 89 pessoas envolvendo as comunidades do município de Curral Novo, Simões e Paulistana. As comunidades do município de Paulistana são as atingidas pelo projeto da ferrovia

transnordestina, as quais no mesmo ano já tinham realizado protesto que culminou em paralisação da obra por alguns dias.

Diante dos relatos as famílias saíram mais preocupadas com nível que o projeto apresenta e os prejuízos que elas poderão sofrer. Porém saíram mais fortalecidas a lutarem para que o projeto não aconteça. Foi pensado um conjunto de propostas de enfretamento a ser construídas coletivamente. Fica o compromisso do acompanhamento sistemático da CPT às famílias e as mesmas se comprometeram de agirem juntos com o mesmo objetivo.

Devido ao conjunto de denúncias realizadas pelos moradores da região em virtude da forma como eram abordados pela empresa mineradora o Ministério Público realizou dia 14 de abril de 2014, uma Audiência Pública em Curral Novo Piauí. Na Audiência foram debatidos temas de grande relevância a população da zona do minério de ferro, como, negociações de terras, venda ou arrendamento, exploração, permanência e retirada de famílias dentre outros. Famílias que moram na área de mineração reclamam que estão sendo pressionadas por pessoas que se apresentam como representantes da BEMISA, insistindo para que vedem suas terras.



Figura 10: Audiência Pública em Curral Novo
Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, abril, 2014.

É notório o nível de organização das famílias presentes na audiência e se posicionando firmes, como um único propósito a permanência nas terras.

Centenas dessas jazidas já estão devidamente localizadas, identificadas e catalogadas para que o material seja extraído. É importante destacar que as ações de pesquisa acontecem

devido à audiência para licenciamento a qual ocorreu na cidade de Paulistana onde as familiares além de serem obrigadas a se deslocarem para outro município, não tiveram direito à voz apenas a ouvir as determinações da Empresa representada pela BEMISA, do Estado representada pela SEMAR e demais órgãos presentes como afirmam os próprios moradores durante a audiência.

A audiência contou com a presença de representantes de vários seguimentos da sociedade, como o Ministério Público Estadual e Federal, Empresa Mineradora BEMISA, CPT, Poder Legislativo Municipal de Curral Novo e a Igreja Católica. Segundo o Pároco da Paróquia São Simão, Pe. Miguel Feitosa,

“A realização da audiência pública já é um avanço para a comunidade, apesar de ainda ter ficado muitas dúvidas nas pessoas. Mas a Igreja está do lado do povo ajudando e apoiando. Não somos contra a nação, mas também não queremos ser perdedores daquilo que a gente conquistou”.

O Bispo Diocesano, Dom Plínio José Luz da Silva, também esteve presente na audiência. No final, Dom Plínio José manifestou o seu contentamento em participar daquele momento.

“Estar nesta audiência pública para mim é um grande contentamento, estou aqui porque a nossa igreja está acompanhando o nosso povo, inclusive já estivemos lá no local de exploração do minério e já publicamos o pensamento da Igreja a respeito da sua extração. Agradeço a oportunidade de estar aqui ouvindo, de poder ver os envolvidos da situação aqui neste momento, unidos buscando a mesma resposta. Sabemos que as coisas não se resolvem de uma hora para a outra, mas a realização desta audiência já foi um passo. Quando as pessoas fizeram algumas perguntas me deixou contente, pois é sinal que elas estão avançando na busca pelos seus direitos. Sabemos que não dá para parar por aqui, mas pelo menos já demos o primeiro passo”, disse.

Durante a audiência, é perceptível a partir das falas dos representantes da Empresa BEMISA, do poder público municipal representado pelo prefeito municipal, Leonidas Lopes de Lima do assessor jurídico e do poder público do Estado, representado pelo secretário da SEMAR, Mario Ângelo uma defesa conjunta a favor da extração de minério, justificando a necessidade de desenvolvimento para a região, afirmando inclusive que tudo está dentro da legalidade.

Dessa forma há um contraponto a essas afirmações por parte da CPT representada pelo coordenador Antonio Eusébio de Sousa, exigindo que o processo deve ser analisado pois a primeira audiência que trata do licenciamento ambiental as famílias não puderam se pronunciarem e que as falas das mesmas mostram que não foram informadas do processo apenas receberam pressão das empresas. Em seguido o advogado voluntario da CPT Lucas

Vieira também pronunciou a favor das famílias exigindo respeito e um processo transparente junto a elas.

O Ministério Público Federal representado pelo procurador Alexandre pronunciou justificando a necessidade da exploração de minério e que as leis brasileira asseguram o direito de exploração desde que seja de interesse público que é o caso desse processo. Já o Ministério Público Estadual representado pela promotora Doutora Holga Barreto Tavares, garantiu analisar cada processo de forma que não haja prejuízo para as famílias. Em anexo, após a audiência documentos que favorecem as famílias em muitos pontos.

Fica evidente que as famílias estão em constante tensão, porém, firmes no propósito de continuar lutando por seus direitos de permanência na terra.

Considerando a sequência das ações realizadas, a próxima se constituiu num encontro de avaliação dos resultados da audiência que aconteceu na comunidade Baixio dos Belos no mês de maio de 2014, envolvendo as comunidades atingidas. Os mesmos avaliam positiva a presença da igreja e da CPT como parceiros de suas lutas e destacam a percepção clara dos mesmos quanto a relação existente entre empresa, poder público municipal e Estadual e parte do judiciário, tal acordo deixou -os mais indignados a lutar por seus direitos.

As pessoas compartilharam as impressões causadas pela última audiência, sentimento coletivo era de insatisfação com a audiência, de onde esperavam tirar solução respostas concretas para amenizar os seus sofrimentos.

“Aquela audiência não foi suficiente. Nós saímos de lá pior do que entramos. Não tivemos respostas de nada, sequer das perguntas que foram feitas. Foi uma reunião que não trouxe solução de nada. Não sabemos, até hoje, o que fazer das nossas vidas”, relata dona Maria Luzinete Coelho, da comunidade Juá.

Pe. Miguel Feitosa, da paróquia de Simões, esteve presente na reunião, manifestando o seu comprometimento e apoio às famílias. Ele avaliou a reunião de forma positiva, sobretudo nos termos dos encaminhamentos.

“A reunião foi muito útil. Depois da audiência em Curral Novo, não houve oportunidade de reunir as pessoas que participaram. Pela primeira vez tivemos a oportunidade de conversar sobre a audiência. Outro ponto importante é a possibilidade de um estudo juntos com os advogados para conhecer melhor as leis, aquilo que compete a nós, de maneira a nos dar forças para lutar por nossos direitos”.

O bispo diocesano, Dom Plínio, participou ativamente da reunião e afirmou que o posicionamento da Igreja é de estar ao lado do povo.

“A Diocese já deu o primeiro passo, quando foi cobrada a sua presença. Me sinto contente de participar desse momento, que faz parte das atividades da vida da Igreja, de estar ao lado do povo. As consequências desse projeto devem ser aprofundadas, sobretudo para que as pessoas possam realmente se inteirar do que estão abraçando, do que envolve suas vidas. Também a comissão e os advogados que virão. O relatório que contará a sua própria história vai facilitar muito, porque será enviado a todas as comunidades da Diocese, pois somos Igreja que partilha também os sofrimentos”.

É notório que o povo está apreensivo diante da realidade em que se encontra porém, firme nas luta. As pessoas querem saber o que deve ser feito. Nós como organizações sociais do campo não damos soluções, nós apontamos caminhos. Percebemos que há uma liderança entre eles. Muitas dessas pessoas sabem argumentar e falar do assunto com segurança.

Para dar continuidade ao processo foi construída uma comissão formada por um representante de cada comunidade atingida e um representante da igreja Pe. Miguel e um representante da CPT, Eusébio para construir juntos a proposta de enfrentamento.



Figura 11: Comissão Intercomunitária em Defesa das Comunidades Impactadas pela Mineração

Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, maio 2014.

A comissão reúne mensalmente para estudos de temas como: impactos socioambientais, impactos socioculturais, ordenamento jurídico, comunidades tradicionais, pesquisa e estudo de documentos, construção de agenda e estratégia de enfrentamento e relatos de experiências. Além da comissão, a reunião mensal é aberta para a participação das comunidades. Ficou agendado e, a pedido da igreja através da diocese de Picos a realização da Romaria da Solidariedade envolvendo todas as comunidades atingidas.

A Diocese de Picos em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas Diocesana e Regional, realizou durante os dias 04 e 05 de agosto de 2014 a Romaria da

Solidariedade com as famílias atingidas pela mineração na Região do Baixio dos Belos, em Curral Novo do Piauí.

Somar forças e dar apoio às famílias que estão enfrentando tamanho sofrimento, ocasionado pela mineração, foi um dos principais objetivos da Romaria

No primeiro dia foram realizadas visitas domiciliares nas dez comunidades que estão diretamente envolvidas na zona do minério de ferro. Já no segundo dia, pela manhã, todos/as das comunidades e participantes da Romaria subiram o Morro da Cruz, que tem 700m de altitude e ali fizeram a Celebração da Palavra, colocando diante de Deus e do povo as suas angústias, dores e sofrimento, na certeza de que pela fé e esperança através da luta tudo será resolvido da melhor maneira para as famílias.



Figura 12: Manifestação das famílias – destaque as mulheres
Fonte: SOUSA, pesquisa de campo – agosto – 2014

“Estou muito feliz, pois tudo o que a gente planejou deu certo, o povo veio ao nosso encontro. O que eu digo pra todos é que devemos ter confiança e acreditar que buscar o apoio da Igreja foi o melhor caminho. Estamos nos sentindo mais leves, porque sabemos que não estamos sozinhos. Até as perturbações e pressões feitas por funcionários da Empresa Mineradora diminuíram, ou melhor, nunca mais apareceram depois desse trabalho e da união suas forças com o povo destas comunidades”, ressaltou a moradora Maria Luzinete Coelho.

Na tarde do dia 05, a Romaria foi encerrada com a Santa Missa presidida pelo o Bispo Diocesano de Picos, Dom Plínio José Luz da Silva

O momento foi marcado pela solidariedade, confiança e protesto através de faixas e depoimentos e, principalmente esperança de todos. Os Padres de outras Dioceses, ao tomarem conhecimento, sensibilizados com a situação que as famílias estão vivendo saíram de suas dioceses e vieram participar do evento. O Pe. José Aécio Cordeiro, da Diocese de Floriano e o

Padre Vicente da Cruz Administrador Paroquial da Paróquia Bom Jesus, de Nascente, Diocese de Salgueiro-PE expressaram os seus sentimentos de participar da Romaria.

Para Dom Plínio José, bispo diocesano de Picos, a situação vivenciada pelas famílias é bem delicada.

“O povo realmente está aflito. Sabemos que a empresa Mineradora já tem toda a articulação na área da mineração, dispondo de tudo o que precisam para agir. Pelo poder de acesso à informação, eles já têm tudo que precisam. O povo, por sua vez, conta com o apoio da Diocese, CPT e de outros movimentos. E esse nosso apoio tem sido significativo para as famílias da área. Por isso, realizamos a Romaria da Solidariedade visitando todas as famílias e ouvindo seus testemunhos e apelos”.

No final das atividades foram feitos alguns encaminhamentos que darão continuidade à luta, entre os quais, a permanência da comissão que se encontra mensalmente para estudo e construção de agendas, a gravação de um Vídeo Documentário, forma de divulgação e denúncia inclusive denúncia internacional.

A região de Curral Novo está sendo marcada por um conjunto de acontecimentos e enfrentamentos. As famílias das comunidades atingidas pela ferrovia Trasnordestina por iniciativa própria, vendo os avanços da obra e a destruição dos bens materiais como açudes e roças, bem como a não construção de passagem, decidiram ocupar e fechar o trecho da ferrovia nas proximidades da comunidade Caldeirãozinho e entrada para a comunidade Juá. O grupo de família ficou toda a manhã do dia 13 de fevereiro até que pessoa representante legal da empresa viesse dar encaminhamento as situações.

Buscamos ampliar os conhecimentos da realidade através de visita de campo e entrevista junto às famílias. As visitas foram realizadas nos dias 26 a 28 de outubro de 2014, nas comunidades: Riacho, Baixio dos Belos, Manga Velha, Juá, Alvação, Lagoa do Ovo e as comunidades quilombolas Caititu e Garapa.

Como forma de obter dados numéricos mais concretos foram realizadas entrevistas junto a 05 (cinco) Agentes Comunitários de Saúde, sendo que os mesmos dispõem dos dados numéricos e da situação de cada família por meio do cadastro. Conforme conversa com as Agentes Comunitárias de Saúde Maria do Amparo, que atende às comunidades Juá, Casa Nova, Terra Nova, Campo Limpo, Exú, Alvação e Caititu; Isabel atende as comunidades Lagoa do Ovo, Ariti, Cachoeirinha, Borrvalho, São José, Curitiba, Baixio dos Belos, Manga Velha, Paredão, Palestina e Garapa, todas no município de Curral Novo e Adão que atende as comunidades Riacho e Monte Santo do município de Simões, eles afirmam ser uma região que vivência aspecto religioso, cultural e de resistência muito forte, destacando o festejo, a vivência da fé, as celebrações, as pastorais e movimentos religiosos, tendo como base fé em Deus, amor ao próximo, e luta e resistência pelos seus direitos.

No aspecto produtivo, há forte presença da criação de animais de pequeno porte, sendo que a maioria das famílias sobrevive da criação de caprinos e ovinos e da agricultura.

Conforme registros dos cadastros das famílias informados pelos Agentes Comunitários de Saúde citados são 140 famílias e 506 habitantes atingidas diretamente das comunidades Baixio dos Belos, Monte Santo, Manga Velha, Lagoa do Ovo, Paredão/Palestina, Juá, Caldeirãozinho e Riacho e, 116 famílias e 488 habitantes atingidos indiretamente das comunidades Ariti, Cachoeirinha, Borralho, Casa Nova, Terra Nova, Campo Limpo, Exú, Alvação, Caititu e Garapa. Totalizando 994 habitantes e 256 famílias.

Além dos Agentes Comunitários de Saúde, registramos falas e depoimentos de 06 moradores das localidades, das comunidades Caldeirãozinho, Juá, Lagoa do Ovo. O carinho que cada família tem com os animais, demonstra o porquê de tanto sofrimento quando fala em ter que sair de suas terras.

“O que mais me deixa triste é pensar se tivermos que vender o nosso criatório. A gente quer um bem tão grande a eles e eles também querem a nós. Aqui se chegar uma pessoa de fora eles fogem todos, mas se for nós, eles correm ao nosso encontro. Não sei o que será da gente se tivermos que vivermos sem os nossos bichinhos”, disse a moradora da comunidade Juá, Maria Luzinete de Carvalho.

Conforme depoimentos de Dona Zulmira, da comunidade Caldeirãozinho, o seu esposo José Daniel Delmondes veio a falecer em maio de 2013, devido as pressões da empresa responsável pela operação.

A moradora da comunidade São José, Francisca Macêdo Colho, disse:

“Com a construção dessa ferrovia vivo uma vida de desgosto. Cortou minha terra, a maior parte ficou do outro lado, não temos mais como passar para lá e o que me deixou mais angustiada foi à situação que eles deixaram o meu barreiro. Antes a água era bem alvinha, hoje, não serve mais para nada. Os responsáveis pela empresa disseram que vinha arrumar, chegaram aqui e passaram um trator do lado deixando pior. A indenização que eles me ofereceram foi de R\$ 700 (setecentos reais), o que não dar para fazer nenhuma feira para colocar dentro de casa. Num sei mais como resolver”.



Figura 5– trecho da ferrovia Transnordestina – dividindo as comunidades.
Fonte: FELICIANO, Trabalho de Campo. Outubro 2016



Figura 14: Vista da ferrovia que cria uma barreira entre área de moradias e área de produção
Fonte: FELICIANO, Trabalho de campo, outubro 2016.

Apesar da realidade vivenciada pelas famílias com a construção da ferrovia e a possível exploração de minério de ferro, percebeu-se uma grande esperança no povo, sobretudo com a chegada da energia elétrica através do programa Luz para Todos. Segundo relato das famílias, a empresa mineradora tem sido o principal obstáculo para a implementação do programa na região, já que não “permite” a entrada de postes nas terras já adquiridas pela mesma, mostrando assim sua disposição em dificultar a vida das comunidades.

Assim como os demais moradores, Luzinete, da comunidade Juá está sendo pressionada a vender suas terras pelo preço proposto pela empresa, o equivalente a mil e quinhentos reais por hectare. No entanto, dona Luzinete se mantém firme e segura de que não quer vender suas terras.

Para Fabiana Araújo, uma das dificuldades encontradas até agora são as pressões feitas a partir de visitas constantes dos funcionários da empresa para a venda das terras.

“A maneira como eles estão conduzindo essas negociações tem deixado a desejar. Eles não estão valorizando o que levamos anos para construir, como nossas casas, criatórios, cercas, pastos, poços e barreiros. Já foi feito apelo por uma audiência pública. Porém, até agora, não encontramos nenhuma resposta para esse nosso sofrimento, essa angústia. Alguém tem que nos ouvir”.

O desespero de Fabiana não é apenas por ela, mas por todas as famílias que estão envolvidas nesta conjuntura.

“Eu não falo apenas em meu nome, mas em nome de mais de 100 famílias que vivem nessa situação de preocupação e desespero, de não saber o que vai ser do amanhã. Eu vou vender minha terra, mas como é que eu vou recomeçar? Tenho preocupação com as pessoas idosas, que têm mais dificuldade de readaptação. Minha mãe, por exemplo, tem mais de 60 anos e eu vejo essa preocupação no rosto dela, essas incertezas do amanhã”

Em meio aos conflitos de enfrentamento e combate, as pesquisas e sondagem pela empresa minerária, as obras da Ferrovia Transnordestina avançam e os problemas se agravam sobretudo no tocante as indenizações. Dessa forma aconteceu dia 17 de abril de 2015 no Fórum da cidade de Paulistana – PI, uma audiência com as famílias atingidas pelo projeto da Ferrovia Transnordestina. O evento teve como finalidade tratar das indenizações das famílias que estão sendo prejudicadas.

Tendo conhecimento informal da audiência e, preocupados com a situação de falta de informação em que as famílias se encontram, os advogados que apoiam as famílias junto com a CPT, participaram da audiência acompanhando as famílias da comunidade Caldeirãozinho, localidade onde têm ocorrido os maiores problemas. Na ocasião, a Juíza ouvi as partes e tirou os encaminhamentos práticos; a localização de cada processo individual, para que os mesmos revejam cada situação junto com o advogado da CPT, e volte a negociar a situação.

Ao término, ocorreu uma conversa das famílias e os advogados e as mesmas saíram mais seguras dos fatos, embora o medo ainda prevaleça devido aos fatos ocorridos.

Durante as visitas, percebeu-se a quantidade de máquinas trabalhando e quanto a obra tem avançado, mas constatou-se também a forma desonesta e ilícita como as famílias são tratadas. De acordo com relato dos moradores, até o momento não receberam as indenizações e as novas casas que foram construídas para os mesmos, são de má qualidade.

“Estou muito insatisfeita. Construíram essa casa aqui, porque disseram que a nossa casa ficava perto da ferrovia, mas fizeram parece que foi de mau gosto, porque o material é de péssima qualidade, as portas são todas mal feitas, o banheiro não segura água, o cimento que colocaram nem imita com o que tinha na minha casa, a cisterna que eles construíram aqui é vazando a água toda hora, quando lembro que a minha foi construída pela Cáritas tão bem feita, me dá um desgosto. Ainda hoje não me sinto em casa”, disse a moradora da comunidade Caldeirãozinho, Maria de Fátima Delmondes.

Há um mês, ao tomar conhecimento do descontentamento das famílias atingidas, o diácono Marcos Roberto foi até o local e conversou com o responsável pela obra, e apresentou ao mesmo as moradias que foram construídas de má qualidade e exigiu do mesmo que fossem feitos os devidos acabamentos, como por exemplo, a troca de portas e janelas quebradas, instalações de banheiros, perfuração de poços, restauração das cisternas e instalação da energia elétrica. Após a visita do diácono, pode-se notar algumas melhorias, como a troca de portas e janelas, instalação de energia elétrica em algumas casas, perfuração dos poços entre outras.

As famílias reclamam ainda do barulho e da poeira ocasionados pelos transportes, bem como das explosões que as empresas realizam sem comunicar aos moradores, causando rachaduras nas moradias e danificando as cisternas e até a demolição de residências.



Figura 15: Residência demolida devido a construção da ferrovia Transnordestina
Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, outubro. 2014.

Outro fator preocupante mencionado pelos moradores é o açude do povoado Serra Vermelha que terá o seu boje soterrado por ficar mesmo local onde passa a ferrovia.

Diante da realidade em que vivem as famílias atingidas pela construção do projeto da ferrovia Transnordestina, a luta dos movimentos e pastorais sociais bem como das próprias famílias, foi pela não concretização do projeto pois a maioria tem consciência dos impactos que o projeto vem causando na vida das pessoas. Consideramos que os impactos sociais e, principalmente culturais são irreparáveis, ou seja, não existe indenização para tais, de maneira que as várias lutas desenvolvidas, culminaram com o atraso na continuidade da obra.

No contexto da transnordestina, consideramos dois elementos fortes que serviram de base para uma luta mais concreta no tocante aos impactos culturais, primeiro o trecho divide duas comunidades quilombolas com seus costumes e tradições; segundo a existência de um cemitério e covas de crianças. Porém, como se trata de um macroprojeto envolve outros estados, a articulação não envolveu toda a população e o avanço do projeto no momento da articulação das famílias, não foi barrado.

O último passo até o momento se constituiu na luta pelas indenizações, sempre tendo como mecanismo a utilização de elementos que atrasavam o avanço das obras. Nesse processo ainda existem algumas famílias que não acreditaram na organização, optando pelas promessas enganosas da empresa e a perda foi total os que se organizaram forçaram pelo menos o direito da indenização de seus bens, a permanência na própria comunidade, embora as terras divididas. É importante que a luta continua e os resultados vem sendo concretizados.

A Comissão Pastoral da Terra regional do Piauí com o apoio da Diocese de Picos e dos Movimentos Sociais, realizou de 17 a 19 de agosto de 2015, a “Missão das comunidades em defesa da vida”, com as famílias atingidas pelos projetos da Mineração e Ferrovia Transnordestina nos municípios de Curral Novo, Simões e Paulistana.

Durante os três dias, cerca de 30 representantes da CPT e das várias organizações e movimentos sociais visitaram mais de 200 famílias em 19 comunidades dos três municípios, vendo de perto os seus anseios, preocupações e apelos. A programação se constituiu em visitas a todas as famílias das 19 comunidades visitadas, reuniões, discussões e construção de estratégias de enfrentamento. O bispo diocesano de Picos, Dom Plínio José Luz da Silva, o pároco da Paróquia São Simão, Pe. Miguel Feitosa Pereira, o Diácono, Marcos Roberto e várias religiosas também acompanharam a missão.

Mediante os problemas relatados, o momento final das atividades constou de um encontro com os representantes dos movimentos sociais, da igreja coordenado pela CPT com a participação de representantes de todas as comunidades.

Na ocasião foi realizada uma avaliação das atividades, socializando os resultados dos trabalhos realizados em cada comunidade seguida da construção das seguintes propostas.

- Implementação do Programa Luz para Todos governo federal como forma de garantir a permanência das comunidades com vida digna, uma vez que o atraso da efetivação era devido as empresas impedirem tal realização,
- Indenizações justas, no caso da Transnordestina, revisão dos critérios de indenização, incluindo as benfeitorias, e pessoas prejudicadas, mas que não foram indenizadas,
- Fiscalização contra os abusos de poder exercido pelas empresas,
- Construção de passagem de acesso às comunidades pela Transnordestina, religando as comunidades e propriedades,
- Revisão do licenciamento ambiental, com suspensão do licenciamento enquanto não forem apuradas as irregularidades,
- Realização de consulta às comunidades, nos moldes da Convenção 169, da OIT, sobre a implantação dos empreendimentos, com informações fidedignas, direito à voz e à decisão livre sobre a implantação da mineração,
- Realização de audiências públicas para a informação e participação dos procedimentos administrativos relativos a obras e decisões práticas que busquem evitar a violação de direitos humanos nas comunidades.

A CPT tem mantido contato permanente com as comunidades.

“Após esse trabalho realizado junto com a CPT e a Diocese de Picos passamos a ter mais sossego. Antes recebíamos pressões constantemente das empresas mineradoras querendo negociar as terras, até mesmo forçando a gente tomar uma decisão precipitada”, disse a moradora da comunidade Lagoa do Ovo, Fabiana Araújo Nunes.

Combinando as atividades realizadas junto às famílias atingidas pelos projetos de mineração e Ferrovia Transnordestina, foi realizado o Seminário em defesa da vida no Semiárido e ato público de mobilização da população na cidade de Paulistana – PI.

O Seminário aconteceu nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 2015, no IFPI. Participaram do evento a Comissão Pastoral da Terra – PI, Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato, Diocese de Picos, Rede um Grito Pela Vida, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Coletivo Antônia Flor, Pastorais Sociais de Picos, CRB – Núcleo de Picos, Comunidade de Abelha Branca – Paulistana, Área de Baixio dos Belos – Curral Novo do Piauí e Comunidade Serra dos Pereiros – Caldeirão Grande do Piauí.

No Seminário, aconteceram vários debates sobre os impactos dos grandes projetos econômicos da região: Ferrovia Transnordestina, Energia Eólica e Mineração. No último dia,

houve um ato público pelas ruas da cidade de Paulistana, para socialização dos debates ocorridos.

Em entrevista, Hidelbrando Pires afirmou:

“A Rede Cáritas tem um grande compromisso com esse debate, porque a mesma se propõe a dialogar com o povo sobre um modelo sustentável de desenvolver localmente de maneira solidária. Durante esses dias, debatemos problemas cruciais como: o projeto da Transnordestina, as pesquisas de Mineração no sudeste do estado, a construção das Barragens no Rio Parnaíba e a instalação de Usinas Eólicas no estado, que estão chegando de maneira impositiva, não existindo diálogo com os coletivos que representam a população. Não há de nossa parte a intransigência de dizer que não é necessário planejar o desenvolvimento, mas a palavra é: planejar o desenvolvimento escutando as comunidades, escutando o povo”.

Em sua participação, Dom Plínio relatou:

“Nós temos acompanhado mais de perto o projeto da Mineração, mas a Ferrovia que foi a primeira implantada continua sendo uma preocupação para o povo, porque na medida em que ela vai avançando vai gerando sofrimento na vida das pessoas, sobretudo porque é uma obra que entra com todos os direitos, tirando das pessoas o contentamento e a tranquilidade, inclusive, deixando as marcas através das não indenizações, ou indenizações irrisórias e o sofrimento de ver suas terras invadidas. Nesses dias, colocamos em pautas esses assuntos e, através dos trabalhos em grupo e das socializações, percebeu-se que são vários projetos juntos que formam uma situação difícil da gente acompanhar tudo, não temos a verdade absoluta de tudo e o povo fica em busca de resposta aos seus questionamentos. A gente vem aqui como um sinal vivo de solidariedade, colocando toda a nossa boa vontade. A nossa missão é estar presente, não podemos fazer muita coisa, porque a situação que se impõe diante de nós, é grandiosa, mas a nossa presença tem sido eficaz e, alguma palavra que a gente diz, baseada na experiência, reforça no povo a união e a perseverança, mesmo diante do sofrimento”.

O advogado popular, Ciro Nascimento, ressaltou:

“No acompanhamento às famílias, percebe-se o total desrespeito aos territórios dessas comunidades. O que a gente vê também é um processo de desinformação por parte das empresas mineradoras com relação às informações equivocadas repassadas às pessoas. Mediante esta situação, orientamos as famílias que evitem assinatura de documentos, bem como a participação em fóruns que não seja convocado por um oficial de justiça”.

Ao término do Seminário, como encaminhamento foi acordado que as entidades participantes do Seminário, juntamente com as demais entidades que irão participar do Grito do Semiárido no dia 21 de setembro, em São Raimundo Nonato e da Romaria da Terra nos dias 17 e 18 de outubro, na cidade de Oeiras - PI, organizem uma sistematização das preocupações e proposições apresentadas para um diálogo com o Governador do Estado que está sendo agendado pela CNBB, Regional Nordeste IV, para o mês de novembro de 2015, com a expectativa de que todas essas preocupações não sejam apenas ouvidas pelo

Governador, mas que junto com essas organizações, o Governador der novos encaminhamentos a essas preocupações.

No dia 31 de agosto de 2015, após a realização das atividades do Seminário, foi realizada uma caminhada na cidade de Paulistana, ocupando a BR 407 e seguindo as principais ruas da cidade.



Figura 16: Fechamento da BR 407 na cidade de Paulistana

Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, agostos 2015

O ato principal ocorreu frente ao fórum pedindo justiça quanto as indenizações das famílias atingidas pelo projeto da Transnordestina, o respeito a cultura e cumprimento da questão legal, bem revisão dos licenciamentos irregulares para a Empresa Mineradora.



Figura 17: Manifestação na cidade de Paulistana

Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, agosto. 2015.

Diante dos trabalhos realizados durante os dois anos e meio podemos constatar mudanças significativas no nível de organização do povo e na relação com o processo de instalação dos projetos.

A partir dos relatos, a forma de abordagem por parte dos representantes das empresas era totalmente diferente como o texto relata em vários depoimentos. A partir dos trabalhos realizados de forma mais sistematizadas algumas mudanças aconteceram tais como:

- Dificilmente os funcionários da empresa visitam as famílias e, nas visitas não existe pressão e sim busca de diálogo, é perceptível por parte das famílias que, mesmo com esse jeito diferente de tratamento elas não cedem seus propósitos, ou seja, as pressões pela venda das terras diminuíram ou quase não existem.
- A situação ganhou mais visibilidade, tanto nos meios de comunicação em nível de região e de estado como nas ações locais, sempre que nossa equipe está na região, a empresa envia funcionários para verificar o que está acontecendo, espaço em que as famílias ficam mais firmes nos seus propósitos.
- Forte credibilidade nas ações da CPT na região, sempre que as famílias são pressionadas para adotar determinada ação, elas têm opinião formada e buscam sempre contato conosco para encaminhamento conjunto, as decisões passaram a ser coletivas. Claro que esse nível de consciência não estão em todas as pessoas, ainda existem aqueles manipulados pela empresa.
- O projeto se encontra parado, não ocorreram mais compras de terras, nem ações de sondagem nas áreas que faltavam. Não sabemos exatamente as razões, se políticas, econômicas ou conjunturais.
- As famílias estão mais ativas na busca de informações, sempre pesquisam dados na internet bem como mantém diálogo com outros setores e, conforme os próprios moradores, identificaram crise na empresa.
- As famílias têm participado constantemente de eventos e mobilizações em nível de região e estado no tocante a grandes projetos, partilhando de suas angústias, mas também o seu nível de empoderamento, bem como fortalecendo ainda mais a luta.
- O vídeo documentário deu visibilidade da situação a várias regiões algo que possibilitou um maior cuidado por parte da empresa no tocante ao diálogo com as famílias.

Em resumo podemos constatar duas situações positivas no tocante aos projetos de mineração: o nível de empoderamento das famílias quanto ao enfrentamento e não expansão

do projeto. Quanto à Transnordestina, as ações de enfrentamento iniciaram com o projeto bastante avançado, porém tivemos avanços no nível de enfrentamento e nas negociações.

4. 4 Resistência territorial camponesa como elemento central da luta pela/ e na terra

As diversas formas de luta e resistência territoriais camponesas surgem como elemento central para as conquistas no campo. É perceptível que historicamente nenhuma outra conquista para as famílias camponesas tenha ocorrido por meio que não seja a partir desse mecanismo.

Os níveis de resistência vão surgindo a partir da necessidade camponesa devido aos modelos postos pelo capital no campo, no caso do Brasil, desde o período colonial até os dias atuais. Os problemas agrários e territoriais não são recentes, eles vão surgindo à medida que outros atores vão aparecendo no campo sem respeitar a cultura do povo do espaço no qual será desenvolvida a ação. Dessa forma, fica evidente que a diversidade do campesinato brasileiro representa um desafio, já que expressa a construção histórica de uma identidade sociocultural por parte de inúmeras comunidades tradicionais. A diversidade, assim, deve ser vista como uma forma de resistência política que traduz a necessidade de criar condições para que a vida se desenvolva.

Na luta e resistência partimos da história da vida, da reprodução e conservação das condições que garantem a vida. Não é, portanto, uma mera evolução ou crescimento populacional ou econômica; a vida humana acontece na reprodução dos costumes, nos modos de vida, na manutenção e desenvolvimento dos valores de cada cultura cuja base não é outra coisa senão motivação da própria vida.

Na dinâmica das comunidades camponesas que têm a resistência como elemento central nunca se fazem coisas sozinhos, porque sozinhos as mesmas são vencidas pelas forças da própria vida, dessa forma, é necessário unirmo-nos aos semelhantes para sobreviver, sobretudo nos momentos de enfrentamento dos modelos vigentes postos no campo.

Se estamos buscando a preservação e a expansão da vida por meio dos costumes e tradições do jeito de ser e viver por meio de forma coletiva e integrada no meio que nos cerca, então é presumível concluir que cada indivíduo, como participante de um grupo social que tenta sobreviver, faz da cultura algo que nasce com esse povo e revela sua forma de vida e de compreensão de existência e (re)existência.

A cultura de um povo, sobretudo das famílias tradicionais objeto de estudo dessa pesquisa, nasce da forma de enriquecer esse processo de sobrevivência. Cada povo assim conquista uma forma de resistir, de sobreviver, de ser feliz.

Para resistir à luta por seus territórios, as famílias camponesas usam suas armas de resistência que consistem no conjunto de seus ritos, conhecimentos e formas de expansão que compõem aquilo que chamamos de cultura. No caso específico das comunidades objeto dessa pesquisa assim como as da grande região de Picos, podemos destacar como armas dessas famílias, as formas de se reunirem, de rezar, de cuidar da natureza, de se vestirem, de cumprimentar os idosos, de falar, o comportamento familiar, o jeito de construir a casa, de cultivar a terra, de caçar, as devoções e a produção e reprodução da vida.

O reconhecimento desse fato nos coloca diante de um universo de possibilidades de aprendizado e de revisão dos valores e mediações adotadas dentro de cada cultura. Um dos exemplos que podemos destacar é o modo como cada povo vê a natureza e seus elementos. O capital utiliza como meio de expansão econômica e da acumulação de riquezas a extração de tudo o que existe no momento sem pensar no futuro. As comunidades tradicionais vivem e convivem muito bem com seus costumes e tradições até a entrada do capitalismo no campo, desse momento em diante vai surgir a luta pela terra e principalmente pela permanência na terra.

Vale destacar que a inserção dos projetos do capital nas comunidades, recebe total apoio do Estado. Ocorre que uma característica do Estado moderno é justamente a tentativa de padronização e racionalização das experiências sociais e culturais do povo. Tudo em nome do falso progresso e do desenvolvimento. O Estado moderno e o capital anulam ou ignoram as inúmeras tradições culturais que ali se manifestam e vivem.

O modelo brasileiro vai se reproduzindo nos diversos espaços, o avanço do capital não tem fronteiras. Recordamos a fala de uma professora numa comunidade do município de Curral Novo - PI, área que está sendo atingida com pesquisa para a exploração de minérios, em 04 de agosto de 2014.

As leis e as medidas tomadas nunca resolveram a questão agrária, apenas reforçam a presença do latifúndio e ocasionam uma série de problemas.

Vários sujeitos estão inseridos nesse processo, entre eles o Estado, os grupos empresariais, o capital internacional, de outro lado surge a luta e a resistência camponesa como elemento central desse processo.

A Reforma Agrária nasce no centro do capitalismo, daí a dificuldade de se realizar. Mesmo com a existência dos projetos de Reforma Agrária, o Primeiro e Segundo Plano

Nacional de Reforma Agrária e a pressão dos movimentos sociais a concentração da terra continua e, aumenta os conflitos no campo, sobretudo com o avanço das grandes empresas.

Essa resistência acontece exatamente porque, com a introdução do modelo capitalista no campo, toda a riqueza (natural, cultural e social) passa a ser ameaçada pelo modelo hegemônico de sociedade representado pelo agronegócio, que chega ao campo com práticas agrícolas que levam a entronização de toda a vida, seja pela negação da diversidade das comunidades camponesas, pela anulação das práticas culturais que sustentam a diversidade, seja no caso específico do Estado do Piauí, pela expansão das monoculturas da soja, cana de açúcar, mamona e eucalipto, seja pelas carvoarias, mineradoras, energia eólica, obras de estrutura como barragens e ferrovias.

Em frente aos bruscos interesses e à destrutiva cobiça do mercado capitalista e seu modelo de produção, essas comunidades tradicionais fazem de sua diversidade, uma arma contra esse processo de padronização da vida. A efetividade de resistência cresce na medida em que se fortalecem os processos de identidade e se resgatam as práticas de memória sociocultural, a malha dos parentescos, as tecnologias de cultivo da terra, seleção de sementes, cuidado das águas, respeito às florestas, organização da manifestação popular nas festas, rezas, procissão, romarias e celebrações destacam as várias práticas das comunidades.

As formas de organização são um verdadeiro mecanismo de luta e enfrentamento. No Brasil contemporâneo, essas lutas se intensificaram com as Ligas Camponesas e depois foram surgindo várias outras. Na grande região de Picos– PI, a organização das comunidades ganha força através da Teologia da Libertação, Missão Sindical, Romaria da Terra, Romaria da Seca e outros.

É importante destacar o que significaram esses instrumentos de luta e resistência camponesa do início dos anos 1980, período da ditadura militar.

A missão sindical era uma forma de organizar o povo para a luta, reunir o povo para rezar e após a oração inicial todos passavam a construir os mecanismos de luta e enfrentamento. Para o caso da conquista dos sindicatos, a partir das missões sindicais, surgiram os grupos de oposição sindical. Com o fim da ditadura militar até meados dos anos 1990, praticamente todos os sindicatos estavam sob a direção dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na região.

As romarias também foram formas de unir todo o povo que em nome da fé para rezar, passavam naquele mesmo espaço a construir mecanismos de luta e reivindicação de seus direitos.

Em 1988 aconteceu a primeira Romaria da Terra em Oeiras - PI, com milhares de trabalhadores e trabalhadoras e, no ano de 1984 a Romaria da Seca na cidade de Pio IX, ano que registrou uma das maiores secas da história do município, indicado como um dos mais castigados que contava com um nível de organização grande, a partir das famílias e do apoio dos padres missionários italianos.

O campesinato sempre lutou e defendeu, enfrentou grileiros, fazendeiros, latifundiários, empresas e o próprio Estado e obteve várias conquistas. Em pleno século XXI, os movimentos sociais continuam a luta pela Reforma Agrária e principalmente a luta pela permanência na terra.

É importante destacar os vários mecanismos de luta e resistência no Nordeste, como os saques, ocupações, pressão a órgão público, luta pela terra, recuperação de terras de onde foram expulsos, garantia de permanência.

Essa história de luta e resistência das comunidades mesmo em meio às ameaças teve destaque de enfrentamento com a entrada do capital, as comunidades quilombolas, duas das quais encontramos registro junto ao setor de documentação da CPT – PI, de enfrentamento foram as comunidades Tapera, no município de São João da Varjota e Sumidouro no município de Queimada Nova, onde ainda nos anos de 1980, utilizavam vários mecanismos de luta tais como vigilância a entrada de pessoas estranhas na comunidade e respeito as decisões, às orientações dos mais velhos, líderes comunitários, para agir diante dos invasores. Mesmo sem o título de comunidade quilombola. Nesse período, as comunidades já eram vigilantes a entrada de pessoas estranhas como forma de proteção de seu patrimônio cultural social e ambiental.

Na comunidade Sumidouro, a CPT foi a primeira organização que teve acesso ao desenvolvimento de ações junto a ela, nos anos de 1980, após um diálogo com seu Raimundo (*in memoriam*) o senhor mais idoso da comunidade, de origem escrava, que acreditou que poderia fazer o trabalho junto com eles. Daquele período em diante seu Raimundo chamou toda a família e orientou que sendo da CPT eles poderiam permitir trabalhar na comunidade. Como tempo outras organizações foram surgindo e hoje é uma comunidade que se auto identifica como quilombola e foi reconhecida e certificada pela Fundação Palmares.

Na área objeto dessa pesquisa, trazemos vários exemplos de enfrentamento, inclusive com resultados positivos, destacando de início as comunidades quilombolas São Martin, no município de Paulistana e Caititu, no município de Curral Novo. Essas duas comunidades seguem vigilantes a entrada de pessoas, onde em metade do ano de 2012 e início de 2013 impediram a entrada de pessoas de Empresa não identificada supostamente pertencente à

BEMISA, empresa responsável pela realização das pesquisas na região os mesmos impediram inclusive de realizar pesquisas e sondagens dentro da área.

A luta e o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento posto pelo capital na região área da pesquisa desse trabalho, se deu por vários momentos de luta e resistência a partir da organização do povo de diversas formas. Em vários momentos o povo buscava meios de se organizar, porém de forma mais articulada essa organização começa pelas CEBs, Comunidades Eclesiais de Base.

Essa forma de organização inicia com os grupos, celebração e partilha de conhecimentos e relatos da vida. Seguindo vários momentos como organização da agricultura familiar, da produção e das sementes, sem se esquecer da luta pela conquista ou regularização das terras de posseiros, que já estavam situados em outros locais. Esse último caso só veio se fortalecer e concretizar na prática com a criação do MST.

Dessas lutas e resistências vão surgindo várias conquistas, porém junto a essas conquistas aparecem novas disputas territoriais. No estado do Piauí, queremos destacar três grandes desafios: a criação da lei que regulamenta a grilagem de terra; a entrada e expansão dos grandes projetos do capital no campo e a concentração fundiária.

A luta em defesa das comunidades tradicionais em frente ao modelo de desenvolvimento também consiste na luta pela garantia de seus direitos. São inúmeros os conflitos e enfrentamento das famílias da área objeto de estudo desse trabalho, porém algumas conquistas são perceptíveis a partir da organização da própria comunidade. Queremos destacar os acontecimentos mais fortes nos últimos anos e suas conquistas como forma de afirmação que através da resistência territorial camponesa, as famílias se firmam na luta pela terra e na terra e garantem seus direitos.

As formas como a população diretamente atingida tem resistido aos impactos e às mazelas da mineração e da Ferrovia Transnordestina são diversas, como a resistência das mulheres, que no dia 08 de março de 2013, após uma longa jornada de mobilização, ocuparam o canteiro de obras da Odebrecht, empresa responsável pela construção da Ferrovia Transnordestina e a paralisação do trecho entre as comunidades quilombolas Contente e Barro Vermelho até que fosse aberta a negociação com as famílias, principalmente com as citadas comunidades. As mulheres só saíram com o encaminhamento da demanda e ainda foi formulada uma denúncia e divulgada em nível nacional acerca das indenizações. Os serviços da obra nesse trecho foram suspensos por um longo período.

Ainda no ano de 2013, as mulheres da comunidade quilombola São Martins impediram a realização de pesquisa dentro da comunidade. Armadas de instrumentos de

trabalho, impediram a entrada de veículos de Empresa para a realização de pesquisa na comunidade.

Dentro da comunidade Caititu a empresa mineradora foi impedida de realizar sondagem, chegaram a entrar na comunidade, mais uma vez as mulheres e as crianças fotografavam as placas de carros e questionavam o porquê da entrada na comunidade. Isso culminava com a saída imediata dos mesmos sem conseguir realizar nenhum trabalho, e até o momento, nenhuma sondagem foi realizada. Por questão de segurança, a comunidade recorreu à Fundação Palmares e consegue documentos que garantem o direito de não extrair minérios na comunidade.

A vigilância da comunidade quilombola Caititu à entrada de pessoas vai além das relacionadas à pesquisa mineral, mais principalmente para fazer reunião ou palestra.

Por se tratar de espaço público, a empresa BEMISA realizou apenas uma vez uma reunião na escola com as crianças, porém foi impedida de fotografar as crianças e colher assinaturas.

Como resultado positivo dessa luta, está a garantia conforme documentos anexos, ofício nº 389 e 390 da Fundação Cultural Palmares, ofícios nº 473, 474 e 475 da Procuradoria da República para os órgãos competentes sobre a proibição de extração de minérios dentro das referidas comunidades. A luta se estende para unir forças demais, os mesmos têm consciência de que os impactos da atividade mineral não acontecem apenas onde está sendo extraído o minério, mais sim em toda a região. Dessa forma, a comunidade sabe os riscos que podem ocorrer com a permanência da mesma, caso o projeto venha se concretizar e, principalmente qual será o destino dos que vão ter que sair por ser atingidos diretamente.

Os grupos humanos desenvolvem uma cultura específica de preservação e conservação dos recursos naturais e dos saberes em sua própria comunidade. O aproveitamento da água das cisternas com as pequenas hortas e os projetos do PRONAF Mulher que algumas desenvolvem, reforça cada vez mais o valor e a necessidade de permanência na terra.

Outro destaque importante da resistência são as decisões coletivas daqueles que estão na luta. Nos momentos de negociação, não vão individualmente. É notório que nem todas as famílias participam da luta, resultando em consequências trágicas para elas. Um exemplo dessa realidade são as famílias atingidas pela construção da Ferrovia Transnordentina na comunidade Caldeirãozinho, aquelas que resistiram e lutaram conseguiram indenização de casas, barreiros e cisternas, embora não tenha sido totalmente e aquelas que acreditavam no projeto estão sofrendo os riscos que a empresa está causando, estão sofrendo com a chegada do progresso tão sonhado.

As falas nas audiências é um destaque para o nível de organização, um exemplo foi a audiência realizada dia 14 de abril de 2014 em Curral Novo, onde os poderes queriam tratar de negociação e venda de terras e os mesmos queriam era a garantia de seu direito de permanência na terra. Muitas falas destacam essa situação em que mais uma vez o protagonismo das mulheres está presente nesse processo.



Figura 18: Audiência Pública em Curral Novo – participação das mulheres.
Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, abril 2016.

“Sei que com a extração do minério pode gerar muitos empregos, mas nossas comunidades não estão preparadas. Por outro lado os proprietários de terras não estão sendo valorizados, porque o valor que eles querem comprar é muito baixo. 1.500 R\$, incluído tudo o que tiver de construído (casa, cisterna, açudes, cerca e etc...). Nós vivemos da agricultura e da pecuária aí se vendermos nossas terras e nossos animais por uma mincharia (pequeno valor) nós vamos viver de quê?” queremos a garantia de permanência do direito de permanencia na terra, não vamos sair por dinheiro nenhum. Pontua a moradora da comunidade Lagoa do Ovo, Arlete Modesto Macedo Fenardes durante a audiência.

Para a moradora Fabiana Araújo perder o que levou anos para ser construído é o seu maior medo.

Dona Luzinete de Carvalho, continua firme na luta, a mesma usa a palavra e afirma.

“Eu poderia até vender ou arrendar as minhas terras, mas minha preocupação maior é com meus vizinhos. Eu sei as consequências que eles podem sofrer. Nós queremos gritar por justiça, porque isso tudo só está acontecendo por causa dos

nossos governantes, que não têm compromisso com o povo. É muito humilhante viver nessa situação”, conta dona Luzinete.

Fiscalização às indenizações foi outra luta para garantia dos direitos, uma vez que as obras avançavam e, preocupados com o atraso nas indenizações, as famílias da comunidade Caldeirãozinho permaneceram vigilantes à construção das casas, barreiros e cisternas e só liberaram o espaço para a continuidade do trecho a partir do avanço das indenizações, inclusive exigindo correção quando era necessário, sempre mantendo articuladas as famílias beneficiadas, com as demais organizações de apoio (CPT e Diocese);

As famílias preferem não receber favores (migalhas ou benefícios) por parte da empresa, apenas aquilo que é de direito como forma de não perder o direito de lutar.

Em abril de 2015 as famílias por iniciativa própria pararam o trecho da Ferrovia Transnordestina na comunidade Caldeirãozinho na luta pela construção das passagens de acesso, onde foram divididas as propriedades, o gesto de solidariedade marca esse momento, como tudo iniciou sem planejamento e o momento foi ganhando força, as famílias vizinhas foram organizando alimentação para garantir a permanência das famílias até que alguém da empresa fosse justificar e encaminhar as demandas.

Diante da necessidade e dos desafios de organização, as famílias passaram a participar de eventos no estado e em outras regiões por saber que os desafios são grandes e necessitam de outras forças.



Figura 19: Seminário de formação em defesa da vida.
Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, agosto., 2015.

Em fevereiro de 2016, depois do trecho da obra Transnordestina já estar concluído e as passagens para as propriedades ainda não construídas conforme acordo afirmado antes, as

famílias decidem fechar o próprio trecho, construindo barreira para impedir o trem passar, dessa forma não chegaria material até o outro trecho.



Figura 20: Trecho da Transnordestina a ser interditado.
Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, fev., 2016.

Nesse aspecto a empresa é forçada e vir negociar, porem até o momento os acordos não foram concluídos.



Figura 21: Trecho da Transnordestina interditado.
Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, fev., 2016.



Figura 22: Reunião com a Empresa nas proximidades do trecho interditado

Fonte: SOUSA Pesquisa de campo, fev., 2016.

Nessa conjuntura, a CPT, a diocese de Picos com o apoio dos movimentos que atuam na região, como a coordenação das comunidades quilombolas, o MPA e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, tomam consciência da gravidade da problemática da mineração e continuam se organizando junto às comunidades afetadas.

Diante dessa luta, nos encaminhamentos, envio e acompanhamento de documentos reivindicatórios são percebidas mudanças significativas ocorridas na comunidade entre elas a suspensão temporária dos trabalhos da empresa mineradora não sabemos se temporária ou definitiva, o certo é que permanecem apenas 02 funcionários na região que fiscalizam as terras que foram adquiridas para a instalação do projeto. Em anexo ofícios nº 477, 482 e 483 da Procuradoria da República exigindo fiscalização quanto a negociação de terras.

Outro destaque importante são as várias formas de garantia de permanência na terra por meio de sua cultura e história, um exemplo concreto é a reforma da capela da comunidade Palestina, que foi construída em 1913 e nesse espaço havia a proposta da construção da barragem de rejeitos.



Figura 23: Reforma da Igreja patrimônio Histórico - construída em 1913 – Comunidade Palestina
Fonte: SOUSA, Pesquisa de campo, junho, 2016.

Conforme relatos de moradores e entidades, o governo não poderia fazer investimentos em áreas que logo não seriam mais habitadas pelas famílias. Como o caso de famílias do trecho da Ferrovia Transnordestina, que foram impedidas de receber o benefício do Programa Luz para Todos. Com a luta e resistência essas políticas públicas estão chegando às comunidades, a exemplo do Programa Luz para Todos e as cisternas do programa de convivência com o Semiárido.

Os grandes desafios para nós como pesquisador militante dos movimentos sociais, bem como da CPT e demais movimentos em frente à mineração é o de se apoderar de mecanismos legais e de estratégias políticas para fazer o enfrentamento da mineração, visto que ela transcende as problemáticas locais. Daí a necessidade de se procurarem novas parcerias nas áreas acadêmicas, técnicas e jurídicas.

Além das organizações, a partir de 2014, as famílias passaram a contar com o apoio de advogados populares que criaram uma organização com o nome de Coletivo Antônia Flor tem dado apoio às famílias. A contribuição desses advogados e advogadas é de grande importância, porém dada a complexidade do projeto, é necessário mais profissionais, principalmente na técnica jurídica para o dia a dia.

O surgimento dos movimentos sociais e a participação ativa da CPT a partir dos anos 70 é um marco importante na consolidação da resistência dos camponeses e camponesas na região, o que temos hoje é fruto dessa história.

Para tanto queremos reafirmar nosso compromisso com essas comunidades que se constituem numa diversidade camponesa em seus diversos modos de ser, de viver, de organizar, de lutar e construir um mundo diferente. Queremos afirmar nosso compromisso na busca necessária para que o campo seja um lugar bom de viver e que as famílias possam ter o direito de permanecer lá onde elas sempre viveram.

Reconhecemos o direito dessas comunidades de viver em seus territórios, como donos de seu destino e, sobretudo optando por qual tipo de desenvolvimento as mesmas preferem.

Para a realização desses anseios, alguns instrumentos são necessários, entre eles queremos destacar

- ✚ Contribuir cada vez mais para romper a invisibilidade sociocultural, espacial e econômica a que muitas dessas comunidades estiveram submetidas, uma vez que comunidades rurais e, principalmente do Nordeste são vistas como “coitadinhas”, “sem cultura”, é preciso desmascarar esse conceito que vem de fora para dentro.
- ✚ Garantir que elas exerçam o direito de viver em suas terras dignamente com direito a políticas públicas e projetos de incentivo à produção a exemplo de algumas iniciativas já desenvolvidas na comunidade quilombola Caititu.
- ✚ Valorizar as formas uso da terra e do meio ambiente enxergando nesse gesto também uma contribuição para a crise ambiental do mundo contemporâneo, já que essas comunidades desenvolvem, ao longo do tempo, práticas de vida menos nocivas a natureza.
- ✚ Valorizar os usos comuns da terra e o intercâmbio de experiências entre comunidades, visando à garantia das identidades locais e à troca de saberes e o fortalecimento das lutas.

Diante da realidade em que as comunidades se encontram, devido a avanço dos grandes projetos do capital, fica nosso compromisso com o fortalecimento da luta e resistência, consciente da complexidade que os referidos projetos representam, e o grande desafio de unir forças tendo alguns elementos centrais que servem de mecanismos nesse processo, entre os quais a valorização e a convivência das inúmeras práticas, a pluralidade dos saberes e das expressões, a diversidade das consciências e das identidades, o fortalecimento das crenças sobre a natureza como criação divina e, sobretudo os mecanismos legais e o acúmulo de experiências como forma de garantia dos direitos que tem como ponto principal a garantia de permanência na terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envolvimento junto às comunidades atingidas pelos grandes projetos do capital no Semiárido piauiense, por meio das ações como membro da CPT e nosso ingresso no programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da UNESP, nos permitiu compreender os níveis de luta e resistência das comunidades atingidas e que esse mecanismo tem contribuído muito para o avanço do nível de consciência e para as conquistas dos direitos ainda que significativos.

A diversidade de valores e crenças de cada sujeito e o seu modo de viver tornam ainda mais significativas as lutas e resistências das famílias atingidas.

No início desse estudo fomos mostrar a realidade da questão agrária e percebemos que os problemas agrários e a influência do capital no campo sempre existiram e se apresentam de maneira diferente em cada época da história, porém os sujeitos sempre são os mesmos, o latifúndio, o capital representado pela grande empresa e o Estado. Essa estrutura vai se reproduzindo de tal forma que, além da luta pela conquista da terra, a maior luta hoje é pela garantia da permanência na terra.

Todo o território brasileiro e especialmente o Estado do Piauí vivem o que os meios de comunicação e o Estado chamam de desenvolvimento, portanto o é perceptível que no espaço piauiense, esse modelo não tem trazido mudanças significativas na vida das famílias camponesas, ao contrário, tem ocasionado inseguranças e até mesmo grandes conflitos.

O Semiárido piauiense apesar de ser visto como uma região pobre, sem vida, hoje despertou o interesse dos grandes projetos do capital devido ao grande potencial de recursos naturais, com destaque para os recursos minerais. A propaganda que o Estado fez de uma região rica e a disponibilidade de apoio por parte do mesmo para explorar, despertou grande interesse dos grupos empresariais para a exploração desses recursos visando a concentração do capital em nome do desenvolvimento. Mas é importante ressaltar que a atividade da forma como está sendo desenvolvida não gera desenvolvimento, e dá origem a sérios impactos ambientais, sociais e culturais.

Desse entendimento é importante questionar o termo desenvolvimento que é tão propagado pelas empresas do capital, pelo Estado e pela mídia. Não entendemos o modelo instalado e em fase de instalação no Piauí como desenvolvimento, ao contrario, não tem alterado o quadro econômico do Estado, e o pior tem ocasionado sérios impactos socioculturais as famílias do Semiárido.

Diante da vivência junto as comunidades atingidas pelos projetos ferrovia Transnordestina e de Pesquisa de Mineração, ouvindo e analisando cada realidade e a partir das leituras de teóricos que fazem uma discussão a partir de uma olhar para os grupos e famílias tradicionais relacionando com questões ambientais entre os quais Almeida 2004, 2008 e 1989, Diergues 2000, Dupas 2006, Leff 2001 2004, Lins 1992, Sousa 2015, e sobretudo analisando com os projetos se instalam, não é possível considerar esse modelo como desenvolvimento, ao passo que exige questionar essa realidade exigindo outro tipo de projeto para as comunidades.

Aqui cabe questionar a legitimidade desses projetos e a quem serve esse modelo instalado no Piauí, pois não inclui nem beneficia a população, ocasionam impactos socioterritoriais e as famílias não são consultadas que tipo de projeto as mesmos proferem para suas comunidades.

Optamos por um modelo que envolva o desenvolvimento territorial, incluía os seres existentes, os aspectos sociais, culturais e ambientais dialogando a partir de suas potencialidades.

As populações humanas que habitam as regiões onde os projetos foram instalados ou estão em fase de pesquisa, são famílias camponesas constituídas de agricultores, pescadores, posseiros, quilombolas, que perdem áreas utilizadas para a plantação, criação de animais, caça e pesca. essas populações devem ser reassentadas em outras regiões, sem alterar muito suas condições originais de vida mas até mesmo melhorá-las, o que raramente ocorre, pois conforme relatos e trabalhos realizados nessas regiões, essas populações não foram indenizadas como deveriam. Portanto, percebemos que, além dos impactos ambientais, econômicos e sociais, outros muito fortes são os impactos culturais.

Cabe a nós questionar a legitimidade desses projetos e a quem serve esse desenvolvimento, pois não inclui nem beneficia a população, degrada os recursos naturais, prejudica a biodiversidade, expulsa as famílias, não respeita a cultura, os saberes e os próprios benefícios adquiridos pela população ao longo da história.

Fica evidente a partir de pesquisas realizadas junto às famílias, participação em audiências, leituras de documentos e declarações verbais por parte de representantes de empresas e de pessoas de órgãos representativos do Estado, as relações existentes entre os grandes projetos e o Estado. Dessa forma, não é levado em consideração o povo piauiense que precisa de incentivo na agricultura familiar, na criação de seus animais, na expansão do seu artesanato e de muitas outras formas alternativas de viver no seu próprio espaço, não se

valoriza o conhecimento tradicional em sua diversidade e riqueza, mas os lucros e crescimento desenfreado das grandes companhias capitalistas excludentes.

Em meio à agravante provocado pelo capital através dos grandes projetos e a aliança com o Estado, vão surgindo as várias lutas e resistências por parte das famílias tradicionais que veem a cada instante seu patrimônio, sua cultura e até mesmo suas vidas ameaçados.

A vivência junto às famílias das comunidades atingidas pelos projetos da Ferrovia Transnordestina e da Mineração nos permitiu perceber que os projetos representam insegurança que as famílias vivem, lembramo-nos com um tom de tristeza da fala de Erone morador da comunidade Manga Velha onde as pesquisa atingem o centro de sua residência.

Iniciei a construção desse banheiro adquiri um dinheiro que garante toda reforma de minha casa, porém, tenho que viver como ela como está, pois com esse projeto não sei se vou continuar morando aqui, pois será extraído minério no espaço de minha residência, nos resta lutar e acreditar que não vai acontecer, mas não tenho certeza. Erone morador da comunidade Manga Velha em 06 de fevereiro de 2016.

A fala de Erone representa a insegurança das famílias atingidas, mas a resistência como forma de busca da garantia de seus direitos territoriais.

Cada momento da pesquisa representa um contexto da relação do capital e do Estado no campo e a resistência das famílias. Adentramos em muitos momentos as experiências vividas junto aos projetos de mineração e da Ferrovia Transnordestina por estar dentro do espaço da pesquisa e por representar com maior força o momento atual, porém a história mostra que nos demais projetos como o monocultivo do eucalipto que se constituiu num macroprojeto e a construção das cinco barragens no rio Parnaíba para a construção de cinco hidrelétricas, representaram uma relação muito próxima entre o capital e o Estado e também nesse espaço a resistência territorial camponesa foi muito forte, uma vez que os dois projetos se encontram suspensos.

Dessa forma, entendemos que o modelo de desenvolvimento não envolve as comunidades camponesas piauienses, nos casos das grandes obras de infraestrutura como as grandes barragens e a Ferrovia Transnordestina, o argumento da supremacia do interesse público é apenas um discurso para incentivar o interesse do capital privado, o conhecimento tradicional não é reconhecido nem valorizado. Daí surgem as lutas e a resistência das famílias tradicionais camponesas.

No Estado do Piauí as lutas e resistência representam um marco significativo na história a começar pelos movimentos envolvendo outros estados vizinhos como exemplo a Balaiada, e muitos outros movimentos que seguem até os dias atuais que têm como foco

principal o enfrentamento aos grandes projetos do capital pela garantia de seus direitos de permanência na terra.

Tivemos como foco principal da pesquisa as famílias atingidas no Semiárido, e durante todo o percurso da pesquisa foi revelando como característica desse espaço, um local rico de diversidade, de um povo que desenvolve o seu jeito de ser e fazer uma cultura própria, e que a região dispõe de uma variedade de riqueza natural, social e cultural, diferentemente do que afirmam os meios de comunicação, o povo pobre, sofrido, sem cultura jogado à própria sorte, e que todos são obrigados a se submeterem à imposição da cultura posta de fora para dentro.

Junto à luta e resistência das famílias, percebemos como elemento central nesse processo, que a diversidade do movimento camponês na região representa uma característica que contribui para o fortalecimento e para as conquistas. Esses movimentos iniciam com as CEBs, depois com a CPT, chegando aos movimentos mais específicos de luta no campo como MST, MPA e Organização das Comunidades Quilombolas.

Diante de tudo, podemos afirmar que existem dois modelos postos no campo, um representado pelos grandes projetos do capital, que chega, não respeita a cultura, a natureza e nem as relações sociais, em nome do desenvolvimento econômico e da concentração da riqueza e, em conluio com o Estado, vem avançando a cada instante, reforçando a concentração da terra e do capital, de outro lado, a luta representada pelas famílias camponesas que resistem a toda pressão e perseguição e conseguem exercer sua autonomia de exigir o tipo de desenvolvimento que preferem. Se as conquistas ainda não foram as desejadas e em vários momentos até frustradas, de outro lado há união e resistência.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.
- AB' SABER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil**. Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, Editorial, 2003
- ADAD, Lucia Maria S.; LIMA, Maria da Graça. **Tensões no campo piauiense**. Teresina. ed., Fundação Cepro, 1987.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais. In: ACSELARD, Henri (org) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais. In: ACSELARD, Henri (org) **Antropologia dos areios da Amazônia**. Rio de Janeiro 2008.
- ALMEIDA, Alfredo W.B. de – “Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – Uso Comum e Conflito”, **Cadernos do NAEA**, nº 10, Belém/PA, UFPA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1989.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Mobilização e modernização nos cerrados piauiense**. Formação territorial no império do agronegócio. São Paulo: USP, 2006.
- ALENCAR, Maria Teresa de; RODRIGUES, Andréa Maria de Aguiar. **Impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais da reforma agrária na macrorregião do semiárido piauiense**. Relatório final do PIBIC/UESPI – 2010.
- A luta Continua:** Como se organizam os assentados. Caderno de Formação nº 10. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O planejamento regional e o problema agrário no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- _____. **A Terra e o homem no Nordeste**. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.
- _____. **A Questão do Território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ARAUJO, Tânia Barcelar de. **Nordeste, Nordeste: Que Nordeste?** UFPE, 2000.
- Assentamento rural Campestre Norte frente a expansão do agronegócio sucroenergético no estado do Piauí. Política de Reforma agrária no Piauí. (tese de doutorado) Clarissa Flávia Santos Araújo. UFPI 2016.
- BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis. Vozes, 1984.

BARBOSA, Tânia M. B. – **“A Elite Colonial Piauiense: Família Poder”**. Tese de Doutorado, Fac. de Filosofia, Letras e C. Humanas – Universidade de São Paulo, 1993.

BANDEIRA, Willian J. **Os Programas e Projetos Governamentais e seus Efeitos sobre a Estrutura Agrária Piauiense no Pós-70**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Tese de Doutorado, 1993.

BALDUINO, T. (dep.) **A ação da Igreja católica e o desenvolvimento rural**. In: Dossiê desenvolvimento rural. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 15, nº 43, setembro/dezembro 2001.

BARTRA, Armando. **Os novos camponeses**. São Paulo, 2011.

BERNSTEIN, H. **Dinâmica de classe da mudança agrária**. São Paulo: Unesp, 2001.

BECKER, Dinizar Fermiano, et. al. **Um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade**. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p. 27-94.

BOFF, L.O.M. **E a igreja se fez povo ECLESIOGÊNESE: A Igreja que nasce da fé do povo**. 2ª edição. Petrópolis 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Lei das Terras Devolutas do Império**. Rio de Janeiro, RJ, 1850.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Itinerário & Contextos: reflexões em educação e convivência com o Semiárido brasileiro** – Juazeiro: NEPEC-SAB, 2014.

CESAR, Edvaldo. (Org). **Geografia e produção do espaço regional: sociedade e Ambiente**. Campo Grande: MS, 2003.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos de terra no Brasil**. Goiânia: 1985.

_____. **Conflitos de terra no Brasil**. Goiânia: 1995.

_____. **Conflitos no campo no Brasil**. Goiânia: 2005.

_____. **Conflitos no Campo - Brasil**. A Comissão Pastoral da Terra. Goiânia: expressão Popular 2014.

Comissão Pastoral da Terra: Seu compromisso eclesial e político. 2ª ed. Goiânia – GO. CPT Piauí, 25 anos na luta por terra, água e direitos. Comissão Pastoral da Terra. Teresina –PI 2004.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS. (CNBB). Conferência do Brasil. A Igreja e a

questão agrária brasileira no século XXI. Edições CNBB, 2014.

_____. **A Igreja e Mineração – em defesa da vida e dos territórios.** Edições CNBB, 2015.

_____. **Dossiê Nordeste seco.** AB, SABER AZZIS. Estudos avançados 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Movimentos sociais do século XIX:** resistência e luta dos balaies no Piauí, Departamento de Geografia e História – Universidade Federal do Piauí. Teresina – PI 2014.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso.** São Paulo: Ed. UNESPI, 2006.

_____. Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense. Patrícia Soares de Andrade e Misilene Rocha Viana. Revista NERA – Ano 19, nº 30, Presidente Prudente – SP 2016.

FERNANDES, B M. **Os usos da terra no Brasil:** debate sobre políticas fundiária. São Paulo. UNESPI, 2014.

_____. A modernidade no campo e a luta dos sem terra. In: **Revista Cultura.** Rio de Janeiro: Petropolis, Vozes, nº 1 janeiro/fevereiro, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULINO, Maria Ignez (org). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições dilemas e conquista V. 2. A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: UNESP, 2009.

RAMOS FILHO Apud. FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULINO, Maria Ignez (org). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições dilemas e conquista V. 2. A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: UNESP, 2009.

FIEL AO DEUS DOS POBRES A SERVIÇO DOS POBRES DA TERRA – Texto Base do II Congresso Nacional da CPT – Goiás – 2005.

FREI BETTO. CEBs RUMO A NOVA SOCIEDADE. O 5º encontro intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base. Canindé julho de 1983.

FERNANDES, B. M; STÉDILE, J. P. **Brava gente.** A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **Geografia Agrária:** teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007

FIQUEROA, Manuel. **O problema agrário no Nordeste do Brasil.** Análise e Preposições. HUCITEC, São Paulo. 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio et. al (Org). **Dicionário de Educação do Campo.** 3. ed, Rio de

Janeiro, São Paulo. Expressão Popular, 2013.

GOMES, Aldenôr. (Org). **Da mobilização as mudanças sociais:** dinâmica das novas ruralidades do Nordeste brasileiro. São Paulo: Polis, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, s/d.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia:** entre faticidade e validade, v. I 2. ed.; Tradução: Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Teresina – PI, 2011.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, (1988) 1986.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez 2001.

_____. **Saber ambiental:** sustentabilidade racionalidade, complexidade poder. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Tradução de Lúcia Mathild Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Racionalidade ambiental: a representação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LINS, Gustavo. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentável.** UnB, Brasília. 1992.

LINS, Cláudia Maísa A.; SOUSA, Edileusa F.; PEREIRA, Vanderléia Andrade. **Conhecendo o Semiárido.** Juazeiro: RESAB/UNICEF, 2005.

LEMO, Amélia Ines Geraiges de; GALVANI, Emersoni (org) **Geografia, tradições e perspectivas: interdisciplinaridade, meio ambiente e representações/** São Paulo. Expressão Popular 2009.

LOPES, Wilza Gomes Reis; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira; MOITA NETO, José Machado. **Sustentabilidade do semiárido.** Teresina: EDUFPI, 2009.

MALERBA, Julianna (org.) **Diferentes formas de dizer não:** experiências de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: Fase, 2014.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido:** uma visão holística. Brasília: Confea. 2007.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MIDITIERO JUNIOR, Marco Antonio; GARCIA, Maria Franco; VIANA, Pedro Costa Guedes Viana (orgs). **A questão agrária no século XXI:** escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Ideologia e conflitos no Nordeste rural: tempo brasileiro**. Rio de Janeiro – 1976.

MOREIRA, Alberto da Silva. **O dom da terra: leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco: Comissão Pastoral da Terra, 2006.

MORAES, Antônio C.R. **O Sertão: um outro Geográfico**. Terra Brasília – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil, anos III, IV, no.4-5, 2002-2003, Rio de Janeiro, pp. 11-23

MONTEIRO, Maria do Socorro L. **Ocupação do Cerrado Piauiense: Estratégia Empresarial e Especulação Fundiária**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Tese de Doutorado, 2002.

MORAES, Maria Dione de C. **Memórias de um Sertão Desencantado; Modernização Agrícola, Narrativas e Atores Sociais nos Cerrados do Sudoeste Piauiense**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Tese de Doutorado, 2000.

MOTTA, Marcia; **Formas de resistência camponesas: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, vol. 1: Concepção de justiça e resistência no Brasil. Marcia Motta e Paulo Zarth (org). – São Paulo: Editora da UNESP; 2008.

NEVES, Delma Pensanha (org) **Processo de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, V2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: UNESP, 2009.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia).

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. **Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo LULA**. São Paulo: USP, 2008.

OLIVEIRA, A U de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.) **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Casa Amarela Ltda. 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PELA VIDA NO NORDESTE. Campanha em favor da vida para os trabalhadores nordestino, promovida pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, na Campanha da Fraternidade de 1984.

PIAUÍ, **Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí** – 2003/2010, Teresina, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado**: ideologia e utopia no final do século XX. Ci. Inf., Brasília, 21(1): 23-31. jan./ abr. 1992

ROCHA, Jonas – “A Pequena Produção Rural no Piauí”. In: **Carta Cepro**. Teresina, V. 13, nº 1, jan./jun.,1988, pp.29-68.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo:Expressão Popular, 2007.

SILVA, Julyvan de Souza. **Itinerário & Contexto**: Reflexões em Educação Contextualizada e convivência com o Semiárido Brasileiro – Juazeiro: NEPEC – SAB, 2014

STÉDILLE, J P. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão popular 2012.

_____. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional. São Paulo. Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil**: o programas de reforma agrária. São Paulo. Expressão Popular, 2003.

_____. **A questão agrária no Brasil**: A classe dominante agrária: natureza do campesinato. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

_____. **A questão agrária no Brasil**: Debate sobre a situação e perceptivas de reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SUNDFELD, Carlos A (org) **Comunidades Quilombolas**: Direito a Terra. Brasília: 2002

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **Desenvolvimento, conhecimentos tradicionais e direitos humanos**: populações tradicionais e quilombolas do Estado do Piauí e a defesa do meio socioambiental. Teresina: EDUFPI, 2015.

SOUSA E SILVA, Conceição de Maria de. et. al. (Org). **Semiárido Piauiense**: educação e Contexto. INSA: Campina Grande,2010

SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e diversidade nos campos e nas cidades latino americanas e francesas**. São Paulo, 2011

SAVÉRIO, Marcos Aurélio Eliseu; SOUSA, Edson Belo Clementino. (org.) **Leituras de conceitos de territórios e processos espaciais**. São Paulo: expressão popular. 2004

THEODORO, Suzi Huff. (Org). **Conflitos e Uso Sustentável dos Recursos Naturais** (org) Rio de Janeiro, 2009..

Tempos novos. CPT – MA Nº 3 setembro 1993 – Cadernos de Estudo. GRANDES PROJETOS PROGRESSO PARA QUEM?

VARGAS, Paulo Roberto. **O insustentável discurso da sustentabilidade.** Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou Possibilidade. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org) **Globalização e desenvolvimento sustentável:** dinâmicas sociais e culturais do Nordeste. São Paulo: Unicamp, 2004.

WENER, Inácio; SATO, Michele; ROSSI, Roberto (org). **Relatório de Direitos Humano e da terra.** Revista Direitos Humanos e da Terra.

ANEXOS

ANEXO 1: DOCUMENTOS REFERENTES AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI
Rua São Sebastião, nº 1105, Canto da Várzea, Picos-PI, 64600-156
Telefone (89) 3415-4900



Ofício nº 473 /2013-PRM/PCS-GAB/FA

Picos (PI), 25 de julho de 2013

Ao Senhor
AUGUSTO CESAR CALAZANS LOPES
DIRETOR PRESIDENTE DO GRUPO BEMISA
Grupo Brasil Exploração Mineral S.A. - BEMISA
Avenida Rio Branco, 45, 4º andar
20090-003 – Rio de Janeiro/PI

Assunto: Inquérito Civil Público nº 1.27.001.000141/2013-46.

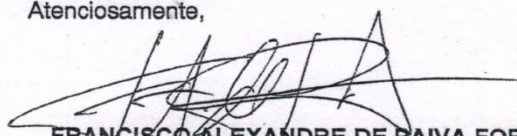
Senhor Diretor Presidente,

Honra-me cumprimentá-lo.

Tendo em vista a instrução do Inquérito Civil Público em epígrafe, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por meio do procurador da República signatário, requisita de Vossa Senhoria, com base no artigo 8º, II e § 5º, da Lei Complementar nº 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), **no prazo de 30 dias**, que apresente as justificativas que entender pertinentes relativamente aos impactos diretos do empreendimento nas comunidades quilombolas situadas nos Municípios de Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí, Jacobina do Piauí, Paulistana, Patos do Piauí e Simões.

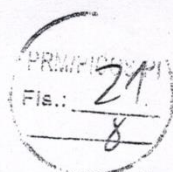
Segue em anexo cópia da Portaria ICP nº 25-GAB/FA.

Atenciosamente,


FRANCISCO ALEXANDRE DE PAIVA FORTE
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI
Rua São Sebastião, nº 1105, Canto da Várzea, Picos-PI - CEP 64600-156 - Telefone (89) 3415-4900



863/13

Ofício nº 474/2013-PRM/PCS-GAB/FA

Picos/PI, 25 de julho de 2013

Ao Senhor
FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA
Superintendente Regional do INCRA-PI
Av. Odilon de Araújo 1296, Piçarra
64017-280 – Teresina/PI

Assunto: Inquérito Civil Público nº 1.27.001.000141/2013-46.

Senhor Superintendente,

Honra-me cumprimentá-lo.

Tendo em vista a instrução do Inquérito Civil Público em epígrafe, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do procurador da República signatário, solicita de Vossa Senhoria colaboração na delimitação dos impactos diretos às comunidades quilombolas em razão da exploração mineral do Sistema Ferrífero Massapê-Manga Velha que abrange os municípios de Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí, Jacobina do Piauí, Paulistana, Patos do Piauí e Simões.

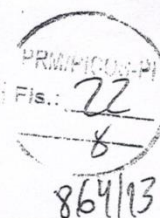
Segue em anexo cópia da Portaria ICP nº 25-GAB/FA.

Atenciosamente,

FRANCISCO ALEXANDRE DE PAIVA FORTE
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI
Rua São Sebastião, nº 1105, Canto da Várzea, Picos-PI, 64600-156
Telefone (89) 3415-4900



Ofício nº 475 /2013-PRM/PCS-GAB/FA

Picos (PI), 25 de julho de 2013

Ao Senhor
ALEXANDRO REIS
Diretor de Departamento
Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro
Fundação Cultural Palmares
SGAN Quadra 601 Norte, Lote "L" - Ed. ATP
70.830-010 – Brasília/DF

Assunto: Inquérito Civil Público nº 1.27.001.000141/2013-46.

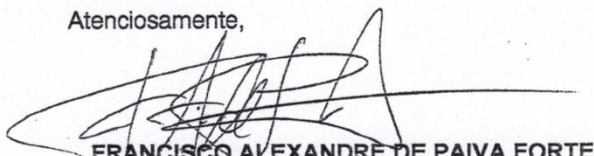
Senhor Diretor,

Honra-me cumprimentá-lo.

Tendo em vista a instrução do Inquérito Civil Público em epígrafe, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do procurador da República signatário, solicita de Vossa Senhoria colaboração na delimitação dos impactos diretos às comunidades quilombolas em razão da exploração mineral do Sistema Ferrífero Massapê-Manga Velha que abrange os municípios de Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí, Jacobina do Piauí, Paulistana, Patos do Piauí e Simões.

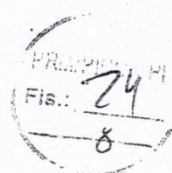
Segue em anexo cópia da Portaria ICP nº 25-GAB/FA.

Atenciosamente,


FRANCISCO ALEXANDRE DE PAIVA FORTE
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI
Rua São Sebastião, nº 1105, Canto da Várzea, Picos-PI, 64600-156
Telefone (89) 3415-4900



866/13

Ofício nº 477/2013-PRM/PCS-GAB/FA

Picos (PI), 25 de julho de 2013

Ao (A) Senhor (a)
OFICIAL DO CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO CIVIL E ANEXOS
Rua Liberato José, 501, centro
64585-000 – Simões/PI

Assunto: Inquérito Civil Público nº 1.27.001.000141/2013-46.

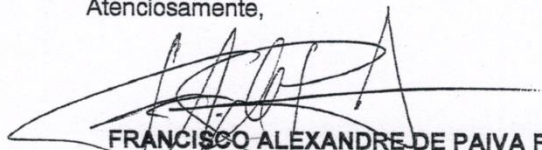
Senhor (a) Oficial,

Honra-me cumprimentá-lo (a).

Tendo em vista a instrução do Inquérito Civil Público em epígrafe, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do procurador da República signatário, solicita de Vossa Senhoria, com base no artigo 8º, II e § 5º, da Lei Complementar nº 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), **no prazo de 20 (vinte) dias**, informações sobre a venda de imóveis rurais nos últimos 12 meses nos municípios de Curral Novo do Piauí e Simões, notadamente quanto a transações envolvendo pessoas pobres, remanescentes de quilombolas, pessoas analfabetas ou de reduzida escolaridade;

Segue em anexo cópia da Portaria ICP nº 25-GAB/FA.

Atenciosamente,


FRANCISCO ALEXANDRE DE PAIVA FORTE
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI
Rua São Sebastião, nº 1105, Canto da Várzea, Picos-PI, 64600-156
Telefone (89) 3415-4900



874/13

Ofício nº 482 /2013-PRM/PCS-GAB/FA

Picos (PI), 29 de julho de 2013

A Sua Excelência o Senhor
FRANCISCO DE JESUS LIMA
Promotor de Justiça
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Simões/PI
Rua José Dias, 285, Fórum Central, Centro
64585-000 – Simões/PI

Assunto: Inquérito Civil Público (ICP) nº 1.27.001.000141/2013-46.

Senhor Promotor de Justiça,

Honra-me cumprimentá-lo.

Tramita nesta Procuradoria da República no Município de Picos o ICP em epígrafe que tem os seguintes **objetos de investigação**: a) os impactos diretos da exploração mineral nas comunidades quilombolas situadas nos municípios de Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí, Jacobina do Piauí, Paulistana, Patos do Piauí e Simões; b) o desvirtuamento da compensação em forma de *royalties* prevista no art. 176, §2º, da Constituição Federal em prejuízo de pessoas pobres e de reduzida escolaridade nos municípios de Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí, Jacobina do Piauí, Paulistana, Patos do Piauí e Simões.

Tendo em vista a instrução deste ICP, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do procurador da República signatário, solicita de Vossa Excelência colaboração na apuração da notícia de que pessoas pobres e de reduzida escolaridade, residentes no Município de Curral Novo do Piauí, estão sendo forçadas e/ou fraudulentamente induzidas a vender suas terras.

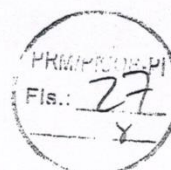
Segue em anexo cópia da Portaria ICP nº 25-GAB/FA.

Atenciosamente,

FRANCISCO ALEXANDRE DE PAIVA FORTE
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI
 Rua São Sebastião, nº 1105, Canto da Várzea, Picos-PI, 64600-156
 Telefone (89) 3415-4900



875/13

Ofício nº 483 /2013-PRM/PCS-GAB/FA

Picos (PI), 29 de julho de 2013

A Sua Excelência o Senhor
MAURÍCIO GOMES DE SOUSA
Promotor de Justiça
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paulistana/PI
 Av. Marechal Deodoro, 1188, Fórum Des. João Batista Machado, centro
 64750-000 – Paulistana/PI

Assunto: Inquérito Civil Público (ICP) nº 1.27.001.000141/2013-46.

Senhor Promotor de Justiça,

Honra-me cumprimentá-lo.

Tramita nesta Procuradoria da República no Município de Picos o ICP em epígrafe que tem os seguintes **objetos de investigação**: a) os impactos diretos da exploração mineral nas comunidades quilombolas situadas nos municípios de Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí, Jacobina do Piauí, Paulistana, Patos do Piauí e Simões; b) o desvirtuamento da compensação em forma de *royalties* prevista no art. 176, §2º, da Constituição Federal em prejuízo de pessoas pobres e de reduzida escolaridade nos municípios de Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí, Jacobina do Piauí, Paulistana, Patos do Piauí e Simões.

Tendo em vista a instrução deste ICP, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do procurador da República signatário, solicita de Vossa Excelência colaboração na apuração da notícia de que pessoas pobres e de reduzida escolaridade, residentes nos Municípios de Paulistana, Betânia do Piauí e Jacobina do Piauí, estão sendo forçadas e/ou fraudulentamente induzidas a vender suas terras.

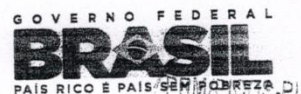
Segue em anexo cópia da Portaria ICP nº 25-GAB/FA.

Atenciosamente,

FRANCISCO ALEXANDRE DE PAIVA FORTE
PROCURADOR DA REPÚBLICA



Ministério da
Cultura



OFÍCIO n.º 388/2013 /DPA/FCP/MinC

Brasília (DF) 09 de agosto de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor
FRANCISCO ALEXANDRE DE PAIVA FORTE
Procurador da República
Procuradoria da República do Município de Picos-PI
Rua São Sebastião, nº1105, Canto da Várzea
Picos-PI CEP: 64.600-156

C/Cópia
Procuradoria Federal-FCP

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
21/08/2013 - 11:08:47
Horário de Brasília
PROTOCOLO:
PRM-PCS-PI-00002707/2013

Assunto: Resposta ao Ofício nº475/2013-PRM/PCS-GAB/FA – Inquérito Civil Público nº 1.27.001.000141/2013-46.

Senhor Procurador,

1. Em reposta ao ofício supracitado, informo que foi encaminhado pela Semar/PI o Ofício GAB. nº 055/13 com o EIA/RIMA do Projeto Planalto Piauí – Sistema Ferífero Massapê-Manga Velha para manifestação desta Fundação.
2. Conforme o Ofício nº104/DPA/FCP/MinC/2013, de 18 de março de 2013, foi informado que no Cadastro Geral desta Fundação existem as seguintes comunidades quilombolas certificadas: Garapa e Caetitu em Curral/PI; Angical, Barro Vermelho, Chupeira, Contente e São Martins em Paulistana/PI; Amparo, Belmonte dos Cupiras, em Simões/PI e as comunidades com processo aberto de certificação Serra da Mata Grande e Serra dos Rafaéis em Simões/PI e que pela análise do EIA/RIMA, apenas as comunidades Garapa e Caetitu em Curral/PI foram identificadas, que embora não estejam na Área Diretamente Afetada (ADA), estão localizadas na Área de Influência Direta (AID), com distância aproximada de 2 km do empreendimento.
3. Ainda foi informado que pelos registros desta Fundação, as comunidades Barro Vermelho e Contente no município de Paulistana e as comunidades Amparo e Belmonte das Cupiras no município de Simões, estão localizadas fora da AID.
4. Sendo assim, conforme a Portaria Interministerial nº419/2011, para subsidiar a manifestação conclusiva desta Fundação, foi recomendado ao empreendedor que fossem localizadas as comunidades Angical, Chupeira e São Martins em Paulistana/PI; Serra da Mata



Ministério da
Cultura



Grande e Serra dos Rafaéis em Simões/PI, com indicação da distância em relação à área de influência do empreendimento, assim como a indicação dos possíveis impactos diretos e/ou indiretos sobre as comunidades quilombolas e proposta de medidas de mitigação e controle considerando os impactos identificados.

5. Esta Fundação ainda não recebeu resposta da Semar/PI e sendo assim, não é possível informar sobre os impactos nas comunidades quilombolas. Entretanto, cumprindo procedimento padrão e de forma a dar atendimento à solicitação de Vossa Senhoria a Fundação Cultural Palmares realizará visitas técnicas às comunidades quilombolas localizadas nos municípios inseridos na Área de Influência Direta.

6. As visitas acontecerão no período de 26 a 30 de setembro de 2013 e terão como objetivo apurar informações sobre tais denúncias e obter informações que subsidiem a manifestação quanto aos impactos.

7. Estamos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



ALEXANDRO REIS
Diretor

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afrobrasileiro

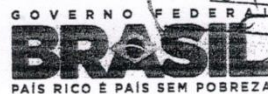
Anexos:

1. Ofício nº104/DPA/FCP/MinC/2013
2. Mapa de localização das áreas de influência do meio socioeconômico conforme EIA/RIMA recebido.

cclo



Ministério da
Cultura



Grande e Serra dos Rafaéis em Simões/PI, com indicação da distância em relação à área de influência do empreendimento, assim como a indicação dos possíveis impactos diretos e/ou indiretos sobre as comunidades quilombolas e proposta de medidas de mitigação e controle considerando os impactos identificados.

5. Esta Fundação ainda não recebeu resposta da Semar/PI e sendo assim, não é possível informar sobre os impactos nas comunidades quilombolas. Entretanto, cumprindo procedimento padrão e de forma a dar atendimento à solicitação de Vossa Senhoria a Fundação Cultural Palmares realizará visitas técnicas às comunidades quilombolas localizadas nos municípios inseridos na Área de Influência Direta.

6. As visitas acontecerão no período de 26 a 30 de setembro de 2013 e terão como objetivo apurar informações sobre tais denúncias e obter informações que subsidiem a manifestação quanto aos impactos.

7. Estamos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

ALEXANDRO REIS
Diretor

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afrobrasileiro

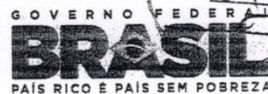
Anexos:

1. Ofício nº104/DPA/FCP/MinC/2013
2. Mapa de localização das áreas de influência do meio socioeconômico conforme EIA/RIMA recebido.

cclo



Ministério da
Cultura



Grande e Serra dos Rafaéis em Simões/PI, com indicação da distância em relação à área de influência do empreendimento, assim como a indicação dos possíveis impactos diretos e/ou indiretos sobre as comunidades quilombolas e proposta de medidas de mitigação e controle considerando os impactos identificados.

5. Esta Fundação ainda não recebeu resposta da Semar/PI e sendo assim, não é possível informar sobre os impactos nas comunidades quilombolas. Entretanto, cumprindo procedimento padrão e de forma a dar atendimento à solicitação de Vossa Senhoria a Fundação Cultural Palmares realizará visitas técnicas às comunidades quilombolas localizadas nos municípios inseridos na Área de Influência Direta.

6. As visitas acontecerão no período de 26 a 30 de setembro de 2013 e terão como objetivo apurar informações sobre tais denúncias e obter informações que subsidiem a manifestação quanto aos impactos.

7. Estamos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

ALEXANDRO REIS
Diretor

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afrobrasileiro

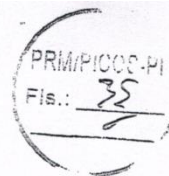
Anexos:

1. Ofício nº104/DPA/FCP/MinC/2013
2. Mapa de localização das áreas de influência do meio socioeconômico conforme EIA/RIMA recebido.

cclo



OFÍCIO nº 24/2013/DPA/FCP/MinC



Brasília (DF) 18 de março de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor
DALTON MELO MACAMBIRA
 Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
 SEMAR - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
 Rua 13 de Maio, 307, 4º andar - Centro/Norte
 CEP 64.001-150 Teresina/PI
 (86) 3216-2033

Assunto: Resposta ao Ofício GAB. Nº 055/13 – EIA/RIMA Projeto Planalto Piauí – Sistema Ferrífero Massapê-Manga Velha

1. Em resposta ao ofício citado, que solicita manifestação da Fundação Cultural Palmares quanto à interferência em comunidades quilombolas na área de influência do empreendimento Projeto Planalto Piauí – Sistema Ferrífero Massapê-Manga Velha, na região de Paulistana/PI, informo que no Cadastro Geral desta Fundação, existem as seguintes comunidades quilombolas certificadas: Garapa e Caetitu em Curral/PI; Angical, Barro Vermelho, Chupeira, Contente e São Martins em Paulistana/PI; Amparo, Belmonte dos Cupiras, em Simões/PI e as comunidades com processo aberto de certificação Serra da Mata Grande e Serra dos Rafaelis em Simões/PI.
2. Pela análise do EIA/RIMA, apenas as comunidades Garapa e Caetitu em Curral/PI foram identificadas, que embora não estejam na Área Diretamente Afetada, estão localizadas na Área de Influência Direta, com distância aproximada de 2 km. Pelos registros desta Fundação, as comunidades Barro Vermelho e Contente no município de Paulistana e as comunidades Amparo e Belmonte das Cupiras no município de Simões, estão localizadas fora da AID.
3. Sendo assim, conforme a Portaria Interministerial nº419/2011, para subsidiar a manifestação conclusiva desta Fundação, recomenda-se que sejam localizadas as comunidades



Angical, Chupeira e São Martins em Paulistana/PI; Serra da Mata Grande e Serra dos Rafeais em Simões/PI, com indicação da distância em relação à área de influência do empreendimento, assim como a indicação dos possíveis impactos diretos e/ou indiretos sobre as comunidades quilombolas e proposta de medidas de mitigação e controle considerando os impactos identificados.

4. Cumpre informar que a Fundação Cultural Palmares deverá realizar visita técnica às comunidades quilombolas localizadas próximas ao empreendimento, a fim de obter informações que subsidiem a manifestação conclusiva.
5. Estamos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente.


ALEXANDRO REIS

Diretor

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afrobrasileiro

